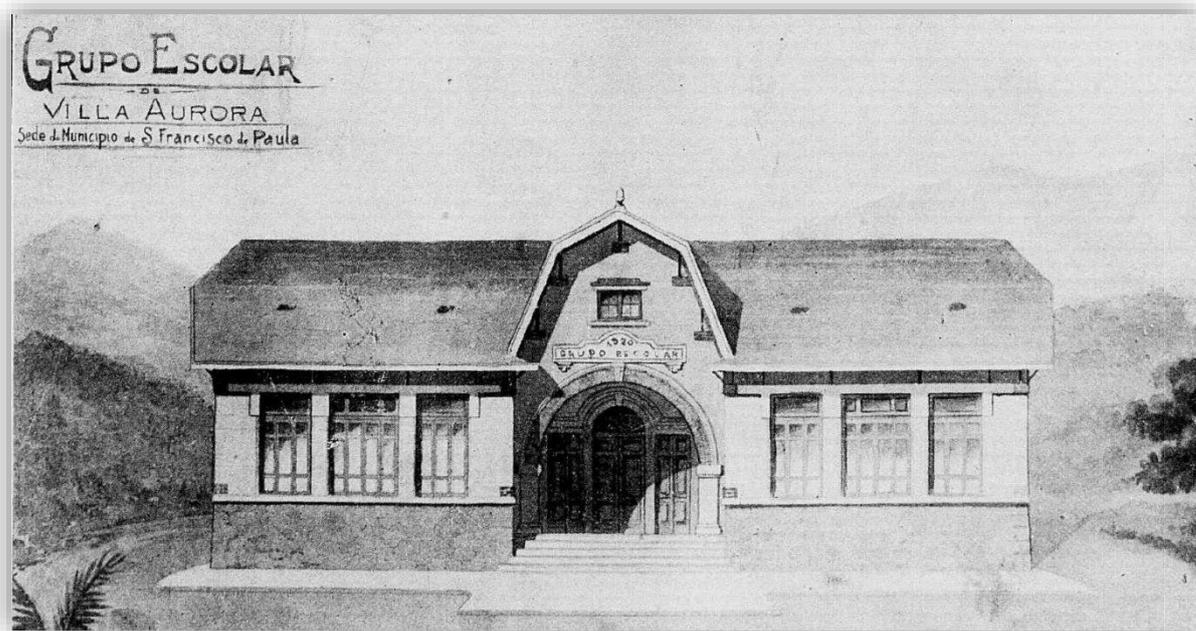


Figura 23 – Projeto da fachada do G. E. da Villa Aurora, em S. Francisco de Paula

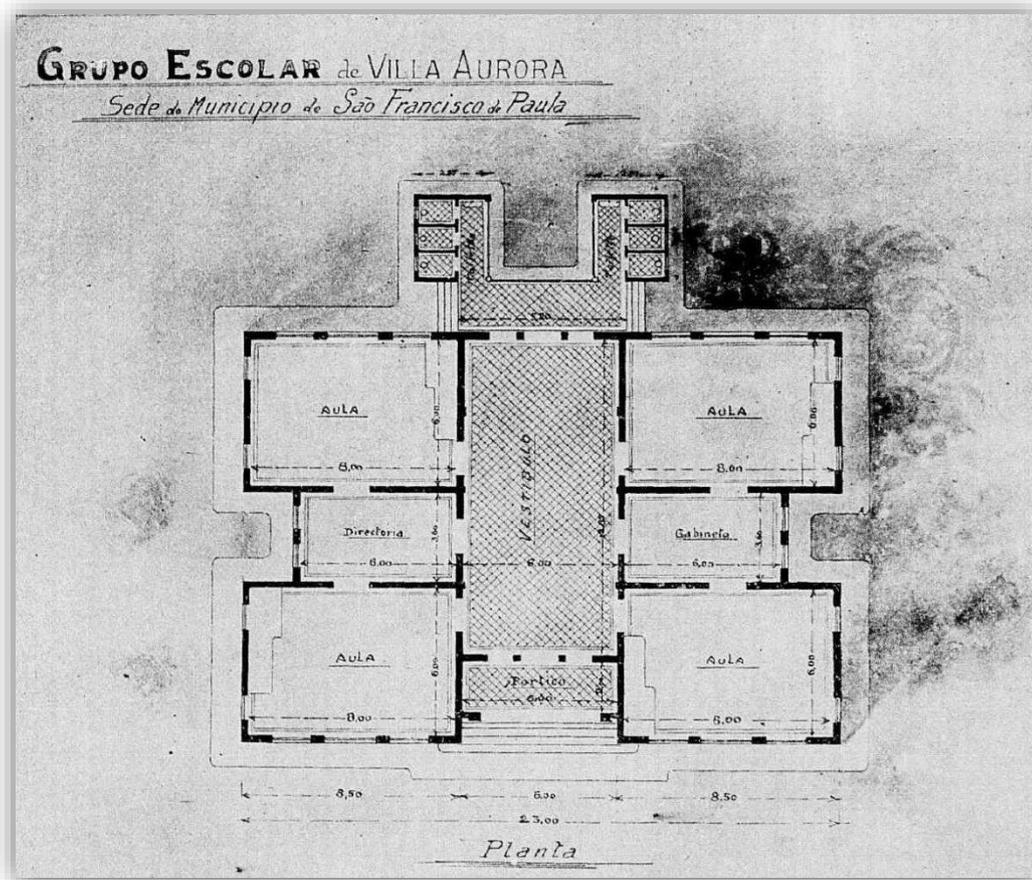


Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1920)

Composto de forma simétrica, o prédio possui um único acesso central, seguido de um pórtico medindo 6m de largura e apenas 2m de comprimento que conduz a um amplo vestíbulo, medindo 6m de largura por 12,85m de comprimento, dando acesso a todas as dependências do prédio. A escola possuía quatro salas de aula, medindo 6m de largura por 8m de comprimento, dispostas de forma simétrica nas extremidades do prédio, sendo duas delas localizadas nas laterais fronteiras, possuindo cada uma três lances de janelas amplas que compõem a fachada do prédio e duas janelas laterais. As outras duas salas localizavam-se nos fundos do prédio, com as mesmas janelas laterais e os três lances de janelas na fachada posterior.

Entre as duas salas de aula da frente e as duas dos fundos localizavam-se dois gabinetes medindo 6m de comprimento e 3,60m de largura, sendo o da direita destinado aos professores e o da esquerda à diretoria. É importante observar que os dois gabinetes possuíam três acessos: um principal, a partir do vestíbulo, e dois acessos laterais para as salas de aula, como se nota na figura a seguir:

Figura 24 – Planta baixa do G. E. da Villa Aurora em S. Francisco de Paula



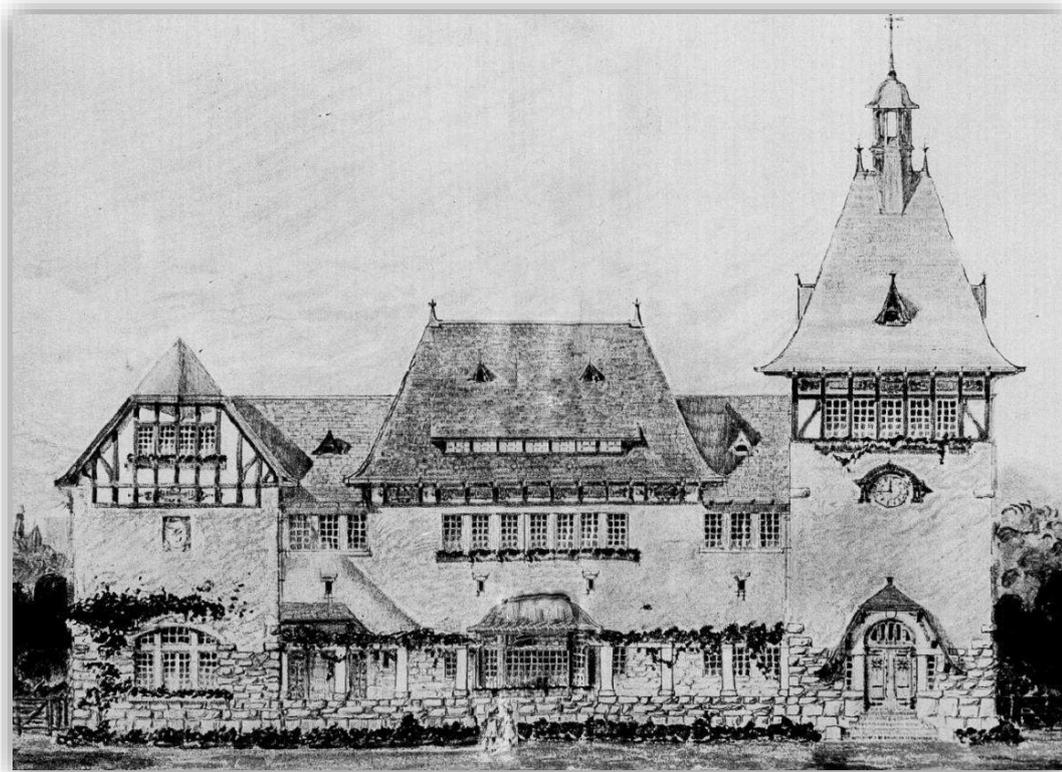
Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1920)

A Mensagem de 1919 também anunciava a construção em Petrópolis e Nova-Friburgo de “edifícios condignos ao elevado grão de cultura d’aquelles importantes centros fluminenses” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 27-28), para a instalação de grupos escolares.

Para essas duas construções especificamente, foi contratado o arquiteto Heitor de Melo, professor da Escola Nacional de Bellas Artes, o mesmo que projetou os monumentais edifícios das câmaras municipais de Niterói e do Rio de Janeiro, e naquele momento projetava também o prédio da Secretaria Geral do Estado do Rio de Janeiro, em Niterói.

Em Nova Friburgo Heitor de Mello buscou associar os princípios da arquitetura escolar neocolonial a elementos característicos da arquitetura suíça, sobretudo os telhados, como se nota na figura a seguir, numa clara referência aos os colonizadores daquela região, na Serra dos Órgãos.

Figura 25 – Fachada do grupo escolar de Nova Friburgo



Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1920)

Como se observa na figura acima, uma das características marcantes do prédio é o destaque para a torre na composição assimétrica da fachada. Através da torre, que abrigava um grande relógio, tinha-se o acesso ao setor destinado aos meninos, uma vez que este prédio, ao contrário do que ocorria nos casos de Itaperuna e Valença, descritos anteriormente, previa a divisão dos sexos. Outra característica que diferia a arquitetura desta escola para as demais citadas, era a existência de dois pavimentos, contendo um total de 12 salas de aulas, revelando assim maior imponência e complexidade.

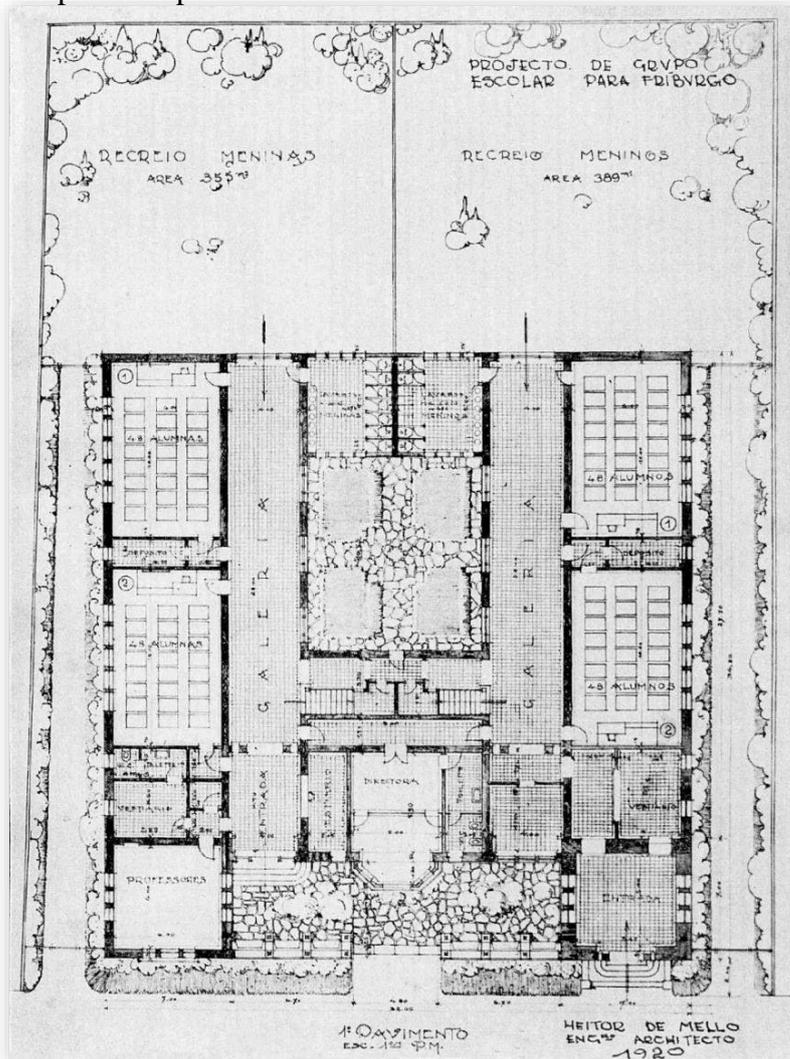
O acesso pela torre conduzia a um vestíbulo com saída, pela esquerda, para uma espaçosa galeria avarandada que permitia o acesso às duas salas de aula desta ala, localizadas à direita. À esquerda ficava o acesso ao corredor que conduzia à outra ala, passando obrigatoriamente pela sala da diretora, o acesso às escadas, os vãos que levavam ao pátio central e, ao fundo o espaçoso lavabo masculino, composto por 4 sanitários, 4 mictórios e uma enorme pia, para o uso simultâneo de 7 alunos.

A sala da diretora ocupava a parte central, contando com uma enorme janela cujas faces projetadas para fora da fachada permitiam a visão dos dois acessos ao prédio. Era um amplo

espaço dividido entre a sala de espera e o gabinete, composto também por um vestiário e banheiro.

De acordo com Bencostta (2005), essas características conferem um aspecto de maior acessibilidade ao espaço destinado à função diretiva na sua relação com os demais espaços escolares, revelando uma concepção maximizadora da direção, “mais próxima e implicada na vida cotidiana” (BENCOSTTA, 2005, p. 25) da escola, assim também como proporcionava as suas funções de vigilância, devido ao posicionamento da sala na composição arquitetônica, facilitando a visibilidade.

Figura 26 – Grupo Escolar de Nova Friburgo: Planta baixa do primeiro pavimento



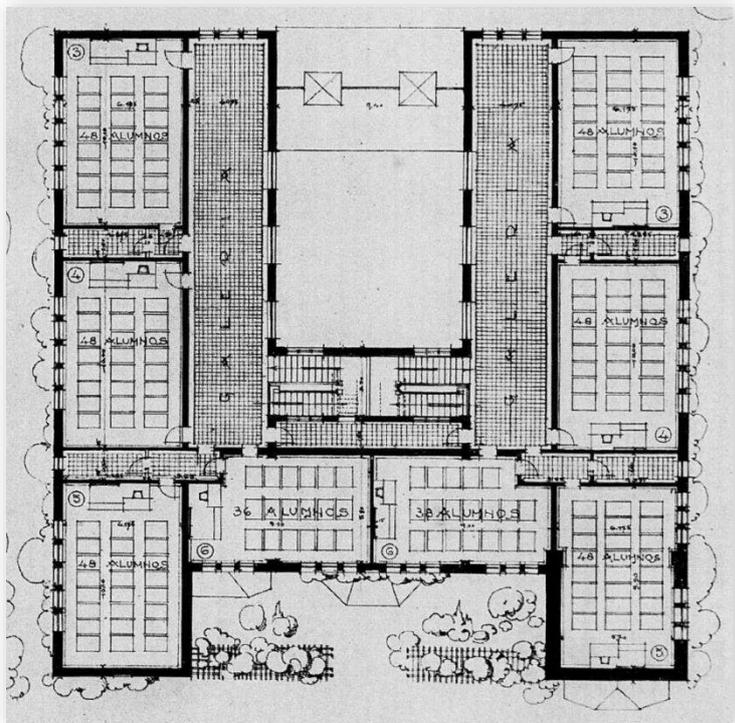
Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920

O acesso à ala esquerda, projetada para as meninas, ocorria por um portão sob a varanda, levando a uma sala que possuía à direita um pequeno vestiário, e à esquerda o acesso à sala dos professores — iluminada pela ampla janela à esquerda da fachada e outra, do mesmo tamanho, na face lateral —, e ao vestiário e banheiro, também destinado aos mestres. Após a sala da entrada, seguia-se a galeria avarandada que, da mesma forma que na ala direita, em composição simétrica, permitia o acesso à sala da direção, às duas salas de aula, às escadas para o segundo pavimento, ao pátio central e ao banheiro feminino.

As salas de aula eram consideravelmente espaçosas e bem iluminadas, medindo 10m de comprimento por 6m de largura, com espaço para 48 alunos, possuindo um estrado para a mesa do professor e espaço para o quadro negro. A parede à esquerda dos alunos abrigava cinco lances de janelas que ocupavam quase toda a sua extensão, garantindo iluminação adequada,

de acordo com os preceitos higienistas. As salas de aula não eram contíguas, havendo sempre um espaço medindo 1,60m entre as suas paredes, utilizados como depósito.

Figura 27 – Grupo Escolar de Nova Friburgo: Planta baixa do segundo pavimento



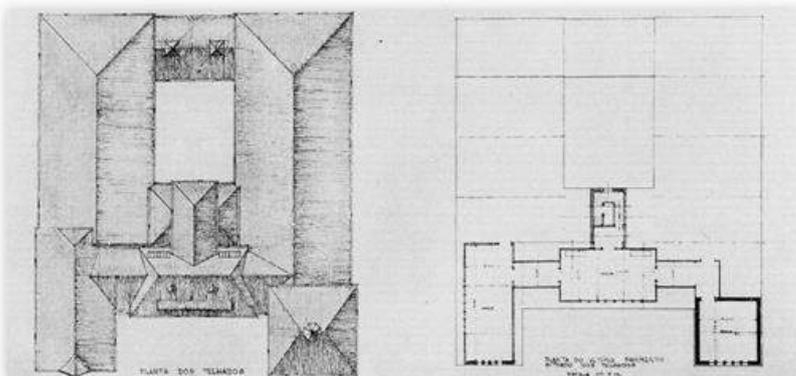
Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920

O segundo pavimento era ocupado exclusivamente por salas de aula e suas galerias de acesso. Eram seis salas, sendo três em cada galeria lateral, com capacidade para 48 alunos, intercaladas pelas pequenas salas de depósito. Além destas, havia mais duas salas na parte frontal do pavimento, com capacidade para 36 e 38 alunos. Havia ainda, no último pavimento, sob o telhado da parte fronteira do prédio, duas amplas salas (na lateral esquerda e no centro), e mais uma na torre da direita.

O início da década de 1920 foi marcado por grandes agitações culturais e políticas em decorrência da primeira guerra mundial, que fez acender os nacionalismos em todo o mundo ocidental. No Brasil eclodiram vários movimentos que traziam à

O pátio central possuía função arquitetônica visando à ventilação adequada das salas de aula. O recreio dos alunos seria realizado na parte dos fundos do terreno, após a área construída, cujo acesso se localizava ao final das galerias. O recreio poderia ser realizado no mesmo horário para todos os alunos, pois havia um muro dividindo o recreio das meninas, que contava com uma área total de 355m², do recreio dos meninos que possuía uma área um pouco maior, medindo 389m², devido às proporções do terreno.

Figura 28 – Grupo Escolar de Nova Friburgo: Planta baixa do telhado



Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920

tona “a questão da nacionalidade brasileira, o combate à estrangeirização do Brasil, a reforma política, a moralização dos costumes e a regeneração da nação” (SOUZA, 2000). Na educação ganhava força um movimento conhecido por Escola Nova, pautado pelas concepções do filósofo e educador norte-americano John Dewey, que no Brasil influenciou diversos educadores, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Um dos elementos centrais nesta nova proposta de reestruturação da educação brasileira eram os prédios escolares e a sua arquitetura. O edifício-escola servia de suporte para a exibição dos símbolos nacionais, como brasões, bandeiras, retratos de homens ilustres, etc. (ESCOLANO, 1998), além de materializar no seu próprio estilo arquitetônico o sentido de nacionalidade que se buscava afirmar naquele momento. Assim foi ganhando força a defesa de uma arquitetura tradicional brasileira, que supostamente representasse as raízes de nossa civilização, e que deveria, portanto, figurar nos prédios escolares. Dessa forma se deu a aproximação entre os princípios da Escola Nova e a arquitetura neocolonial brasileira.

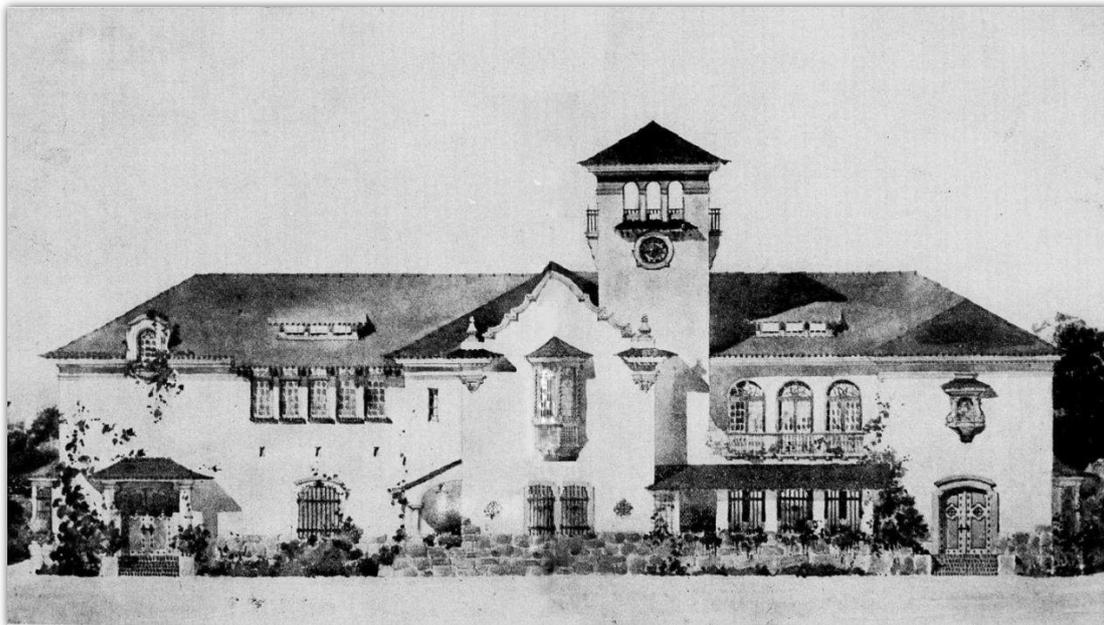
O educador Fernando Azevedo, que em 1927 assumiu a diretoria geral da instrução pública do Distrito Federal, era um grande defensor da arquitetura neocolonial como elemento nacionalizante. Entre 1927 e 1930 foram construídas, na cidade do Rio de Janeiro, nove escolas adotando este modelo arquitetônico, destacando-se entre elas a Escola Uruguai, a Escola Argentina, a Escola Estados Unidos, Escola Antônio Prado Jr. e Escola Normal. A arquitetura neocolonial, apesar de remeter ao passado colonial e tradicional, o que aparentemente se contrapunha a uma reforma modernizadora na educação, era justificada por Azevedo por ser capaz de “congregar, no ambiente da escola, todos os elementos tradicionais, capazes de vincular as novas gerações, num povo em formação, à sua terra, à sua gente e aos seus antepassados” (AZEVEDO apud VIDAL, 1994, p. 39).

Apesar da relevância incontestável da reforma azevediana, o diálogo entre a arquitetura neocolonial e a escola primária já estava presente no projeto do arquiteto Heitor de Mello para o Grupo Escolar Pedro II, de Petrópolis, o mais icônico dos prédios escolares construídos pelo governo Raul Veiga, figurando como um dos principais símbolos das comemorações pelo centenário da independência do Brasil no estado do Rio de Janeiro.

O prédio imponente apresentava uma fachada de composição assimétrica, possuindo um núcleo central onde se localiza a sala da diretora, avançado em relação ao restante da fachada, cujo acesso se dava de forma independente por um pórtico exclusivo em sua lateral esquerda, imprimindo um caráter hierárquico à construção. Este núcleo central possui ainda um frontão curvilíneo, característico da arquitetura neocolonial. Atrás da sala da diretora encontra-se um

enorme auditório medindo 106m², contando com vestiário e um banheiro, cuja janela se observa na fachada, entre a sala da diretora e o portão de acesso pela lateral esquerda.

Figura 29 – Fachada do Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis



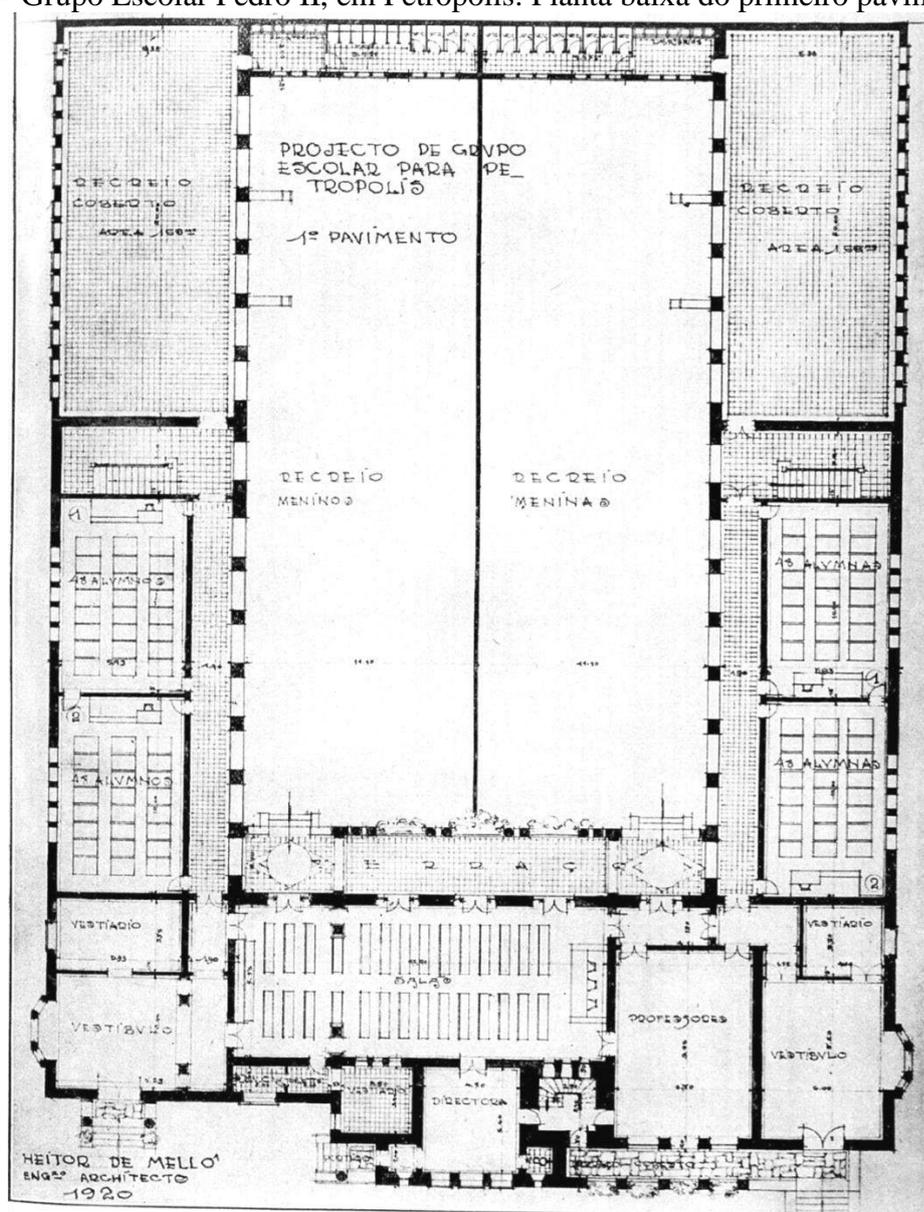
Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921

Assim como na escola de Friburgo, destaca-se na fachada a presença da torre e do relógio. Escolano (1998) observa que a torre era um elemento bastante característico na arquitetura escolar do século XIX, representando um signo de poder e domínio, também presente nos demais edifícios emblemáticos das comunidades, como a igreja e a prefeitura, ostentando muitas vezes grandes relógios em destaque. Para este autor a presença do relógio vai além do papel de demarcar o tempo, tornando-se um

organizador da vida da comunidade e também da vida da infância. Ele marca as horas de entrada na escola e de saída dela, os tempos de recreio e todos os momentos da vida da instituição. A ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens (ESCOLANO, 1998, p. 44).

Ao lado direito da torre encontrava-se a sala dos professores, possuindo três janelas voltadas para a varanda onde havia uma porta de acesso permitindo a visita à torre e ao salão de exposições, no segundo pavimento, sem a necessidade de percorrer as dependências da escola. Ligando a sala da direção à sala dos professores havia um corredor, evidenciando a preocupação com a funcionalidade administrativa e a concepção maximizadora da direção (BENCOSTTA, 2005).

Figura 30 – Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis: Planta baixa do primeiro pavimento



Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920

A arquitetura do prédio estabelece, além da composição hierárquica, a divisão sexual dos espaços, ficando a parte direita destinada às meninas e a parte esquerda aos meninos, dividida por um muro atravessando o interior do pátio, reservado ao recreio.

O prédio adotava o partido arquitetônico em quadra, como nas escolas jesuítas do período colonial (CASTRO, 2010), possuindo na parte fronteira o setor administrativo, com a sala da direção, a sala dos professores e o auditório, nas laterais as salas de aula e o recreio coberto, no pavimento térreo, tendo ao fundo os banheiros bastante espaçosos.

A figura 31 apresenta o aspecto interno do edifício, onde é possível notar as duas portas de acesso direto ao pátio — a da esquerda partindo do acesso feminino, próximo à sala dos

professores, e a da direita, saindo do interior do auditório —, e permite também ver, ao centro, o muro que dividia o pátio de recreio masculino e feminino.

Figura 31 – Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis. Fachada posterior



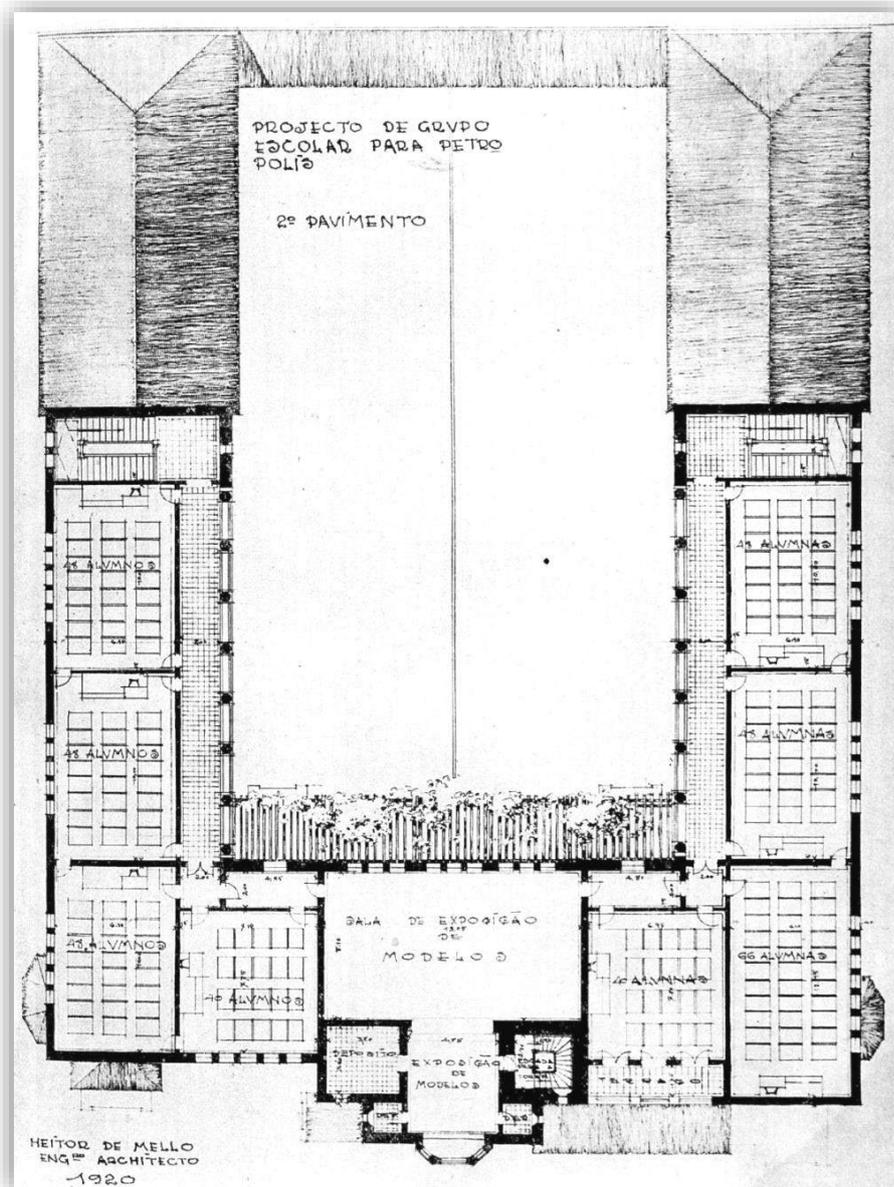
Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921

No térreo havia apenas quatro salas de aula, sendo duas na ala masculina e duas na ala feminina, medindo 5,93m de largura por 10m de comprimento cada uma, preparadas para comportar 48 alunos. Cada sala de aula possuía dois acessos a partir da galeria avarandada que circundava o pátio central, sendo um na direção da mesa do professor e outro ao fundo da sala, além de haver a comunicação entre as salas de aula contíguas, através de uma porta. Havia janelas apenas na lateral voltada para a parte externa do prédio evitando assim o contato visual dos alunos com o pátio de recreio durante as aulas.

Seguindo as galerias avarandadas do térreo, após as duas salas de aula encontravam-se as escadarias de acesso dos alunos ao segundo pavimento, e depois delas, os pátios cobertos, medindo 160m² cada um.

No segundo pavimento o núcleo central abrigava um enorme salão para exposição de modelos e trabalhos manuais, cujo acesso se dava pela torre, de forma independente, ou pelas galerias laterais. Ao lado direito deste salão havia uma sala de aula feminina que comportava 40 alunas, possuindo três portas envidraçadas voltadas para um terraço na fachada. À esquerda do salão, mais uma sala de aula, para 40 meninos, cujas janelas também se voltavam para a fachada. Havia ainda mais duas salas de aula para 48 alunos, que ficavam por sobre os dois acessos (masculino e feminino) nas extremidades laterais da fachada.

Figura 32 – Planta baixa do Grupo Escolar Pedro II, em Petrópolis, 2º pavimento



Fonte: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921

O lugar ocupado pelos prédios escolares na cidade, com sua arquitetura própria distinguindo-os das demais instituições, aumentava, nas palavras de Escolano (1998), “o prestígio do professor e [elevava] a estima que os alunos têm para com a educação (ESCOLANO, 1998, p. 37), ou, como afirmou Vidal (1994), “diferenciava os saberes do educador e do arquiteto dos leigos que atuavam na política e da população em geral, constituindo-lhe um lugar autorizado para a emissão de discursos e práticas discursivas” (VIDAL, 1994, p. 51).

No caso do estado do Rio de Janeiro estes “discursos” e “práticas discursivas” a partir dos prédios escolares, tornaram-se uma prática bastante explorada a partir de 1916, quando o

presidente estadual Nilo Peçanha inaugurou na cidade de Campos, com a presença do presidente da república, a escola ao ar livre Wenceslão Braz. Desde então foram vários os eventos de inauguração de escolas com a presença do presidente do estado, como no caso do G. E. Ferreira da Luz, no distrito de Miracema em Santo Antônio de Pádua (figura 13, p. 141).

Figura 33 – Inauguração do Grupo Escolar Euclides da Cunha, no município de Teresópolis



Fonte: Revista Fon-Fon (EXCURSÃO do Presidente do Estado, 1920) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

Os atos de inauguração eram anunciados e cobertos pela imprensa, podendo ser explorados politicamente. Em 1921 o jornal *Gazeta de Notícias* noticiava a “inauguração do Grupo Escolar Casimiro de Abreu e dos edifícios da cadeia e quartel da cidade de Valença”, que aconteceriam no dia 23 de abril, e a do “grupo escolar do distrito de Santo Antonio do Carangola, município de Itaperuna” (MELHORAMENTOS no estado do Rio, 1921). Em 1922 o mesmo jornal anunciava que

O Dr. Raul Veiga, presidente do Estado do Rio de Janeiro, designou o dia 4 de novembro próximo para inaugurar o edifício da Escola Profissional Feminina da cidade de Campos, a ponte de cimento armado sobre o rio Pomba, na cidade de Santo Antonio de Padua e bem assim o Grupo Escolar Dr. Francisco Portella, em Natividade, no município de Itaperuna, e o Grupo Escolar da cidade de S. João da Barra (MELHORAMENTOS, no estado do Rio, 1922).

Entre 1919 e 1922 o presidente Raul de Moraes Veiga inaugurou 18 prédios escolares, numa média de 4,5 escolas por ano, o que representa, por exemplo, o dobro das escolas construídas por Fernando de Azevedo entre 1927 e 1930 no Distrito Federal (VIDAL, 1994). Entre os prédios inaugurados pelo presidente fluminense apenas quatro foram totalmente projetados e construídos para fins escolares (G. E. Orinda Veiga e G. E. Francisco Portella em

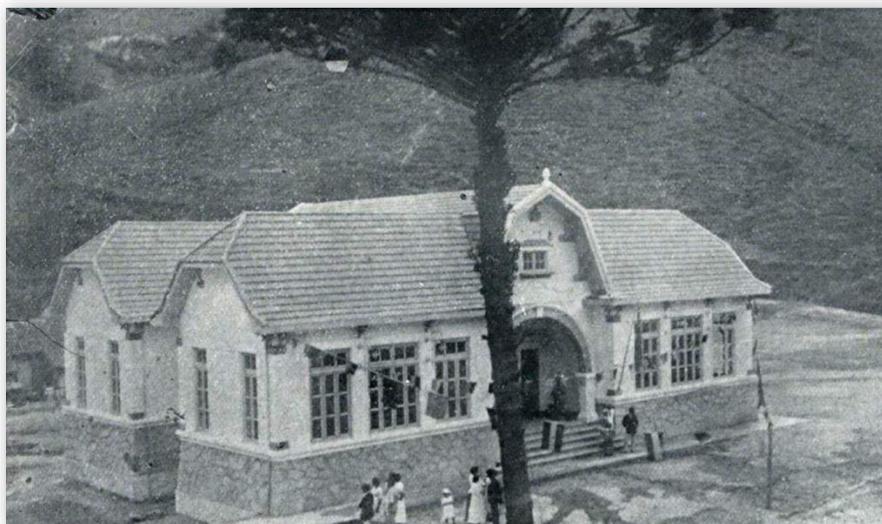
Itaperuna, G. E. Visconde de Itaborahy em São Francisco de Paula, e G. E. Pedro II em Petrópolis), sendo os demais adaptados pelo governo ou, como no caso dos grupos escolares Treze de Maio e Aydano de Almeida, em Niterói, arrendados pelo governo e adaptados pelos proprietários.

Figura 34 – Inauguração do Grupo Escolar Orlinda Veiga em Itaperuna – 1921



Fonte: Revista Careta (O SR. Presidente..., 1921) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

Figura 35 – Inauguração do Grupo Escolar Visconde do Itaborahy no município de São Francisco de Paula – 1921



Fonte: Revista Fon-Fon (A EXCURSÃO..., 1921) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

Das escolas apresentadas nas primeiras mensagens de Raul Veiga algumas não ficaram prontas a tempo de serem inauguradas em seu governo, como o Grupo Escolar Modelo com jardim de infância em anexo, na cidade de Niterói, e o grupo escolar de Santa Maria Madalena, inaugurados no governo de Feliciano Sodré. O grupo escolar de Nova Friburgo, um dos prédios planejados pelo arquiteto Heitor de Melo, também não foi concluído a tempo, ficando o seu

prédio inacabado durante mais de uma década, inaugurado somente em 1933, após a revolução de 1930.

Quadro 18 – Prédios de escolas primárias inaugurados nos governos de Nilo Peçanha, Geraque Collet e Raul Veiga (1916 - 1922)				
Escola	Município	Início	Inauguração	Adaptado / construído
Escola Ao Ar Livre Venceslau Bráz	Campos	1916	1916	Construído
G. E. Quintino Bocaiúva	Niterói	1915	1917	Adaptado
G. E. Ferreira da Luz	S. Antônio de Pádua	1915	1917	Construído por subscrição popular
G. E. Nilo Peçanha	São Gonçalo	1915	1917	Construído pela municipalidade
G. E. Duque de Caxias	S. Francisco de Paula	1916	1917	Construído
G. E. Barão de Macaúbas	São Fidélis	1917	1919	Adaptado
G. E. Treze de Maio	Niterói	1919	1919	Arrendado, adaptado pelo proprietário
G. E. Aydano de Almeida	Niterói	1919	1919	Arrendado, adaptado pelo proprietário
G. E. Raul Veiga	Macaé	1919	1920	Adaptado
G. E. João Clapp	Campos	1919	1920	Arrendado, adaptado pelo Estado
G. E. XV de Novembro	Campos	1919	1920	Arrendado, adaptado pelo Estado
G. E. Euclides da Cunha	Terezópolis	1920	1920	Adaptado
G. E. Orlinda Veiga	Itaperuna	1919	1921	Construído
G. E. Casimiro de Abreu	Valença	1919	1921	Adaptado
G. E. Pinto Lima	Niterói	1919	1921	Adaptado
G. E. Nove de Abril	Niterói	1919	1921	Adaptado
G. E. Hilario Ribeiro	Niterói	1919	1921	Adaptado
G. E. Visconde de Itaboraay	S. Francisco de Paula	1919	1922	Construído
G. E. Pedro II	Petrópolis	1919	1922	Construído
G. E. Francisco Portella	Itaperuna	1919	1922	Construído
G. E. Alberto Torres	São João da Barra	s/inf	1922	Adaptado
G. E. Joaquim Macedo	Barra do Pirai	s/inf	1922	Adaptado

Fonte: Elaboração própria a partir das mensagens presidenciais de 1916 a 1930; dos jornais *Gazeta de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O Paiz*; e das revistas *Careta*, *Revista da Semana* e *Revista Fon-Fon*.

As escolhas dos municípios onde se instalariam os grupos escolares e os nomes que teriam as escolas faziam parte da estratégia política de afirmação do *nilismo*, e do fortalecimento da figura de Nilo Peçanha, candidato da Reação Republicana nas eleições de 1922 para a presidência da república.

Uma das primeiras escolas inauguradas foi Grupo Escolar Raul Veiga. Além de receber o próprio nome do presidente, a escola foi inaugurada em um dos focos de oposição ao *nilismo*, o município de Macaé, base política do ex-presidente Alfredo Backer. Em Itaperuna — domínio

do *portelismo* — foram instalados dois grupos escolares, em distritos bastante populosos. Para nomear o grupo escolar de São João da Barra foi resgatada a figura do ex-presidente Alberto Torres, defensor do “Estado pedagogo” formador da cidadania.

Figura 36 – Fachada do G. E. Francisco Portella em Natividade, município de Itaperuna



Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

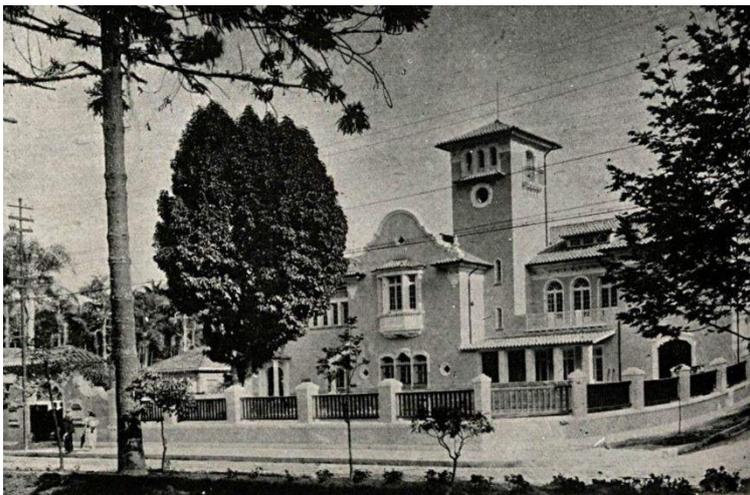
Figura 37 – Interior do G. E. Francisco Portella em Natividade, município de Itaperuna



Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

Os municípios de Niterói, Petrópolis, Teresópolis e Friburgo formavam a área de influência de Feliciano Sodré, principal força de oposição a Raul Veiga e Nilo Peçanha naquele momento, por isso a importância de se instalar nestas cidades prédios escolares exemplares, que dessem visibilidade às ações do grupo político que buscava se afirmar no poder.

Figura 38 – Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis



Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

A inauguração de escolas no ano de 1922 fez parte das comemorações do centenário da independência do Brasil no estado do Rio de Janeiro. De todas elas a que obteve mais destaque foi a do Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis.

As presenças do presidente e de diversas autoridades locais e estaduais, assim como a da diretora, professoras, alunos e seus familiares, mereceram destaque na imprensa, que mencionou a vastidão do pátio interno e o caráter modelar do edifício (A INSTRUÇÃO publica no Estado do Rio de Janeiro, 1922).

Figura 39 – O presidente Raul Veiga e o corpo docente do G. E. Pedro II

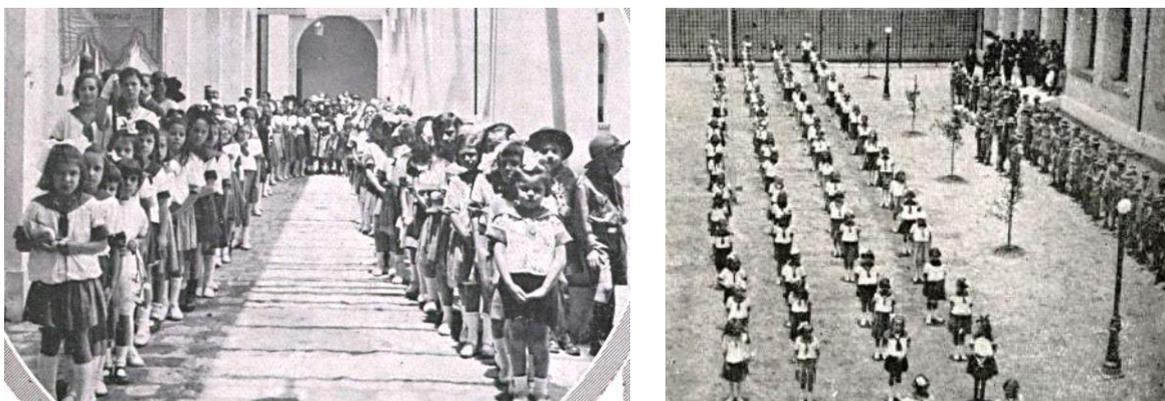


Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

Na fotografia acima se encontra ao centro e em primeiro plano, o presidente Raul Veiga tendo à sua esquerda a professora Angélica Martinho Lopes de Castro, diretora do Grupo Escolar Pedro II, acompanhada das professoras adjuntas. Atrás estão as diversas autoridades presentes, entre elas o Dr. Barros Franco, prefeito de Petrópolis, o Dr. Arthur Costa, presidente da ALERJ, o Dr. Jorge Lossio, diretor geral de obras públicas e o Dr. Guilherme Catramby, diretor geral da instrução.

Nas fotografias abaixo é possível observar a extensão do pátio interno, utilizado para demonstração de exercícios de ginásticas das alunas, contando também com a presença dos meninos em trajes de escoteiro.

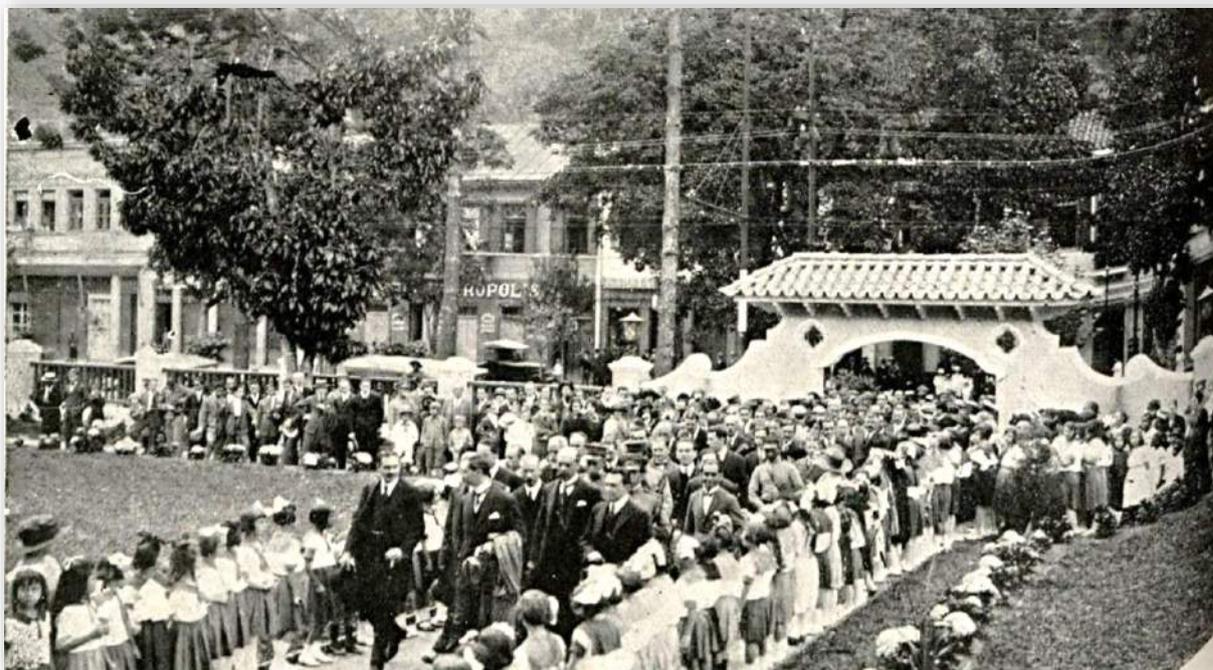
Figura 40 – Exercícios de ginástica na inauguração do G. E. Pedro II em Petrópolis



Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

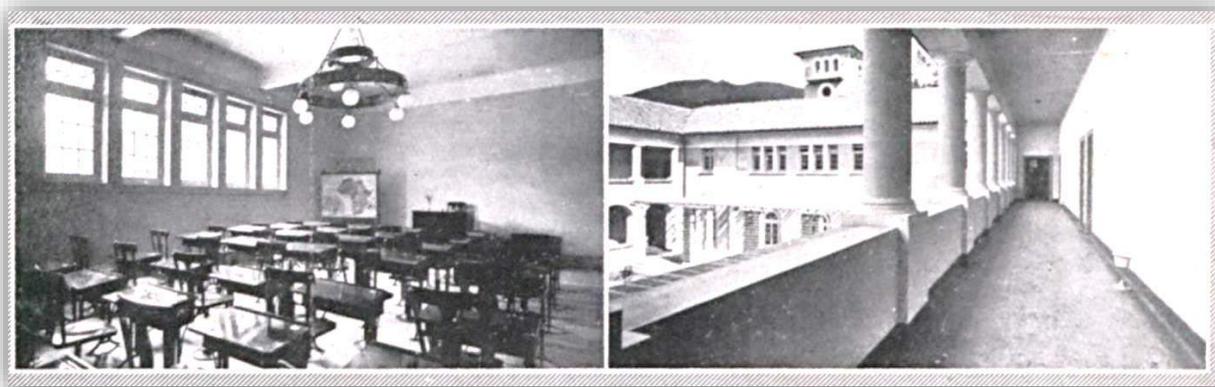
A figura 41 mostra o momento em que a comitiva do presidente do Estado entra pelo portão da escola, sendo saudada pelos alunos perfilados no jardim fronteiro ao prédio.

Figura 41 – Chegada da comitiva do presidente Raul Veiga ao prédio do G. E. Pedro II em Petrópolis



Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

Figura 42 – Aspecto das dependências do Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis



Fonte: Revista Fon-Fon (A INSTRUÇÃO no Estado do Rio, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

A inauguração de escolas, como dito anteriormente, foi utilizada como símbolo comemorativo no Rio de Janeiro e como instrumento político buscando consolidar as forças *nilistas* no Estado. Desde 1920 o presidente Raul Veiga anunciava a definição dos limites estaduais com a elaboração da nova carta geográfica do Estado (pois a última datava de 1860), e os prédios escolares, como principais elementos a serem exaltados nas festividades da comemoração da independência do Brasil em 1922.

Entendo dotar cada cidade, villa ou povoação, si não for possível em todas, em sua grande maioria, de um prédio escolar, construído especialmente para esse fim, no qual possamos ministrar o ensino completo e eficiente.

Será preparando novas gerações de brasileiros que honraremos os nossos maiores; fundando escolas e combatendo o analphabetismo, teremos, penso, prestado um dos maiores serviços ao nosso Paiz (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1920, p. 26-27).

O governo do estado do Rio de Janeiro publicou, na ocasião das comemorações do centenário da independência do Brasil, o Álbum do Rio de Janeiro, destacando as características sócio-econômicas dos municípios fluminenses e suas riquezas naturais. Neste álbum é dedicado um capítulo exclusivo à instrução pública onde se apresenta um retrospecto da educação fluminense desde o fim do Império, tecendo comentários sobre as primeiras reformas republicanas na instrução pública, com muitos elogios à reforma de 1900 e ao presidente Alberto Torres, lamentando o não cumprimento total dos seus princípios em decorrência da crise financeira. Em seguida destaca a reforma de 1911 e os seus pontos positivos, como o provimento de material e mobiliário escolar, e a criação das Escolas Complementares, apresentando dados de matrícula e frequência entre 1911 e 1915, falando em seguida sobre os grupos escolares.

Figura 43 – Grupo Escolar Casimiro de Abreu - 1922



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922 (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Entre as diversas fotografias de escolas primárias e secundárias, privadas e públicas nos diversos municípios do Estado, destacam-se as da Escola Normal, da Escola Modelo e Escola Maternal de Niterói, do Grupo Escolar Pedro II em Petrópolis, Grupo Escolar Euclides da Cunha em Teresópolis, G. E. Ferreira da Luz em Miracema, G. E. Casimiro de Abreu em Valença, G. E. Orlinda Veiga em Itaperuna, G. E. Joaquim Macedo em Barra do Piraí, G. E. Barão de Macahubas em São Fidélis, G. E. Raul Veiga em Macaé, G. E. Nilo Peçanha em São Gonçalo, entre outros institutos de ensino públicos e privados.

Figura 44 – Aula de Ginástica no G. E. Casimiro de Abreu em Valença - 1922



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Figura 45 – Sala de aula do G. E. Casimiro de Abreu em Valença



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro 1922 (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional - Brasil

Na figura 45 é possível notar a influência do higienismo na organização da sala de aula, com pé direito alto e a presença de amplas janelas. Nota-se a utilização de bancos-carteira duplos com a separação entre meninos e meninas por fila, e a presença de mapas afixados na parede.

Apesar de serem celebrados os grupos escolares, a maioria das escolas primárias do estado do Rio de Janeiro era composta por escolas isoladas, como esta do município de Cambuci (figura 46):

Figura 46 – Escola isolada no município de Cambuci - 1922



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro 1922 (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

A imagem mostra uma escola mista com uma quantidade maior de meninos, de faixa etária variada, funcionando em prédio aparentemente inadequado, com limitações em seu pouco espaço físico.

Figura 47 – Grupo Escolar Barão de Macahubas em São Fidélis - 1922



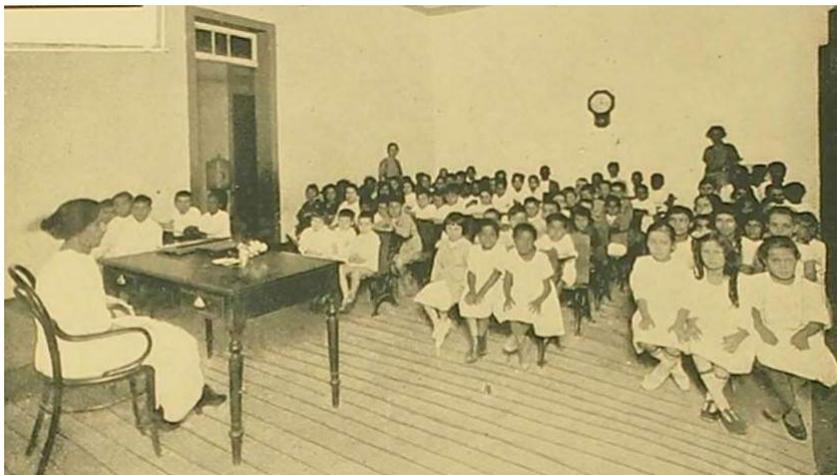
Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Figura 48 - G. E. Joaquim Macedo em Barra do Pirai - 1922



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922).

Figura 49 - Sala de aula do G. E. Joaquim Macedo em Barra do Piraí



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922).

Nesta escola é possível notar a presença das professoras adjuntas no fundo da sala e uma grande quantidade de alunos, notando-se três ou mais crianças em cada banco-carreira originalmente projetado para duas crianças. É possível notar também a presença do

relógio na parede do fundo e de uma talha para água na direção da porta da sala de aula. Da mesma forma que na escola de Valença percebe-se a separação sexual por fila.

Figura 50 – G. E. Raul Veiga em Macaé - 1922



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Figura 51 – G. E. Orlinda Veiga em Santo Antônio do Carangola, município de Itaperuna



Fonte: Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Em meio às comemorações do centenário da independência e inaugurações das escolas fluminenses avançava, desde junho de 1921, a campanha da Reação Republicana, reunindo os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Distrito Federal, em defesa da candidatura de Nilo Peçanha tendo como vice J. J. Seabra, presidente da Bahia e ex-professor de Nilo nos tempos da faculdade de direito do Recife (PEÇANHA, 1969) para a presidência da república nas eleições de 1922, formando um eixo alternativo de poder em oposição à candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes, apoiado pelo presidente Epitácio Pessoa e pelas oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

O programa da Reação Republicana se caracterizou pelo périplo do candidato Nilo Peçanha por todo o Brasil em campanha, prática pouco comum à época, sustentando um discurso que criticava a estrutura do federalismo brasileiro, defendendo um modelo em que “as decisões políticas nacionais [saíssem] do terreno das conveniências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade” (PEÇANHA apud FERREIRA, 1993, p. 15). Em relação à política econômica mantinha a defesa do agrarismo, apostando na diversificação e na autossuficiência da produção de alimentos.

Além das críticas ao funcionamento do federalismo, Nilo Peçanha inovava no discurso voltado para as camadas urbanas e para os trabalhadores, chegando a declarar que

o mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário (PEÇANHA apud FERREIRA, 1993, p. 17),

revelando assim a sensibilidade da Reação Republicana para o avanço do movimento operário nos grandes centros brasileiros, desde a greve geral de 1917. Por fim, também era defendida a ênfase na expansão da instrução pública e no combate ao analfabetismo, como alternativa para ampliar a participação política.

Apesar do sucesso da campanha através dos *meetings*, da propaganda na imprensa *nilista*, da grande penetração de Nilo nos centros urbanos e entre os militares, além do apoio das diversas oligarquias dissidentes, “os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes” (FERREIRA, 1993, p. 19).

A partir desse momento tinha início uma onda de protestos pela imprensa e manifestações nos grandes centros, denunciando a fraude eleitoral. Em 5 de julho de 1922 eclodiram as rebeliões do Forte de Copacabana e também nas guarnições militares de Campo Grande e Niterói, os *nilistas* passavam a reafirmar, pela imprensa, os princípios da Reação Republicana, aprofundando o discurso da moralização política, chegando o próprio Nilo a defender a reforma constitucional e a instituição do voto secreto, que se tornou uma das principais bandeiras do *tenentismo* ao longo da década de 1920.

Desde o lançamento da Reação Republicana em 1921, aumentava a repressão do governo federal contra as dissidências. No Legislativo federal a Comissão de Verificação e Poderes, que antes estava subordinada ao deputado campista João Guimarães, foi entregue a ao anti-*nilista* Norival de Freitas, impedindo assim a posse de elementos contrários a candidatura Bernardes, representando um obstáculo para as dissidências estaduais.

No estado do Rio de Janeiro foi aprovada a lei orgânica das municipalidades, tornando eletivo o cargo de prefeito, eliminando assim um dos principais instrumentos de controle *nilista* nas municipalidades. Além disso, a atuação do juiz federal *bernardista* Leon Roussoulières, presidente das juntas apuradoras, ampliando alistamento eleitoral a fim de angariar eleitores livres da influência dos *nilistas* e nomeando 20 novos juizes suplentes “alheios ao *nilismo*” (FERREIRA, 1989, p. 259), contribuíram para o enfraquecimento da oligarquia dominante no Estado, abrindo caminho para as forças de oposição, fiéis a Epitácio Pessoa e a Artur Bernardes.

Em 9 de julho de 1922, quatro dias após a revolta do Forte de Copacabana, realizaram-se as eleições para a sucessão de Raul Veiga na presidência do estado do Rio de Janeiro. O candidato *nilista* era o deputado Raul Fernandes, tendo como vice Artur Costa, político de Campos e presidente da ALERJ, enquanto a oposição lançava a candidatura de Feliciano Sodré, que já havia sido derrotado pelo próprio Nilo nas eleições de 1914. Ao mesmo tempo ocorreria o primeiro pleito para eleger os prefeitos municipais.

Apesar dos esforços do governo Raul Veiga na execução de diversas obras nos municípios do interior do Estado visando a cooptação das oposições, o resultado não foi tão positivo. Em Petrópolis, por exemplo, a construção do Grupo Escolar Pedro II, que exigiu grande atenção do presidente, constituindo um dos maiores feitos a serem celebrados nas comemorações do centenário da independência, não impediu a vitória do candidato da oposição, o deputado federal Joaquim Moreira, para prefeito do município.

Neste contexto conturbado encerrava-se o governo de Raul Veiga no estado do Rio de Janeiro. Em sua última Mensagem à Câmara o presidente afirmava que

Dos edifícios [escolares] construídos (...), todos se podem apresentar, sem exagero, como modelos no gênero, e que hão de ficar como um attestado vivo, do grande interesse que dediquei á instrucção publica do meu Estado. Nas cidades onde estão construídos resaltam como os mais grandiosos edifícios locaes, pois com esse intuito mesmo, foram construídos, como monumentos (...)" (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922b, p. 34).

Nas palavras do presidente é possível perceber não somente a intencionalidade na edificação de prédios escolares monumentais capazes de eternizar a sua imagem de político, mas também a concepção de que o Estado era o principal responsável pela construção da cidadania, característica que o aproximava do ex-presidente Alberto Torres — criador dos primeiros grupos escolares fluminenses no ano de 1900³⁴ e defensor do “Estado pedagogo” construtor de uma “república social” —, e de Nilo Peçanha com sua ênfase numa escola primária capaz de construir uma “sociedade de trabalhadores”. A partir do governo de Raul Veiga estavam lançadas as bases para a expansão da escola primária que se verificou ao longo dos anos 1920.

Em julho de 1922 foram diplomados os deputados estaduais eleitos no ano anterior, sendo reconhecidos apenas os candidatos situacionistas, como de praxe, dando início ao conflito que resultou em duplicidade de câmaras, quando os oposicionistas reunidos no prédio da câmara

³⁴ Em 1921 o presidente Raul Veiga inaugurou, no município de São João da Barra, o Grupo Escolar Alberto Torres.

municipal de Niterói também se proclamaram poder legislativo estadual. Neste momento cada câmara reconheceu a eleição do seu candidato à presidência do estado, abrindo o caminho para a intervenção federal que ocorreu em 10 de janeiro de 1923, sendo nomeado pelo presidente da república para governar o Rio de Janeiro o interventor Aurelino Leal. No mês de maio a ALERJ declarava nulas todas as eleições estaduais realizadas desde dezembro de 1921, convocando novas eleições para o final do ano, nas quais foram eleitos o presidente Feliciano Sodré e a bancada *sodrezista* para a ALERJ (KORNIS, 1989b), pondo fim ao domínio *nilista* no Rio de Janeiro.

Após a queda do *nilismo*, enraizava-se o *sodrezismo*, com os governos de Feliciano Sodré (1923 – 1927) e Manuel Duarte (1927 – 1930), que governaram até a chegada de Getúlio Vargas à presidência da república.

No contexto da criação da Associação Brasileira de Educação em 1924 foi realizada uma nova reforma do ensino fluminense. Extinguiu-se a Superintendência Geral do Ensino, restabelecendo-se a Diretoria de Instrução Pública, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça, e composta por duas seções: uma responsável pelo ensino normal, secundário e profissional; e outra pelo ensino primário.

Sodré identificava que os prédios escolares continuavam sendo um problema, pois a grande maioria das escolas ainda funcionava em casas alugadas, sem condições higiênicas e pedagógicas. Dos 52 grupos escolares existentes em todo o Estado 27 funcionavam em prédios alugados. Em relação às escolas isoladas a situação era ainda mais grave, já que somente 24 das 509 existentes funcionavam em prédios próprios, ficando ainda 485 em prédios alugados, o que representava um custo de 600:000\$000 anuais em aluguéis. As caixas escolares também não tiveram o desempenho esperado, com exceção das caixas “Benjamin Constant e Quintino Bocayuva nos 1º e 4º districtos de Nictheroy e Pedro II em Pretropolis” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1924, p. 47).

Em 1925 uma nova reforma a partir do Decreto nº 2.105, de 2 de março, alterava a organização do ensino primário, que seria dividido em 3 graus: 1º grau com curso elementar de duas séries; 2º grau de nível médio com três séries; e o 3º grau com curso integral de cinco anos ministrado nos grupos escolares. A partir desse momento nota-se uma considerável expansão no número de matrícula e frequência nas escolas primárias. De acordo com Schueler (2010), um dos fatores para este crescimento se deve ao “fato de em algumas unidades escolares terem sido adotados dois turnos” (SCHUELER, 2010, p. 547). Os turnos escolares foram instituídos pela primeira vez em 1922, ainda no governo Raul Veiga, nos grupos escolares com número

elevado de matrícula. As primeiras escolas a funcionar em dois turnos foram os Grupos escolares Silva Pontes, 13 de Maio, Pinto Lima e Quintino Bocayuva, em Niterói; Ferreira da Luz em Miracema; e Orlinda Veiga em Santo Antônio do Carangola (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922b), que de fato tiveram suas matrículas aumentadas, chegando alguma delas a ultrapassar a quantidade de mil alunos.

No entanto, há outro fator que provavelmente tenha contribuído ainda mais para o crescimento das matrículas e da frequência escolar nas estatísticas do governo, sobretudo a partir do ano de 1925, que é o retorno à subvenção de escolas privadas. Medida condenada por Nilo Peçanha como instrumento de aparelhamento político, a subvenção não apenas foi restabelecida por Sodré, como passaram a figurar essas escolas, seus professores e alunos nas estatísticas oficiais do Estado, produzindo números inflacionados no que se refere à quantidade de matrículas e frequência.

Analisando as mensagens presidenciais é importante destacar que, apesar da evolução das matrículas e da frequência (gráfico 4), nenhum novo prédio foi construído pelo Estado para a instalação de grupos escolares a partir de 1922, ao passo que o número de escolas subvencionadas mais que triplicou entre 1925 e 1930, como mostra o quadro a seguir:

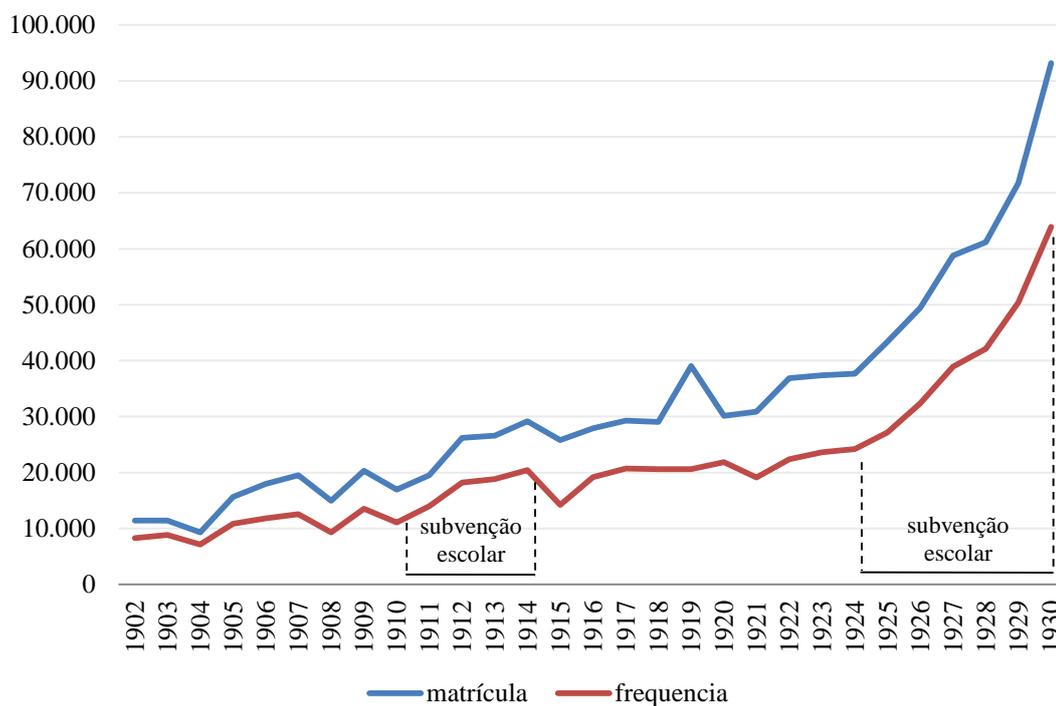
Quadro 19 – Escolas subvencionadas no governo Feliciano Sodré e Manuel Duarte (1925 - 1930)

1925	16
1926	37
1927	64
1928	93
1929	140
1930	135

Fonte: Mensagens presidenciais de 1926 a 1930 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1926-1930)

O gráfico a seguir ilustra o considerável aumento nas matrículas frequência das escolas primárias no estado do Rio de Janeiro a partir de 1925, incluindo as escolas privadas subvencionadas pelo Estado, uma vez que esses números não são apresentados discriminadamente.

Gráfico 4 - Matrícula e frequência nas escolas públicas primárias do estado do Rio de Janeiro (1902 - 1930)



Fonte: elaboração própria a partir das mensagens presidenciais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1902-1930)

O gráfico representa os baixos índices de matrícula e frequência escolar no período mais grave da crise econômica do Rio de Janeiro, quando foram extintos os primeiros grupos escolares e fechadas diversas escolas isoladas durante o governo Quintino Bocayuva (1900-1903), havendo um considerável crescimento a partir de 1905 com a recuperação financeira proveniente das políticas implementadas no primeiro governo de Nilo Peçanha (1903-1906).

Após os conflitos interoligárquicos do governo Backer (1906-1910), promovendo o fechamento de várias escolas e a remoção de diversos professores por motivos políticos, nota-se a elevação das matrículas e da frequência no governo Oliveira Botelho (1910-1914), como consequência da reforma de 1911 que restabeleceu as escolas graduadas através do modelo de Escolas Complementares, e implantou a subvenção a professores particulares.

Em 1915 nota-se uma queda sensível, sobretudo na frequência escolar, em decorrência da extinção da subvenção no segundo governo Nilo Peçanha (1915-1917). A partir desse momento temos a expansão da escola primária pública, através da criação de mais escolas isoladas e da conversão das escolas complementares em grupos escolares, além da reunião de várias escolas isoladas urbanas criando novos grupos escolares. É também neste período que tem início a política *nilista* de construção e reforma de prédios escolares, chegando ao seu ponto

máximo no governo Raul Veiga, que instituiu em seu último ano de governo o funcionamento de dois turnos em alguns grupos escolares.

A partir de 1924 nota-se uma alteração bastante sensível nos números de matrícula e frequência escolar, devido à expansão da implantação de dois turnos e, sobretudo pelo restabelecimento da subvenção.

A reforma de 1925 também reorganizou as regiões escolares visando tornar a inspeção mais eficiente. O estado foi dividido em 8 regiões escolares, além da Sede da Inspeção Geral do Ensino, localizada em Niterói, como se pode notar no quadro a seguir:

Quadro 20 – Distribuição de escolas de acordo com a reforma de 2 de março de 1925

REGIÕES	MUNICÍPIOS	ESCOLAS			
		1º grau	2º grau	grupos	mater-nais
Sede da Inspeção Geral do Ensino	Niterói	—	31	22	2
1ª Região	S. Gonçalo (sede), Maricá, Saquarema, Araruama, S. Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Itaboraí e Rio Bonito	48	68	4	—
2ª Região	2ª REGIÃO: Macaé (sede), Barra de São João, São Francisco de Paula, Santa Maria Madalena, S. Sebastião do Alto e Capivari	39	18	5	—
3ª Região	Campos (sede), Itaperuna e S. João da Barra	50	28	8	1
4ª Região	Itaocara (sede), Cantagalo, Cambuci, São Fidélis e Santo Antonio de Padua	35	16	4	—
5ª Região	Nova Friburgo (sede), Bom Jardim, Duas Barras, Carmo e Santana de Japuíba	18	25	1	—
6ª Região	Petropolis (sede), Terezópolis, Magé, Iguaçú, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati	39	72	4	1
7ª Região	Paraíba do Sul (sede) Sapucaia, Vassouras, Santa Tereza e Valença	33	28	3	—
8ª Região	Barra do Piraí (sede), São João Marcos, Rio Claro, Barra Mansa, Piraí e Resende	36	20	6	—
TOTAL		298	306	57	4

Fonte: Mensagem Presidencial de 1925 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1925)

Em 1926 mais um decreto, o de nº 2.160 de 31 de janeiro, previa alterações no ensino profissional e a criação das escolas maternas e jardins de infância, ficando o ensino público classificado em preliminar, primário, normal, profissional e secundário. O preliminar seria

ministrado na “Escola Maternal Julieta Botelho” e no jardim de infância anexo à Escola Modelo de Niterói, para crianças com idade entre 3 e 7 anos.

Sodré encerrou seu governo destacando a importância do combate ao analfabetismo, sobretudo nas zonas rurais onde “avulta a massa anonyma e analphabeta, (...) a quem se recusam educação sanitária e escolas primarias” (MENSAGEM, 1927, p. 88). Traçando um comparativo com o governo anterior, destaca que em 1922 eram 51 grupos escolares em todo o estado, e no ano seguinte havia 53. No entanto, é importante destacar também que estes dois grupos escolares a mais foram criados ainda no governo anterior, de Raul Veiga, findado em 1922.

Em 1926, após a reforma que alterou a classificação das escolas, as estatísticas oficiais registravam a existência de 59 grupos escolares, 6 a mais que em 1923. O presidente lamentava o fato de 4 deles ainda não funcionarem por falta de prédio, sendo instalados apenas 2: um em Cantagalo e outro em Teresópolis. No entanto o presidente afirmava ainda que o primeiro deles não havia sido instalado, pois seria necessária a adaptação do prédio onde funcionavam a 1ª e 2ª escolas do município. Ou seja, entre 1923 e 1926 só havia sido implementado, de fato, um grupo escolar, o de Teresópolis, em prédio doado pela prefeitura municipal e pela iniciativa particular. Seriam então 54 grupos escolares em 1926, efetivamente.

O mesmo cuidado se deve ter ao analisar os números referentes às escolas de 1º e 2º graus. Entre as 608 escolas que aparecem classificadas como primárias em 1926, 17 não funcionavam por falta de prédio.

A falta de prédios escolares era encarada por Sodré como “um problema insolúvel em varias administrações”, que só seria resolvido lentamente. Para o presidente era “preferível abrir e manter a escola ainda que mal installada, que recusar ao povo a instrução sob pretexto de que o predio não se presta ao funcionamento de uma escola” (MENSAGEM, 1927, p. 99).

Manuel Duarte (1927 – 1930) também reconhecia, em suas mensagens, a importância de se criar e instalar escolas e construir prédios escolares, sobretudo nas cidades onde os aluguéis eram mais caros. Podemos perceber que para ele, assim como para Sodré, pouco importava a monumentalidade da arquitetura escolar como materialização dos ideais republicanos, em oposição ao que nos mostra Rosa Fátima de Souza ao estudar os Grupos escolares paulistas, onde o edifício escola era “um aspecto imprescindível para o seu funcionamento, dotada de uma identidade” (SOUZA, 1998, p. 16).

Para o sodrezismo importava, principalmente, a redução dos custos:

Considerarei desde o início de meu Governo quanto seria acertado adoptar a providencia altamente proveitosa de crear e installar escolas, de preferênciã, nas localidades, em que se offeressem gratuitamente e por praso dilatado, prédios para o funcionamento daquelles institutos, com o que duas vantagens immediatas alcançaria o Governo: evitar que augmentasse a dotação orçamentária e encontrar uma formula para disseminar o ensino primário com razoável economia.

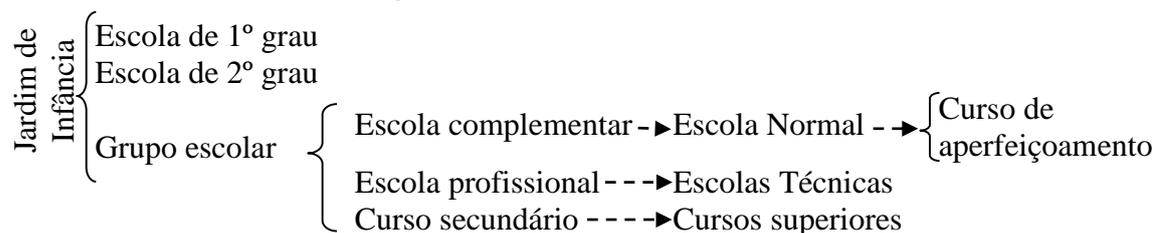
Esse alvitre tem produzido optimo resultado visto que já excedem de 50 os prédios offercidos gratuitamente ao Estado para aquelle fim. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928, p.57).

Ao mesmo tempo todas as subvenções às escolas privadas foram mantidas. Além das subvenções o Estado, em “seu dever de amparar a iniciativa privada e animar áquelles que, com louvável altruísmo, se dedicam á obra educativa e assistência social”, forneceu mobiliário e demais materiais escolares para as escolas privadas.

Em 1929 foi realizada mais uma reforma, visando “tornar a escola fluminense partícipe das novas propostas pedagógicas postas em voga pelos movimentos reformistas chamados de Escola Nova, cujas reformas estavam em voga em vários Estados” (SCHUELER, 2010, p. 545). O presidente justificava a necessidade da reforma afirmando que “a escola não [poderia] ficar estacionaria (...), [devendo] acompanhar a evolução ambiente” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929).

Com o argumento de aumentar a frequência escolar, sobretudo na educação popular, foi reestruturada a organização da escola primária, e a seriação dos cursos, da seguinte forma:

Quadro 21 - Seriação dos cursos no estado do Rio de Janeiro - 1929



Fonte: Mensagem presidencial de 1929 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929)

De acordo com o esquema, para ter acesso à escola profissional ou ao ensino secundário, era obrigatório cursar os grupos escolares. Foi criada também a escola complementar, que seria um intermediário obrigatório entre o grupo escolar e a escola normal, sendo criado apenas um curso na capital. Segundo o presidente, os estudantes “transferiam-se da escola primária elementar para aquelle estabelecimento numa transição profundamente desfavoravel, sem um

lastro conveniente e dahi encontrarem dificuldades insuperaveis durante os 4 annos do curso” Normal (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1929, p. 56).

Permaneciam o problema dos prédios escolares, do elevado valor dos aluguéis e das péssimas condições higiênicas. O número de prédios cedidos gratuitamente aumentou de 40 para 113 entre 1927 e 1928, mas 77,8% das escolas ainda funcionavam em prédios alugados, subindo para 86% no ano seguinte.

Tabela 10 – Propriedade dos prédios escolares em 1928

Próprios estaduais	47	6,4%
Prédios cedidos gratuitamente	113	15,3%
Prédios alugados pelo município	4	0,5%
Prédios alugados a particulares	<u>575</u>	77,8%
Total	739	

Fonte: Elaboração própria a partir da mensagem presidencial de 1928 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1928)

Alessandra Schueler (2010) sugere a hipótese de que “os grupos escolares, embora não tenham sido inexpressivos no estado do Rio de Janeiro, não tiveram sua rede tão estendida, como propagandeava a administração Raul Veiga (1918-1922)”, constatando que a escola elementar, ou isolada, foi predominante ao longo da Primeira República. Nesse sentido é importante acrescentar que a trajetória da escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro é composta por descontinuidades. A figura 53 e o quadro do apêndice nº 1 permitem uma visão mais detalhada a respeito da trajetória da escola primária fluminense ao longo da primeira república.

Apesar da institucionalização jurídica dos primeiros Grupos escolares no estado do Rio de Janeiro datar de 1897, como apontam os estudos mais recentes (SCHUELER, 2010; ARAÚJO, SOUZA & PINTO, 2012; SOUZA, SILVA & SÁ, 2013), essas escolas foram instaladas somente a partir de 1900, tendo uma existência efêmera até sua extinção completa em 1903. A partir de então, inicia-se um lapso de 8 anos em que a escola primária fluminense retornou aos “pardieiros” das escolas isoladas, num momento de aguda crise.

Figura 52 – A escola primária fluminense ao longo da Primeira República (1889 – 1930)



Somente em 1911 é que se retoma a experiência da escola graduada no Rio de Janeiro, com as Escolas Complementares que, convertidas em Grupos escolares no ano de 1915, inauguraram a história de muitos dos hoje centenários Colégios Estaduais espalhados pelos municípios fluminenses.

PARTE II – Campos: de “cidade infecta” à “sultana do Paraíba”

Ao se ajustar o foco de análise da escola primária no estado do Rio de Janeiro durante a primeira república em escala “reduzida”, a nível municipal, torna-se possível revelar aspectos do cotidiano escolar que possibilitam melhor compreender — através da articulação entre o local e o global, estabelecendo as relações entre o micro e o macro — as experiências de escola primária implantadas a partir das diversas reformas pelas quais passou a instrução pública fluminense.

Nesse sentido, operando a variação de escalas sugerida por Revel (1998), buscou-se observar, a partir do município de Campos tomado como unidade de análise (FARIA FILHO, 2009), de que maneira as diversas políticas de instrução pública implementadas pelo governo do Estado ao longo da primeira república, materializaram-se na sociedade e entre seus diversos atores — professores, intelectuais, jornalistas, crianças e seus familiares — num contexto marcado, ao mesmo tempo, pelo discurso patriótico da “formação das almas” republicanas (CARVALHO, 1990), e pelo desencanto diante dos limites que a realidade republicana impunha.

Para isso foi feita uma análise do lugar ocupado pela cidade de Campos no contexto fluminense, iniciando pela forma como o município recebeu o regime republicano, e as questões locais envolvidas na formação do grupo *nilista*, hegemônico na política fluminense durante a maior parte da primeira república. Em seguida será observada a inserção da escola primária graduada na dinâmica da cidade — com o funcionamento do grupo escolar entre 1900 e 1902 — até o seu retorno em 1911 com as escolas complementares que originaram os grupos escolares criados a partir de 1915. Além disso, é importante destacar a experiência do ensino profissional, bem como a implantação da escola ao ar livre e da escola modelo em 1916 e extintas no ano de 1931.

Capítulo 4 – Abolicionismo, republicanismo e ensino em Campos

A área que compreende a “planície goytacá” (LAMEGO, 2007), correspondente a todo o norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro constituía, em meados do século XIX, a cidade de Campos, que apesar das perdas territoriais em decorrência do desmembramento de novos municípios³⁵, manteve-se como o mais extenso do Estado. Seu desenvolvimento se deu a partir da metade do século XVIII quando as primeiras engenhocas movidas à tração animal se implantavam na região ocupada pelos “vaqueiros”, iniciando o “ciclo do açúcar” (LAMEGO, 2007) que contava já na década de 1830 com engenhos movidos a vapor, sendo aos poucos substituídos pelas grandes usinas que se espalharam por toda a extensão do município a partir do final do século XIX.

Em 1880 o município de Campos ocupava uma área de 5.415,10km², possuindo uma população de 19.400 habitantes, vivendo 48% na cidade e 52% na área rural. No campo, 66% da população era escrava, enquanto na cidade predominava o número dos indivíduos livres. Citando Teixeira de Melo, Lamego (2007) acrescenta ainda que entre a população livre apenas 4.860 pessoas sabiam ler, o que significa uma taxa de 58% de analfabetos somente entre os não-escravos, numa cidade que possuía apenas “15 estabelecimentos públicos e particulares de instrução” (MELO, apud LAMEGO 2007) naquele ano.

	urbana	%	rural	%	Total	%
população livre	8.000	87%	3.490	34%	11.490	59%
população escrava	1.221	13%	6.689	66%	7.910	41%
total	9.221	100%	10.179	100%	19.400	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados citados por Alberto Lamego, extraídos de Teixeira de Melo. (MELO, apud LAMEGO, 2007)

Neste cenário ampliava-se a lavoura e conseqüentemente a cidade se desenvolvia. Nas palavras de Alves (1995), Campos “mantinha um dinâmico comércio (...) com as praças do sul de Minas, São Fidélis, Santa Maria Madalena, parte de Cantagalo e, notadamente com o Rio de Janeiro” (ALVES, 1995, p.28). Esse comércio era facilitado pela presença de linhas férreas já na década de 1880, ligando a zona rural à cidade e esta ao porto de Macaé. Era grande a presença de ingleses e franceses envolvidos na modernização dos engenhos e usinas, assim como negociantes estrangeiros que se estabeleciam na cidade. Em decorrência desse movimento era

³⁵ Em 1677 foi fundada a Vila de São Salvador, sendo elevada à Cidade de Campos em 1835. Logo em 1846 ocorreu o desmembramento do município de Macaé e em 1850 do de São João da Barra. Ainda no Império desmembrava-se o município de São Fidélis, em 1870 (LAMEGO, 2007), e com a proclamação da república em 1889 emancipava-se também o município de Itaperuna, sob a liderança de Francisco Portella.

instalada no ano de 1885 a primeira fábrica de tecidos, de propriedade do fazendeiro Francisco Ferreira Saturnino Braga (ALVES, 1995; FREITAS 2006; RIBEIRO, 2012).

É importante destacar que esta prosperidade ocorria em um contexto de crise, não só a nível estadual como nacional, em decorrência da queda dos preços do café, principal produto da pauta de exportações brasileiras, e que se fazia sentir de forma intensa na província fluminense, cuja produção do “café velho” já não atendia aos padrões de exportação, tendo o café “migrado” para as províncias de São Paulo e Minas Gerais desde os anos de 1860³⁶.

Junto à crise avançava o movimento abolicionista, que em Campos se tornava cada vez mais radical, com as revoltas escravas envolvendo a prática de incendiar canaviais, causando prejuízos equivalentes à perda de mais de 20 toneladas de açúcar aos senhores de engenho (RIBEIRO, 2012). Esta prática se tornou mais comum a partir do ano de 1884, justamente quando surgia o jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março*, fundado por Luiz Carlos de Lacerda, filho de um médico e membro de uma família de profissionais liberais (MONNERAT, 2013).

Neste contexto iniciava as suas atividades o Liceu de Humanidades de Campos, criado desde a publicação do Decreto nº 2503, em 22 de novembro de 1880, mas instalado somente em 1884 após a Câmara Municipal ter adquirido — por orientação de uma comissão formada por Manoel Francisco de Oliveira, Manuel Rodrigues Peixoto e Antônio Manoel da Costa —, o solar que pertencera ao Barão da Lagoa Dourada para abrigá-lo (MARTÍNEZ; GANTOS & BOYNARD, 2006). O Liceu de Campos recebeu forte influência do “‘Imperial Collegio de Pedro Segundo’ (...) instituído para ser o ‘colégio padrão’ do ensino secundário oficial no Município da Corte”, sobretudo em relação à sua arquitetura suntuosa, justificando a escolha de um edifício aristocrático para o seu congênere do interior fluminense, apesar de ser considerado, à época, distante do centro administrativo e comercial da cidade (MARTÍNEZ & BOYNARD, 2010, p. 127).

Falando sobre o contexto da instalação do Liceu de Campos, Celso Peçanha (1969) reforça o papel do Dr. Manuel Rodrigues Peixoto neste processo. Ligado ao Dr. Francisco Portela, médico e redator do *Monitor Campista*, Rodrigues Peixoto era uma das principais lideranças do Partido Liberal em Campos, fazendo forte oposição ao grupo dominante, liderado pelo Barão de Miracema.

³⁶ Diante da crise do café, a região açucareira de Campos passava a ser um importante centro da economia fluminense, aproximando-se em importância das regiões cafeeicultoras.

Instalado o Liceu, sua direção foi entregue ao também integrante do diretório campista do Partido Liberal, Dr. Cândido de Lacerda, naquele momento envolvido no intenso movimento abolicionista, junto ao seu irmão Carlos Lacerda e o jornal *Vinte e Cinco de Março*. Além da função de diretor, Lacerda lecionava filosofia e retórica, enquanto Augusto de Castro Lafayette era o professor de latim, história e geografia. O professor Ildefonso Borges Toledo da Fontoura lecionava matemática, Henrique Dias era o professor de inglês e João Lino ensinava português e francês (ALVARENGA, 1884, p. 125).

Entre os alunos da primeira turma do Liceu estavam jovens que mais tarde se destacariam tanto na imprensa quanto na política, como Azevedo Cruz, Manoel Moll e seu irmão José Moll, Wladimiro Peixoto, Augusto de Assis Andrade, e os irmãos Alcebíades, Cícero e Nilo Peçanha (PEÇANHA, 1969). Vivendo um ambiente acadêmico permeado pelas questões do abolicionismo e do republicanismo esses jovens encontravam espaço na imprensa que também fervilhava naquele momento. Um ano após a inauguração do Liceu surgiam a revista *A Aurora: Letras – artes – sciencias* e o jornal *Gazeta do Povo*, que abriam espaço para os jovens liceístas se expressarem. Nilo Peçanha publicou nos primeiros números da *Aurora* e junto com seus irmãos Alcebíades e Cícero colaborava também com a *Gazeta do Povo* (PEÇANHA, 1969), órgão que se manteve ao seu lado ao longo da trajetória política.

Em 1888 se intensificava a luta abolicionista com as fugas em massa, quando centenas de escravos abandonavam os canaviais migrando para a cidade, movimento que acabou levando muitos senhores a conceder a liberdade a seus cativos, a fim de mantê-los em suas fazendas (RIBEIRO, 2012). Além Carlos e Álvaro de Lacerda, outros nomes se destacaram na luta abolicionista naquele momento, como o Dr. Francisco Portela e o já advogado recém-formado pela Faculdade de Direito do Recife, Nilo Peçanha. Em 18 de março de 1888 este grupo, reunido no Paço da Câmara Municipal com diversos fazendeiros do município, formava o Congresso Agrícola, cuja ata redigida por Nilo Peçanha proclamava que

em nome de Jesus Cristo, Nosso Redentor, nós habitantes do município de Campos, da província do Rio de Janeiro, reunidos no dia 18 de Março de 1888 no paço da Câmara Municipal para o esplendor da dignidade do Brasil e prosperidade da nação resolvemos conferir liberdade imediata a nossos escravos e renunciar aos serviço [sic] dos ingênuos, sem indenização, servindo esta acta de documento legal da nossa resolução, como se a cada um deles o fizéssemos por carta pessoal de nosso punho. Todos aqueles que, não tendo aqui se achado presentes, aderiram a nossa resolução, assinando esta acta, ficarão obrigados a libertarem seus escravos e a desistirem do direito que tiverem ao serviço dos ingênuos. (PEÇANHA, 1969, p. 30)

Nos meses de março e abril de 1888 seguiram-se milhares de atos de libertação de escravos em Campos, medida também adotada nos municípios vizinhos de São João da Barra, São Fidélis, Macaé, e também Petrópolis, Cantagalo e Nova Friburgo (LEMOS, 1989a, p. 36), até a aprovação no Senado, em 13 de maio, da lei declarando extinta a escravidão no Brasil.

Enquanto na Corte o movimento abolicionista caminhava *pari passu* com o republicano, desde a publicação do Manifesto de 1870, em Campos, apesar de haver a solitária (RODRIGUES, 1988) propaganda republicana através do jornal *Gazeta de Campos*, criado em 1876 pelo Dr. Miguel Herédia de Sá, somente em 1885, diante da iminência do fim da escravidão, é que o republicanismo ganhava força na cidade, com a fundação do jornal *Gazeta do Povo* (que estampava em seu cabeçalho o subtítulo “Diário Republicano”), e a criação do Clube Republicano, contando com a participação de Pedro Tavares Júnior, Francisco Portella e Nilo Peçanha, que se tornava o principal propagador do ideário republicano no interior do município. Em 4 de abril de 1888, assinavam o seguinte Manifesto:

Os cidadãos abaixo-assinados, republicanos, convencidos, como estão de que convém aos interesses da democracia e é uma obra patriótica organizar quanto antes o partido republicano, convidam aos eleitores seus correligionários e aqueles outros que nesta data queiram aderir às suas crenças políticas, a reunirem-se a 21 do corrente [...] afim de tratar-se da instalação e organização de um Club, que constitua no Município o centro de propaganda e da resistência que é mister oppôr ao regime monárquico, - Campos, 4 de abril de 1888 – Dr. Francisco Portella, - Pedro Tavares Junior – Nilo Peçanha. (SOUZA, 1935, p. 243-244).

A partir da abolição intensificou-se a propaganda republicana no interior da província, com a incursão de Silva Jardim por todo o território fluminense proferindo comícios. Em 13 de novembro de 1888 foi criado o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Em seu interior existiam os republicanos históricos e os republicanos do “13 de maio”³⁷, a maioria formada pelos fazendeiros de Campos. Seu manifesto buscava criar uma tradição republicana no grupo do “13 de maio”, pois entre estes não havia nenhum discurso democrático, nem mesmo republicano (LEMOS, 1989a).

Proclamada a república, foi nomeado para a presidência do estado do Rio de Janeiro o médico Francisco Portella, ex-líder do Partido Liberal, redator do jornal *Monitor Campista* e integrante do abolicionismo de Campos. A escolha do seu nome e a composição do seu governo causou certa animosidade entre os republicanos históricos como Silva Jardim e Alberto Torres,

³⁷ Também conhecidos como “republicanos de última hora”, eram os fazendeiros que aderiam à propaganda republicana após a abolição, na esperança de que o novo regime lhes restituísse dos prejuízos causados pela libertação dos seus escravos, através do pagamento de indenizações.

preteridos na escolha e que aos poucos formavam uma oposição. Em seu governo Portella criou o município de Itaperuna, desmembrado do território campista, passando a constituir sua principal base de apoio.

Além da oposição dos republicanos históricos, a excessiva interferência do Marechal Deodoro no governo fluminense fez surgir outra oposição ao presidente Portela, organizada por antigos chefes monarquistas que, liderados pelo Conselheiro Paulino, fundaram o Partido Republicano Moderado.

Desde a chegada de Portela ao governo, os políticos de Campos pleiteavam tornar a cidade sede administrativa do Rio de Janeiro. “No entanto, embora de tradição campista, Portela não desfrutava [naquele momento] do apoio unânime naquela que era a cidade de maior densidade política e cultural do estado” (LEMOS, 1989, p. 53), cuja chefia se concentrava nas mãos do Barão de Miracema, ex-chefe do Partido Conservador e integrante da oposição ao presidente Portela, junto com os líderes monarquistas e os republicanos históricos.

Com o objetivo de se afastar das oposições, Portela defendia a transferência da capital do Estado para um município livre da influência de seus opositores, onde pudesse consolidar seu poder político. Como a cidade de Itaperuna era próxima da influência campista, sua defesa recaiu sobre o recém-criado município de Teresópolis. Crescia então em Campos o movimento pela deposição de Portela.

Após a queda do Marechal Deodoro da Fonseca e diante da pressão das oposições, Portela renunciou ao governo fluminense em dezembro de 1891. Iniciava-se um período de conciliação buscando a estabilidade política no Estado, num movimento de aproximação entre monarquistas e republicanos históricos. Campos se destacava nesse cenário pela atuação dos antigos líderes monarquistas, como Joaquim José de Souza Motta, Luís Crisóstomo de Oliveira, Manuel Gesteira Passos, Benedito Gonçalves Pereira Nunes, e outros nomes que, de alguma forma, possuíam ligação com o Partido Conservador nos tempos monárquicos, figurando nas listas dos diretores ou acionistas de empresas de capital aberto, deputados estaduais, vereadores, presidentes da câmara, provedores da Santa Casa de Misericórdia, chefes partidários, e grandes comerciantes (LEMOS, 1989, p. 77).

O próprio Nilo Peçanha, republicano histórico, que despertara para a política através do abolicionismo campista junto aos liberais, apesar de seu destaque político na câmara federal naquele momento, “construía sua trajetória à sombra do Barão de Miracema” (LEMOS, 1989, p. 76).

Em 1892 ocorreram as eleições para o governo do Estado, com a vitória de José Tomás da Porciúncula. O *miracemismo*, que inicialmente compunha a chapa, rompeu com o governo e com o PRF — dominado pelo Conselheiro Paulino e pelos republicanos históricos —, após as acusações de fraude na eleição do Barão de Miracema para 3º vice-presidente do Estado. A situação se agravou com a transferência da capital fluminense para o município de Petrópolis, justificada pela eclosão da Revolta da Armada, na baía de Guanabara, em 1893, frustrando assim os anseios de *portelistas* e *miracemistas*. Neste momento a cidade de Campos se transformou no centro de uma disputa política que ultrapassava o âmbito local, refletindo as questões estaduais e também federais.

A nível federal se desenhava uma ruptura entre os defensores dos interesses paulistas — sobretudo o presidente Prudente de Moraes —, e o grupo dos republicanos históricos, chefiado por Francisco Glicério, líder da maioria na Câmara, defensor do *jacobinismo*, uma das “utopias republicanas” (CARVALHO, 1990, p. 26) também seguida pelo vice-presidente da república, Manoel Vitorino, e por Nilo Peçanha, um dos maiores opositores ao presidente Prudente na Câmara Federal. No estado do Rio de Janeiro, o presidente Porciúncula e o PRF apoiavam Prudente de Moraes.

Nesse contexto turbulento foi elaborada a primeira legislação republicana do ensino no estado do Rio de Janeiro, com a Lei nº 41, de 28 de janeiro de 1893, regulamentada pelo Decreto nº 27, de 20 de março do mesmo ano.

Esta reforma definia os princípios defendidos pela propaganda republicana, como a laicidade e a gratuidade do ensino primário, estabelecendo os critérios para a obrigatoriedade de matrícula. Previa também a criação de uma escola primária para cada sexo em todos os distritos municipais do estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, somente entre os meses de maio e dezembro de 1894, último ano do governo Porciúncula, foram criadas 64 novas escolas isoladas, entre masculinas e femininas, em 27 municípios. Somente em Petrópolis foram 14 novas escolas e em Saquarema, região dominada pelo Conselheiro Paulino, chefe do PRF no momento, foram criadas 7. Ao mesmo tempo 20 municípios não foram contemplados com novas escolas, entre eles Campos e Itaperuna.

O objetivo de criar pelo menos uma escola em cada distrito municipal não foi cumprido, em parte, pelas dificuldades relacionadas ao professorado, sempre em número insuficiente e sem formação adequada. Buscando sanar esta questão, a mesma reforma reorganizava a Escola Normal de Niterói e, já no ano seguinte, criava outra instituição do tipo, visando a formação de mais professores.

Assim, em meio ao conflito com as oposições que controlavam o município de Campos o governo Porciúncula criava nesta cidade uma Escola normal, através da Lei 164, de 26 de novembro, sendo instalada no ano seguinte já no governo do seu sucessor, Maurício de Abreu, por ato de 29 de março (MARTÍNEZ & BOYNARD, 2004), em meio às comemorações do aniversário da cidade.

Além do simbolismo contido na data escolhida para a inauguração, a Escola Normal de Campos foi instalada no mesmo prédio em que funcionava o Liceu de Humanidades, porém num espaço menos nobre, que antes era destinado à *senzala* da residência do Barão da Lagoa Dourada. Com muita propriedade, Martínez & Boynard (2004) associam a distribuição espacial das duas escolas instaladas no nobre palacete às questões de gênero que definiam o lugar ocupado pela mulher no final do século XIX, concluindo que “às mulheres era reservada a entrada pelo lado esquerdo do prédio da escola [enquanto] aos homens, pelo direito. Aos secundaristas do Liceu, o prédio principal, o sobrado; às normalistas, o prédio que ficava atrás da ‘casa-grande’, a antiga senzala” (MARTÍNEZ & BOYNARD, 2004).

Para todos os efeitos, e aos olhos da época, o prédio imponente que havia quase uma década simbolizava uma vitória do grupo político comandado por Manuel Rodrigues Peixoto e Francisco Portela contra as forças conservadoras controladas pelo Barão de Miracema, passava a abrigar também a Escola normal, inaugurada durante os festejos do aniversário da cidade, representando a modernidade republicana e, ao mesmo tempo, a afirmação simbólica do governo estadual frente ao poder local do Barão de Miracema e do Dr. Francisco Portela que, embora estivessem em campos opostos no contexto regional, tinham em comum o fato de se oporem ao governo do PRF.

Durante as eleições para a Câmara Federal em 1896 o Brasil era governado pelo vice-presidente Manoel Vitorino em virtude do afastamento de Prudente de Moraes por motivos de saúde. Em Campos a disputa eleitoral entre os partidários do governo estadual e os *miracemistas* foi agitada e bastante violenta, levando o presidente da república em exercício a enviar tropas federais a fim de garantir o pleito na cidade. Esta intervenção federal foi interpretada pelo PRF e pelo Dr. Alberto Torres, então ministro da justiça, como um atentado à autonomia do estado e do município, levando o ministro a pedir exoneração do seu cargo após este episódio, que ficou conhecido como “o primeiro caso de Campos”, quando os candidatos *miracemistas* foram todos eleitos e empossados na Câmara Federal, uma vez que a Comissão de Verificação dos Poderes era presidida por Francisco Glicério, *jacobinista*, próximo a Nilo Peçanha e, por conseguinte, aos *miracemistas*.

Além desta vitória eleitoral, o *miracemismo* se aproximou do *portelismo*, formando uma grande força política, através da assinatura de um acordo entre o Dr. Francisco Portela e o Barão de Miracema (antigos opositores e agora aliados, devido às circunstâncias)³⁸, formalizando a criação da Liga Opositorista, “com o propósito de lutar pela ‘sustentação da República e a guarda da Constituição e das leis na pátria brasileira, especialmente no Rio de Janeiro’” (*Monitor Campista*, 16/04/1897; apud LOPES, 1989, p. 87).

No ano seguinte a Liga Opositorista de Campos lançou a chapa para compor a Câmara Municipal, apoiada pelos dois maiores jornais no município — *Monitor Campista* (*portelista*) e *Gazeta do Povo* (*miracemista*), enquanto o PRF lançava uma lista com nomes não muito expressivos. As duas facções, cada qual com sua própria junta apuradora, declararam-se vencedoras, formando-se então um caso de duplicidade de câmaras municipais. Prevendo esta situação as lideranças do PRF haviam proposto à ALERJ um projeto de lei determinando que nestes casos caberia ao Executivo estadual apresentar uma solução provisória até que o judiciário apurasse os fatos.

No entanto Alberto Torres, então presidente do estado, se esquivou de qualquer responsabilidade sobre o que ficou conhecido como “o segundo caso de Campos”.

A recusa de Torres deixou insatisfeita a cúpula do PRF, dando início ao conflito que se agravou quando o presidente determinou a suspensão das eleições em Campos, permanecendo no mandato a Câmara eleita em 1894 até que a questão se resolvesse, o que favoreceu aos *miracemistas* e aprofundou o desgaste entre Alberto Torres e as lideranças do PRF que planejavam eliminar este grupo em Campos.

Foi então que, com o apoio dos *miracemistas*, o presidente Torres fundou o Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro – PRRJ, legenda que transformou o PRF de José Tomás da Porciúncula e do Conselheiro Paulino num partido de oposição, assim como o grupo de Francisco Portela, que seguiu uma oposição isolada, no Partido Autonomista.

A criação do PRRJ abriu caminho para a chegada dos *miracemistas* ao poder estadual, permitindo a ascensão de Nilo Peçanha e a formação do *nilismo*, que em 1901, no governo de Quintino Bocaiúva, transformava a cidade de Campos no centro da articulação política do Estado.

³⁸ Para melhor compreender a trajetória político-partidária do estado do Rio de Janeiro ao longo da primeira república, ver o Quadro 1 à página 48

Neste cenário de instabilidade que se estenderia desde a implantação da república até os primeiros momentos do século XX, foi realizada a segunda reforma da instrução pública fluminense, em 1897, pela Lei de nº 376, de 23 de Dezembro. Esta lei previa a criação de grupos escolares e escolas modelo nas principais cidades do estado do Rio de Janeiro, estabelecendo também uma nova carreira para o magistério.

Os preparativos para a reforma de 1897 se iniciaram no ano anterior, quando foi publicada a Lei nº. 277, de 10 de fevereiro de 1896, substituindo os Conselhos Municipais de Instrução, criados com a reforma de 1893, por 12 circunscrições escolares. Para cada circunscrição foi selecionado, através de concurso público, um inspetor geral do ensino, cuja função era fiscalizar o trabalho dos professores, apresentar ao governo relatórios com os dados estatísticos de sua circunscrição, e cuidar do provimento de material e mobiliário escolar, bem como solicitar ao governo a transferência, extinção ou criação de escolas, sendo assim o principal elo entre o professor e o governo.

O município de Campos pertencia à 5ª circunscrição do ensino, inicialmente sob a inspeção do Dr. José Bernardino Paranhos da Silva. Em suas anotações para a elaboração do relatório de 1896³⁹, Paranhos detalhava a situação da 51ª escola do sexo masculino, da localidade da Penha, regida pela professora D. Anna de Moura Minguta⁴⁰. Suas observações nos permitem avaliar a situação das escolas isoladas localizadas na zona rural deste município, o que não deveria ser diferente nas demais regiões do estado.

Segundo o inspetor a escola possuía 31 alunos matriculados dos quais 18 estavam presentes no momento de sua visita, número superior ao da frequência média verificada no mês anterior, que era de 13 alunos. Em relação à escrituração escolar, observou que os livros de frequência, matrícula e exames estavam em dia, constatando porém que a escola não possuía o livro de inventário.

Em relação ao mobiliário escolar, observou que a escola estava completamente desprovida, sendo os poucos móveis improvisados “cedidos pelo proprietário da casa, conforme (...) declarou a Sra. Professora”. Segue relatando o inspetor que encontrou “na sala escolar os

³⁹ Manuscrito encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE7 2.2, na coleção 97.2.

⁴⁰ De acordo com o quadro das escolas do estado do Rio de Janeiro, anexo ao Relatório de Luiz Alves Monteiro, diretor da instrução pública, apresentado em 1898 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898c), a 51ª escola masculina, regida pela professora Anna de Moura Minguta, ficava na localidade denominada Penha, no distrito de Travessão. Atualmente a localidade se chama Balança Rangel, no mesmo distrito.

seguintes moveis: 5 bancos e 1 mesa e 2 talhas. Além d'esses haviam 2 cadeiras singelas, de propriedade da Sr^a. Professora, bem como uma mesa”. Entre as suas solicitações ao governo estavam o envio urgente de um relógio e de 20 volumes do primeiro livro de leitura, 10 do segundo livro e 20 tabuadas. Sobre o prédio escolar observou que a sala de aula era “regularmente vasta arejada e bem iluminada”.

Além disso o inspetor alertava ao governo que desde a instalação da escola não haviam sido pagos os alugueis, assim como o salário da professora, atrasado havia cinco meses.

A escola estava dividida em duas classes, tendo 13 alunos na primeira e 5 na segunda. Os alunos da primeira classe aprendiam “leitura e princípios de escrita”, enquanto os da segunda classe estudavam “leitura, escrita e adição de números inteiros”. As piores impressões do inspetor se referiam ao ensino, ao constatar que “os alunos [estavam] atrasadíssimos”. Seguiu o inspetor comentando que “apenas um de nome Manoel Vieira [lia] regularmente, mas mal [ia] conhecendo a adição de números inteiros. De grammatica nada [sabiam], e os da 1^a classe nem tabuada”.

No ano seguinte, ao retornar à mesma escola, Paranhos relatou um aumento considerável na frequência (38 alunos, enquanto no ano anterior eram apenas 18) e também na matrícula (44 alunos contra 31 no ano anterior), ficando a escola dividida em três classes, sendo 28 alunos na primeira classe, 6 alunos na segunda e 4 na terceira.

Ao mesmo tempo em que aumentava o número de alunos as más condições materiais da escola se agravavam, pois o material solicitado pelo inspetor no ano anterior ainda não havia sido enviado, assim como não eram pagos o aluguel e nem os vencimentos da professora. Em relação às condições do prédio escolar, o Dr. Paranhos da Silva identificava a necessidade de uma reforma que incluísse a “colocação de fechaduras nas portas, aterro na sala de jantar e limpeza quer das portas e janelas e do tecto da sala escolar quer da parte exterior do edifício, cujo aspecto é simplesmente pouco decente”.

Mais uma vez o ensino era o alvo das maiores críticas do inspetor, que ao examinar os alunos constatou um resultado “simplesmente acabrunhador revelando completo e extraordinário atraso”. Segundo o inspetor a professora havia declarado que o ensino na escola estaria dividido entre as classes da seguinte forma:

3^a classe leitura, escripta, princípios de geografia e de grammatica, e 4 operações sobre números inteiros.

2^a classe: leitura, escripta, adição e subtração de números inteiros e princípios de grammatica.

1^a classe: leitura escripta e numeração

No entanto, após examinar os alunos, o inspetor verificava:

Que os da 3ª classe [liam] mal nada sabendo de grammatica e nem sabendo effectuar elementaríssima divisão de números inteiros.

Que os da 2ª classe [estavam] nas mesmas condições quer em leitura, quer em grammatica não sabendo effectuar uma subtração de números inteiros.

Que os da 1ª classe não [sabiam] soletrar exceção de um, e nem (...) contar sequer de 1 até 100 (cem).

Desta forma o inspetor Paranhos concluía em seu relatório ser “nullo o aproveitamento nesta escola o que é triste”.

Diante do exposto podemos observar as características de uma típica escola isolada de distrito rural. D. Anna de Moura Minguta era uma professora contratada em caráter provisório, o que significa dizer que não possuía formação na Escola normal, sendo portanto isenta de lecionar disciplinas como a educação moral e cívica e geografia, previstas na legislação vigente. A ausência completa de material e mobiliário escolar, o atraso no pagamento aluguel do prédio e dos vencimentos da professora eram também uma constante naquele período.

De acordo com o relatório do diretor da instrução pública de 1898, o município de Campos possuía 79 escolas isoladas, sendo 31 delas nos distritos urbanos e 48 na zona rural. Entre os professores, 28 eram efetivos (14 de primeira classe, 5 de segunda e 9 de terceira), dos quais 19 regiam escolas urbanas e apenas 9 encontravam-se na zona rural. Os outros 31 professores eram provisórios, dos quais 26 atuavam nas escolas rurais enquanto apenas 5 regiam escolas urbanas. Havia ainda 7 escolas com o ensino suspenso (6 urbanas e 1 rural) e 13 escolas vagas (12 rurais e 1 urbana). Em termos percentuais, temos o que mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Escolas primárias no município de Campos em 1898



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados presentes no relatório do diretor da instrução pública, em 1898 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898c)

Entre todos os municípios fluminenses Campos era o que possuía o maior número de escolas públicas primárias em 1898, seguido por Niterói (antiga capital) com 66, e Petrópolis (capital) com 28 escolas. Entre as 79 escolas de Campos, 48 eram masculinas (14 urbanas e 34 rurais), e 31 femininas (17 urbanas e 14 rurais), mostrando que, enquanto no campo predominavam escolas para meninos, na cidade havia um número maior de escolas femininas, apesar da diferença ser menor.

Em 1899 o inspetor José Bernardino Paranhos da Silva foi transferido para a capital, onde assumiu interinamente o cargo de diretor da instrução pública, tornado efetivo no ano seguinte. Para o seu lugar na inspeção geral foi nomeado Francisco Nogueira Trindade, ex-professor primário de Cabo Frio e aprovado no mesmo concurso em que Paranhos, no ano de 1896. No Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro é possível encontrar os mapas de inspeção dos municípios de Macaé, Santa Maria Magdalena, São João da Barra e Campos, que integravam a circunscrição ao seu cargo (TRINDADE, 1899).

Estes mapas eram compostos de uma coluna para anotar o número do distrito, seguida de outra para o nome da localidade em que se encontrava a escola. Logo após, uma coluna para o número da escola e outra para anotar se era masculina ou feminina. Em seguida, uma coluna para cada mês do ano (de fevereiro a novembro), subdividida em “geral” para o registro da visita do inspetor geral, e “distrital”, para os registros do inspetor distrital. Estes registros resumiam-se a anotar o dia da visita e a quantidade de alunos encontrados. Na última coluna havia um espaço para registrar o total de visitas realizadas pelo inspetor geral e pelo distrital ao longo do ano, em cada escola, seguido do espaço para as observações.

No mapa de inspeção das escolas de Campos⁴¹ é possível constatar que em 1899 havia 82 escolas primárias isoladas espalhadas pelos 15 distritos do município, das quais 20 se localizavam na cidade e 62 na zona rural. Entre as escolas urbanas 8 eram masculinas e 12 femininas, enquanto no campo havia 22 escolas femininas e 40 masculinas. Nota-se então um pequeno aumento no número de escolas em relação ao ano anterior, e ao mesmo tempo uma sensível redistribuição, diminuindo o número de escolas urbanas (11 a menos) e ampliando o de escolas rurais (21 a mais). Havia ainda 20 escolas que não funcionavam, sendo 1 extinta por falta de frequência, 5 suspensas, 11 sem professor e 3 ainda por instalar.

Este documento nos permite compreender com que regularidade era feita a inspeção escolar, mostrando que, enquanto algumas escolas recebiam até 7 visitas de inspeção por ano

⁴¹ Ver anexos 1 e 2.

— como a escola feminina nº 4, regida pela professora Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, e a escola masculina nº 7, ministrada pelo professor Balthazar Dias Carneiro —, outras recebiam apenas duas visitas anuais, como a escola masculina de Campo Limpo, no distrito de São Gonçalo, visitada apenas nos dias 20 de março e 13 de junho daquele ano, ou as escolas masculinas de São Martinho e Mussurepe, assim como a feminina de Santo Amaro, localizadas no distrito de São Sebastião.

As duas primeiras escolas mencionadas situavam-se na área central da cidade, de mais fácil acesso, e possuíam os mais altos índices de frequência, o que justifica o maior número de visitas de inspeção, enquanto as últimas funcionavam nos distritos rurais mais distantes. Na escola feminina da prof^a. Marianna G. P. de Alveranga, localizada no Becco do Amazonas, a frequência média anual de 109 alunos, chegando a registrar a presença de 136 meninas em inspeção realizada no dia 9 de agosto. A escola masculina regida pelo professor Balthazar Carneiro, localizada à Rua do Sacramento, também no Centro da cidade, possuía o segundo maior índice de frequência, com a média anual de 94 alunos.

Em termos gerais, a frequência nas escolas urbanas era maior que nas escolas rurais. Entre as escolas urbanas, as masculinas apresentavam uma média anual de 52 alunos, enquanto nas escolas femininas o número era de 46 alunas em média, ao longo do ano de 1899. Na zona rural as escolas masculinas apresentavam em média 20 alunos, e as femininas 18 alunas.

Tabela 12 – Média de frequência nas escolas públicas primárias de Campos em 1899

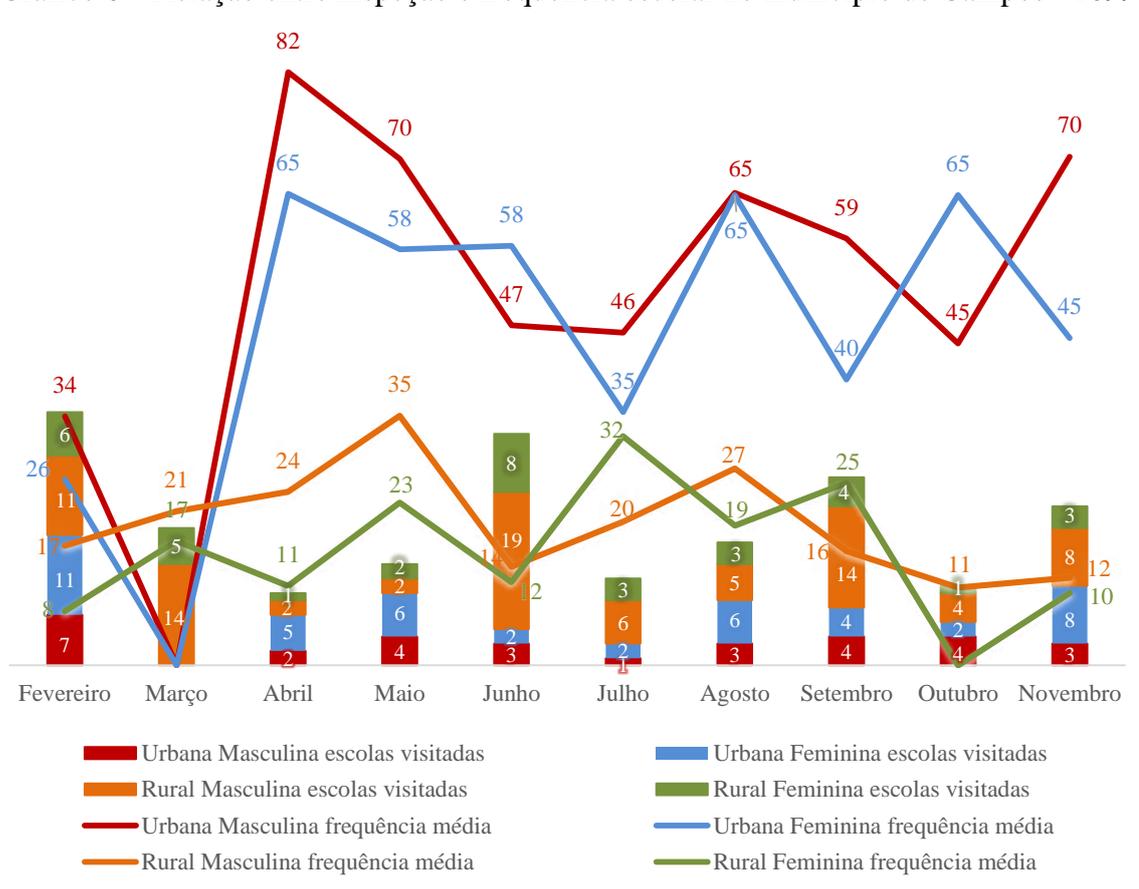
Meses	Escolas Urbanas			Escolas Rurais			Média geral
	M	F	total	M	F	total	
Fevereiro	34	26	30	17	8	12	21
Março*	0	0	0	21	17	19	10
Abril	82	65	74	24	11	18	46
Maiο	70	58	64	35	23	29	46
Junho	47	58	53	14	12	13	33
Julho	46	35	41	20	32	26	33
Agosto	65	65	65	27	19	23	44
Setembro	59	40	49	16	25	21	35
Outubro	45	65	55	11	0	5	30
Novembro	70	45	58	12	10	11	34
Média anual	52	46	49	20	16	18	33

* No mês de março não houve inspeção nas escolas urbanas

Fonte: Elaboração própria a partir do mapa de inspeção escolar do município de Campos, anexo às anotações do inspetor Francisco Nogueira Trindade em 1899. O documento é parte da Coleção 97.2, notação PE7 2.2, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

A análise atenta do mapa do inspetor Trindade tornou possível a elaboração do seguinte gráfico, permitindo uma leitura mais ampla da situação das escolas públicas primárias do município de Campos nos últimos momentos do século XIX:

Gráfico 6 – Relação entre inspeção e frequência escolar no município de Campos - 1899



Fonte: Elaboração própria a partir do mapa de inspeção escolar do município de Campos, anexo às anotações do inspetor Francisco Nogueira Trindade em 1899. O documento é parte da Coleção 97.2, notação PE7 2.2, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

O gráfico torna possível observar que os meses de maior atividade da inspeção escolar foram fevereiro, junho e setembro, com destaque para as escolas rurais, que compunham a maioria, sobretudo as masculinas. Em relação a frequência é preciso destacar que no mês de março as escolas urbanas não foram inspecionadas, por isso a queda acentuada no gráfico. De todo modo, é possível notar a diferença entre as escolas urbanas e rurais em termos da quantidade média de alunos.

É importante notar também que no meio do ano, sobretudo no mês de junho, quando um número maior de escolas rurais foi visitado, há uma sensível queda na frequência, sobretudo entre a população masculina. Uma hipótese que provavelmente explica este comportamento se relaciona ao emprego do trabalho das crianças junto aos seus pais na lavoura.

Estabelecida a inspeção remunerada, com o Estado dividido em circunscrições, a coleta de dados estatísticos e as observações dos inspetores, através de seus relatórios, permitiu a elaboração do regulamento baixado com o Decreto nº 588 em janeiro de 1900, finalmente implantando a reforma de 1897.

Em 1900, ao final do governo Alberto Torres, quando este já havia se aproximado dos *miracemistas* e de Nilo Peçanha, a aliança entre Francisco Portela e o Barão de Miracema já havia se desfeito, assim como voltavam às trincheiras opostas os seus principais porta-vozes, o *portelista Monitor Campista* e o *miracemista Gazeta do Povo*, principais jornais da cidade de Campos. A seguir veremos, sobretudo a partir da imprensa periódica, os reflexos desta reforma sobre o município de Campos, como por exemplo a criação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus.

4.1. A extinção da Escola Normal de Campos e a criação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus: implicações políticas

A produção acadêmica sobre a escola primária em Campos durante a primeira república é restrita. O trabalho de maior relevância é o de Boynard (2006), estudando a Escola-Modelo Seis de Março, que funcionou em anexo à Escola Normal de Campos entre 1916 e 1931. Neste trabalho a autora identificou, a partir de um ofício de 1898 encontrado no Arquivo do Liceu de Humanidades de Campos, referência a uma escola de aplicação anexa ao Liceu naquele ano. Em seguida, partindo da leitura do memorialista Horácio de Souza (1985), Boynard (2006) se deparou com a informação acerca do primeiro grupo escolar de Campos, criado em 1900, funcionando no prédio do Liceu com o nome de Grupo Escolar Barão de Tautphœus.

Martínez (2009a) explica que na reforma do ensino de 1900 foram fechados o Liceu e a Escola Normal de Barra Mansa, o Liceu de Niterói, e a Escola Normal de Campos, sendo criado no lugar desta última um grupo escolar, funcionando no prédio do Liceu. Trata-se de um dos cinco primeiros grupos escolares criados no estado do Rio de Janeiro, pelo Dec. Nº 591, de 8 de março de 1900, como já foi visto no capítulo 2.

O governo justificava o fechamento das Escolas normais de Campos e Barra Mansa argumentando serem aqueles institutos bastante dispendiosos para os cofres públicos, e muito pouco producentes, visto que desde a instalação das Escolas normais no regime republicano até o ano de 1898 foram diplomados apenas 21 professores, sendo 16 pela escola de Niterói, 5 pela de Campos, e nenhum pela de Barra Mansa, representando, em média, o custo de 481:495\$737

por professor (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 362). Dos 5 professores formados pela escola de Campos, apenas uma exercia o magistério como professora efetiva do estado. Além disso, o secretário dos negócios do interior e justiça, Ponce de León, argumentava que

a primeira turma de professores, diplomados pela Escola Normal de Campos, [participou] também da falta absoluta do conhecimento prático de metodologia, e ali com a circunstância notável de, no próprio edifício, em que estava funcionando a escola, se acharem aparelhadas as salas destinadas às escolas de aplicação (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 371).

Em Campos a reforma foi recebida com duras críticas, sobretudo pela extinção da Escola normal e a remoção de diversos professores primários. A reação negativa, tanto na imprensa campista quanto na capital e em Niterói, levou o governo a publicar, em 14 de fevereiro de 1900, um edital com o objetivo de acolher as reclamações dos professores em relação ao quadro de distribuição das escolas isoladas.

Em 17 de março foi publicado o Decreto nº 606, trazendo novo quadro de distribuição e classificação das escolas, após a observação do edital publicado no mês anterior. De acordo com este quadro o município de Campos possuía 44 escolas, sendo 9 no perímetro urbano, divididas em 5 masculinas e 4 femininas, enquanto no campo havia 12 escolas masculinas e 23 femininas, totalizando 35 escolas rurais.

Nesta nova distribuição 8 professores foram remanejados, como a recém nomeada Zelia de Alvarenga, professora da localidade de Cruz das Almas, que permutou sua escola com a professora Antonia Jacintha Nunes, originalmente de Dores de Macabu; ou então o caso das professoras Maria Martins e Luiza Adelaide de Abreu Lima, sendo a primeira transferida da localidade de Macaco para Mussurepe e a segunda da localidade de Coqueiros para a sede do distrito de São Sebastião, ficando vaga a escola original da primeira professora, e extinta a da segunda⁴².

Em relação à extinção da Escola normal, a Câmara Municipal manifestou inicialmente o interesse em custear a instalação de uma Escola Normal Livre, formada pelo mesmo corpo docente do Liceu de Humanidades, que pudesse habilitar professores para o magistério público, de acordo com o programa da reforma (INSTRUÇÃO, 1900c, p.1).

Ao mesmo tempo um grupo formado por médicos, jornalistas e intelectuais, contando com os nomes de Benedicto Gonçalves Pereira Nunes, Luiz Cardoso de Mello, Ignacio de Moura, Attila de Alvarenga, entre outros, liderados pelo Dr. Joaquim Ribeiro de Castro, lançava

⁴² Análise dos quadros anexos aos decretos 592, de fevereiro de 1900 e 606, de março do mesmo ano (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901).

um apelo nos jornais solicitando o apoio dos “co-municípes” para a criação de uma Escola Normal Livre “inteiramente moldada ao Regulamento da Instrução do Estado” (ESCOLA Normal Livre, 1900a, p.1), reivindicando ao governo estadual o reconhecimento dos títulos de professor expedidos por esta escola. Martínez (2009) destaca “o idealismo do corpo docente” (MARTÍNEZ, 2009a, p. 242) ao instalar a Escola Normal Livre em prédio emprestado, sem receber nada em troca pelo seu trabalho. No dia 20 de fevereiro a *Gazeta do Povo* publicava que

Em reunião da assembléa geral da Sociedade Propagadora de Artes e Offícios, effectuada, foi resolvida a cessão das salas do edifício em que funciona o Lyceu de Artes e Offícios Bittencourt da Silva para nellas funcionar a Escola Normal Livre, que se projecta fundar nesta cidade (EM reunião, 1900, p.1).

A iniciativa era audaciosa e havia muitas dúvidas em relação ao seu sucesso. Um articulista da *Gazeta do Povo*, sob o pseudônimo de “Coménius”, classificava a empreitada como “extemporânea e inexequível”, pois “o açodamento daqueles que (...) oferecem gratuitamente os seus serviços, não [resistiria] muito tempo aos embates da rude realidade que não permite o exercício prolongado dos actos de altruísmo” (ESCOLA Normal Livre, 1900b, p. 1), ao mesmo tempo em que a adaptação do prédio do Liceu de Artes e Ofícios para receber o curso normal, requeria a instalação dos gabinetes de química, física e história natural, implicando em grandes despesas, na ordem dos 30:000\$000.

Nesse contexto, articulavam-se a Câmara Municipal e o governo do Estado, tendo como interlocutor o deputado federal Nilo Peçanha. A interferência de Nilo Peçanha no estabelecimento da Escola Normal Livre pode ser notada através do noticiário. No dia 09 de fevereiro o deputado chegava à cidade de Campos, vindo de sua fazenda em Muriaé. No mesmo dia reunia-se a Assembleia Municipal em sessão que aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade ao Dr. Alberto Torres, presidente do Estado que naquele momento enfrentava a dura oposição do PRF no Legislativo estadual. Uma semana depois o jornal *Gazeta do Povo* noticiava que

o dr. Nilo Peçanha, illustre deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, foi (...) acometido de uma leve indisposição, na (...) viagem (...) da barca de Petropolis.

Felizmente, porém, ao chegar a Petropolis, sendo acolhido com todos os cuidados no palácio do governo fluminense, começou a sentir-se melhor (...).

O incommodo assim passageiro de que foi victima o sympathico e distincto republicano tem sua causa na longa viagem emprehendida por s. ex. antehontem, de Campos para esta capital (DR. NILO Peçanha, 1900, p. 1).

Assim, cinco dias após visitar a cidade de Campos, na ocasião em que a Câmara declarava seu apoio ao governo Torres, o deputado Nilo Peçanha retornava ao Rio de Janeiro de onde embarcou para Petrópolis, ficando hospedado no palácio do governo estadual por pelo menos dois dias, retornando logo em seguida a Campos, no dia 20, quando em nova sessão o presidente da Câmara Municipal, capitão Henrique Martins de Oliveira, anunciava que “por intermédio do exmº Sr. Deputado Nilo Peçanha [entendeu-se] com o poder executivo do Estado” (ESCOLA Normal, 1900, p. 1), a fim de conseguir para a Escola Normal Livre a mobília e demais utensílios que haviam pertencido à escola normal oficial extinta.

Ainda nesta sessão da Câmara foram lidos dois telegramas enviados por Nilo Peçanha ao presidente Henrique Martins. O primeiro, dizendo: “Presidente Camara Campos. – Camara pode custear Escola Normal. Governo dá regalias oficiaes, funcionará mesmo edificio. – Nilo” (ESCOLA Normal, 1900, p. 1, grifo meu). E no segundo telegrama, lia-se: “Henrique Martins. – Recebeu meu telegramma? Tudo prompto. Governo só espera acto Camara. Nilo Peçanha” (ESCOLA Normal, 1900, p. 1).

A leitura dos telegramas indica que, inicialmente, a Escola Normal Livre funcionaria no mesmo prédio da extinta escola normal, desde que financiada pela Câmara Municipal. No entanto, o próprio presidente Henrique Martins informava que tal despesa não cabia no orçamento municipal, devendo então a Câmara prestar apoio à iniciativa particular liderada pelo Dr. Ribeiro de Castro.

No dia 7 de abril era publicada a notícia de que o governo autorizara a transferência “da mobília e de outros utensílios” para a Escola Normal Livre. A notícia era acompanhada de elogios ao presidente Alberto Torres, ao capitão Henrique Martins, presidente da Câmara de Campos e a Nilo Peçanha, por tornarem possível a instalação da Escola Normal Livre, permitindo assim que “as distintas patrícias [pudessem] continuar o seu curso” (ESCOLA Normal, 1900a, p. 1).

Em seguida iniciaram-se as inscrições para os exames de admissão, encerrando-se no dia 27 de abril, com os exames acontecendo no dia seguinte. No dia primeiro de maio foi divulgada a seguinte lista, com os aprovados nos exames: “Ismenia Campos, Herminia de Menezes, José Luíz Coelho de Aguiar, Oskelia Martins, Ducilla de Alvarenga, Izabel d’Alvarenga, Benedicta Ribeiro, Maria Izabel Peixoto de Queiroz, Izaura Lucas dos Santos e Chloris Maciel da Rocha” (ESCOLA Normal Livre, 1900c, p. 1).

As aulas tiveram início no dia 1º de maio, seguindo o horário publicado no jornal, a partir do qual foi possível elaborar os seguintes quadros:

Quadro 22 - Quadro de horários da Escola Normal Livre - 1900

1º ano						
	seg	ter	qua	qui	sex	sab
9h - 10h	Caligrafia	Geografia	Caligrafia	Geografia		Geografia
10h - 11h	Desenho		Desenho			
11h - 12h	Aritmética		Aritmética		Aritmética	
12h - 13h	Francês	Português			Francês	Português
13h - 14h						
14h - 15h						

2º ano						
	seg	ter	qua	qui	sex	sab
9h - 10h	Pedagogia	Caligrafia	Português	Caligrafia	Português	Desenho
10h - 11h	Álgebra		Álgebra	Desenho		Geometria
11h - 12h	Costura	Costura		Costura		
12h - 13h	Corografia		Francês	Português	Corografia	
13h - 14h					Francês	
14h - 15h						

3º ano						
	seg	ter	qua	qui	sex	sab
9h - 10h		Português	Metodologia	Português	Metodologia	Português
10h - 11h		Desenho			Musica	
11h - 12h						
12h - 13h						
13h - 14h		História universal		História universal		
14h - 15h	Química		Química	Física	Química prática	

4º ano						
	seg	ter	qua	qui	sex	sab
9h - 10h						
10h - 11h	Instrução moral	Música		Instrução moral		
11h - 12h						
12h - 13h		História do Brasil	Ginástica	História do Brasil		
13h - 14h		História Natural		História Natural	Ginástica	História Natural
14h - 15h				Agronomia		Física

Fonte: Elaboração própria a partir do jornal *Gazeta do Povo* (ESCOLA Normal Livre, 1900c).

Entre os professores estavam Candido Mendes — lecionando as disciplinas de corografia do Brasil e cosmografia, que inicialmente seriam ministradas pelo Dr. José Rodrigues Leite Júnior —, João Menezes, Viveiros de Vasconcellos e o diretor Ribeiro de Castro.

É importante destacar a presença da disciplina de agronomia no quarto ano, cumprindo o previsto no Art. 167 do regulamento, que tornava “obrigatório o ensino de noções de agronomia nas escolas públicas do Estado, para professores que se [diplomassem] no curso normal” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 603), indo de encontro ao pensamento agrarista do presidente Alberto Torres.

Ao mesmo tempo em que se definia a instalação da Escola Normal Livre, corriam os preparativos para a implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, nas dependências do prédio do Liceu de Humanidades.

Em seu relatório⁴³, apresentado ao diretor da instrução pública José B. Paranhos da Silva, o diretor do Liceu e da extinta Escola Normal, Dr. Manoel Francisco de Oliveira, lamentava o “desaparecimento de um instituto, que tão bons serviços, de transcendência incalculável estava prestando á sua numerosa população e á dos municipios visinhos” (OLIVEIRA, 1900), ao mesmo tempo em que saudava a iniciativa dos professores que criaram a Escola Normal Livre, ressaltando estar certo de que esta logo deixaria de existir “com o restabelecimento do instituto oficial, [de acordo com o] intuito dos seus fundadores” (OLIVEIRA, 1900).

O Dr. Manoel de Oliveira também solicitava ao diretor da instrução a equiparação do Liceu de Humanidades ao Ginásio Nacional como medida urgente a fim de evitar a sua extinção por falta de frequência, uma vez que o curso não garantia o ingresso nas academias. Temendo a extinção do Liceu o diretor afirmava que

conserval-o, como está, abandonado absolutamente, com a matricula insignificante de 43 alumnos, é impossível; o que nos cumpre, pois, é recorrermos as causas determinantes desse afflictivo estado de cousas, e, a meu ver, o único meio que se nos depõe é (...) a sua equiparação ao Gymnasio Nacional (OLIVEIRA, 1900).

De acordo com o relatório do diretor, era de fato delicada a situação do Liceu. Dos 43 alunos frequentes, 38 eram da primeira série e os outros 5 da segunda, não funcionando as demais séries. A biblioteca se encontrava defasada, carecendo dos livros necessários para a

⁴³ Trata-se de um volume manuscrito que compõe a coleção 97.2 do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE7 2.2.

consulta dos professores, e os gabinetes de física e química não foram utilizados em todo o ano de 1899 por não haver alunos matriculados nas séries que os necessitavam.

Ainda no relatório do diretor Manoel de Oliveira encontram-se listados o mobiliário e o material existente em cada uma das seis salas que foram destinadas ao funcionamento do Grupo escolar.

A configuração das salas antes utilizadas para as aulas da extinta Escola Normal, além de mais duas reservadas para os laboratórios, onde se encontravam montados os gabinetes de química, física e história natural, permitem notar, pelo tipo de material distribuído, que cada sala possuía uma função específica, como já havia assinalado Martínez, Gantos & Boynard (2006), ao constatar que “as salas de aula serviam a determinadas disciplinas e eram as alunas que circulavam por elas” (MARTÍNEZ, GANTOS & BOYNARD, 2006, p. 169).

Enquanto a segunda sala era utilizada para as aulas de desenho, a terceira possuía o material para os estudos de aritmética e sistema métrico, assim como a existência das “17 almofadas para trabalho” aponta para a possibilidade de funcionarem na quarta sala as aulas de trabalhos de agulha.

Da mesma forma a sala de aplicação nº 2 reunia, além de mesa, estrados, quadro negro e carteiras, 2 tamboretas e um harmonium (espécie de órgão), provavelmente utilizados nas aulas de música, enquanto que a sala de aplicação nº.1 e a primeira sala reuniam os elementos para os demais estudos.

O diretor chamava a atenção para a necessidade da construção de uma casa para o guarda no próprio terreno das escolas, inibindo as constantes ações dos *gatunos*, naquela região à época considerada afastada do centro da cidade. Manoel de Oliveira informava que ainda naquele ano

foram as dependências onde actualmente funcionara o Grupo Escolar, visitados pelos *gatunos* que carregaram alguns objectos das diferentes aulas da Escola Normal. Nos gabinetes de *physica* e *chimica*, há muito que acautelar, pois não é insignificante a quantia despendida pelo Governo com a aquisição dos instrumentos nos referidos gabinetes (OLIVEIRA, 1900).

Não foram encontrados indícios de que tenha sido construída a casa do guarda neste período, assim como da realização de qualquer obra de adaptação do espaço da Escola normal para o funcionamento do grupo escolar.

Apenas em 1914 tem-se o registro, na mensagem encaminhada pelo presidente Oliveira Botelho à ALERJ, identificando as despesas de 16:550\$450 já pagas por obras “que se faziam imprescindíveis e urgentes” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914, p. 82) nas escolas

daquele prédio. Também nesta mensagem foi registrada a construção de um muro de contenção, em alvenaria e pedra, circundando todo o prédio, e uma escadaria em seu acesso principal, em virtude das escavações realizadas naquela área para o aterramento da praça Azeredo Coutinho, às margens do canal Campos – Macaé (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1914, p. 113). Boynard (2006) identifica que em 1914 já havia, adjacente ao espaço que fora ocupado pelo Grupo Escolar, a casa do zelador (BOYNARD, 2006, p. 100).

O quadro 23 apresenta a relação do mobiliário e de todo o material existente nas salas de aula da Escola normal e que foram entregues ao diretor do Grupo Escolar.

Quadro 23 - Relação dos objetos entregues pelo diretor do Liceu de Campos ao Grupo Escolar, 1900

1ª sala 68 Escarradeiras 1 Mesa 1 Estrado 1 Tinteiro 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 30 Carteiras 30 Bancos 1 Cadeira	2ª sala 1 Mesa 1 Estrado 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 1 Cadeira 50 Carteiras para desenho 50 Tamboretas 24 Bustos para desenho 1 Tinteiro
3ª sala 1 Mesa 1 Estrado 1 Tinteiro 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 1 Cadeira 25 Carteiras 25 Bancos 1 Quadro de sistema métrico	4ª sala 1 Mesa 1 Estrado 1 Tinteiro 1 Moringa e copo 1 Quadro preto 1 Estrado para o mesmo 34 Bastidores 17 Almofadas para trabalho 22 Bancos 9 Carteiras 1 Cadeira
Sala de aplicação 1 1 Mesa 1 Estrado 1 Quadro preto 1 Cadeira 50 Carteiras	Sala de aplicação 2 1 Mesa 3 Estrados 1 Quadro preto 52 Carteiras 2 Tamboretas 1 Harmonium

Fonte: Relatório apresentado ao Sr. Dr. José Bernardino Paranhos da Silva, diretor da Instrução Pública do Estado do Rio de Janeiro pelo Dr. Manoel Francisco de Oliveira, diretor do Lyceu de Humanidades de Campos (OLIVEIRA, 1900).

Na mensagem de 1916 o presidente Nilo Peçanha relacionou, entre as diversas obras executadas no município de Campos, a construção de instalações sanitárias no Liceu (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916, p. 31), certamente em decorrência da instalação, naquele ano, da Escola Modelo.

A documentação pesquisada não permite conhecer de que maneira foram utilizadas as salas de aula e o mobiliário pelo Grupo Escolar. O relatório que discrimina o material existente em cada sala da Escola normal entregue ao GE data de 31 de maio. No entanto, desde 7 de abril, de acordo com os jornais, o governo havia autorizado a transferência da mobília e demais utensílios da escola extinta para as dependências da Escola Normal Livre, no prédio do Liceu de Artes e Ofícios Bittencourt da Silva.

Deste modo, não é possível saber se o material listado no relatório do diretor do Liceu no mês de maio foi o que restou da mobília transferida para a Escola Normal Livre em abril, sendo portanto utilizado no Grupo Escolar, ou se este material foi entregue ao GE logo após a extinção da Escola Normal, em janeiro, informado apenas no relatório de maio, mas já tendo sido transferido para o prédio da Escola Normal Livre desde abril.

Definida a instalação da escola no prédio do Liceu, reuniram-se no dia 28 de março de 1900, na casa do professor Balthazar Dias Carneiro, os professores e o diretor do grupo escolar, Lindolpho de Assis, para discutir a distribuição das disciplinas.

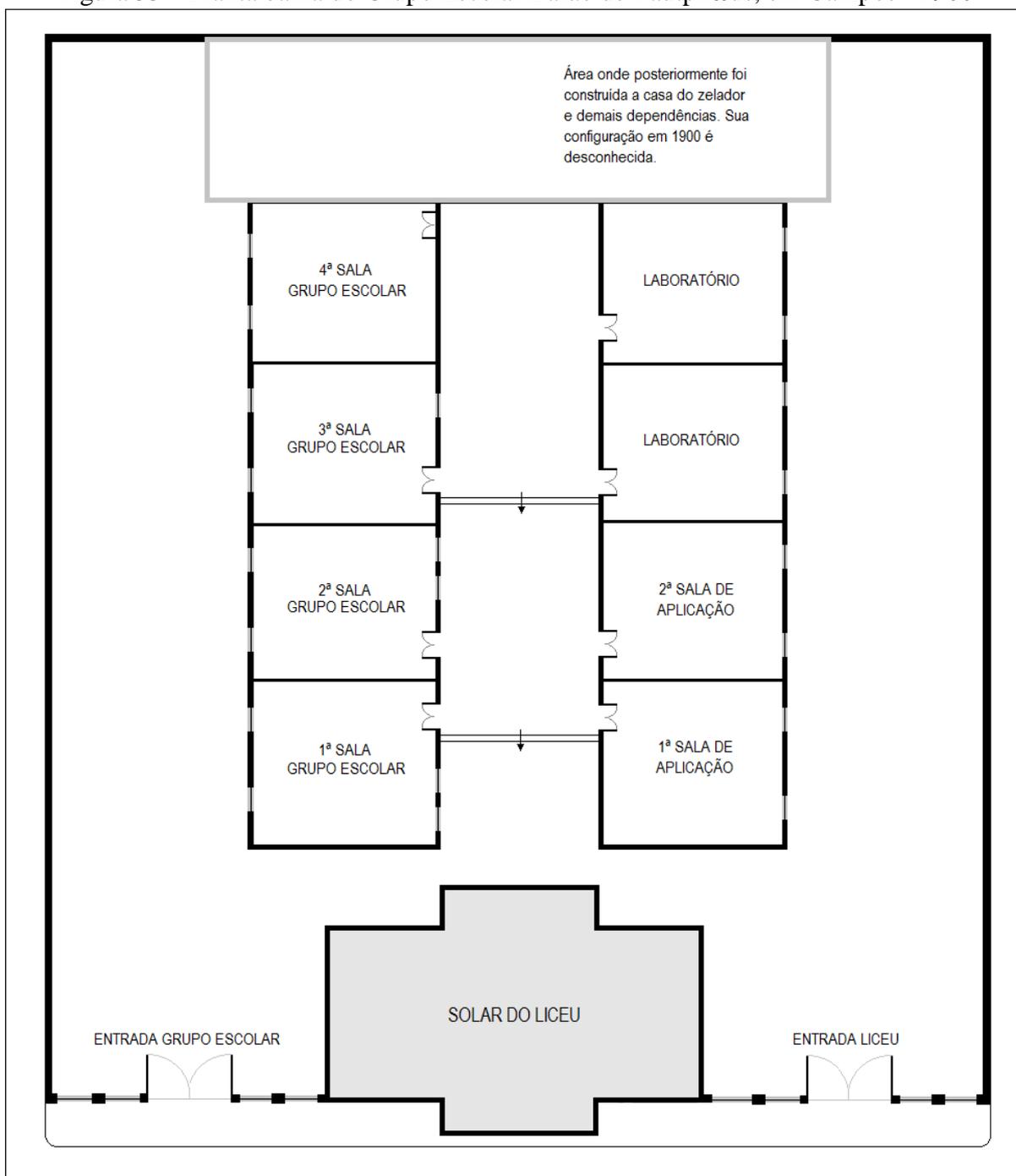
A organização do ensino primário graduado tendo um professor por disciplina é algo que chama a atenção. Rosa Fátima de Souza (1998) mostra que, no estado de São Paulo, pioneiro na implantação dos grupos escolares no Brasil, uma das maiores dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos do século XX residia no cumprimento dos programas oficiais, que exigiam professores polivalentes, capazes de ensinar todas as disciplinas, o que acabava não acontecendo, de modo que “os professores ensinavam o que queriam e o que sabiam” (SOUZA, 1998, p. 209), sendo em muitas escolas omitido o ensino das lições de coisas e de disciplinas como história e geografia, concluindo a autora que “nem mesmo a escola graduada foi capaz de resistir à força da tradição.

Ler, escrever, contar, a tríade balizada com os ideais do ensino intuitivo e integral retorna[va] pouco a pouco à sua condição de proeminência” (SOUZA, 1998, p. 213).

A partir da reconstituição feita por Boynard sobre um esboço de planta baixa encontrada no Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, retratando o ano de 1916, foi

possível elaborar uma adaptação para ilustrar o contexto da implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, em 1900, como mostra a figura a seguir:

Figura 53 – Planta baixa do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, em Campos - 1900



Fonte: Adaptado de Boynard (2006).

No estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Art. 119 do Dec. 588 de 25 de janeiro 1900 que regulamentava a reforma do ensino, nos grupos escolares deveria haver um professor para cada disciplina (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 485-486). No Grupo Escolar Barão

de Tautphœus, o corpo docente foi constituído dos seguintes professores e respectivas disciplinas:

Quadro 24 - Corpo docente do Grupo Escolar Barão de Tautphoeus em 1900

Português e instrução moral e cívica	Castorina Araujo
Aritmética e metrologia	Marianna Gomes Pinto de Alvarenga
Geografia e história do Brasil	Balthazar Dias Carneiro
Física e química	Benedicto Hermogenes
Trabalhos de agulha e costura	Maria Luiza Peixoto
Música	Francisca de Carvalho
Caligrafia e desenho geométrico	Mucio da Paixão

Fonte: Elaboração própria a partir de nota no jornal *Gazeta do Povo* (GRUPO escolar, 1900a, p. 1)

Para as disciplinas de Português, aritmética, geografia e história, física e química, foram escolhidos os professores públicos mais experientes, efetivos de primeira classe, cujas escolas possuíam a maior frequência de alunos. Castorina de Araújo, que contava 7 anos de magistério em 1900, era professora da escola feminina nº 24, localizada à rua 13 de maio, principal artéria comercial da cidade, tendo a frequência média anual de 41 alunas no ano de 1899, de acordo com o mapa do inspetor Trindade.

A escola de maior frequência média ao longo do ano de 1899 era a feminina nº 4, localizada no Becco do Amazonas, na região central da cidade, regida pela professora Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, a mais experiente do grupo, com 8 anos de magistério. Sua escola possuía a frequência média anual de 109 meninas, chegando a ter, de acordo com a inspeção realizada no mês de agosto, 136 alunas presentes.

Em seguida estava a escola masculina nº 7, regida pelo professor Balthazar Dias Carneiro, situada à rua do Sacramento, também no centro da cidade, chegando a ter, no mês de maio, 110 alunos presentes no momento da inspeção escolar, e em média 94 alunos frequentes ao longo do ano. Por fim, foi nomeado o professor Benedicto Hermogenes de Menezes que, assim como Balthazar Carneiro, contava com 6 anos de magistério público, regendo a escola masculina da Tapera, única localizada fora do perímetro urbano.

Para o cargo de diretor do G.E. foi nomeado o jornalista Lindolpho de Assis, proprietário e redator do jornal *O Pharol*, nos anos de 1890, na cidade de Juiz de Fora – MG, onde também dirigia o Collegio Santa Rita, estabelecimento particular de ensino primário e secundário fundado em 1896, ano em que foi aprovado no concurso para o cargo de inspetor geral do ensino no estado do Rio de Janeiro, tendo atuado na 11ª circunscrição, com sede em Parati, no sul do Estado.

As aulas se iniciaram no dia 2 de abril com a matrícula de 90 alunos, ultrapassando o número de 150 matriculados no final da primeira semana.

Aos poucos, a extinção da Escola normal tornava-se o principal mote dos ataques da imprensa oposicionista ao governo Alberto Torres, enquanto a criação do grupo escolar representava uma das principais bandeiras defendidas por seus correligionários que, apesar de também revelarem a insatisfação com o fechamento da escola normal, atenuavam a gravidade do fato utilizando os mesmos argumentos do governo, relativos à economia realizada com a extinção deste estabelecimento, em decorrência da crise financeira.

Um mês após o início das aulas o jornal oposicionista *Monitor Campista*, com base nas observações do inspetor Francisco Nogueira Trindade que até o ano anterior era o responsável pelas escolas da 5ª circunscrição do ensino, sediada em Campos, questionava os elevados gastos com o grupo escolar e, conseqüentemente, os argumentos oficiais que justificavam a extinção da Escola normal.

Atacava ainda a direção de Lindolpho de Assis e questionava o próprio modelo de escola primária graduada, afirmando ser “imperfeito” o ensino nas “grandes aulas”. A essas críticas rebatia a *Gazeta do Povo*, porta-voz da situação, afirmando não ser ainda possível conhecer os gastos com a escola primária, e que a matéria do *Monitor* não considerava que a criação do grupo escolar permitiu reunião de diversas escolas urbanas, implicando na redução dos gastos com aluguel de casas.

Cabe destacar que Francisco Trindade, depois de preterido na escolha para a direção do Grupo Escolar Alonso Adjuto, no município de Valença, foi nomeado para inspecionar a 10ª circunscrição do ensino, que compreendia os municípios de São João da Barra e Itaperuna, onde se aproximou da oposição *portelista* que em Campos se reunia nas fileiras do *Monitor Campista*. Para a *Gazeta do Povo* o inspetor Trindade era um “funcionario relapso” que durante a sua passagem pelo cargo de inspetor do ensino revelou “sua inaptidão, sua falta de tino administrativo e seus apoucados conhecimentos em matéria de pedagogia” (INSTRUÇÃO pública – o inspetor Trindade, 1900, p. 1).

Neste contexto belicoso ocorreram as eleições para presidente e vice-presidente do Estado. No dia 5 de julho chegavam a Campos o Barão de Miracema e Nilo Peçanha, em meio às articulações para a eleição do candidato Quintino Bocaiúva. Segundo a imprensa situacionista as eleições ocorreram “sem a mínima violência, sem o menor aparato de força e sem o concurso obrigado dos eleitores de cacete e garrucha” (NOTA do dia, 1900a, p.1).

No dia 10, após as eleições, eram anunciados o retorno de Nilo Peçanha para a capital federal e ao mesmo tempo a notícia da equiparação da Escola Normal Livre à oficial do Estado, em Niterói. Neste texto, junto ao lamento pela extinção da escola normal no início do ano, era reforçado o argumento da necessidade de reduzir as despesas públicas diante do quadro de profunda crise econômica encontrada pelo presidente Alberto Torres, ao mesmo tempo em que era louvada a iniciativa dos professores que com o Dr. Ribeiro de Castro criaram a Escola Normal Livre.

Dois dias depois era publicada outra nota sobre a equiparação da Escola Normal Livre ressaltando que

ainda [perdurava] no espírito publico a agradável impressão deixada pelo acto do governo honrado do sr. dr. Alberto Torres equiparando a Escola Normal Livre desta cidade ao Instituto Official em Nictheroy (...).

Quando se levantou o grito contra o acto do governo, houve quem explorando o animo popular, insinuasse que a escola fora supprimida a pedido dos chefes políticos da localidade, inimigos da instrucção!

Mas “o não há nada como um dia depois do outro” teve ainda applicação agora, e o illustre dr. Ribeiro de Castro agradecendo as homenagens que lhe fizeram discipulas, collegas e amigos pela brilhante victoria da equiparação, salientou nominalmente os nossos amigos e chefes políticos que se empenharam junto ao governo para a consecução desse desideratum (...).

Os politiqueros calumniadores que andaram, á socapa, espalhando o perfidio boato, ouviram do sr. director da escola o justo applauso aos amigos nossos que cooperaram para que conseguíssemos si não a manutenção da Escola Official, a equiparação do Instituto Livre, o que deve ser para Campos até um motivo de maior orgulho (ESCOLA Normal, 1900, p. 1).

Diante do exposto até aqui e sobretudo a partir desta citação é possível extrair algumas considerações a respeito dos interesses políticos em torno da escola normal e do grupo escolar.

A extinção da Escola normal, criada em 1894 pelos *paulinistas*, e instalada no ano seguinte no prédio do Liceu, um patrimônio associado aos *portelistas*, forneceu o combustível necessário para as oposições, que “[levantaram] o grito contra o acto do governo” de Alberto Torres. Ao mesmo tempo, a instalação de um grupo escolar justamente naquele prédio se apresentava como um instrumento de afirmação do presidente Torres e seus novos aliados (*miracemistas*, sobretudo Nilo Peçanha) na cidade que representava considerável peso político e econômico no estado.

Assim a iniciativa do Dr. Ribeiro de Castro ao criar uma Escola Normal Livre passava a ser explorada tanto pela oposição quanto pela situação. Para a imprensa *portelista* a postura altruísta dos professores deste instituto era um ato de resistência às arbitrariedades do governo

Torres, representado na figura do diretor da instrução pública José Bernardino Paranhos da Silva, e do diretor do grupo escolar, Lindolpho de Assis.

Para a imprensa situacionista o Dr. Ribeiro de Castro e seus professores foram grandes republicanos que, compreendendo a difícil situação financeira do Estado, contribuíram para a grande causa da instrução, permitindo a continuidade do curso normal e que, naquele momento, conquistavam a “brilhante victoria da equiparação”, graças aos esforços dos “amigos e chefes políticos” Barão de Miracema e Nilo Peçanha junto ao governo estadual.

Deste modo, se a extinção da EN foi motivo de ataques ao presidente Torres, a equiparação da Escola Normal Livre concedida pelo mesmo governo, acalmava os ânimos da oposição e fortalecia o grupo situacionista.

No momento em que o governo Alberto Torres era bastante atacado pelos *paulinistas* e *portelistas* na ALERJ, a escolha de um nome como o de Quintino Bocaiúva, republicano histórico de projeção nacional, isento das questões interoligárquicas fluminenses, era uma boa estratégia de consolidação do grupo do Barão de Miracema e Nilo Peçanha no poder, contribuindo também para o arrefecimento das oposições (LAMARÃO, 1989).

Depois de eleito o presidente Quintino Bocaiúva, o Dr. Paranhos da Silva visitou a cidade de Campos, sendo recebido no Hotel Gaspar pelo Dr. Ribeiro de Castro e Lindolpho de Assis. Três dias depois, acompanhado dos diretores do Liceu de Humanidades, da Escola Normal Livre e do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, o Dr. Paranhos visitou diversas escolas públicas e particulares da cidade, iniciando pelo grupo escolar, onde assistiu a aula de português da professora Castorina de Araújo, a de morfologia geométrica ministrada pelo professor Múcio da Paixão e a de lições de coisas a cargo do professor Benedicto Hermógenes (GRUPO Escolar, 1900g).

A visita do Dr. Paranhos a Campos contou com um desfile dos alunos das escolas públicas, do grupo escolar, e também das escolas particulares, que percorreu as principais ruas da cidade, passando pelas redações dos jornais e terminando em frente ao Hotel Gaspar. Também era saudado o diretor da instrução pública, nas escolas em que visitava, com “chuvas de pétalas”, salvas de palmas e discursos proferidos pelos estudantes, como ocorreu, por exemplo, no Liceu de Artes e Ofícios (HOSPEDES illustres, 1900).

No dia 23 de setembro, em meio às festividades pela visita do Dr. Paranhos, foi publicada a notícia de que o diretor da instrução forneceria nova mobília para o salão nobre do Liceu de

Humanidades e uma “excellente collecção de modelos para o Lyceu de Artes e Offícios”. Na mesma nota, em destaque, lia-se que

outra noticia mais agradável aos leitores e principalmente as normalistas é a seguinte:

O sr. dr. Paranhos declarou ao sr. dr. Ribeiro de Castro que estão á disposição de s. s. as salas do Lyceu e da antiga Escola Normal.

Sabemos mais que o digno sr. dr. director agradeceu e prometeu mandar a Escola para o anno futuro.

Essa noticia vai regosijar os alumnos do acreditado estabelecimento (INSTRUCCÃO publica, 1900f).

Se a equiparação da Escola Normal Livre já havia rendido frutos ao grupo político da situação, a perspectiva do restabelecimento da Escola normal oficial anexa ao Liceu fortalecia ainda mais a imagem do governo e seus chefes políticos locais, enfraquecendo a oposição. Nesse sentido, logo no início do ano de 1901, circulavam pela imprensa especulações a respeito de nova reforma do ensino.

No dia 30 de janeiro o *Monitor Campista* publicava que “a próxima reforma por que [iria] passar a instrução publica no Estado [extinguiria] o Lyceu de Campos e o Gymnasio de Petropolis” (O LYCEU, 1901), fazendo duras críticas ao Dr. Paranhos da Silva. Em resposta, a *Gazeta do Povo* buscava desmentir a notícia alegando que, ao contrário do que afirmava o *Monitor*, o Dr. Paranhos buscava junto ao governo a equiparação do Liceu ao Ginásio Nacional⁴⁴.

A contenda entre os dois jornais em torno do assunto se arrastou por todo o mês de fevereiro até que, em 4 de março de 1901 foi aprovado o Dec. Nº 674, equiparando o Liceu de Campos ao Ginásio Fluminense e ao Ginásio Nacional, mantendo a gratuidade da matrícula, exceto para os exames parcelados (ESTADO do Rio, 1901a).

O mesmo decreto exonerou o Dr. Manoel Francisco de Oliveira do cargo de diretor do Liceu, substituindo-o pelo Dr. João Manoel da Silva Tavares, e os professores Homero Moretzsohn Campista, de português, e Joaquim Silvério dos Reis, de francês, substituídos por José Pacífico da Fonseca o primeiro, e Francisco da Silva Varella, o segundo.

Foram ainda nomeados para a disciplina de matemática elementar e de elementos de mecânica e metronomia o professor João de Miranda Menezes; de história e geografia João Alves de Souza Barreto Machado; de inglês Antônio Joaquim de Castro Faria; de ciências

⁴⁴ Com o advento da república o “Imperial Collegio de Pedro Segundo” passou a se chamar “Gymnasio Nacional”, mantendo entretanto a função de “colégio-padrão”, ao qual as demais escolas secundárias deveriam ser equiparados pelo governo federal, a fim de terem reconhecidos os exames de preparatórios que garantiam o ingresso nos cursos superiores (MARTÍNEZ & BOYNARD, 2010).

físicas e naturais o Dr. João Manoel da Silva Tavares; de alemão o Bacharel Antonio Candido Anastacio do Lago; de literatura e lógica Joaquim Veríssimo da Silva; de grego o Bacharel Augusto Francisco Aleixo dos Santos; e para professor de desenho foi nomeado Carlos Hamberger (ESTADO do Rio, 1901a).

No dia 15 de março foi publicada na imprensa local a notícia de que o secretário dos negócios do interior e justiça havia concordado com a proposta do restabelecimento da Escola normal anexa ao agora equiparado Liceu de Humanidades de Campos, encaminhada pelo Dr. Paranhos da Silva, informando que restava apenas a aprovação do presidente Quintino Bocaiúva (ESCOLA Normal, 1901a). Em seguida uma comissão de normalistas telegrafou ao presidente do Estado a seguinte mensagem:

Sr. general Quintino Bocayuva. — Petropolis. — Normalistas, pedimos a v. ex. aceitar a proposta creando uma Escola Normal anexa ao Lyceu desta cidade.

A mocidade campista confia neste momento ao eminente democrata a causa do seu futuro

A sociedade aqui espera confiante vosso benévolo acolhimento causa aspiração de seus filhos. — Assignados — Cecy Araujo, Isabel Mesquita, Lavinia Dias, Carolina Nogueira, Celestina Costa, Guiomar Ramalho, Delphina Teixeira, Isabel Martins, Maria Aguiar, Marianna Dias, Euclides Silva, Eurydice Bastos, Izaura dos Santos, José Aguiar, Alva Ribeiro, Armanda Cardoso, Alice de Salles Borges, Cloris Rangel, Maria Marcolina da Conceição, Adhemar Laranjeira, Ritta Feijo, Benedicta Ribeiro, Deonora Freitas, Americolina Pinto, Serizê Passos, Olinda Pinto, Isabel Moreira, Philomena Assenço, Clotilde Martins, Maria Queiroz, Antonia Ribeiro, Olinda Teixeira, Herminia de Menezes, Maria José Toscano, Carmen Rainha, Angelina Monteiro, Anna Leitão, Aristotelina Braga, Waldemiro Barboza, Marianna Cruz e Alcina Borges (ESCOLA Normal, 1901b).

Também telegrafaram ao presidente os jornais *Monitor Campista* e a *Gazeta do Povo*, obtendo em seguida a resposta positiva confirmando a reabertura da Escola Normal anexa ao Liceu de Humanidades e ao Grupo Escolar Barão de Tautphœus⁴⁵.

Segundo a *Gazeta* “foguetes estrugiram a porta da redação do *Monitor* e desta folha e logo juntou-se muito povo saudando o sr. General Quintino, dr. Paranhos da Silva, dr. Martins

⁴⁵ O Decreto nº 677, de 16 de março de 1901 criava em Campos, “anexa ao Liceu de Humanidades, uma Escola Normal, sob o mesmo regulamento da de Nicteroy; fixa o corpo docente, com os respectivos vencimentos, assim como o pessoal administrativo, o qual será o do Lyceu sem remuneração alguma nova, servindo nas mesmas condições o professor de gymnastica do Grupo Escolar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a).

Junior⁴⁶, os chefes políticos deste município⁴⁷ e quantos cooperaram para o restabelecimento da Escola” (Ibidem).

A partir deste momento a oposição se enfraquecia. As críticas na imprensa eram menos duras, sempre jogando a responsabilidade pelos problemas da instrução pública na administração anterior, ao mesmo tempo em que se projetavam as esperanças no governo conciliatório do presidente Quintino Bocaiúva.

A instalação da Escola normal e a equiparação do Liceu serviram como elementos determinantes dessa conciliação, visto que, se por um lado, a *Gazeta do Povo* exaltava o papel da sociedade campista na figura dos chefes políticos *miracemistas*, o *Monitor Campista* reivindicava para si os méritos pelo restabelecimento destes institutos, sempre destacando a sua ação na “defesa da causa dos que desejam se instruir” (ESCOLA e Lyceo, 1901).

A reforma de 1901 foi publicada no dia 15 de março, com o Decreto nº 676, que criou mais dois grupos escolares no Estado, sendo um em Resende e outro em Petrópolis, reorganizou as circunscrições escolares e desvinculou as funções de diretor de grupo escolar e inspetor do ensino.

Nesse sentido Lindolpho de Assis foi nomeado apenas como inspetor regional da 5ª circunscrição, formada pelos municípios de Campos, São João da Barra e Itaperuna⁴⁸, sendo substituído na direção do grupo escolar por Francisco Gonçalves de Araújo Vianna, ex-professor de português da extinta Escola Normal de Barra Mansa, que assumira a mesma disciplina no G.E. de Campos, no lugar da professora Castorina de Araújo que passaria a lecionar música, em substituição à professora d. Francisca Amalia de Carvalho que, segundo o jornal *Gazeta do Povo* (GRUPO escolar, 1901a) seria removida, embora não tenha constado de nenhuma relação de professores do Estado nos anos seguintes.

O Decreto nº 677, que restabeleceu a Escola normal anexa ao Liceu, também determinava que o seu corpo docente fosse composto pelos mesmos professores do grupo escolar. No entanto também figuravam nos jornais os nomes de professores do Liceu ministrando disciplinas na escola normal, de modo que as três instituições compartilhavam não só o mesmo prédio, mas também o corpo docente, como mostra o quadro a seguir:

⁴⁶ Martins Júnior era o secretário dos negócios do interior e justiça do governo Quintino Bocaiúva.

⁴⁷ Uma referência ao Barão de Miracema e a Nilo Peçanha

⁴⁸ Vide figura 7, p. 101.

Quadro 25 - Corpo docente do Grupo Escolar Barão de Tautphoeus, Liceu de Humanidades e Escola Normal de Campos em março de 1901

Professores	Grupo Escolar	Liceu	Escola Normal
João M. da Silva Tavares	—	(Diretor) Ciências físicas e naturais	(Diretor) Física, química, higiene e história natural
José Pacífico da Fonseca	—	Português e latim	—
João A. de S. B. Machado	—	História e geografia	—
Antonio C. A. do Lago	—	Alemão	—
Joaquim V. da Silva	—	Literatura e lógica	—
Augusto F. A. dos Santos	—	Grego	—
Antônio J. de Castro Faria	—	Inglês	Francês
João Miranda de Menezes	—	Matemática elementar, elementos de mecânica e metronomia	Matemática elementar
Francisco da S. Varella	—	Francês	História e geografia
Carlos Hamberger	—	Desenho	Caligrafia e desenho
Francisco G. de Araujo Vianna	(Diretor) Português, instrução moral e cívica	—	—
Marianna G. P. de Alvarenga	Aritmética e metrologia	—	—
Balthazar Dias Carneiro	Geografia e história do Brasil	—	Português e literatura
Benedicto Hermogenes	Física e química	—	Pedagogia e metodologia
Maria Luiza Peixoto	Trabalhos de agulha e economia doméstica	—	Trabalhos de agulha e economia doméstica
Castorina Araujo	Música	—	Música
Mucio da Paixão	Caligrafia e desenho	—	—
José Archimínio de Souza	Ginástica	—	Ginástica

Fonte: elaboração própria a partir dos jornais *Gazeta do Povo* (GRUPO escolar, 1900a; ESTADO do Rio, 1901a) e *Monitor Campista* (ESTADO do Rio, 1901e)

Após três meses na direção do grupo escolar faleceu, no dia 14 de junho, o professor Araújo Vianna, sendo substituído por Balthazar Dias Carneiro. Na semana seguinte uma equipe do *Jornal do Brasil*, responsável pela edição de seu suplemento ilustrado, a *Revista da Semana*, esteve visitando algumas instituições da cidade de Campos, entre elas, o liceu, a escola normal e o grupo escolar. O jornal *Monitor Campista*, assim noticiava o fato:

Compareceram hontem ao Grupo 106 alumnos, sendo 56 da secção masculina e 50 da feminina.

O representante do Jornal do Brazil Sr. Anatolio Valladares fez fotografar hontem o edificio do Lyceu, com os alunos desse instituto, da Escola Normal e do Grupo.

Em seguida percorreu todas as dependências do edificio acompanhado do Dr. Silva Tavares que lhe ministrou todas as informações (INSTRUÇÃO publica, 1901c).

Trata-se da fotografia a seguir, publicada na segunda quinzena do mês seguinte:

Figura 54 – Prédio do Liceu, Escola Normal e Grupo Escolar Barão de Tautphœus em Campos - 1901



Fonte: Revista da Semana: Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil (AS NOSSAS gravuras, 1901, p. 507) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

Na fotografia é possível ver um grande número de alunos na parte externa do prédio. No segundo pavimento da composição central, à sacada do salão nobre, encontram-se meninos e meninas do grupo escolar, e no térreo, nas três portas do acesso principal estão alguns rapazes, provavelmente os liceístas, em menor número.

Em frente ao acesso principal, na direção da porta do meio, nota-se a presença de uma professora acompanhada por normalistas tendo na sua lateral esquerda meninos do grupo escolar, alguns sentados ao chão. À esquerda destas crianças é possível identificar a presença de mais uma professora tendo ao seu lado esquerdo mais meninos do grupo escolar e, por traz destes, em frente às janelas, um grupo de normalistas.

Na lateral direita, em frente à primeira janela, nota-se um grupo formado por professores e uma professora, vestidos com roupas escuras, provavelmente enlutados pelo recente falecimento do diretor Araújo Viana, estando à sua direita meninos e meninas do grupo escolar.

A distribuição dos espaços entre estas três escolas é algo que chama a atenção. Infelizmente não foi possível conhecer em detalhes o funcionamento das diferentes instituições no mesmo prédio. Alguns indícios, no entanto, permitem compreender que tanto o grupo escolar quanto a escola normal funcionavam no edifício localizado aos fundos do prédio principal do solar, destinado ao Liceu.

As aulas e os intervalos funcionavam em horários distintos e cuidadosamente calculados de modo a garantir a “independencia entre alunos e alumnas”, como mostra uma matéria do jornal *Monitor Campista*, narrando uma visita ao Liceu. O texto destaca “a ordem escrupulosamente mantida (...), a regularização de um horário bem disposto para o harmônico funcionamento dos três cursos [e] a observância rigorosa dos preceitos de uma boa disciplina” (UMA visita ao Lyceu, 1901). Assinala ainda que “as entradas e saídas, as aulas, as salas de espera dos alunos e alumnas são independentes e perfeitamente separadas” (Ibidem).

Embora ocupassem o prédio dos fundos, as alunas da Escola normal frequentavam, em horário específico, algumas aulas no solar do Liceu, como mostra um trecho do relatório de 1901 do diretor da instrução, Paranhos da Silva, transcrito em outubro de 1901 na *Gazeta do Povo* e em abril de 1902 no *Monitor Campista*:

[A Escola Normal] está funcionando (...) conjuntamente, no edifício do Lyceu de Campos, e independente deste instituto, com excepção das aulas de geographia e de sciencias naturaes.
Estas, em horas differentes, funcionam nas salas do Lyceu, adequadamente preparadas para o ensino dessas disciplinas.
Conseguio-se o regular funcionamento das aulas com um horário harmônico, permittindo completa independência na marcha dos respectivos serviços, que se effectuam sem a mínima incompatibilidade.
É tão independente e tão harmônico o seu funcionamento que até esta data não se verificou qualquer irregularidade (INSTRCCÇÃO publica, 1902a).

Apesar do restabelecimento da Escola normal, da equiparação do Liceu e do funcionamento do grupo escolar em Campos, a situação da “instrução pública” fluminense era periclitante. Se por um lado o governo de Quintino Bocaiúva representava a pacificação política, por outro não revelava meios de conter a crise econômica agravada na administração do seu antecessor.

Em nota que circulou pela imprensa de todo o Estado o secretário dos negócios do interior e justiça, Martins Júnior, informava que a ALERJ havia aprovado uma redução de 682:750\$000 nas verbas destinadas ao ensino público, o que provocou a extinção de diversas escolas singulares bem como a conversão de várias escolas masculinas e femininas em mistas. Tal situação levava o governo do Estado a reivindicar o auxílio das câmaras municipais, solicitando

que estas se responsabilizassem pelos aluguéis das casas escolares, ficando o governo estadual responsável pelos vencimentos dos professores, mobiliário e material didático necessário (CASAS para escolas, 1901).

A Câmara de Campos, em sessão do dia 15 de março de 1901, aprovou por unanimidade a solicitação do secretário Martins Júnior. O presidente Dr. Benedicto Pereira Nunes endossava o pedido comunicando aos vereadores que tal auxílio teria em contrapartida a garantia oferecida pelo “chefe do partido no município sr. dr. Barão de Miracema” da manutenção da Escola normal (CAMARA Municipal, 1901).

No entanto, mesmo com o apoio de diversas Câmaras Municipais livrando o governo estadual do peso dos aluguéis, a situação se agravava. A reforma de 1901 reduziu sensivelmente o salário dos professores, como aponta o articulista Max, do *Monitor Campista*, declarando que “a carreira mais ingrata incontestavelmente neste Estado é a do magistério [pois], quando se cogita de economias é na instrução, é no professorado onde se procura buscal-a” (MAX, 1901b).

Além da redução em seus vencimentos os professores primários não receberam seus salários entre os meses de junho e novembro de 1901, e entre janeiro e novembro de 1902, ficando portanto “um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, sim, onze meses sem receberem os seus vencimentos, todos os funcionarios sem receber a parca remuneração de antigos serviços (...)” (MAX, 1902b).

Em meio a esta crise, no mês de junho de 1902, o professor Balthazar Carneiro solicitou a sua demissão do cargo de diretor do grupo escolar, mantendo-se como professor de geografia e história d Brasil, assim como no cargo de lente do Liceu. Ao mesmo tempo assumia aulas no Collegio São Salvador, escola particular dirigida pelo ex-inspetor Francisco Trindade (COLLEGIO São Salvador, 1902). Na direção do G. E. foi substituído pelo seu colega Benedicto Hermógenes.

No mês seguinte o mesmo professor Balthazar Carneiro enviou uma carta para o *Monitor Campista* — que retomava a marcha da oposição — acerca da situação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus. Nesta carta o “ilustrado professor publico”, como fora identificado, informava que “[anunciavam-se] novas reformas na administração publica, e já se [falava] na extinção do grupo escolar d’esta cidade” (GRUPO Escolar, 1902a).

Em defesa do G. E. o professor apontava as suas vantagens em relação à escola singular, onde um professor “não [podia] leccionar com proveito a mais de cinquenta alunos todo o

programma exigido pelo (...) regulamento” (Ibidem). Argumentava ainda que a extinção do grupo não traria grande economia, a não ser com a eliminação dos irrisórios custos com a gratificação de diretor e as funções de porteiro e inspetor de alunos, pois a legislação determinava que em caso de extinção de um desses institutos os professores iriam reger escolas de cidade.

Informava também que a baixa frequência não seria motivo para a extinção daquela escola, tendo em vista que o número de 160 alunos frequentes diante de uma matrícula de 201, equivalia a uma média de frequência proporcionalmente superior à do Grupo Escolar Hilário Ribeiro, seu congênere no município de Resende⁴⁹. Deste modo seria necessário aumentar o número de matrículas que, segundo o professor, não era maior devido à localização da escola pois, se fosse removida “para o centro da cidade, (...) a matricula [atingiria] o numero legal⁵⁰” (Ibidem).

Dois dias depois o mesmo jornal publicava outra carta, desta vez do Sr. Lindolpho de Assis, inspetor regional do ensino e primeiro diretor do grupo escolar. Discordando de alguns pontos apresentados anteriormente pelo “illustre professor”, o inspetor acrescentava que o motivo da baixa matrícula se devia à

grande oposição que (...) se fazia a tudo que era da Reforma do Ensino; foi certamente por causa disso que o empenho do inspetor (...) se tornou necessário (...), desmanchando essa oposição que naquelle tempo se levantou contra o grupo, chegando-se até a assegurar-se a muitos paes de familia que o alumno no instituto que dirigi no primeiro anno necessitava de explicadores particulares para poderem passar nos exames (ASSIS, 1902, p.1).

A notícia da extinção do grupo escolar era decorrente dos debates na ALERJ em torno da reforma administrativa do Estado, buscando reduzir as despesas públicas com o objetivo de sanar a crise econômica.

Referente à instrução o projeto de reforma inicialmente previa a extinção do Ginásio Fluminense, o Liceu de Humanidades e a Escola Normal de Campos, a Escola Modelo de Niterói e os Grupos escolares. Nesse contexto o deputado Abelardo de Mello, representante 2º distrito eleitoral sediado em Campos, apresentou uma emenda livrando da extinção o Liceu e Escola normal desta cidade. As duas instituições passariam a compartilhar o mesmo corpo

⁴⁹ Ver tabela 2, p. 102.

⁵⁰ O Art. 131 do Dec. Nº 588 de 25 de janeiro de 1900 determinava que a matrícula nos grupos escolares não deveria ser inferior a 400 alunos e nem a frequência média mensal inferior a 200 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 490).

docente e no seu programa seria incluída a disciplina de *noções de agronomia e zootechnia*, que faria parte do ensino nas escolas primárias da zona rural.

Também era parte da reforma a transferência da capital do Estado para Niterói, o que já vinha ocorrendo desde setembro de 1902, com a Assembleia Legislativa instalada provisoriamente no edifício da Câmara Municipal (MUDANÇA da capital, 1902), onde foi novamente apresentado o projeto da reforma administrativa, desta vez determinando que ficariam “suprimidos o Gymnasio Fluminense e os Grupos escolares denominados ‘Menezes Vieira, Barão de Tautpœus e Honorato de Carvalho’” (A REFORMA, 1902).

Em 1 de novembro de 1902 foi publicada a Lei nº 551, extinguindo todas as secretarias que estariam reunidas unicamente na Secretaria Geral do Estado, dividida em diretorias entre as quais a do Interior e Justiça à qual estaria subordinada a Inspeção da Instrução Pública. Em seu Art. 12 suprimia todos os Grupos escolares, com exceção do G. E. Silva Jardim, de Petrópolis, após o término dos exames finais (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a).

O Grupo Escolar Barão de Tautpœus encerrou as suas atividades no dia 28 de novembro de 1902. Na ocasião foram pronunciados discursos de despedida por parte de alunos e professores, contando com o arremesso de confetes e flores após as saudações ao professor Reis, ao porteiro Justo José de Souza e ao diretor Benedicto Hermógenes. Também participaram do ato de encerramento o diretor do Liceu e Escola normal, Silva Tavares, e o professor Francisco Varela. O jornal *Monitor Campista* informava que

com o fechamento do Grupo cessa o exercício do pessoal administrativo
A mobília e o gabinete de physica ficarão pertencendo á Escola Normal.
Os professores daquele instituto passaram desde hontem á cathegoria de
professores de cidade, perdendo com a extinção o director do Grupo a
gratificação á que tinha direito.
O Grupo ainda se reabrirá em Dezembro para os exames das escolas
singulares, cujo inicio ainda não foi designado pela respectiva auctoridade
escolar (GRUPO Escolar, 1902b).

Após o fechamento do Grupo Escolar Barão de Tautpœus, a cidade de Campos assim como todo o estado do Rio de Janeiro foram privados do ensino público graduado de nível primário. Os momentos que seguiram ao final do governo Bocaiúva e nos primeiros anos da administração de Nilo Peçanha eram desoladores para a instrução pública.

4.2. Civismo e militarização da infância: o ensino primário em Campos nos primeiros anos da República

Nos primeiros tempos republicanos, antes da implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, funcionavam em Campos 59 escolas públicas singulares, sendo 43 na zona rural e 16 na cidade, entre as quais estavam as escolas femininas regidas pelas professoras Carolina Fraga de Paula Machado e Castorina de Araújo, e a escola masculina do professor José Moreira Fraga, todas localizadas à rua Treze de Maio, o principal centro comercial da cidade. Havia também as escolas de Manoel Jacintho Gonçalves e Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, localizadas no Becco do Amazonas; as dos professores Balthazar Dias Carneiro e Elisa Augusta P. Ferreira Eliot, na Rua do Sacramento, formando assim um quadro composto por uma escola de cada sexo nas principais ruas do centro da cidade (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898c).

Havia ainda as escolas femininas das professoras Anna Mendes da Rocha, na rua do Rosário (atual Carlos de Lacerda), e da professora Colina Mendes, situada à rua Barão de Cotegipe, todas localizadas num raio de aproximadamente 500m a partir da praça matriz, onde estavam instalados o paço da Câmara, a igreja matriz e a Santa Casa de Misericórdia. Mais afastadas estavam as escolas masculinas regidas pelas professoras Joanna de Sampaio Santos, na rua dos Goytacazes, e Etelvina Herminia Nunes Madruga, na rua Voluntários da Pátria, e as escolas femininas da Lapa e do Alto do Liceu, respectivamente regidas por Eurydice Mendonça de Almeida e Anna Josepha de Faria Tinoco (Ibidem).

Além das escolas públicas existia um grande número de institutos particulares espalhados pela cidade no ano de 1900. Em janeiro, antes da publicação da reforma e da instalação do grupo escolar, o próprio professor Balthazar Carneiro anunciava o início das aulas em sua escola, o *Externato Carneiro*, onde o professor Benedicto Hermógenes oferecia o curso de latim (GAZETINHA, 1900).

Entre os anúncios nos jornais foi possível encontrar o tipo mais variado de escolas particulares, como aquelas que ofereciam o regime de internato, semi-internato e externato; escolas femininas, masculinas ou contando com as duas seções separadas; escolas oferecendo apenas o curso elementar ou o primário completo; e havia ainda aquelas que possuíam todo o curso primário e também o secundário.

O *Collegio Peixoto*, por exemplo, localizado no bairro da Lapa, oferecia o internato feminino e o externato também para meninas, aceitando meninos com até 8 anos de idade. O

mesmo acontecia com o *Collegio N. S. do Amparo*, na rua Carlos de Lacerda nº 15, e no *Collegio N. S. das Dores*, funcionando na mesma rua, no nº 81.

Havia também o tradicional *Collegio Cornélio*, fundado em 1877 pelo professor Cornélio Bastos, antigo mestre de meninos que na virada do século buscava adaptar sua escola ao novo regime, anunciando que “anexo a este collegio, em sala separada, [estava] funcionando uma aula para meninas, por preço módico” (COLLEGIO Cornelio, 1900c), garantindo ainda que “[estavam] abolidos os castigos phisicos” (COLLEGIO Cornelio, 1900a).

Entre os estabelecimentos que ofereciam ensino primário e secundário estavam o *Collegio Cassalho*, que funcionou ao longo de toda a primeira república no número 22 da rua Marechal Floriano, dirigido pela professora Rosa Cassalho; o *Collegio N. S. das Dores*, citado anteriormente; e, com mais destaque, os colégios *Viveiros*, do professor Viveiros de Vasconcellos, e *Victor Hugo*, do professor Tiburcio Caribé da Rocha.

O *Collegio Viveiros* funcionava no antigo palácio episcopal, um vasto prédio situado à rua Treze de Maio nº 160, cuja “magnífica localização” (COLLEGIO Viveiros, 1900a) era elemento de destaque em seus anúncios nos jornais. O curso primário era oferecido pelos professores Viveiros de Vasconcellos, Joaquim Silvério dos Reis e o preparador do Liceu, Teophilo de Gouvêa. No curso secundário o corpo docente contava com o diretor na disciplina de português, Silvério dos Reis como professor de francês, o engenheiro José Rodrigues Leite Júnior ensinando geometria e trigonometria, e os recém-nomeados lentes do Liceu de Humanidades – Antonio Joaquim de Castro Faria e João de Miranda Menezes, lecionando inglês e Aritmetica, respectivamente, Homero Moretzsohn Campista como professor de História Geral e do Brasil, além do já citado Teophilo Gouvêa, professor de física, química e história natural. Nas disciplinas de latim e geografia estavam os professores do Grupo Escolar Barão de Tautphœus – Benedicto Hermogenes e Balthazar Carneiro.

Apesar de ser a segunda escola mais cara da cidade e de assegurar em seu anúncio “o seguro equilíbrio entre a receita e a despesa, de modo que os srs. paes de alumnos [poderiam] ter completa confiança na manutenção do estabelecimento” (Ibidem), o colégio foi vendido ao professor Homero Moretzsohn por seis contos de réis, ficando o professor Viveiros responsável apenas pelo curso primário e pelo curso de *madureza*.

Ao mesmo tempo Viveiros passava a integrar junto ao Dr. Ribeiro de Castro o grupo que implantava a Escola Normal Livre, assumindo a cadeira de português que acabava de ser

recusada pelo próprio Moretzsohn. O novo diretor anunciava que tinha por objetivo fazer com que

do Collegio Viveiros [saíssem] moços robustos, intellectual e moralmente bem aparelhados, em ordem a enfrentar e a vencer as asperezas, as agruras, as mil dificuldades do viver mundano, [buscando tornar] um menino ignorante e fraco [em] um homem illustrado e forte, um cidadão útil á pátria e a si, um chefe de família desvelado (COLLEGIO Viveiros, 1900b).

Logo no mês de maio de 1900 o Collegio Viveiros passou a se chamar *Gymnasio Campista*, sendo o professor Viveiros de Vasconcellos “excluído do corpo de professores e da vice-direção” (VASCONCELLOS, 1900). O diretor assumiu as aulas de português, mantendo-se o mesmo corpo docente, com a inclusão de Mucio da Paixão, professor de caligrafia e desenho do grupo escolar, lecionando escrituração mercantil. A partir deste momento o *Gymnasio Campista* se firmava, assim com o Grupo Escolar Barão de Tautphœus, entre as principais instituições de ensino da região.

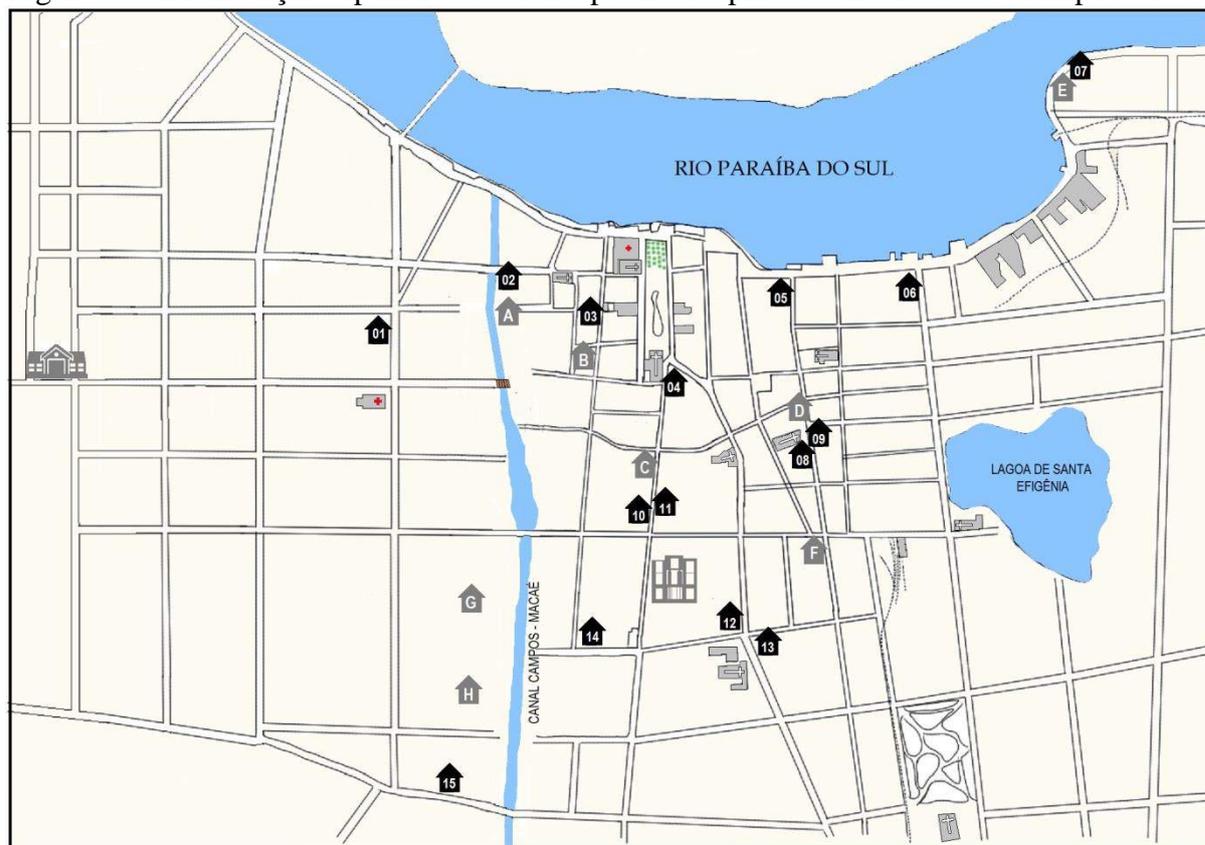
Outro estabelecimento de destaque neste período foi o *Collegio Victor Hugo*, dirigido pelo professor Tiburcio Caribé da Rocha. Fundado em março 1888 no município de Santo Antônio de Pádua, foi instalado em Campos dez anos depois, numa espaçosa chácara do “bairro salubérrimo (...) [da] Avenida Pelinca, a poucos minutos do coração da cidade” (COLLEGIO Victor Hugo, 1900a), apresentando todos os cuidados de higiene, com salas amplas e ventiladas.

A escola era masculina e só funcionava em regime de internato e semi-internato, estando o curso primário sob a responsabilidade do próprio professor Caribé. Quanto ao curso secundário o diretor garantia, no anúncio do jornal, seguir o programa do Ginásio Nacional e que trabalhava para a sua equiparação. Quanto ao corpo docente, contava, exceto alguns nomes, com os mesmos professores do *Gymnasio Campista*, Liceu de Humanidades e Grupo Escolar:

Portuguez, o director e Manoel Moll; Inglez, dr. José Rodrigues Leite Júnior, Latim, Benedicto Hermogenes; Mathematicas, dr. José Rodrigues Leite Junior; Geographia geral e História Universal, João Alves Barreto Machado; Historia e Chorographia do Brasil, Balthazar Carneiro; Physica e Chimica; dr. Alberto Rocha; História Natural, dr. Ignacio de Moura; Desenho e Musica, Carlos Hamberger (Ibidem).

A figura a seguir, adaptada da planta cartográfica da cidade de Campos, elaborada pelo engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito em 1902, mostra a distribuição espacial das escolas primárias em Campos no ano de 1900, após a implantação do Grupo Escolar Barão de Tautphœus:

Figura 55 - Distribuição espacial das escolas públicas e privadas na cidade de Campos - 1900



LEGENDA:

	Grupo Escolar Barão de Tautphoeus e Liceu de Humanidades de Campos		Collegio N. S. da Gloria - Dir. Deolinda Nery
	Escola Normal Livre e Liceu de Artes e Ofícios Bittencourt da Silva		Collegio Renan - Dir. Estephania Fernandes
	Izabel de Freitas Guimarães		Collegio N. S. do Amparo - Dir. Thereza Bessa
	Joanna de Souza Santos		Collegio Cassalho - Dir. Rosa Cassalho
	José Moreira Fraga		Collegio Peixoto - Dir. Maria Peixoto
	Anna Mendes da Rocha		Collegio Santa Maria - Dir. Amelia Pimentel
	Elisa A. P. Ferreira Eliot		Collegio N. S. das Dores - Dir. Thereza Judice de M. Lima
	Manoel J. Gonçalves		Collegio Santa Rosa - Dir. Antonia Cassalho
	Alice Margarida de Freitas		Collegio Josino Silva - V. de Vasconcellos e Antonio Moll
	Zulmira C. Barcellos		Gymnasio Campista - Dir. Homero Moretzsohn
	Collegio Cornelio - Dir. Cornelio Bastos		Collegio N. S. do Rosario - Dir. Elisa das Neves Cunha
	Collegio Paraizo - Dir. Maria Ribeiro Paraizo		Collegio S. Benedicto - Dir. Luiza C. Cezar Tinoco
			Collegio Victor Hugo - Dir. Tuburcio Caribé da Rocha

Fonte: Elaboração própria a partir de fotografia da planta original do Plano Saneamento de Campos, produzida por Saturnino Rodrigues de Brito em 1902, apud FARIA (2005); anúncios e matérias diversas sobre escolas primárias no jornal *Gazeta do Povo*.

Pode-se notar que a maioria das escolas, tanto públicas quanto privadas, concentravam-se no núcleo antigo da cidade, formado por ruas estreitas e tortuosas, trazendo ainda as marcas do seu passado colonial. Já o Collegio Peixoto e a escola pública da professora Elisa Ferreira

Eliot, situavam-se na região operária da cidade, o bairro da Lapa, onde se localizava a fábrica de tecidos. Ao mesmo tempo, é possível observar a presença de escolas a leste do canal Campos – Macaé, região para onde a cidade se expandiria nas décadas seguintes. Nesta área notamos, próximo ao hospital da Beneficência Portuguesa, o Collegio Cornelio que, apesar de antigo, mudara-se naquele ano para a rua Barão de Miracema, deixando o antigo endereço à rua Treze de Maio nº 182. Também estavam a leste do canal o Collegio Victor Hugo, contando então com apenas 2 anos de instalação, e as recém criadas escolas públicas da região denominada Covas d’Areia, a cargo das professoras Alice Margarida de Freitas e Zulmira Cândida Barcellos. Mais afastados ainda estavam o Grupo Escolar e o Liceu de Humanidades.

É interessante o fato de que os professores, além de trabalharem em diversas instituições, também atuavam em diferentes segmentos e em disciplinas distintas, como por exemplo o professor Benedicto Hermogenes que lecionava latim no Externato Carneiro, no Collegio Victor Hugo e no Gymnasio Campista, ao mesmo tempo em que regia uma escola pública primária, passando a ser exclusivamente, a partir do mês de abril, o professor de física e química do grupo escolar, acumulando no ano seguinte a disciplina de pedagogia e metodologia da Escola normal.

De acordo com a lei da reforma daquele ano os professores públicos não poderiam exercer outra atividade, obrigando-os a abandonar o corpo docente dos colégios particulares e a fechar suas próprias instituições privadas, como ocorreu com o professor Balthazar Carneiro que no dia 28 de março encaminhava pelos jornais um comunicado aos pais dos seus alunos, informando que

tendo de fechar o meu externato no dia 31 d’este mez, justamente quando se completaria 10 annos da sua instalação, cumpre-me scientificar-vos de que sou forçado a isso pela nova reforma da instrucção publica e ao mesmo tempo agradecer-vos a alta prova de confiança que me destes, preferindo-me para educador de vossos filhos (COLLEGIO Carneiro, 1900).

Iniciadas as suas aulas o grupo escolar passava a ser a instituição modelo para as demais escolas da cidade, além de contribuir na formação dos professores. Apesar da sua localização distante, o G. E. possuía em seus primeiros meses uma frequência de mais de 220 alunos, tendo mais meninos que meninas. Os alunos do curso elementar eram transferidos de uma classe para outra ao longo do ano, de acordo com o seu adiantamento, como mostra a nota publicada na *Gazeta do Povo*, informando que no mês de agosto “foram transferidos do *Syllabario* para o 2º livro de leitura 11 alumnos” (GRUPO Escolar, 1900d), e na semana seguinte “foram

transferidos de uma para outra classe mais adiantada de leitura 17 alumnos, aos quaes foram dados livros De Amicis – *O Coração*” (GRUPO Escolar, 1900e).

Nas salas de aplicação ocorria a prática de ensino das normalistas da Escola Normal Livre. Diariamente o diretor da E. N. Livre, Dr. Ribeiro de Castro, enviava uma aluna do 4º ano que seria a responsável pela aula, acompanhada de mais quatro adjuntas, sempre do 2º ou 3º ano. No dia 17 de agosto de 1900, por exemplo, “a aula pratica foi dirigida pela quarto annista d. Cora de Alvarenga, tendo sido nisso auxiliada pelas adjunctas d. Guiomar Ramalho, d. Antonia Lopes e d. Serizê Passos, [não comparecendo a] d. Anna de Alvarenga” (GRUPO Escolar, 1900g). Neste mesmo dia o diretor da E. N. Livre havia enviado para as salas de aplicação do G. E. “4 quadros negros que irão servir para o ensino de calligraphia (...), traçados segundo o methodo seguido pelo professor de pedagogia da Escola Normal” (Ibidem).

Também era comum a presença de professores das escolas isoladas, tanto da cidade quanto rurais, como observadores nas aulas de aplicação. No dia 18 de agosto estavam presentes os professores Anna Martins Passos e João Gomes de Mesquita e Souza, que regiam as escolas feminina e masculina do distrito rural de Mineiros (Ibidem), e no final do mesmo mês acompanhou os exercícios práticos o professor Joaquim Antonio dos Santos, professor da escola masculina do distrito rural de S. Sebastião (GRUPO Escolar, 1900g). Desta forma é possível sugerir que a implantação dos Grupos escolares, de algum modo, colaborava para a formação de professores, uma vez que funcionava como colégio de aplicação ao mesmo tempo em que permitia o aperfeiçoamento daqueles que já atuavam nas escolas isoladas, apesar de contraditoriamente ter sido esta a mesma reforma que extinguiu as Escolas normais do interior do Estado.

O Grupo Escolar de Campos também foi visitado por autoridades do ensino do vizinho estado de Minas Gerais, em excursões que tinham por objetivo observar as experiências paulista e fluminense, a fim de elaborar a reforma do ensino mineiro que em 1906 implantou os grupos escolares naquele Estado (ARAÚJO, 2012). Antes mesmo da visita do inspetor mineiro Estevam de Oliveira, no ano de 1901 (ISOBE, 2005), o G. E. Barão de Tautphœus recebeu, um ano antes, o Dr. Boaventura Costa, reitor do Ginásio Mineiro, instituto secundário equiparado ao Ginásio Nacional, instalado em Belo Horizonte.

Outro exemplo de que o grupo escolar era tomado como modelo na região foi a adoção, tanto no *Gymnasio Campista* quanto no *Collegio Victor Hugo*, de uma prática que se

intensificou no G. E. — a realização dos exercícios militares. Sob a direção do major⁵¹ Julio Armond, secretário do Liceu e do G. E., estes exercícios eram realizados diariamente durante os recreios. Segundo SOUZA (1998), a partir da introdução da ginástica como disciplina moralizadora e higiênica, foi adotada a prática dos exercícios militares “numa clara demonstração dos vínculos entre a escola popular e os desígnios da sociedade republicana. Objetivo: fazer do aluno um futuro ‘guarda nacional’, um defensor da pátria” (SOUZA, 1998, p. 179-181).

A revista *A Aurora*, órgão da imprensa campista destinado à produção literária, que justamente no ano de 1900 adotara o subtítulo *Lettras – Artes – Sciencia* (POHLMANN, 2003), destacava entre os avanços da “instrução popular” no regime republicano, a laicidade — uma vez que durante o império “o ensino oficial exigia que fosse professada em aula a doutrina christã pelos catecismos catholicos aprovados pelas summas autoridades do bispado” (UM passo avante, 1900, p. 161) —, e a militarização dos alunos como instrumento de educação cívica. Segundo o texto,

as lições de moral e civismo professadas nas horas de aulas, as manobras militares realizadas durante os recreios, irão dando tempera ao caracter da nova geração que se levanta, dando-lhe a consciência de seus direitos e de seus deveres e ao mesmo tempo inculcando-lhes no animo a segurança de sua força, para defesa da Patria, na emergencia de uma guerra extrema, para defeza do lar ante um governo despótico.

A escola da monarchia fez politicos: a da Republica faz cidadãos e soldados. Incontestavelmente já é um passo avante (Ibidem, p. 161-162).

Ainda no mês de agosto era anunciada a formação de uma “companhia de guerra” no grupo escolar, sob a direção do major Julio Armond, cujos exercícios seriam realizados em frente ao Liceu. Para a formação desta “companhia” o diretor do G. E., Lindolpho de Assis, solicitava através da imprensa a criação de uma subscrição popular com o objetivo de arrecadar recursos para a aquisição do “indispensável armamento e uniforme” (BATALHÃO Escolar, 1900), uma vez que “a mesma lei que criou escolas e grupos não estabeleceu que nelles se organizassem batalhões escolares” (Ibidem).

O discurso militarista era alimentado pelo contexto internacional, marcado pelo avanço do imperialismo e a formação de diversas alianças militares entre os países europeus. Na imprensa campista a educação cívica era defendida como “verdadeira obra de defesa nacional”, quando

a política de expansão colonial que, a similhaça de um enorme dragão vae lá pelo velho mundo tragando na sua voragem os povos fracos (...) põe de

⁵¹ Patente da Guarda Nacional.

sobreaviso todos os espíritos patrióticos, [tornando necessário] trabalhar pela constituição definitiva desse sentimento de nacionalidade, que faz os povos fortes na defesa dos seus ideais e invencíveis nas afirmações mais solenes dos seus direitos.

(...) Nesta lucta, para ser forte, é preciso que o sentimento nacional adquira uma certa intensidade, e para isso, é cuidando na educação cívica que se constitue esse caracter da nacionalidade, firmando na raça as qualidades praticas de coragem, prudência e firmeza, que são a panóplia d' aço intranspassavel, deante da qual têm de esbarrar as expansões dos outros povos (EDUCAÇÃO cívica, 1900).

O batalhão do grupo escolar era composto por duas turmas: uma adiantada e outra atrasada, organizadas em seções. Os alunos da primeira turma comandavam os exercícios de diversas seções da turma atrasada, demonstrando o bom desempenho de suas habilidades, que lhes rendeu títulos de oficiais, entregues em solenidade realizada no dia 5 de setembro, na própria escola. Assim ficou organizado o batalhão do Grupo Escolar Barão de Tautphœus:

Capitão. — Jenserico Nunes Vieira
 Tenentes. — Amynthas de Assis e Targino Ribeiro.
 Alferes. — Philemon Prataculo, Berquim Lacourt, José Brum, Benedicto Gomes Pinto, Volgran Pinheiro e Amphiphio Lima.
 1º Sargento. — Alceu de Assis.
 2º Sargentos. — Octavio Barroso, Mario de Siqueira, Luiz Antonino e Antonio Hilario.
 Furriel. — Wallier Moço.
 Cabos. — Francisco Pinheiro, Victor da Silva Santos, Nathaniel Galvão, Antenor Mesquita, Ernando Rebel, Arnaldo Sobroza, João Rebel, Edmundo Dias.
 Auspeçadas. — Albano de Araujo, Mario de Azevedo, Abelardo de Britto, José Amorim, Max Poley, Baldomero Morgadi, Carlos Sovat, Lycineu Machado, Alberto Araujo, Max Zulckner, Fernando Leitão, Castilho Cabral, Elba Pinheiro, Maurilo Machado, Emilio Amaruza e Joaquim Martins.
 Corneteiros. — Olympio Terra e Izidro Martins.
 Tambores. — José Coelho da Rocha e Manoel Ritter Vianna (GRUPO Escolar, 1900f).

Essas crianças passavam a ser consideradas militares, sendo referidas pela sua patente. O menino Amynthas de Assis, por exemplo, que era o primeiro tenente, cursava a terceira série elementar, prestando exames para o curso médio no final deste ano, devendo ter cerca de 10 anos de idade, já os alferes Berquim Laccourt e José Brum cursavam a segunda série do curso médio, tendo, no mínimo, 13 anos de idade.

Para as comemorações da proclamação da República, no dia 15 de novembro, o grupo escolar organizou uma grande festa cívica contando com a participação das escolas primárias da cidade e os institutos particulares. Desde o mês de setembro reuniam-se no jardim do Liceu o batalhão escolar e os alunos das diversas escolas singulares da cidade em exercícios militares e os ensaios de corneta e tambor. A festa consistiria em um desfile percorrendo

diversas ruas, começando pela do Sacramento, obedecendo á seguinte ordem:
 Em primeiro logar as escolas primarias masculinas e seus respectivos professores;
 Em 2º As escolas primarias femininas e suas respectivas professoras;
 Cada uma dessas escolas deverá comparecer com os seus estandartes.
 3º Banda de musica;
 4º Grupo Escolar, isto é, os alumnos apparecerão fardados e armados, formando uma companhia de guerra sob as ordens do seu commandante. As alumnas irão logo após uniformisadas.
 5º Banda de musica;
 6º Os collegios particulares acompanhados dos seus respectivos directores;
 7º Banda de musica;
 8º A Escola Normal Livre, director, secretario e corpo docente.
 — As directoras da aula pratica;
 9º Os preparatorianos;
 10º Os professores do grupo escolar, os das escolas primarias dos diversos districtos da circumscripção e os directores e professores dos Lyceus.
 11º As autoridades locais e Camara Municipal;
 12º Guarda de honra prestada pelo corpo de policia aqui destacado;
 13º Povo;
 Calcula-se pela estatística da população escolar dos institutos públicos e particulares que a formatura será feita por mais de 2.000 alumnos (15 de novembro, 1900).

Desta forma o desfile cívico pode ser visto como uma representação social bastante simbólica. À frente sempre vinham as escolas públicas masculinas seguidas pelas femininas e banda de música. A utilização de símbolos, como bandeiras e estandartes das escolas, reforçavam o ideal da escola como elemento simbólico do ideário republicano. É importante notar que, ao invés do Liceu de Humanidades são citados os “preparatorianos”, mostrando ser de fato pequena a sua matrícula, corroborando assim os temores de sua extinção por parte de seu diretor e da comunidade, como mostrado anteriormente.

Além da influência militar é possível notar outros aspectos da escola republicana presentes na cidade de Campos, sobretudo nas instituições particulares. Era comum, no império a instituição de “partidos” entre os alunos, reproduzindo no ambiente escolar os embates da vida política. Segundo a matéria da Revista Aurora (op. cit.),

para incitamento ao estudo formavam-se antigamente nas escolas dous partidos adversos, sem ideaes, sem outro fim pratico que não fosse ir arraigando nos corações infantis o sentimento da parcialidade política, á semelhança do que haviam de encontrar lá fora, homens já feitos, na vida pratica, nos dous grossos partidos militantes em que se dividia a política imperial.

Alguns collegios adoptavam (...) o funcionamento da engrenagem partidária por merecimento, pela applicação, pelos bons attestados das notas e pela argumentação das sabbatinas. Os outros levavam a macaqueação do systema representativo ao ponto de fazerem a escolha dos monitores ou decuriões por meio de eleição, acompanhada indefectivamente da cabala, da fraude, das promessas e concessões recíprocas, com o que iam corrompendo os corações

juvenis dos alumnos, inexperientes e maleáveis (UM passo avante, 1900, p. 161).

Na república, além dos exercícios militares, a prática dos partidos era mantida em algumas escolas, porém com outros temas. No tradicional Collegio Cornélio, por exemplo, havia os partidos Presidencialista e Parlamentarista.

Já no grupo escolar os alunos do curso médio publicavam um jornal intitulado *A Escola*, enquanto que no *Gymnasio Campista* e no *Collegio Victor Hugo* diversos assuntos eram discutidos nos grêmios literários. O Grêmio Literário José de Alencar era formado pelos alunos do *Gymnasio Campista* que organizavam palestras e debates com a participação de intelectuais e profissionais liberais. Entre os principais temas estavam as biografias de brasileiros ilustres, o patriotismo e os avanços científicos. Um exemplo foi a sessão realizada em julho de 1900 “à qual compareceram cerca de 50 socios” (GREMIO Litterario José de Alencar, 1900). Neste dia

o sr. Camillo Miranda discorreu sobre a these — qual a influencia exercida por José de Alencar na literatura brasileira? — O sr. Carlos Fonseca falou sobre a invenção dos aeróstatos; o sr. Nuno Pinheiro sobre — qual o primeiro patriota brasileiro? — concluindo por ser Tiradentes; o sr. Obertal Chaves motivou o seu modo de pensar que dá ao marechal Floriano a primazia sobre os de mais brasileiros patriotas.

O sr. Povia Manhães, discutindo a these: Quem inventou o telescópio? Sustenta que foi Herschel, ao que se oppõe o sr. Severino Lessa que assevera ter sido Galileu o inventor.

Trocam-se acalorados apartes, concluindo o sr. Lessa por pedir o adiamento da discussão (Ibidem.)

Desta forma os temas políticos do momento como os embates entre os liberais e os jacobinistas florianistas penetravam os muros da escola, embora o acesso a esse discurso, na maioria das vezes, fosse restrito apenas aos alunos dos cursos secundários.

Também havia, no colégio do professor Caribé da Rocha, o Grêmio Literário Victor Hugo, cujas sessões eram verdadeiras festas cívicas, como a que aconteceu nos festejos do dia 15 de novembro de 1900. A imprensa, sempre convidada para estes atos, relatava o aspecto do salão do evento, ornamentado com “os retratos de Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, Quintino Bocayuva, Prudente de Moraes e Campos Salles” (G. L. Victor Hugo, 1900). Após a execução do Hino da República, cantado pelos alunos, seguiram-se os discursos dos

seguintes oradores inscriptos: — Tancredo Sanches, José Lopes Castanheira, Gastão Graça, Gambetta Perissé, Eduardo Marques, Alvaro Cysneiros, Christo van Barcellos, Freitas Guimarães, José Monção Sebastião de Moura Sobrinho, Gladstone Drummond, Archibaldo Benjamin, Antonio Joaquim de Mello, Antonio de Souza Mello, Henrique Barroso, Cyro Andrade, Herculano Kopp, Julio Reis e Aldo Muylaert (Ibidem.).

A presença de Aldo Muylaert entre os oradores nos permite afirmar que, no caso do Grêmio Literário Victor Hugo, havia a participação dos alunos do curso primário, visto que o futuro professor Muylaert ingressara na Escola normal no ano de 1906, como mostram as chamadas nos jornais daquele ano para os exames de admissão, tendo estudado, no ano anterior, na 13ª escola pública masculina, regida pela professora Zelia de Alvarenga (EXAMES Escolares, 1905), onde concluiu o curso primário após o fechamento do Collegio Victor Hugo.

Após a reforma de 1901, que entre outras medidas concedeu a equiparação do Liceu de Campos ao Ginásio Nacional, provocou mudanças no cenário das escolas particulares de Campos. Nesta reforma o professor Homero Moretzsohn foi exonerado de seu cargo no Liceu, fechando logo em seguida o Ginásio Fluminense. Tudo indica que a equiparação do Liceu e também a reabertura da Escola normal oficial, tenham contribuído também para o encerramento das atividades do Collegio Victor Hugo, assim que findaram os exames de 1902. No ano seguinte o colégio foi transferido para a cidade de Friburgo, onde se manteve como um dos principais institutos do estado do Rio de Janeiro, sobretudo após a extinção do Ginásio Fluminense, também em 1902, no município de Petrópolis, que deixara de ser a capital do estado.

De todo modo, a vida efêmera do Grupo Escolar Barão de Tautphœus, do Gymnasio Campista e do Collegio Victor Hugo, permite-nos observar a relação estabelecida entre uma determinada cultura escolar — entendida aqui como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar; e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10) — e as demais culturas que compunham o ideário republicano brasileiro na passagem do século XIX para o XX.

4.3. A crise fluminense e a crise do ensino na “cidade insalubre”

A extinção dos grupos escolares fluminenses no ano de 1902 ocorreu num contexto de aguda crise econômica, cujo combate tornou-se a principal bandeira de Nilo Peçanha à frente da presidência estadual. Neste momento a cidade de Campos estava envolta em uma série de problemas de ordem urbana. O crescimento populacional requeria uma cidade moderna e saneada, livre do acanhado casario colonial e insalubre que pontuava em diversas áreas de sua região central. Este cenário se repetia na maioria das médias e grandes cidades brasileiras no final do século XIX e início do século XX, em decorrência do fim da escravidão, que contribuiu

para o crescimento demográfico nestes centros, onde aumentava o número de habitações precárias, favelas e cortiços, assim também como proliferavam doenças relacionadas às más condições de higiene.

Desde 1900 a imprensa campista anunciava a iminência de mais uma invasão da peste bubônica, que já apresentava vários casos na capital. Os jornais chamavam a atenção para o estado sanitário da cidade e a falta de condições para enfrentar a epidemia, denunciando ser comum a prática de

anonymos [que] garantidos pelo manto da noite, [lançavam] os detritos acumulados diariamente [em seus lares], na esquina da rua, quando não enfrente á casa de terceiro; atiram-se á rua águas servidas e cadáveres de pequenos animaes domésticos, entretanto o esgoto existe em casa; a carroça do lixo lhe passa a porta (PESTE bubônica, 1900a, p. 1).

As autoridades sanitárias do município inspecionavam as residências nas principais ruas do centro da cidade, sendo publicados os endereços onde havia latrinas quebradas, criação de porcos nos quintais e a quantidade de ratos mortos encontrados. Ruas como a Barão de Amazonas, dos Andradas, Marechal Floriano, do Conselho, a região da Lapa e o entorno da Praça das Verduras, justamente onde se concentrava o maior número de escolas públicas e privadas, eram os locais das maiores ocorrências. Das 10h às 15h a população poderia levar ao prédio da Câmara os ratos mortos “que [seriam] todos pagos a 100 réis” (PESTE bubônica, 1900b, p. 1). No dia 1º de junho, por exemplo, foram incinerados 85 ratos.

No ano seguinte os primeiros casos da peste se manifestavam em Campos (FARIA, 2005, p. 26), que pelos jornais era classificada como “cidade infecta”, repleta de focos de doenças, sobretudo os pântanos na região da bacia do canal Campos-Macaé, da rua da Baronesa, e a lagoa de Santa Efigênia⁵², locais escolhidos como “deposito do lixo, das DEJECTA de toda a cidade” (CAMPOS infecta, 1901).

Além da peste outro perigo que se revelava era a varíola. Em agosto de 1901 centenas de pessoas eram vacinadas no prédio da Câmara Municipal, enquanto os médicos Santos Silveira e Luiz Sobral aplicavam a vacina contra a varíola nos domicílios. No dia 21 de agosto os alunos da escola pública masculina localizada à rua Marechal Floriano foram levados à Câmara pelo professor João Gomes de Mesquita e Souza, para serem vacinados. No dia seguinte foi a vez dos alunos da escola pública masculina da Rua do Sacramento, regida pelo professor José Moreira Fraga (VACCINA, 1901).

⁵² Ver mapa na figura 55, p. 226

Neste mesmo ano assumia a presidência da Câmara Municipal o médico Benedito Pereira Nunes, que entre os seus primeiros atos, contratou o engenheiro sanitarista Saturnino Rodrigues de Brito, nascido na cidade de Campos e formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, afim de promover o saneamento da cidade.

O “Plano Saneamento de Campos”, como foi batizado, trazia uma planta topográfica da cidade, representando o seu relevo através do uso de curvas de nível, revelando suas lagoas e regiões pantanosas. Seguindo os preceitos positivistas presentes em sua formação na Escola Politécnica, Saturnino de Brito propunha, através de minucioso relatório, um plano de saneamento que implicava na drenagem e aterro dos pântanos e lagoas, construção de parques arborizados sobre estas áreas, o combate ao traçado sinuoso e estreito das antigas ruas coloniais e a sua substituição por ruas pavimentadas e bem planejadas, com galerias para captação e escoamento de águas pluviais. Previa também a construção de um novo matadouro e mercado municipal, além de revelar preocupação com as moradias, sobretudo da população mais pobre. Neste aspecto seu plano era preventivo, ressaltando que

às brilhantes manifestações da philantropia, do que chamaremos o esporte humanitário, opporemos um programma certamente mais lógico e de mor alcance social: — em lugar de hospitaes, sanatórios, cruz vermelha etc, a reforma do domicilio do pobre, a creação da propriedade domiciliaria, a formação do lar operário, para o que apresentamos nossos typos de casas, especialmente estudadas para o nosso clima, a par das modificações do que já existe; — em lugar de isolar e de curar apenas alguns enfermos, em locaes especiaes, reformem-se os focos domiciliários de depressão sanitária, julgando a degenerescência pelo saneamento das localidades e pela hygiene do corpo e da alma (BRITO, 1903, p. 142)

Através dos jornais é possível perceber aspectos do cotidiano da cidade e as condições da população mais pobre. Na *Gazeta do Povo* uma coluna que se tornou bastante popular no ano de 1900, com o título de “*Biete Aberto*” (bilhete aberto), reproduzia as cartas de um personagem fictício chamado “Zé do Bardo” — um agricultor da região do Imbé que decidira passar uma temporada com a esposa “*Sá Marica*” e as duas filhas na cidade — enviadas ao seu “*cumpade Chico Botija*”. Em uma de suas “cartas” contava ao seu *cumpade* que decidira morar na rua da Boa Morte que, segundo ele,

era uma *predição*, [pois morava] na *tá* rua, que [era] mais da má vida que da boa morte, uma *negraiada desavergonhada*, que faz *cosa cumpade* que é da gente se *benzê*. A *poliça* não sahe de lá, mais *quí* nada. A *negraiada* ta *insepurtave*.

Tem *antão* uma que chama Bezamat, que é uma cachorra *munto* grande.

A Marica toda hora diz que quer ir *pra roça*. As *menina* não *pode chegá* as *janella*, *mais* a gente dentro de casa *mêmo* ta ouvindo os desaforo das *tia*⁵³ (BIETE aberto, 1900a).

A rua da Boa Morte é paralela à Barão do Amazonas, onde se localizavam duas escolas, uma pública, regida pela professora Joanna de Souza Santos, e o Collegio N. S. da Gloria, escola particular da professora Deolinda Nery⁵⁴. Segundo os jornais, nesta região se concentravam cortiços e moradias bastante precárias, cujos preços dos aluguéis eram mais acessíveis. É possível ler, na mesma *carta* enviada ao seu *cumpade*, as queixas do *Zé do Bardo* em relação às condições dos prédios daquela região, informando que na busca por uma moradia “[foi] *vê* uma [casa] *dum encomendado munto* rico, [que] tava suja como quê, e o *home* disse que *si* eu *queresse* fosse pra lá *assi mêmo* (...). Aqui é moda *cumpade*. Os *senhorio* só *quer* os *cobre* dos *inquillino*, mas *concertá* as *casa*, nada (Ibidem).

Segundo Elisabeth de Sá (2007), o fim da escravidão teria provocado o crescimento demográfico nas cidades, contribuindo para o “aumento da pobreza, multiplicando-se as habitações precárias, as favelas e os cortiços, favorecendo a exploração da mão-de-obra da mulher e da criança, remuneradas com salários aviltantes” (SÁ, 2007, p. 28), trabalhando não só nas fábricas como também na construção civil e “atividades informais, vendendo bilhetes de loteria, engraxando sapatos” (Ibidem, p. 29).

O emprego da mão-de-obra de crianças pobres era algo tolerado e visto como medida eficiente no combate aos vícios das ruas. Assim, aqueles que não eram escolarizados e não exerciam nenhum ofício, “esmolando, roubando, agredindo-se mutuamente e aos passantes”, eram vistos pelas autoridades como “um perigo à sociedade” (Ibidem, p. 29).

Em Campos, cidade marcada pelo crescimento populacional, condições insalubres e epidemias, eram comuns as queixas em relação à presença dos *vadios* e *vagabundos* pelas ruas da cidade, sobretudo as crianças. Denúncias de violência cometida por *menores vadios* eram constantes nos jornais, como por exemplo, quando “um grupo de crianças já taludas esbordoou uma pobre mulher edosa [que vivia] da caridade publica” (PROEZAS da criançada, 1900). Também havia os casos de agressão entre as próprias crianças, como no caso em que um grupo de

⁵³ *Tia* era uma forma de se referir às quitandeiras, lavadeiras e demais senhoras negras que circulavam pelo centro da cidade.

⁵⁴ Ver mapa da figura 55, à página 226.

cerca de vinte pequenos, pretos, mulatos e brancos, a jogar a baleba a dinheiro (...) na esquina da rua Treze de Maio com a rua Saldanha Marinho (...), desavieram-se (...) e passaram a sacudir a lingua num phraseado de arrelia, (...) [passando] a exercícios de capoeiragem, engalpinhando-se depois em renhida lueta corporal (...).

Subito o mais forte leva o outro de encontro á parede, num safanão desesperado. O sangue esguicha da brecha aberta na cabeça do contendor, que não quer dar parte de fraco e avança com maior fúria que a raiva de se ver ferido emprestada á sua musculatura franzina (A CRIANÇADA, 1900).

A nota de esclarecimento publicada nos jornais pelo diretor do Collegio Cornelio em maio de 1900, por ocasião das comemorações de feriado de 13 de maio, ilustra bem o momento. No texto o professor Cornélio Bastos informava que

devido ás grandes maltas de meninos, brancos e pretos, perigosos garotos, que infestam as ruas e praças desta cidade, onde a policia é impotente para dominal-os e o sr. juiz de orphãos não tem meios correctivos para obrigar-os ao trabalho, tornando-os dignos de uma futuridade patriótica, resolvi não concorrer com o meu collegio (...) para as festas do grandioso 13 de maio. Não querendo, pois, sujeitar os meus discípulos ás apupadas e provocações physicas da plebe em liberdade, (...) tomei esta deliberação. (COLLEGIO Cornelio, 1900c, *sublinhado meu*).

Apesar de listar entre os “perigosos”, garotos “brancos e pretos”, o diretor do tradicional colégio fundado em 1877 (informação que sempre figurava em seus anúncios), não deixava de revelar sua instatisfação com a “plebe em liberdade”. O professor Cornélio fazia questão de informar que considerava “feriados apenas os dias santificados pela egreja, cujo aviso [daria] pelo jornal (...), [ficando], pois, os srs. paes prevenidos contra os enganos” (COLLEGIO Cornélio, 1900b), revelando assim não reconhecer os feriados republicanos.

Também fazia parte do medo em relação à plebe, a prática de pequenos furtos por parte das *crianças vagabundas*, desde as frutas tomadas das *tias* quitandeiras até produtos das lojas, como a “casa do Sr. Elizario Brandão (...), assaltada pela garotada viciosa que infesta a cidade, [além de] outros negociantes [que vinham sendo] victimas (...) [de] uma quadrilha de *pivets* perfeitamente organizada e agindo talvez sob as ordens de um chefe” (A CRIANÇADA, 1903).

A exploração dos menores por parte de adultos ocorria também nos ditos jogos de azar, onde “indivíduos sem consciência [viviam] exclusiva e clandestinamente (...) a explorar a ingenuidade dos infelizes meninos” nos jogos de cartas ou então utilizando seus serviços no jogo de bicho. O jornal *Gazeta do Povo* denunciava que “rara [era] a casa de quitanda nesta cidade que, ostensivamente não [tinha] á porta uã mesinha e um talão para a venda dos *bichos* [sendo encarregados no serviço] meninos de muito pouca idade (CRIANÇAS que jogam, 1908).

De todas as práticas, aquelas que pareciam mais incomodar aos “cidadãos bem qualificados” (CRIANÇAS vagabundas, 1901), eram os atos tidos como vandalismo e atentados à moral pública. Janelas e vidraças apedrejadas durante a noite nas ruas centrais da cidade, como a esquina da rua do Conselho (atual João Pessoa) com a do Sacramento (atual Lacerda Sobrinho), ou no trecho da rua Tenente-Coronel Cardoso entre as ruas Treze de Maio e do Sacramento, eram constantemente denunciadas nos jornais, assim como a algazarra, as “phrases immorales” escritas nos muros das casas, chácaras e também proferidas nas ruas pela “malta de marmanjos e crianças”, os banhos no rio Paraíba do Sul e no canal Campos-Macaé.

Os banhos ocorriam principalmente na bacia do canal, próximo à rua Tenente-Coronel Cardoso, e no pontilhão de madeira que atravessava o canal na direção da rua Salvador Corrêa, onde era possível encontrar “creanças nuas a espadanejar a água toldada do canal, numa alegria inenarrável” (NOTA do dia, 1900b), estando sob os riscos de afogamento e contágio de doenças, além do atentado ao “decoro publico (...), exhibindo-se com as vestes primitivas de Adão sem ao menos a clássica folha de parreira” (Ibidem). Segundo os jornais muitas destas crianças eram alunos das escolas públicas que saíam nos horários de recreio para a “via pública com brinquedos prejudiciaes á saúde e ás mais das vezes á boa educação” (A VADIAGEM, 1905).

Frente aos “perigos” que representavam as *crianças vagabundas*, os jornais defendiam a dura repressão policial e a atuação enérgica do juiz de órfãos, “acabando assim com [a] criança vadia que [vivia] pelas ruas trocando pernas e se entregando a pratica de delitos” (CRIANÇAS vadias, 1903). Os policiais, sempre vestidos à paisana, intensificaram a repressão aos menores, em ações que os jornais chamavam de “caçada” à “meninada vadia”, quando muitos menores eram presos e encaminhados para o juizado de órfãos.

Em janeiro de 1906 ocorreu um “evento grave que veio exacerbar [as] condições de insalubridade e pobreza” (FARIA, 2005, p. 27) da cidade. Era mais uma enchente do rio Paraíba do Sul, cujas águas invadiram diversas ruas da cidade. No segundo distrito, “as ruas do Gaz, Miguel Heredia, Riachuelo e adjacências ficaram desertas, porque os moradores abandonaram suas casas (A ENCHENTE, 1906); no primeiro distrito desabaram casas na rua Benta Pereira e na região do Saco, sendo destruídas ao todo 236 construções (FARIA, 2005, p. 27).

Os meses que se seguiram após as inundações foram marcados pelo avanço das epidemias. Ao longo do ano de 1906 eram constantes os pedidos de licença, por parte das professoras primárias, para cuidar da saúde. No mês de março, foram concedidos à professora

Maria Bernardina Ribeiro da Silva, que regia a 33ª escola mista de Dores de Macabú, dois meses de licença “para tratar de sua saúde” (ESTADO do Rio, 1906a).

Figura 56 – Enchente de 1906: Praça das Verduras, atual Prudente de Moraes



Fonte: Faria (2005).

No mês seguinte as professoras das escolas masculina e feminina das Covas da Areia — Alice Margarida de Freitas e Zulmira Candida Barcellos — também tinham seus pedidos de licença deferidos. Em junho, tendo expirado o prazo de sua licença, a professora Zulmira tinha a concessão de mais 60 dias “para continuar o seu tratamento” (ESTADO do Rio, 1906b), enquanto a professora Alice Margarida entrava em nova licença de 2 meses a partir de outubro de 1906⁵⁵.

Além das licenças, eram comuns os pedidos de remoção, como o da professora Antonia Ribeiro de Castro Lopes, que após assumir a escola anteriormente regida pelo professor Benedicto Hermogenes de Menezes, na rua do Rosário nº 149, solicitou sua transferência para a localidade de Aparecida, no município de Sapucaia (ESTADO do Rio, 1906d).

Segundo Faria (2005), diante deste contexto os discursos da imprensa campista e da municipalidade passam a compreender a necessidade de sanear a cidade, reconhecendo que os

⁵⁵ A partir deste momento não houve nenhuma ocorrência dos nomes das referidas professoras nos jornais, assim também como não há indícios de que as duas escolas de Covas da Areia, região insalubre às margens do canal Campos-Macaé, tenham funcionado. Na relação das escolas e professores primários do Estado publicada em 1911, anexa à mensagem presidencial, não constam os nomes das professoras Alice Margarida de Freitas e Zulmira Candida Barcellos, assim como não existiam mais as escolas de Covas da Areia

problemas de higiene estavam relacionados à “cidade propriamente dita (...) e não [ao] meio natural” (FARIA, 2005, p. 29) somente.

Figura 57 – Enchentes de 1906: Rua do Conselho (atual João Pessoa), esquina com Carlos de Lacerda



Fonte: Revista da Semana. Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil (Inundações em Campos, 1906) – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

A comoção causada pela morte dos médicos Silva Tavares, Lacerda Sobrinho e Cardoso de Mello, infectados pela peste bubônica enquanto atuavam no combate às epidemias, impulsionou uma campanha pelo saneamento da cidade.

Em setembro o deputado federal Pereira Nunes apresentou à Câmara um projeto de saneamento de Campos, solicitando a aplicação de recursos federais para o combate às epidemias na cidade que, segundo o articulista do *Monitor Campista*, sofria mais do que qualquer outro ponto da república com o “mal levantino” (MAX, 1906b), ressaltando ainda os riscos que corria a capital federal devido à sua proximidade com a cidade de Campos.

Neste contexto foi publicado o decreto estadual nº 987, em 11 de setembro de 1906, criando 4 escolas profissionais no estado do Rio de Janeiro, sendo a primeira delas em Campos. A notícia da instalação da escola profissional no centro da cidade de Campos foi recebida com grande festa pela imprensa, considerando-a capaz de “preencher uma grande lacuna e prestar um grande serviço às crianças que vagam pelas ruas, adquirindo vícios” (MAX, 1906c). Segundo o colunista Max, do *Monitor Campista*, as crianças aprenderiam “ao invés de vícios, (...) ofícios; em vez de andarem por ahi jogando o buzo, riscando paredes, quebrando lâmpadas

da iluminação, damnificando árvores ou tomando banhos no Canal, [aprenderiam] a ser alfaiates, sapateiros, marceneiros, carpinteiros” (Ibidem).

A escola foi instalada no prédio da antiga *estação do Rocio*, da estrada de ferro que ligava a cidade de Campos ao distrito de São Sebastião, localizada na rua Tenente Coronel Cardoso, em frente à Praça do Mercado, próximo a lagoa de Santa Efigênia (que naquele mês começava a ser aterrada), e que vinha sendo utilizado pela municipalidade como depósito de inflamáveis (ESCOLA Profissional, 1906c).

Para o funcionamento da escola foram realizadas obras de adaptação do prédio, incluindo a derrubada de paredes no pavimento superior para a instalação de uma grande sala para as aulas de instrução primária, que aconteceriam à noite. “Esse salão [comportava] 20 carteiras e 20 bancos, mesa para a professora, quadro preto. O corpo principal [era] iluminado por 13 lampadas, das quaes 7 de 16 velas na sala das aulas” (Ibidem).

Além do espaço para a escola primária, foram instaladas latrinas e mictórios em uma sala do corpo principal e em frente às oficinas, onde foi construída uma casa para três latrinas e três mictórios. Em todas as oficinas (sapateiros, alfaiates e marceneiros), montadas para abrigar 24 aprendizes, havia uma torneira na varanda. Para o provimento de água foi construído um tanque com capacidade de dois mil litros, havendo também a captação das águas “provenientes das chuvas [através de] amplas calhas de cimento” (Ibidem). No pátio central também foi construído um prédio que serviria à escola de jardinagem, prevista para 50 alunos, e o depósito de materiais. Nas primeiras semanas já havia sido instalado o mobiliário das oficinas, constituídas da seguinte forma:

(...) OFFICINA DE SAPATEIRO:

2 armarios, um para fôrmas e um para selas e couros; 1 mesa para córtes, 12 bancos para os aprendizes (e 6 bancos duplos), 1 machina de costura e 1 banco para a mesma.

OFFICINA DE ALFAIATE

1 balcão para corte, 1 mesa para passar ferro, 2 taboas, 2 pranchões, 1 jogo de regoas, 1 armario, machina de costura, 12 bancos para aprendizes e 1 para o mestre.

OFFICINA DE MARCENEIRO

1 banco de marceneiro para o mestre, 6 bancos duplos para os aprendizes, 1 torno superior, movido a mão, estante para guardar ferramentas (ESCOLA Profissional, 1906c).

No mês seguinte, dia 17 de outubro, era inaugurada, com a presença do secretário geral do Estado, Dr. Porto Sobrinho, a Escola Profissional de Campos, sendo a ata de sua fundação assinada na sala da escola primária, que seria regida pela normalista que mais tivesse se distinguido no ano anterior (ESCOLA Profissional, 1906b). Para diretor da escola foi escolhido

o major João Francisco Corrêa, que nomeou Manoel Pereira Lemos como mestre de sapateiro, Benedicto Pereira Gomes de Oliveira como mestre de alfaiataria e Julião Baptista Pereira Ramos como mestre de marcenaria.

Na segunda-feira, 22 de outubro, as aulas se iniciaram com dois alunos matriculados na oficina de alfaiataria, um na de sapataria e mais um na de marcenaria (ESCOLA Profissional, 1906d). Em 11 de dezembro de 1906 foi publicado o Decreto nº 1.004, regulamentando o ensino nas escolas profissionais do Estado. Seu artigo 4º determinava que

para a integração do ensino serão ministrados nos cursos nocturnos aos mesmos alunos aprendizes e outros que queiram nelles se inscrever, a instrução primaria e as noções relativas aos officios que fizerem objeto do seu curso diurno, especialmente contabilidade e desenho (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1912^a, p. 236).

Para ministrar as aulas do curso primário foi nomeada a professora Dejanira Moretzohn Campista, filha do Dr. Homero Moretzsohn Campista⁵⁶, formada com distinção pela Escola Normal de Campos, na turma de 1905. Em dezembro de 1906 a escola possuía, ao todo, 32 alunos matriculados, e em março do ano seguinte este número chegava a “82 aprendizes, sendo a frequência regular de 40 a 50” (ESCOLA Profissional, 1907a), elevando-se a matrícula a 129 alunos no mês de novembro do mesmo ano (ESCOLA Profissional, 1907b), quando realizaram-se os primeiros exames finais.

Os exames da Escola Profissional ocorreram numa sexta-feira, dia 15 de novembro de 1907, em meio às comemorações cívicas da república. Na ocasião “todos os alunos ostentavam á lapela, distinctivos da Escola, com as cores nacionais, tendo sido photographados pelo hábil photographo sr. T. Bolckau” (ESCOLA Profissional, 1907c). As mesas avaliadoras eram formadas por um artesão, um alfaiate e um comerciante de destaque na sociedade, que julgaram os trabalhos apresentados pelos alunos com os graus *distincção*, *simplesmente* e *plenamente*. Os três melhores trabalhos de cada oficina foram premiados.

Os exames do curso primário foram realizados no dia seguinte, em ato presidido pelo delegado escolar do município, Manoel Moll, tendo como examinadores o professor do Liceu e Escola normal, Joaquim Silvério dos Reis, e a própria professora da escola, Dejanira Moretzsohn Campista. Apenas o aluno Heraclito Fonseca, da oficina de alfaiataria, foi aprovado

⁵⁶ A coluna “Palanquim”, do jornal *Gazeta do Povo*, dedicava-se a anunciar os nascimentos, casamentos e aniversários das pessoas “de maior destaque” da cidade, uma espécie de coluna social. Nestes anúncios os nomes das mulheres sempre apareciam acompanhados dos respectivos pais (no caso das senhoritas) e maridos (em se tratando das senhoras). No dia 19 de setembro de 1907 era felicitada a “senhorita Dejanira Moretzsohn, filha do finado dr. Homero Moretzsohn” (PALANQUIM, 1907), pelo seu aniversário.

com *distinção*. Entre os aprovados *plenamente* estavam três alunos da alfaiataria, um do curso de sapateiro e dois de marcenaria, que teve ainda o aluno Francisco de Lima Baptista aprovado *simplesmente*.

Os trabalhos premiados da oficina de marcenaria, apresentados em miniatura, foram expostos na vitrine de uma das principais lojas da cidade, a *Casa Rockert*, sendo “(...) uma elegante cama *Maria Antonietta* (...); uma mesa para jantar (...) [e] uma graciosa commoda de vinhático com três gavetas e dois gavetões” (...) (ESCOLA Profissional, 1907d). Os jornais chamavam a atenção para a qualidade dos trabalhos desenvolvidos por alunos que possuíam apenas um ano de curso, sempre destacando a importância da escola profissional para o progresso da cidade e sua eficácia no combate à *vadiagem*.

No entanto os benefícios trazidos pela escola e a sua considerável matrícula no primeiro ano de funcionamento não foram suficientes para impedir a sua extinção, juntamente com a congênere de Petrópolis, no mês seguinte. Os conflitos entre Nilo Peçanha, então vice-presidente da república, e o seu sucessor no governo fluminense, Alfredo Backer, levaram à publicação do Decreto nº 1.063, em 27 de dezembro de 1907, extinguindo as escolas profissionais do Estado.

Ao longo da primeira década do século XX, entre as reformas de 1900-1901 e o término do governo Backer em 1910, é possível observar, no que se refere ao município de Campos, diversas experiências de escolarização primária. Em 1898 havia 59 escolas em funcionamento no município, além das 13 sem professor e das 7 que tiveram o ensino suspenso por falta de frequência.

Com a reforma de 1900 o número de escolas se reduziu a 37, sendo extintas mais da metade das escolas urbanas, medida que o governo buscava justificar com a criação do grupo escolar. No entanto, após a sua extinção em 1902, o número de escolas continuou diminuindo. Em 1904, no governo de Nilo Peçanha, o número de escolas primárias era de 33, como mostra a tabela 13, aumentando apenas em 1906, ao final do mandato do presidente campista, após o equilíbrio das contas fluminenses.

Em 31 de dezembro de 1903, primeiro dia do governo de Nilo Peçanha, foi publicado o decreto nº 826, definindo que em cada distrito deveria haver pelo menos uma escola mista. Na relação de escolas e respectivos professores, anexa à mensagem presidencial daquele ano, nota-se que em Campos, das 33 escolas em funcionamento, havia 1 mista funcionando na cidade e 8 na zona rural, totalizando 9 escolas mistas, o que representa 27% do total de escolas.

Tabela 13 – Quantidade de escolas isoladas em Campos entre 1898 e 1906, exceto escolas vagas e suspensas

Ano Escolas	1898			1900			1904			1906		
	Urb.	Rural	Total									
Masc.	6	29	35	4	12	16	6	8	14	4	5	9
Fem.	10	14	24	2	19	21	6	4	10	6	2	8
Mista	0	0	0	0	0	0	1	8	9	0	23	23
Total	16	43	59	6	31	37	13	27	33	10	27	40

Fonte: Elaboração própria a partir de ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1898c; 1901; 1904); ESCOLAS publicas (1901); 1906 (1906, p. 22)

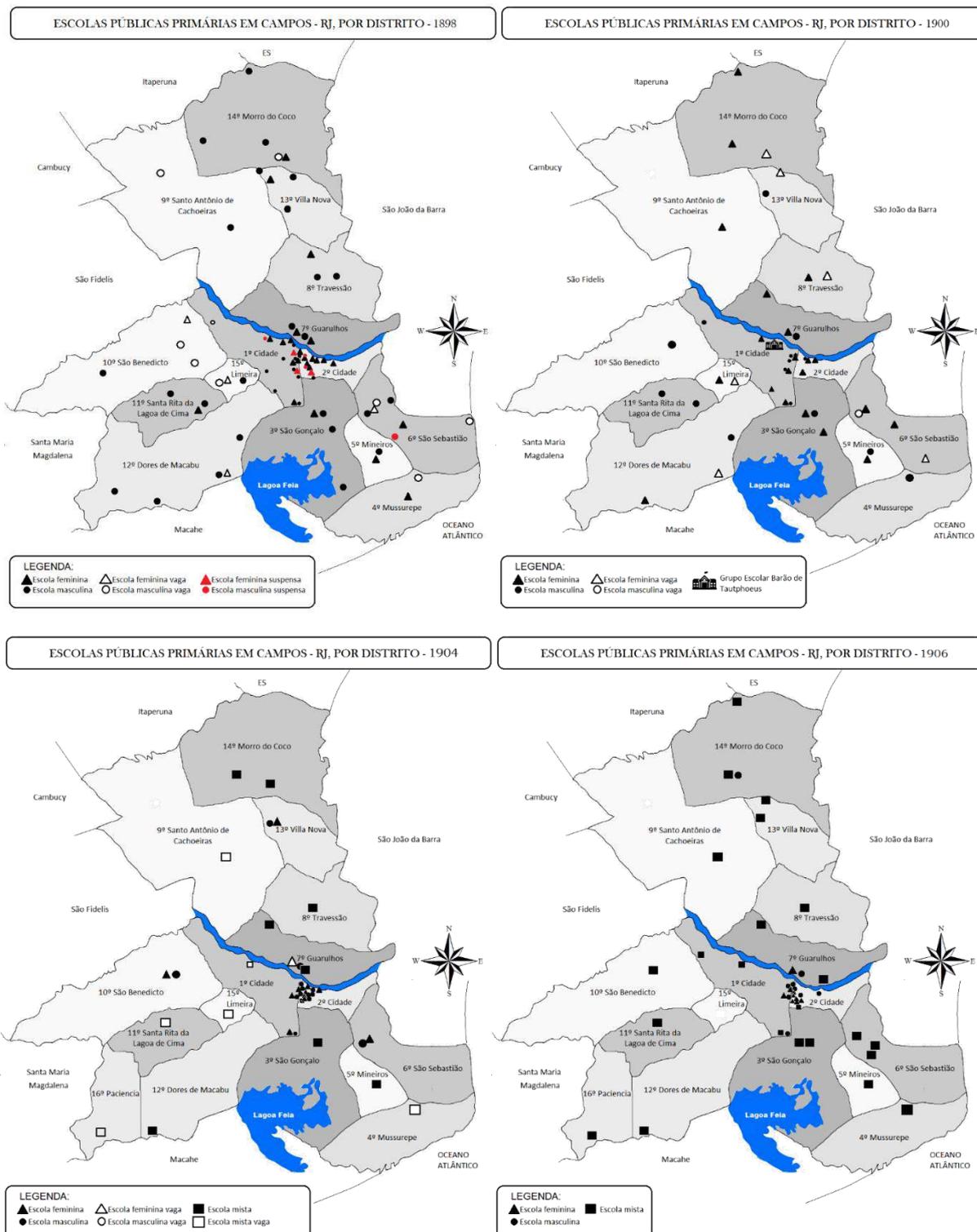
Dois anos depois este percentual aumentou para 58%, de acordo com a tabela publicada em janeiro de 1906 na revista *Aurora: Letras – Artes – Ciências*, mostrando que das 40 escolas em funcionamento no município, 23 eram mistas, enquanto 8 eram femininas e 9 masculinas.

A partir dos quadros de distribuição das escolas públicas primárias, anexos ao relatório do diretor da instrução pública de 1898, ao Dec. Nº 606 de 17 de março de 1900, à mensagem presidencial de 1904, e aquele publicado pela revista *Aurora: Letras – Artes – Ciências* em janeiro de 1906, foi possível elaborar, com base no mapa atual do município de Campos (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2002), os mapas com a distribuição das escolas públicas primárias nos anos de 1898, 1900, 1904 e 1906 (figura 58).

Para a elaboração destes mapas foi necessário considerar a divisão distrital daquele período. Foi possível produzir uma divisão aproximada, com base nos próprios quadros citados — que trazem não apenas os números e os nomes dos distritos mas também os nomes das localidades em que estavam instaladas as escolas — e também nas diversas notas nos jornais a respeito das escolas e dos distritos.

Nos primeiros anos da república o município de Campos era dividido em 15 distritos, sendo a sede municipal (cidade) dividida em dois distritos: o 1º a oeste da praça matriz, até o limite com o município de São Fidélis, e o 2º a leste da mesma praça, até o limite com o município de São João da Barra. A partir da sede, em direção ao sudeste do município, localizavam-se os distritos de São Gonçalo (3º); Mineiros (5º); São Sebastião (6º), que à época envolvia a localidade do Açú, atualmente pertencente ao município de São João da Barra; e Mussurepe (4º). A sudoeste da sede estavam os distritos de São Benedicto (10º); Limeira (15º); Dores de Macabu (12º); e Santa Rita da Lagoa de Cima (11º). A partir da margem do rio Paraíba do Sul, em direção ao norte, localizavam-se os distritos de Guarulhos (7º); Travessão (8º); Villa Nova (13º); e Morro do Coco (14º). Havia ainda o distrito de Santo Antônio de Cachoeiras (9º) onde atualmente estão os municípios de Italva e Cardoso Moreira.

Figura 58 - Distribuição das escolas públicas primárias no município de Campos (1898 - 1906)



Fonte: Elaboração livre a partir dos dados do Relatório do diretor da instrução pública de 1898, do Decreto nº 606, de 17/03/1900, da Mensagem presidencial de 1904 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1898c; 1901; 1904) e Revista Aurora: Letras – Artes - Ciências (1906, 1906, p. 22).

Através dos mapas é possível observar melhor a redução do número de escolas nos primeiros anos do século XX. O distrito de Santo Antônio de Cachoeiras, por exemplo, que em 1898 possuía duas escolas masculinas, das quais somente uma funcionava, passou a ter apenas uma feminina em 1900. Em 1904, porém, este distrito possuía uma escola mista que não funcionou por falta de professor, assim como ocorria em Mussurepe, Santa Rita da Lagoa de Cima, Limeira e o distrito de Paciência (16º), criado em novembro de 1901 (desmembrado do 12º distrito), que desde então não possuía uma só escola (PELA Instrução, 1901).

Somente em 1906 os distritos municipais, exceto o 15º, passaram a possuir pelo menos uma escola mista, estando todas elas preenchidas.

Nos anos compreendidos entre 1902 e 1910 a situação da escola primária fluminense, sobretudo em Campos, continuava delicada. Durante o governo de Alfredo Backer (1907 – 1910) a situação dos professores e suas escolas era bastante instável. Devido a questões políticas eram constantes as remoções de professores e a suspensão de escolas, sendo esta situação apaziguada somente no início do governo de Oliveira Botelho, através da reforma do ensino implantada com o Dec. nº 1200, de 7 de fevereiro de 1911.

No próximo capítulo serão analisados os desdobramentos, no contexto campista, da retomada do ensino primário graduado fluminense, justamente no momento em que a *cidade insalubre* vai dando lugar à *cidade saneada*, através de um processo de reformas urbanas iniciado em 1911 e que atinge seu ponto máximo em 1916, quando um conjunto de obras de saneamento foi executado pelo governo do Estado. Justamente neste período a cidade conheceu novas experiências no ensino primário, como as Escolas Complementares, mais tarde convertidas em Grupos escolares; a Escola Modelo Seis de Março, anexa à Escola Normal; e a inovadora Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, símbolos da modernidade pedagógica vivenciada pela cidade nas décadas de 1910 e 1920.

Capítulo 5 – Cidade saneada e modernidade pedagógica

Nos primeiros anos do século XX a situação da escola primária fluminense era desoladora, sobretudo em consequência da crise financeira na qual se encontrava o Estado desde o início da república, agravando-se nos governos de Alberto Torres e Quintino Bocaiúva. No município de Campos, apesar da sua prosperidade econômica, os reflexos da crise se fizeram presentes, sobretudo na *instrução pública*.

Se por um lado a equiparação do Liceu de Humanidades e o restabelecimento da Escola Normal representaram uma vitória, por outro, a escola primária passou por grandes dificuldades. A extinção do Grupo Escolar Barão de Tautphœus condenou a escola pública primária aos acanhados e insalubres *pardieiros* da cidade, com alta frequência de alunos – geralmente maior do que as condições físicas do espaço poderiam suportar –, sobretudo nas escolas regidas pelos professores Benedicto Hermogenes, Balthazar Carneiro, Castorina de Araújo e Marianna G. P. de Alvarenga que, com o fechamento da escola graduada, retomaram suas atividades nas escolas singulares da região central da cidade⁵⁷.

Desde 1901 as municipalidades haviam sido encarregadas do pagamento dos aluguéis dos prédios onde funcionavam as escolas públicas do Estado. Após a reforma administrativa de 1903 e com a posse de Nilo Peçanha em 1904, os aluguéis foram retomados pelo governo estadual, que promoveu sensível redução dos gastos ao converter as escolas femininas e masculinas em mistas, sobretudo nos distritos rurais.

O número insuficiente de escolas era precariamente combatido com o apelo às municipalidades, que desta vez deveriam concorrer com a instalação de escolas primárias, custeando não somente os aluguéis das casas, mas também a contratação e pagamento dos salários dos professores. Estas escolas municipais deveriam ser instaladas sobretudo nos distritos rurais mais populosos onde a localização da escola estadual não permitia a frequência de toda a população infantil. O primeiro indício a respeito de uma escola municipal em Campos neste período foi a notícia da realização dos exames finais, em dezembro de 1903, da

escola municipal de Macaco, em Dores de Macabú, regida pela professora d. Ricardina F. de Menezes, tendo sido a comissão examinadora composta dos srs.

⁵⁷ A escola da professora Mariana G. P. de Alvarenga se localizava na rua Barão do Amazonas; a de D. Castorina de Araújo ficava na rua 13 de Maio nº 9; a do professor Benedicto Hermogenes na rua do Rosário, 149; e a do professor Balthazar Carneiro no nº 54 da rua do Sacramento. Entretanto, estes dois últimos figuram na lista dos professores primários pela última vez em 1904, mantendo daí por diante seus cargos apenas na Escola Normal e, a partir de 1907, no Liceu de Humanidades.

Dr. Antonio Ribeiro do Rosario, presidente, Adalberto Marques Cardoso e a referida professora (EXAMES primários, 1903).

Em fevereiro de 1904 a recém criada prefeitura de Campos⁵⁸ publicava o balanço de suas contas referentes ao ano findo. Entre diversos quadros estava a relação das escolas municipais, com os valores mensais dos aluguéis das casas escolares e os salários dos professores. Neste quadro estavam listadas 16 escolas, das quais duas se encontravam vagas. Exceto as poucas escolas regidas por homens, todas masculinas, as demais se classificavam como mistas, como se pode ver a seguir:

Quadro 26 – Escolas municipais em Campos - 1904

		Aluguel da casa	Ordenado do prof.
Professor	Vicente Peixoto das Dores, sexo masculino Tahy, 5º districto, casa de Eustachio Peixoto das Dores	20\$000	100\$000
Professora	d. Maria Bellas de Siqueira Moura, mixta, Usina das Dores, casa gratis		100\$000
Professor	Ovidio Dias de Moura, sexo masculino, Santa Rita, 11º districto, casa de Anna de Almeida Cabral	18\$000	100\$000
Professor	Christovão Maciel da Rocha, sexo masculino, Morro Grande, 1º districto, casa de Antonio Joaquim Codeço	25\$000	100\$000
Professor	Francisco Manoel Vieira, sexo masculino, Barra Secca, 9º districto, casa gratis		100\$000
Professora	d. Rita Martins Silveira, escola mixta, Pedra Lisa, 14º districto, casa de Antonio Pinto Moreira	25\$000	100\$000
Professor	João da Costa Lopes, sexo masculino, Morro do Côco, 13º districto, casa de d. Rosa de Souza Peçanha	20\$000	100\$000
Professora	d. Anna Cardoso de Oliveira, escola mixta, São Francisco de Paula, 7º districto, casa grátis		100\$000
Professora	d. Ricardina Cardoso de Menezes, escola mixta, Macacos, 12º districto, casa grátis		100\$000
Professor	Augusto José Ferreira Tinoco, Guriry, 12º districto, casa grátis		100\$000
Professora	d. Adalzira de Castro Ferreira, escola mixta Santo Eduardo, 14º districto, casa de Francisco de Salles Ramalho	30\$000	100\$000
Professora	d. Olympia Lopes de Oliveira, escola mixta, Tymbira, 16º districto, casa grátis		40\$000
Professora	d. Bibiana Ribeiro Tavares, escola mixta, Vargem do Mundo, 16º districto, casa grátis		40\$000
Professor	Cornelio M. da Costa Bastos, sexo masculino, rua Barão de Miracema, casa de d. Ana Souza da Conceição Leite	60\$000	
	Escola da Ponta Grossa dos Fidalgos, 3º districto	25\$000	100\$000
	Escola da Tapera, vaga		
		223\$000	1:280\$000

Fonte: Jornal *Gazeta do Povo* (ESCOLAS municipais, 1904).

⁵⁸ As prefeituras foram criadas pela reforma da constituição estadual, em 18 de setembro de 1903, nos municípios onde o governo estadual fornecesse serviços públicos e fosse fiador de empréstimos. O poder executivo que antes era exercido pelo presidente da Câmara municipal, agora caberia a um prefeito nomeado pelo presidente do Estado. No estado do Rio foram criadas prefeituras em Niterói, Petrópolis e Campos, para onde o presidente Nilo Peçanha nomeou Manuel Rodrigues Peixoto.

O salário de 100\$000 mensais pago pela prefeitura aos professores municipais correspondia à metade dos vencimentos dos professores estaduais de escola rural que, de acordo com o Dec. 588 de 1900, era de 2:400\$000 anuais, correspondendo a 200\$000 mensais.

Por outro lado os professores primários do Estado viam-se privados de seus vencimentos por meses seguidos, e passavam por dificuldades em uma cidade insalubre, constantemente tomada por epidemias, cujos principais focos ficavam próximos a suas escolas, o que levava constantemente à suspensão das aulas, tanto nos institutos públicos quanto particulares, como o Collegio Alvarenga & Britto, que anunciava pela imprensa o fim de suas aulas “por motivo do mal reinante” (O COLLEGIO Alvarenga..., 1902), em referência à epidemia de peste bubônica.

Somente em dezembro de 1906 foi aprovado no Senado o projeto de saneamento de Campos, apresentado pelo deputado *nilista* Dr. Pereira Nunes e endossado pela bancada fluminense na Câmara federal, em setembro daquele ano, por ocasião das epidemias decorrentes da enchente que devastou a cidade no mês de janeiro.

Naquele momento eram grandes as esperanças no “renascimento da vida de Campos [que retornaria aos] bons dias de outr’ora” (MAX, 1906c), através da influência dos seus chefes políticos que atuavam no Legislativo e, sobretudo, pela figura de Nilo Peçanha, que tomara posse como vice-presidente da república.

Ao mesmo tempo os ataques do presidente Alfredo Backer ao grupo *nilista* dificultavam esta retomada. Em relação à educação em Campos, além da extinção da Escola Profissional, o governo publicara o Dec. nº 1.034, em abril de 1907, reformando o Liceu de Humanidades, o que ameaçou não apenas o fim de sua equiparação ao Ginásio Nacional, como também a extinção da Escola normal.

Foi neste contexto que os professores Balthazar Carneiro e Benedicto Hermogenes pediram exoneração das cadeiras que regiam no Liceu e Escola Normal, requerendo do governo a autorização para retornarem às antigas escolas primárias que regiam, sendo os seus pedidos indeferidos, e os professores mantidos na Escola Normal⁵⁹.

Diante de um quadro desolador, em janeiro de 1908 um grupo formado por três professoras primárias tomava a iniciativa de convocar o professorado para uma reunião com o fim de

⁵⁹ Somente em 1908 o professor Hermogenes retornava ao Liceu, assumindo as cadeiras de latim e grego, enquanto Balthazar Carneiro inaugurava, junto aos professores Manoel M. Manhães, Antonio Joaquim de Castro Faria e o ex-inspetor do ensino e ex-proprietário do Collegio São Salvador, Francisco Varela, o Pensionato Silva Tavares, funcionando na mesma chácara que anos antes abrigara o Collegio Victor Hugo, na Avenida Pelinca.

“accordarem nos meios de auxiliar e beneficiar o magistério fluminense” (REUNIÃO das professoras, 1908).

Hercilia Nogueira, diplomada em 1905, professora da escola pública da Usina Sapucaia; Edith Aguiar, também normalista de 1905; e Elvira Cosandey, professora diplomada em 1902, assinavam a convocação para o encontro que aconteceria no prédio da Associação dos Empregados no Commercio, com o objetivo de discutir a difícil situação do magistério fluminense (Ibidem). Estes fatos evidenciam a situação de instabilidade em que se encontravam o ensino e, conseqüentemente, os professores fluminenses naquele momento.

Paralelamente a isto, os problemas de ordem urbana permaneciam. Ao final do ano de 1908 o jornal *Gazeta do Povo* lamentava o fato de que apesar das “casas de má construção [estarem] na sua maioria condenadas pela hygiene ou demolidas pelos seus proprietários” (ESCASSEZ de construções I, 1908), novas construções não eram realizadas, ao passo que a população aumentava. Sobre este aspecto alertava o jornal que

(...) grande parte da população [vivia] em lamentável promiscuidade; verificando-se em um prédio acanhado de 4 commodos a residência de 16 a 20 pessoas.

A tuberculose [disseminava-se] pela cidade, tornando-se (...) a mais temerosa das epidemias (...), porque as classes menos abastadas não [tinham] o menor conforto, muito embora os seus representantes [pagassem] um aluguel que lhes poderia proporcionar uma moradia sem luxo mas higienica (Ibidem).

Com a chegada de Nilo Peçanha à presidência da república, no mês de junho de 1909, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena, cresciam as esperanças em relação ao saneamento da cidade de Campos. No entanto, aquela que foi considerada a maior benfeitoria concedida pelo presidente à sua cidade natal, foi a instalação da Escola de Aprendizes Artífices⁶⁰.

Estes institutos profissionais primários, criados pelo decreto federal de nº 7.566, em 23 de setembro de 1901, deveriam ser instalados nas capitais dos Estados da república. No Rio de Janeiro, entretanto, diante da recusa do presidente Backer em permitir a implantação da unidade fluminense em Niterói, capital do Estado, alegando não dispor de prédio adaptável a este fim naquela cidade, a escola foi instalada em Campos, no mesmo prédio da escola profissional extinta em 1907 (ESCOLAS Profissionaes, 1909).

O jornal *Folha do Commercio*, fundado em 1909, de opinião liberal, pertencente à Associação Comercial de Campos, destacava-se como órgão de oposição ao grupo político de Nilo Peçanha, num contexto em que os outrora adversários *Gazeta do Povo* e *Monitor Campista*

⁶⁰ Sobre a Escola de Aprendizes Artífices de Campos ver GOMES (2004)

alinhavam-se sob o manto *nilista*. Em novembro de 1910 a *Folha* considerava que, ao final de seu mandato à frente do posto máximo da nação, o presidente campista pouco tinha feito por sua terra natal. Nesse sentido, afirmava que

o presidente da Republica, que tudo [devia] a Campos – e que nem tanto [fazia] por merecel-o – poderia legar do seu governo á terra que lhe serviu de berço serviço inapagável e inextinguível.

Disse-se, e houve ingênuos para acreditar, que um dos últimos movimentos do campista illustre seria o saneamento da sua terra natal.

Incontestavelmente este feito sagraria o seu nome eternamente e o redimiria de tão grandes e pesadas culpas que, já agora, lhe são de acompanhar por toda vida. (ERA de Prever, 1910).

Por outro lado, quando Nilo Peçanha escolheu o nome de Francisco Chaves de Oliveira Botelho como candidato à presidência do estado do Rio de Janeiro, sucedendo Alfredo Backer, alimentava-se a esperança dos campistas em ver a cidade saneada, bem como a retomada do seu desenvolvimento econômico.

O principal jornal situacionista considerava que com as boas relações entre o ex-presidente da república Nilo Peçanha e o seu sucessor, Marechal Hermes da Fonseca, e também com o novo governo fluminense de Oliveira Botelho, “não [seria] difícil conseguir o saneamento de Campos, do mais importante e industrial município do Estado [sendo] ainda a sua mais populosa cidade” (SANEAMENTO de Campos, 1911).

Foi a partir de 1911 que se fizeram sentir as transformações mais relevantes na paisagem urbana da cidade. A imprensa saudava os proprietários e comerciantes que punham abaixo os pardieiros coloniais, substituindo-os por espaçosos e higiênicos palacetes, com fachadas de destaque, contribuindo para o embelezamento da cidade. Ao mesmo tempo eram constantes as campanhas pela manutenção dos espaços públicos e pelos melhoramentos nos serviços de eletricidade, água e esgotos. Foi neste contexto que, com a reforma de fevereiro de 1911, a cidade de Campos viveria novamente a experiência da escola pública primária graduada.

5.1. A reforma de 1911 e as Escolas Complementares de Campos

A primeira mensagem encaminhada pelo presidente Oliveira Botelho à ALERJ, no ano de 1911, trazia uma detalhada estatística escolar, mostrando que o município de Campos possuía a maior população em idade escolar do Rio de Janeiro. A tabela⁶¹ apresentava os dados comparativos entre os anos de 1910 e 1911, referentes à população escolar do Estado, ao número

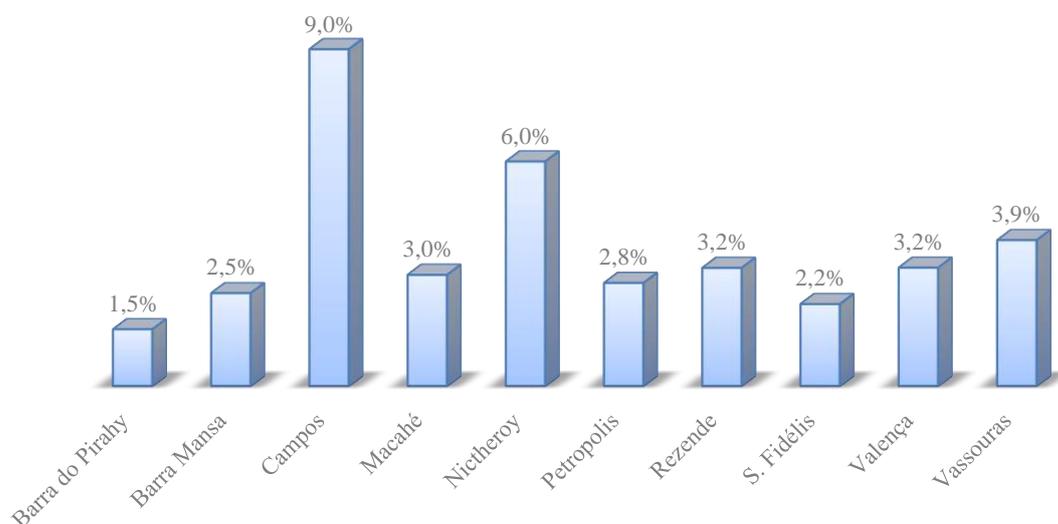
⁶¹ Ver anexo 3

de escolas, matrícula e frequência, apresentando também os valores investidos em educação, em cada município fluminense.

Trabalhando com esses dados foi possível constatar que apenas 10.009 crianças frequentavam as escolas públicas em todo o estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a 10% da população em idade escolar. Campos possuía então a maior população escolar entre todos os municípios do Rio de Janeiro, com o total de 12.652 crianças, o que representava 9% de todo o Estado, superando a de Niterói que era de 8.450.

Nesse contexto foi implantada a terceira reforma do ensino estadual, a partir do Decreto 1.200, de 7 de fevereiro de 1911 que, conforme apresentado no capítulo 3, dividiu a escola primária em elementar e complementar. No gráfico a seguir é possível quantificar, em termos percentuais, a população escolar dos 10 municípios onde se instalaram as primeiras escolas complementares do Estado.

Gráfico 7 – População escolar nos 10 municípios fluminenses onde se instalaram as primeiras Escolas Complementares – 1911 (percentual em relação ao total do Estado).



Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anexa à mensagem presidencial de 1911. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911).

Percorrendo as páginas dos jornais, navegando entre dados fragmentados e nebulosos, foi possível compreender a retomada da escola primária graduada em Campos, a partir da reforma de 1911. Esta reforma criou três escolas complementares na cidade, para as quais foram nomeados como diretores a professora Izabel Cardoso de Freitas Guimarães, a professora Cora de Alvarenga, e o professor João Gomes de Mesquita e Souza. Uma breve nota sobre a trajetória destes três professores nos permite conhecer melhor a origem destas singelas escolas complementares, logo transformadas em grupos escolares, dos quais dois se destacaram entre as

mais importantes escolas públicas da cidade durante décadas, atravessando todo o século XX, comemorando recentemente os seus centenários.

Izabel Cardoso de Freitas Guimarães formou-se na Escola Normal de Campos em 1898, sendo a única entre os cinco alunos formados naquele ano a assumir o magistério público como professora efetiva do Estado. Em julho do ano seguinte o *Jornal do Brasil* publicava uma relação dos despachos de requerimentos enviados à Secretaria do Interior e Justiça, entre os quais o que solicitava à “D. Isabel Cardoso de Freitas Guimarães [que requeresse] a escola onde o ensino não [estivesse] suspenso” (ESTADO do Rio, 1899b).

No ano seguinte o nome de Izabel de Freitas Guimarães aparecia na relação de professores do Estado, publicada com o Decreto nº 606, como professora da escola feminina nº 15, localizada em Camboatá, região próxima às comportas do canal Campos – Macaé, nos arredores do centro da cidade. Naquela ocasião a professora era membro do Conselho Escolar no município, presidido pelo diretor do Grupo Escolar Barão de Tautphœus e Inspetor Regional do Ensino na 3ª circunscrição, Sr. Lindolpho de Assis. Deste conselho também faziam parte os professores José Moreira Fraga, Bernardino Rocha e Anna Mendes da Rocha (CONSELHO Escolar, 1900)⁶².

No mês de julho de 1900 Izabel de Freitas Guimarães foi escolhida para substituir a professora Marianna Gomes Pinto de Alvarenga no Grupo Escolar Barão de Tautphœus, regendo então a cadeira de aritmética e metrologia até o fim da licença da professora titular, em outubro do mesmo ano. Neste período a escola feminina do Camboatá foi regida por sua irmã, Corina de Freitas Guimarães (GRUPO Escolar, 1900b).

Após lecionar por quatro meses no grupo escolar, a professora Izabel retomou as atividades na escola do Camboatá, que apesar de classificada como feminina, também possuía meninos matriculados⁶³. Observando a relação publicada nos jornais, contendo os alunos aprovados nos exames finais, foi possível notar a presença de nomes que figuraram, nos anos seguintes, entre

⁶² Os Conselhos Escolares foram instituídos pelo Dec. nº 588, de 25 de janeiro de 1900. Em cada uma das circunscrições escolares em que era dividido o Estado, deveria haver um Conselho Escolar, presidido pelo inspetor regional do ensino ou diretor de grupo escolar, e composto por mais quatro professores nomeados pelo diretor da instrução pública, pelo período de um ano, podendo ser reconduzidos. Caberia a este conselho auxiliar no censo escolar, decidir sobre a expulsão dos alunos das escolas públicas, assim como eleger aqueles que mais se distinguissem. Deveria também promover conferências pedagógicas, afim de desenvolver o ensino primário (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1901, p. 416-418).

⁶³ De acordo com os resultados dos exames finais, publicados nos jornais, quatro meninos foram aprovados da segunda para a terceira série no ano de 1902 (Deodoro Nogueira, Ernesto e José Terra, Mário Ramos), dos quais três concluíram o curso elementar no ano seguinte (apenas Mário Ramos não foi aprovado), quando havia mais cinco meninos matriculados na segunda série (Amaro Tavares Marinho, Amaro Terra, Heraclito Laccourt Muylaert, Julio da Silva Ramos e Manoel Ferreira).

as normalistas, como Maria Dias, que entrou para a Escola Normal de Campos em 1905, Carolina Ribeiro Gonçalves, que em 1908 estava matriculada no primeiro ano da mesma escola normal. Também foram alunas da professora Izabel Guimarães as normalistas Ascindina e Hilda Laccourt Muylaert; e Cesarina Nascentes Tinoco, pertencentes a famílias que se dedicaram ao magistério, às letras e à política, tanto em Campos como também a nível estadual⁶⁴.

Em 1904 não havia mais a escola feminina de Camboatá. Na lista que acompanhava a mensagem presidencial daquele ano a escola da professora Izabel Guimarães era classificada como a 12ª feminina de Campos, localizada à rua Treze de Maio nº 125 (próxima aos colégios particulares Cândido Mendes e São Salvador, de grande destaque na cidade), onde permaneceu até a criação da Escola Complementar nº 1, para a qual foi nomeada diretora com a reforma de 1911.

Quando foi extinta a Escola Normal de Campos, em 1900, Córa de Alvarenga, filha de João de Alvarenga, coletor estadual, e sobrinha Attila de Alvarenga, proprietário do jornal *Monitor Campista*, era aluna do terceiro ano, sendo aprovada para a última série do curso obtendo o grau de distinção em quase todas as disciplinas. Concluiu o magistério na Escola Normal Livre em 1901, tendo realizado as suas aulas práticas no Grupo Escolar Barão de Tautphœus. Com a reforma da instrução naquele mesmo ano, foi nomeada professora da escola feminina do distrito rural de Mineiros, substituindo a professora Anna Martins Passos, removida para o município de São João da Barra.

Em 1904, no governo estadual do presidente Nilo Peçanha, as escolas masculina e feminina de Mineiros foram transformadas em apenas uma escola mista⁶⁵, ficando a cargo da professora Zélia de Alvarenga⁶⁶, irmã de Cora, que foi transferida para a 10ª escola feminina, localizada à rua Treze de Maio, nº 172, próxima à escola da professora Izabel Guimarães, no centro comercial da cidade, região onde também se localizavam os mais importantes institutos particulares de ensino.

⁶⁴ Da família Muylaert destaca-se, entre outros nomes daquele período, Aldo Muylaert, formado pela Escola Normal de Campos em 1910. Neste mesmo ano fundou com sua irmã Licy o internato e externato Silva Jardim, escola primária particular que funcionou inicialmente na Praça S. Salvador, mudando-se para a rua de São Bento e, em seguida, para a rua do Sacramento, em Campos. Em 1919 era professor do Colégio Batista Fluminense, mesmo ano em que ingressara como professor da Escola Normal, função que exerceu ao longo de toda a primeira república. Cesarina Tinoco era irmã de César Tinoco, bacharel em direito, jornalista, foi vereador e presidente da Câmara de Campos. Foi segundo vice-presidente do Rio de Janeiro no governo Raul Veiga (1919 – 1922) e liderança nilista no estado.

⁶⁵ Ver mapa na figura 55 à página 226

⁶⁶ Zélia de Alvarenga foi transferida da escola mista de Mineiros para a 13ª masculina da cidade, localizada à rua do Sacramento. Em sua escola concluíram o curso primário os meninos da família Muylaert: Aldo, que iniciou os estudos no extinto Collegio Victor Hugo, Heraclito e Leopoldo Carlos Laccourt.

Entre os anos de 1904 e 1910 foram aprovadas diversas alunas da professora Córa de Alvarenga nos exames de admissão para a Escola Normal, como Odette Menezes, Licy Muylaert, Helena Pereira da Rocha e Olivia Peçanha (EXAMES Escolares, 1905; ESCOLA Normal, 1909).

Dentre os professores nomeados para dirigir as Escolas Complementares de Campos, o mais experiente era João Gomes de Mesquita e Souza, que iniciara no magistério do Estado em 1883⁶⁷. Em 1898, de acordo com o quadro anexo ao relatório do diretor da instrução pública, o professor Mesquita regia a 13ª escola masculina da rua Covas d'Areia, próximo à margem do canal Campos – Macaé.

Com a reforma de 1900 o professor foi transferido para a 20ª escola masculina do distrito rural de Mineiros. No entanto, já no ano seguinte havia retornado à cidade, regendo uma escola rural masculina situada à rua Marechal Floriano.

No dia 30 de maio de 1902 reunia-se no gabinete do secretário do interior e justiça, na capital do Estado, o conselho superior de instrução, sendo aprovada por unanimidade a promoção do “professor João Gomes de Mesquita e Souza para a 1ª escola masculina da cidade de Campos” (INSTRUÇÃO Publica, 1902b)⁶⁸, localizada à rua Conselheiro Otaviano nº 41, esquina com a rua Treze de Maio. Naquele mesmo ano o professor Mesquita tornara-se membro do Conselho Escolar, juntamente com o inspetor Lindolpho de Assis e as professoras Alice Margarida de Freitas, Colina Mendes e Maria Carlota Maciel da Rocha.

A trajetória dos professores escolhidos para dirigir as três primeiras escolas complementares de Campos nos leva à hipótese de que o bom desempenho profissional e o prestígio social de que gozavam, contribuíram para as suas nomeações. Nas escolas das professoras Cora de Alvarenga e Izabel de Freitas Guimarães (que inclusive substituíra a professora de matemática do Grupo Escolar Barão de Tautphœus por quatro meses), estavam matriculados filhos de famílias de destaque no meio intelectual e político da cidade, além de serem satisfatórios seus resultados nos exames de admissão para o Liceu e Escola Normal.

⁶⁷ A tabela anexa à mensagem presidencial de 1904 listava todas as escolas públicas do Estado, em todos os municípios fluminenses, trazendo as localidades e a numeração das escolas, sua classificação em masculina, feminina ou mista, o nome dos respectivos professores e o seu tempo de serviço em anos, meses e dias. Em 1904, no momento da publicação da mensagem, o professor Mesquita contava com 21 anos e 2 meses no magistério público do Estado.

⁶⁸ Nesta mesma reunião do conselho superior de instrução foi decidido, também por unanimidade, “classificar como mais distinta dentre as diplomadas da Escola Normal de Campos (...), d. Antonia Ribeiro de Castro Lopes” (INSTRUÇÃO Publica, 1902b).

Ao mesmo tempo, a trajetória do professor Mesquita permite considerar que as relações político-partidárias também influenciavam em tais escolhas. Em 1883, quando o professor Mesquita iniciou sua carreira no magistério público do Estado, ainda nos tempos do império, o município de Campos vivia sob o domínio do Barão de Miracema, chefe local do Partido Conservador. Sua remoção para o distrito rural de Mineiros ocorreu com a reforma de 1900, num momento em que o então presidente Alberto Torres ainda não havia rompido com o PRF e se aproximado dos *miracemistas*, fundando o PRRJ.

No entanto, em 1901, após a cisão da política estadual, quando os *miracemistas* e, sobretudo, Nilo Peçanha, assumiram as rédeas políticas do Estado durante governo Bocaiúva, o professor Mesquita era reconduzido a uma escola no perímetro urbano, apesar de classificada como rural. No ano seguinte o professor passava a compor o conselho escolar da 5ª circunscrição de ensino e era promovido a professor da 1ª escola pública do município.

O prestígio e as relações pessoais do professor Mesquita com o grupo *nilista* ficam ainda mais evidentes quando o então senador Nilo Peçanha, presidente eleito do estado do Rio de Janeiro, visitou a cidade de Campos em novembro de 1903, às vésperas de sua posse no Executivo fluminense. Nesta visita o senador da República, assim que desembarcou na cidade, visitou a casa do “comerciante (...), seu amigo, sr. José Carneiro de Mesquita” (NILO Peçanha, 1903), onde foi servido um almoço íntimo, que contou com a presença dos “srs dr. Pereira Nunes [presidente da Câmara Municipal], coronel Macario Garcia de Freitas, dr. Thiers Cardoso e o professor João Mesquita (Ibidem).

A Escola Complementar nº 3, dirigida pelo professor Mesquita, iniciou suas aulas no dia 17 de abril de 1911, funcionando na “casa do Sr. Barão de Miracema, na rua da Constituição” (INSTRUÇÃO Pública, 1911e, p. 2), um palacete às margens do canal Campos-Macaé, cedido pelo político que naquele ano ocupava uma cadeira no Senado Federal. A Escola Complementar nº 2, dirigida pela professora Cora de Alvarenga, foi instalada em prédio alugado, à rua Treze de Maio, nº 142 (INSTRUÇÃO Pública, 1911d); e a Escola Complementar nº 1, dirigida pela professora Izabel Cardoso de Freitas Guimarães, funcionava em prédio também alugado, na mesma rua, no número 117 (ESTÁ aberta até o dia 15 de abril..., 1911, p. 2).

Logo após a criação das três Escolas Complementares de Campos e escolhidos os seus diretores, foram nomeadas as professoras adjuntas. Para a Escola Complementar nº 1, da professora Izabel Guimarães, foram nomeadas no mês de março de 1911 as adjuntas Olinda Gomes Pinto, formada na Escola Normal em 1902; Olinda Cardoso de Freitas, normalista de

1906; e Alice Ribeiro Renne, formada em 1907. Em agosto do mesmo ano foi nomeada como adjunta desta escola a normalista formada em 1905, Edith Coelho de Aguiar.

Para a 2ª E. C., dirigida por Cora de Alvarenga, foram nomeadas como adjuntas Maria Jenny de Alvarenga, formada pela Escola Normal Livre, em 1901, assim como sua prima e diretora; Anna Maria Sobral Marchand Bittencourt e Georgina de Castro Pache de Faria⁶⁹, formadas em 1907; Elvira America de Rezende Chaves, normalista de 1908; Lilia Branca Cardoso, diplomada em 1909; e Maria Eugenia Vieira, diplomada em 1910.

Figura 60 – Local onde se localizava o prédio que abrigou a 1ª Escola Complementar de Campos, em 1911, regida pela professora Izabel de Freitas Guimarães.



Fonte: Google Street View. Cidade de Campos dos Goytacazes, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.760882,-41.323698,3a,90y,284.16h,91.73t/data=!3m4!1e1!3m2!1sGIDNqENGgndNzeuWqfrH9g!2e0>

As adjuntas nomeadas para a 3ª E. C., dirigida pelo professor João Gomes de Mesquita e Souza, foram Maria do Carmo Ayres Neves e Dejanira Moretzsohn Campista⁷⁰ diplomadas em 1905; Carmen Pereira Amancio, formada em 1906; e Maria Isabel de Gouvêa, da turma de 1907, todas formadas pela Escola Normal de Campos.

Figura 59 – Local onde funcionou a 2ª Escola Complementar de Campos, em 1911, regida pela professora Cora de Alvarenga.



Fonte: Google Street View. Cidade de Campos dos Goytacazes, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.760882,-41.323698,3a,90y,284.16h,91.73t/data=!3m4!1e1!3m2!1sGIDNqENGgndNzeuWqfrH9g!2e0>

⁶⁹ Filha do médico e político Pache de Faria.

⁷⁰ Dejanira Moretzsohn Campista foi a aluna que mais se destacou entre as diplomadas de 1905, o que garantiu a sua nomeação como professora das aulas do curso primário da Escola Profissional instalada em 1906, no governo Nilo Peçanha, e logo extinta no ano seguinte por Alfredo Backer. Era filha do falecido professor Homero Moretzsohn Campista, ex-professor do Liceu e ex-proprietário do Ginásio Campista. A professora Dejanira Moretzsohn Campista foi concedida a disponibilidade não remunerada em julho de 1911, e desde então foram encontrados indícios de sua permanência no magistério na cidade de Campos.

De acordo com o regulamento das escolas complementares, as séries poderiam ser divididas em classes, caso excedessem o número de 40 alunos, havendo um professor para cada classe. Observando o resultado dos exames de 1911 da 2ª E. C., pode-se notar que a classe da primeira série era regida pela professora Lilia Branca Cardoso, e Elvira America de Rezende Chaves era a professora da segunda série. A terceira série era dividida em pelo menos duas classes, sendo uma regida por Anna Maria Sobral Bittencourt e a outra por Maria Jenny de Alvarenga, enquanto a diretora Cora de Alvarenga era a professora da quarta série (EXAMES, 1911c)⁷¹. Nota-se assim que às professoras adjuntas menos experientes eram destinadas as séries iniciais, enquanto que as séries mais adiantadas ficavam a cargo daquelas diplomadas há mais tempo, e da própria diretora.

A implantação das escolas complementares foi alvo de críticas na imprensa campista. O jornal *Gazeta do Povo* as definia como “um agregado de lentes a lecionar em salas pequenas a um alluvião de alumnos o mesmo programma das escolas primarias [representando] um attentado á saúde dos alumnos e dos professores” (A INSTRUÇÃO, 1911, p.1). Argumentava também o fato de os municípios fluminenses não disporem de prédios adequados para abrigar esse modelo de escola, que mais parecia um “triste arremedo dos grupos escolares” (Ibidem). O texto concluía que as escolas complementares campistas, instaladas em

Figura 61 – Local onde funcionou a 3ª Escola Complementar de Campos, em 1911, regida pelo professor João Gomes de Mesquita.



Fonte: Google Street View. Cidade de Campos dos Goytacazes, novembro de 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-21.760882,-41.323698,3a,90y,284.16h,91.73t/data=!3m4!1e1!3m2!1sGIDNqENgndNzeuWqfrH9g!2e0>

⁷¹ Em dezembro de 1911 realizaram-se os primeiros exames finais das Escolas Complementares de Campos. As provas, divididas em duas etapas (exames escritos e orais), concentraram-se no prédio da 2ª E. C., regida pela professora Cora de Alvarenga. Apenas a lista publicada em 16 de dezembro no jornal *Monitor Campista*, trazia os resultados da 2ª E. C. discriminado por classe, identificando as respectivas professoras. Foram divulgados os resultados de uma classe da 1ª série, uma da 2ª, duas da 3ª e uma da 4ª, o que não quer dizer que havia apenas estas quatro séries – uma vez que o curso das Escolas Complementares era dividido em 6 séries, de acordo com o regulamento – e nem mesmo se estas citadas eram divididas em mais classes.

Na mesma semana foram divulgados mais resultados das Escolas Complementares da cidade, porém trazendo apenas os nomes dos alunos e as séries, sem especificar as escolas, professores ou classes, como por exemplo a divulgação de que todas as alunas da 5ª série haviam sido chamadas para o exame no dia 9 de dezembro (ESCOLAS Complementares, 1911).

“casas pequenas, sem divisões, sem ar, sem luz, sem nenhum facto que as [recomendasse], (...) não [passavam] de inutilidades” (Ibidem).

De acordo com o quadro anexo à mensagem presidencial de 1911, publicado em agosto daquele ano, a matrícula nas três escolas complementares de Campos era de 623 alunos, representando a média de 208 alunos por escola.

Ainda em 1911 as escolas complementares receberam nomes homenageando as “principaes datas nacionaes” ou “pessoas que prestaram relevantes serviços á pátria” (AS escolas..., 1911, p.1). A publicação dos resultados dos exames escolares no mês de dezembro já se referia à escola da professora Izabel de Freitas Guimarães como *Escola Complementar Visconde do Rio Branco*; a da professora Cora de Alvarenga como *Escola Complementar 15 de Novembro*, e a 3ª complementar com o nome de *Escola Complementar João Clapp*, tendo como diretora a ex-adjunta Carmem Pereira Amancio⁷², substituindo o professor Mesquita, aposentado por motivos de saúde⁷³.

Entre 1911 e 1915 as Escolas Complementares de Campos recebiam cada vez mais alunos, o que demandava a contratação de novas professoras adjuntas. Verificando os exames finais da E. C. Visconde do Rio Branco no ano de 1912, nota-se que duas professoras – Olinda Gomes Pinto e Olinda Cardoso de Freitas – não aparecem como regentes de nenhuma das séries que apresentaram alunos para os exames daquela escola.

A diretora Izabel Guimarães era responsável pela classe da sexta série, enquanto Odyssea Silveira regia a quinta série. A quarta série era regida por Alice Ribeiro Renne, que compunha o quadro das adjuntas desta escola desde a sua fundação, e a segunda série estava sob a responsabilidade da professora Maria da Conceição Soutto Mayor. A primeira série apresentou duas classes de alunos para os exames em 1912, sendo uma delas regida pela adjunta Zahyra Leite Martins, e a outra por Edith Martins Pereira (EXAMES, 1912).

A Escola Complementar Quinze de Novembro, dirigida pela professora Cora de Alvarenga, recebia como adjuntas Maria Dolores Vasconcellos Bastos, Maria Manhães Corrêa, Dinorah Alvarenga e Alcmena Alves de Mesquita (Ibidem), enquanto a E. C. João Clapp, sob a direção

⁷² Somente em janeiro de 1914 a professora Carmen Amancio obteve a classificação de professora diretora da Escola Complementar João Clapp, quando seu título foi devidamente apostilado (ESTADO do Rio, 1914b).

⁷³ Em agosto de 1911 o jornal Monitor Campista publicava o requerimento de inspeção de saúde pelo professor João Gomes de Mesquita, “a fim de ser jubilado” (ESTADO do Rio, 1911). Atendendo a este pedido foi designada uma junta médica composta pelos Drs. Manoel Ferreira de Figueiredo, Francisco de Paula Pereira Faustino e Bernardino de Almeida Souza Campos, para realizar a inspeção.

da professora Carmen Amancio, recebia as professoras Olinda Gomes Pinto e Edith Coelho de Aguiar, ex-adjuntas da E. C. Visconde do Rio Branco; Anna Maria Sobral Marchand Bittencourt, ex-adjunta da E. C. Quinze de Novembro; além das adjuntas Lucilia de Barcellos Silva, normalista de 1910, e Leilah Guimarães recém diplomada pela Escola Normal de Campos.

Em relação às escolas elementares, o quadro anexo à mensagem presidencial de 1911 identificava o total de 34 em todo o município, na proporção de uma escola para cada 372 crianças em idade escolar. Nestas escolas a matrícula era de 2.396 alunos, mostrando que apenas 18,9% das crianças em idade escolar, do campo e da cidade, estavam matriculadas nas escolas públicas elementares, representando uma média de aproximadamente 70 alunos por escola.

Entre as escolas elementares localizadas na área urbana havia um elevado número de matrícula, sendo necessária, muitas vezes, a divisão das quatro séries em diferentes classes, como no caso da escola regida pelo professor Bernardino José da Rocha que, de acordo com os resultados dos exames publicados na *Folha do Commercio*, possuía quatro classes de primeira série, e uma classe para cada uma das séries seguintes (segunda, terceira e quarta), sendo pelo menos seis classes (contendo ao todo 80 alunos matriculados), regidas por um único professor que naquele ano já contava 38 anos de serviço no magistério público do Estado (EXAMES, 1911b).

Situação semelhante era vivida por Marianna Gomes Pinto de Alvarenga, ex-professora do extinto grupo escolar Barão de Tautphœus, cuja escola, na rua Barão do Amazonas, possuía a matrícula de 154 crianças, sendo 49 meninos e 105 meninas, com a frequência média de 81 alunos, divididos em duas classes de primeira série, duas de segunda, uma de terceira e outra de quarta (EXAMES, 1911a).

Em março de 1911 o jornal *Monitor Campista* publicou a relação das escolas públicas estaduais. Observando esta relação, juntamente com outra publicada no jornal *Folha do Commercio* no mesmo mês, considerando ainda a lista oficial publicada na mensagem presidencial do mesmo ano, e diversas notas encontradas pelos jornais, foi possível atualizar o quadro e traçar o seguinte panorama da escola pública elementar no município de Campos:

Quadro 27 – Relação das escolas públicas estaduais em Campos – 1911

Nº do distrito	Distrito	Localidade	Nº da escola	Nome do professor
2º	Cidade	Rua 13 de Maio, 117	EC1	Izabel Cardoso de Freitas Guimarães
2º	Cidade	Rua 13 de Maio, 145	EC2	Córa de Alvarenga
1º	Cidade	Rua da Constituição, 82	EC3	João Gomes de Mesquita
1º	Cidade	Rua Vigário João Carlos, 3	1	José Moreira Fraga
2º	Cidade	Rua do Conselho, 9	2	Mariana Alves do Couto Reis
1º	Cidade	s/inf	3	Felisbella Peixoto Cardoso
1º	Cidade	Carvão	4	Marianna Alves Dias
2º	Cidade	Rua dos Goytacazes, 12	5	Olympia Pereira Nunes
1º	Cidade	Cidade	6	Bernardino Joaquim da Rocha
1º	Cidade	Cidade	7	Zulmira Freitas Bulcão
1º	Cidade	Rua Barão de Amazonas	14	Marianna Gomes Pinto de Alvarenga
1º	Cidade	Rua da Constituição, 73	8	Maria Izabel de Moura
2º	Cidade	Sacco	9	Maria Clotilde Arrault
2º	Cruz das Almas	Cruz das Almas	10	Olívia Doralice Ribeiro
3º	S. Gonçalo	S. Gonçalo	11	Doralice Olívia Ribeiro
1º	Cidade	Ururahy	s/inf	Isaura Lucas dos Santos
3º	S. Gonçalo	S. Gonçalo	13	Blandina Soutto Mayor
3º	S. Gonçalo	Conselheiro Josino	s/inf	Ismenia Campos
4º	Mussurepe	Santo Amaro	s/inf	Eurydice de Paula Bastos
5º	Mineiros	Mineiros	17	Laura Fraga
6º	S. Sebastião	S. Sebastião	16	Othylia Fraga de Paula Machado
6º	S. Sebastião	Venda Grande	s/inf	Ercília Barreto
7º	Guarulhos	Séde	20	Zélia de Alvarenga
7º	Guarulhos	Séde	19	Maria Carlota Maciel da Rocha
7º	Guarulhos	Nogueira	reuni- das	Serizê Passos
7º	Guarulhos	Guarulhos		Eurydice Mendonça de Almeida
7º	Guarulhos	Sapucaia	21	Hercilia Nogueira
7º	Guarulhos	Usina São João	22	Noemia Reis
8º	Travessão	Travessão	23	Claudina Alves do Couto Reis
9º	Cachoeira	Monção	24	Benedicta Teixeira de Mattos
10º	São Benedicto	São Benedicto	25	Adahil Vianna
10º	São Benedicto	Rio Preto	26	Angelina Gomes Monteiro
11º	Santa Rita	Santa Rita	27	Maria Martins
12º	Dores de Macabú	Macabú	28	Maria Bernardino Ribeiro da Silva
13º	Villa Nova	Villa Nova	29	Delphina Teixeira de Sá Vianna
14º	Morro do Coco	Murundu	31	Norma Pessanha
14º	Morro do Coco	Morro do Coco	33	Alva Doralice Ribeiro
14º	Morro do Coco	Santo Eduardo	s/inf	Izabel Campos de Oliveira
15º	Porto de Fraga	Queimados	32	Marianna de Vasconcellos Cruz
16º	Paciência	Paciência	30	Philomena de Lima Assenço

Fonte: Elaboração própria a partir da mensagem presidencial de 1911 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1911); e notas nos jornais (INSTRUÇÃO Publica, 1911b; INSTRUÇÃO Publica, 1911^a).

Na documentação consultada para esta pesquisa não foi encontrado nenhum quadro listando os professores públicos do estado do Rio de Janeiro após o ano de 1912. No entanto, foi

possível notar que na segunda metade da década de 1910 encerrava-se o ciclo da primeira geração de professores republicanos. Além do já citado caso do professor Mesquita, aposentado em 1911, encontrava-se por exemplo José Moreira Fraga que, em 1913, com 40 anos de magistério público no Estado, solicitava a inspeção médica a fim de requerer a aposentadoria (ESTADO do Rio, 1913a), falecendo em janeiro do ano seguinte antes que se concluísse o processo de jubilação (ESTADO do Rio, 1914).

Ao mesmo tempo novas professoras formadas pela Escola normal assumiam as escolas públicas elementares ou eram nomeadas como adjuntas das Escolas Complementares, além de oferecerem aulas particulares em suas residências ou criarem seus próprios institutos particulares de ensino, cada vez mais numerosos na cidade, como por exemplo o Collegio Nossa Senhora do Carmo, de Delmira L. Ayres Neves, bacharel em letras, formada pelo Liceu de Humanidades de Campos em 1906⁷⁴.

Entre as escolas elementares da cidade estava a da professora Marianna Alves do Couto Reis que funcionou na Rua do Conselho nº 7, sendo transferida, devido às péssimas condições em que se encontrava o prédio, para a rua do Ouvidor nº 42, na mesma região. Havia também a escola da professora Olympia Pereira Nunes, situada à Av. 15 de Novembro, próxima à ponte sobre o rio Paraíba do Sul⁷⁵.

Neste período, de renovação do quadro docente, além das novas nomeações, alguns professores que atuavam há algum tempo na zona rural, eram removidos para escolas da cidade. Um exemplo é o da professora Hercília Nogueira Ferreira que, diplomada pela Escola Normal de Campos em 1905 (A FESTA da Escola, 1906, p. 1), foi nomeada professora da 27ª escola mista de Campos, em Sapucaia (ESTADO do Rio, 1906c), instalada nas dependências da usina de açúcar de mesmo nome, no distrito de Guarulhos.

⁷⁴ Esta escola, inaugurada em 1906, pelas irmãs Maria do Carmo Ayres Neves, normalista formada em 1905, e Delmira Ayres Neves, bacharel formada em 1906 pelo Liceu, funcionou entre a sua fundação e o ano de 1911 no palacete do Barão de Miracema, onde já tinha funcionado o Collegio Paraizo, entre 1903 e 1906. Em 1911 o prédio passou a abrigar a Escola Complementar João Clapp, para a qual a professora Maria do Carmo foi nomeada como adjunta. Naquele ano o Collegio N. S. do Carmo se mudava para a rua Barão de Cotegipe, nº 6, tendo apenas a senhorita Delmira como diretora.

⁷⁵ É possível identificar a localização das escolas primárias, privadas ou públicas, elementares ou complementares, neste período, de forma fragmentada nos jornais. No caso das escolas privadas, os clichés nas páginas de anúncios traziam sempre o nome da escola, seguidos do nome da professora e do endereço. Em relação às escolas públicas a tarefa é mais difícil, pois raramente se publicavam os seus endereços, a não ser na divulgação dos resultados dos exames, onde ocasionalmente era mencionado apenas o nome da rua, ou então quando havia alguma nota de reclamação devido às más condições higiênicas do prédio, ou ainda quando a escola era utilizada como local de votação nas eleições.

Em agosto de 1912 a professora Hercília Ferreira foi removida para uma escola a ser instalada na cidade. No mês seguinte o jornal *Folha do Commercio* publicava a aprovação, por parte do governo do Estado, da “locação do prédio de d. Maria de Vasconcellos Cruz, pelo aluguel mensal de 60\$, para nelle funcionar a escola da Avenida Pelinca, em Campos, sob a regência da professora d. Hercília F. Nogueira” (ESTADO do Rio, 1912). No entanto, em 1913 a escola foi transferida para “o prédio de d. Noemia Cardoso Linhares, sem aumento de aluguel” (ESTADO do Rio, 1913b), cuja localização não foi possível identificar até o momento.

Figura 62 - Escola elementar urbana regida pela professora Hercília Ferreira Nogueira, em 1914



Fonte: Acervo particular da família Braz.

A figura 62 traz a fotografia tirada no dia 28 de novembro de 1914 por ocasião dos exames de promoção. Nela é possível notar a presença de meninos e meninas, negros e brancos, sendo a maioria composta aparentemente por crianças das séries iniciais, sentados ao chão, em primeiro plano, e em cadeiras na segunda fila. Nas duas últimas fileiras de alunos perfilados, ao lado direito, assim como nas janelas do edifício, notam-se os alunos provavelmente matriculados na terceira e quarta séries. De pé em frente às duas primeiras janelas, perfiladas da esquerda para a direita, estão as professoras da comissão julgadora, onde também se encontrava a professora Hercília Nogueira.

Em relação ao prédio, nota-se a existência de uma placa na lateral direita da fachada, onde se lê “Escola Publica; meninos e meninas”, ao lado do portão de acesso principal. Através das amplas janelas em forma de arco é possível avistar a sala de aula devidamente arejada, com duas portas na parede oposta, sendo uma delas de acesso a um corredor que leva à porta dos fundos, também aberta, facilitando a circulação de ar. Nas paredes da sala de aula é possível observar a existência de dois pôsteres nas laterais, que poderiam ser quadros de história natural ou cartas geográficas. Ao centro nota-se um quadro principal, aparentemente composto por diferentes mapas sobrepostos, que se prendiam enrolados na parte superior, podendo ser exibidos separadamente.

A professora Hercília foi bastante atuante no magistério campista, desde a sua presença na organização do ato que reuniu os professores primários de Campos para tratar de sua difícil situação durante o governo do presidente Backer, em 1908, quando ainda regia a escola da usina Sapucaia. Após sua remoção para a cidade, a presença da professora Hercília na composição das comissões dos exames finais, tanto das escolas elementares quanto complementares, era constante.

Além disso esteve presente na defesa da instrução primária, participando voluntariamente da caixa escolar Wenceslão Braz como zeladora, e sempre defendendo os professores, como mostra uma carta da professora Hercília publicada em 1925 na *Folha do Commercio*, em resposta a Evandro Barroso, colaborador daquele jornal. Segundo a carta o sr. Barroso havia lançado graves acusações aos professores públicos, tidos como “abaixo da média desejável” e responsáveis pela “falta de civismo e princípios de moral da mocidade”, visto que muitos deles mal conheciam “os mais simples princípios do idioma pátrio” (PELA Instrução, 1925).

Em sua resposta, muito bem escrita, a professora Hercília reconhecia que talvez houvesse maus professores públicos, no entanto, argumentava serem esses em número tão reduzido que não justificava o ataque do sr. Barroso. Salientava ainda que

essa acusação, (...) tão collectivamente lançada, até ás normalistas afastadas ainda do magistério póde attingir, pois não é crível que só tivessem sido nomeadas as menos competentes das diplomadas pela nossa Escola Normal, e essas constituem uma legião em Campos.

Num momento em que a mulher, em todos os paizes, dá provas do seu valor intellectual, essa affirmativa do sr. Evandro Barroso colloca a campista num nivel de manifesta inferioridade Não é, porém, disso que se trata e sim da grave acusação de incompetencia que pesa sobre quasi todo o professorado publico, tão grave que os interessados pelo bem publico, que professam a opinião do sr. Evandro Barroso, deviam denunciar ao Governo, nominalmente, todo esse exercito de incapazes que menosprezam até a santidade de sua missão, na expressiva linguagem do illustre collaborador da *Folha do Commercio!*

Com os meus prévios agradecimentos, tenho a honra de lhe apresentar, Sr. Director, cumprimentos muito attencissos — *Hercilia Nogueira*, professora publica (Ibidem).

Esta metade da década de 1910 representava não apenas a renovação do magistério primário e o retorno do ensino graduado através das Escolas Complementares — ampliadas em matrícula e quantidade de professores — mas também marcava um momento de mudanças no cenário político estadual, com a consolidação da hegemonia *nilista* até o ano de 1922, que se refletiram nas transformações urbanas de Campos e também em novas experiências na escolarização primária.

De acordo com quadro anexo à mensagem presidencial de 1916, atendendo aos apelos do presidente do Estado aos prefeitos, houve considerável atuação municipal na criação de escolas primárias. Campos apresentava o maior número de escolas municipais do Estado, num total de 33 escolas rurais, com 1.577 alunos matriculados e a frequência de 1.161 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1916, p. 73).

Também foi inaugurada em Campos uma Escola Modelo anexa à Escola Normal, batizada em 1917 com o nome *Escola Modelo Seis de Março*, em homenagem ao centenário da Revolução Pernambucana de 1817 (ESCOLA Modelo, 1917, p. 1). Segundo Boynard (2006), a implantação desta escola, que servia de laboratório para a prática de ensino das normalistas, representava um marco importante da inovação pedagógica fluminense.

Portanto, além da existência do Liceu de Humanidades, da Escola Normal e da Escola de Aprendizes Artífices, modalidades de ensino que na maioria dos Estados se faziam presentes apenas nas capitais, o município de Campos, em relação ao ensino primário, possuía diversos institutos particulares⁷⁶, escolas elementares municipais e estaduais, três Grupos escolares e uma

⁷⁶ Entre os institutos particulares, destacava-se naquela ocasião o Collegio Baptista Fluminense, inaugurado em 1915 pelo religioso A. B. Christie, em amplo palacete na rua Dr. Alberto Torres, nº 99, onde eram oferecidos os cursos de jardim de infância, primário e preparatórios, adotando os “methodos americanos, acomodados aos

a Escola Modelo. Ainda em 1916, em meio às transformações urbanas, foi inaugurado em Campos um tipo inovador de escola, atendendo aos preceitos higienistas que norteavam as ideias pedagógicas do início do século XX, na Europa e na América: *A Escola ao Ar Livre Presidente Wencesláo Braz*.

5.2. “Edifícios espaçosos, são e alegres”: a Escola “ao Ar Livre” Presidente Wencesláo Braz, em Campos dos Goytacazes – RJ (1916 – 1931)

No século XIX a “arte de curar” os corpos através de meios diversos, desde a fé e o curandeirismo, até a homeopatia, foram combatidos pelos princípios científicos, defendidos por médicos influenciados pelos preceitos iluministas. Consolidava-se assim a razão médica, através da preocupação com a formação nas faculdades de medicina de profissionais capazes de, através da ciência, curar as sociedades, interferindo cada vez mais na vida social, na cidade e na família (GONDRA, 2010).

No final daquele século a razão médica se sobrepunha às demais áreas do conhecimento, e com o avanço do processo de urbanização brasileira naquele período, os médicos se colocavam como os principais agentes do planejamento urbano e, neste processo, uma das principais ferramentas de ação era a escola, como veículo de propagação “de um saber e de uma verdade que fundamentavam a ação coordenada de todos (...) [e que deveriam ser ensinadas] tanto ao governo quanto à população (...) [através da] adoção de medidas médico-higiênicas, tanto na esfera pública quando no universo privado” (Ibidem, p. 526).

O processo de cientificação da escola através da influência da medicina higienista no século XIX constitui um capítulo relevante na disputa entre a escola — como um elemento de normatização social — e a família, na educação das crianças (CUNHA, 2010). Neste contexto caberia à escola o papel de educar segundo os saberes científicos, disciplinando os tempos, os comportamentos, determinando os padrões de alimentação, e mais uma série de medidas necessárias para a formação de um cidadão sadio e útil à sociedade, algo que, no julgamento dos médicos higienistas e, por conseguinte dos governos, consideravam que a família não eram capazes de realizar.

Na passagem do século XIX para o XX a medicina higienista interferia diretamente na educação escolar, não apenas lutando para que esta fosse de fato escolar, distante dos domínios

costumes brasileiros” (COLLEGIO Baptista Fluminense, 1915, p. 4), com destaque para aulas diárias de inglês, tanto teóricas quanto práticas.

da família e da igreja, como também ditando as políticas de instrução pública, como a defesa da construção de prédios apropriados para o funcionamento de escolas, revelando a preocupação com a localização destes edifícios e com as características de sua arquitetura, que deveria atentar para as práticas de leitura e escrita em seu interior e para os riscos que a má postura, a falta de iluminação e ventilação adequada poderiam causar à saúde dos alunos (GONDRA, op. cit.).

Assim os saberes médicos estiveram presentes nas principais diretrizes da arquitetura escolar e da pedagogia naquele contexto, definindo o mobiliário escolar, as dimensões e o posicionamento das janelas das salas de aula — sempre à esquerda dos alunos de modo a proporcionar a iluminação adequada —, até mesmo o cálculo do consumo de ar por cada indivíduo por metro quadrado, definindo assim a dimensão das salas de aula e a quantidade de alunos (GONDRA, 2010).

É importante destacar que este triunfo da razão médica se deu num contexto em que diversas epidemias devastavam os grandes centros urbanos, tanto no Brasil quanto na Europa e nos Estados Unidos. Doenças como febre amarela, varíola, malária e peste bubônica eram responsáveis por dizimar parcelas consideráveis da população dos centros urbanos no final do século XIX e início do XX. Nesse sentido vários planos de reforma urbana foram realizados, como a reforma de Paris entre 1850 e 1870, inspiradora das reformas de outras cidades europeias como Viena, Roma e Berlim, assim como na América, nos casos de Chicago e Rio de Janeiro, por exemplo.

Nesse contexto era defendida na Faculdade de Medicina da cidade do Porto, em Portugal, a tese de doutoramento do médico Camilo Augusto de Figueiredo, com o título “Breves Considerações sobre as Escolas ao Ar Livre” (FIGUEIREDO, 1922).

O médico dedicou a primeira parte de sua tese aos estudos sobre a tuberculose infantil, confrontando os resultados da pesquisa realizada pelo professor Grancher nas escolas de Paris, que indicava a frequência da tuberculose na idade escolar, com os dados que mostravam serem menos frequentes os casos de morte por essa doença, nesta idade, considerando que a tuberculose mantinha-se revestida durante a infância, manifestando-se com mais frequência na idade adulta. Defendia então que o combate à tuberculose deveria ser feito através da promoção da “robustez orgânica”, aumentando a resistência individual. Alertava ainda para o fato de que o aumento da tuberculose se dava em decorrência do crescimento da população urbana, favorecendo o contágio familiar. Desta forma, indicava, assim como vários médicos higienistas seus contemporâneos, “a vida ao ar livre e no campo” (Ibidem, p. 48).

Figueiredo (1922) mostra que no século XIX as colônias de férias foram o primeiro passo para as escolas ao ar livre. Em 1919 ARMAND-DELILLE, WALPER & MÉRY mostravam o avanço das escolas ao ar livre na Europa, identificando que em 1907 a Comissão Escolar do London Council, na Inglaterra, havia criado uma escola, tipo externato e no ano seguinte mais três novas escolas do mesmo tipo haviam sido criadas em Forest-Hill, Shooters Hill e Kentisch Town.

Em 1910, na Suíça era criada uma escola que utilizava a helioterapia, incluindo atividades ao ar livre e banhos de sol no programa escolar, idealizada pelo Dr. Rollier. Na França as escolas ao ar livre se expandiram após a primeira guerra mundial, quando a tuberculose se espalhou pelo país. A primeira foi criada em Vérsinet, em 1910. No ano seguinte, a prefeitura de Lyon criava a escola ao ar livre de Vernay, e em 1918 era criada uma perto de Chartres, adotando a Helioterapia (ARMAND-DELILLE, WALPER & MÉRY, 1922).

O Dr. Figueiredo destaca ainda a criação de escolas deste tipo na Itália e na América, nas cidades de Boston, em regime de externato, e Chicago, do tipo internato. Ainda na América cita os casos da Argentina e do Uruguai, e lamenta que a única escola ao ar livre existente em Portugal tinha sido a escola de Tomar, no Porto, que funcionou apenas no ano de 1913, graças ao inspetor escolar Vidal Oudinot (FIGUEIREDO, 1922.).

Quadro 28 - Experiências de escolas ao ar livre entre 1900 - 1918

1905	Berlim	Alemanha
1907	Londres	Inglaterra
1908	Londres	Inglaterra
1908	Buenos Aires	Argentina
1908	Boston	Estados Unidos
1910		Suíça
1910	Vérsinet	França
1911	Vernay	França
1913	Porto	Portugal
1914	Montjuich	Espanha
1918	Chartres	França

Fonte: Figueiredo (1922); Armand-Delille, Walper & Méry (1919); Martínez (2000).

Estas escolas eram direcionadas às crianças débeis, fracas, mais propícias a desenvolver a tuberculose na idade adulta. Requeria a instalação em locais arborizados, com condições higiênicas, onde houvesse ar puro, “isento de poeiras, oxigenado”. (FIGUEIREDO, 1922, p. 58). Os horários eram rígidos e intercalavam as atividades ao ar livre e as aulas. Era adotado um regime de superalimentação que contava com copos de leite, pão, carne, cereais e legumes.

Em relação ao Brasil é pouco conhecida a experiência da professora Armanda Álvaro Alberto que fundou em 1919, no município de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro, uma Escola ao Ar Livre destinada aos filhos dos pescadores. Segundo Ana Mignot (2010), a professora Armanda passou sua infância na França onde teve contato com as inovações pedagógicas que circulavam pela Europa naquele momento, e certamente com a experiência das Escolas ao Ar Livre. De volta ao Brasil criou esta escola que logo em seguida teria sua experiência transplantada para a Baixada Fluminense, com a *Escola Proletária de Meriti*, mais tarde, *Escola Regional de Meriti*.

No estado de São Paulo, nos anos de 1930, quando um grupo de intelectuais modernistas, liderados por Mário de Andrade, compuseram o Departamento de Cultura da prefeitura da capital, na gestão do prefeito Fábio Prado, foi criado o *Parque Infantil Santo Amaro*, ocupando um quarteirão inteiro, arborizado, com abundância de água, sem salas de aula e pouca área construída. O objetivo destes parques era, além de oferecer uma nova proposta de ensino primário, combater os “menores vadios” e nacionalizar o imigrante (FARIA, 2010; DALBIEN & DANAILOF, 2009).

Em Minas Gerais o trabalho de Eliane V. Carvalho (2011) mostra a influência do discurso médico na organização do ensino estadual, evidenciando como a polícia sanitária mineira detalhava, em seus relatórios de inspeção, as condições arquitetônicas dos prédios escolares, como a altura e o formato de portas e janelas, ventilação das salas, etc., aconselhando a adoção das escolas ao ar livre para as crianças *débeis* (CARVALHO, 2011).

Em recente trabalho sobre a educação infantil no estado do Amazonas, Miki (2014) analisa a implantação da escola ao ar livre no bairro de Mocó, subúrbio de Manaus, em 1919. Segundo a autora, no Amazonas esta modalidade de ensino foi direcionada não somente às crianças de saúde debilitada, mas àquelas que habitavam a insalubre região suburbana da capital. De acordo com a mensagem do presidente Pedro de Alcântara Bacellar, a modalidade de escola ao ar livre que tão bem servia às crianças doentes e fracas, não faria mal às crianças saudáveis das áreas suburbanas (MIKI, 2014, p. 279).

Ainda sobre a experiência manauense, Miki (2014) aponta que a defesa da escola ao ar livre era justificada pelo governo como uma solução econômica, que desonerava o Estado em relação ao pagamento de aluguéis e à construção de prédios escolares, ao adotar o “modelo de pavilhão”. De acordo com Miki (2014) a escola ao ar livre de Manaus se aproximava da experiência italiana “onde as crianças estudavam passeando nos jardins e praças (MIKI, op. cit. p. 283).

A cidade de Campos, assolada por diversas epidemias na primeira década do século XX, como apresentado no capítulo anterior, também foi palco dos discursos higienistas e das campanhas em defesa das reformas sanitárias. Em 1911 a cidade sediou a “4ª Conferência Assucareira”, reunindo agricultores e industriais de diversos Estados, com a presença do ministro da agricultura, Pedro de Toledo, e do presidente do estado do Rio de Janeiro, Oliveira Botelho. Nesta conferência foi decidida a criação de um imposto de 2,5% sobre o açúcar exportado, a fim de compor um fundo a ser utilizado exclusivamente para o saneamento da cidade. O colunista Max, nas páginas do *Monitor Campista*, saudava a iniciativa, prevendo que

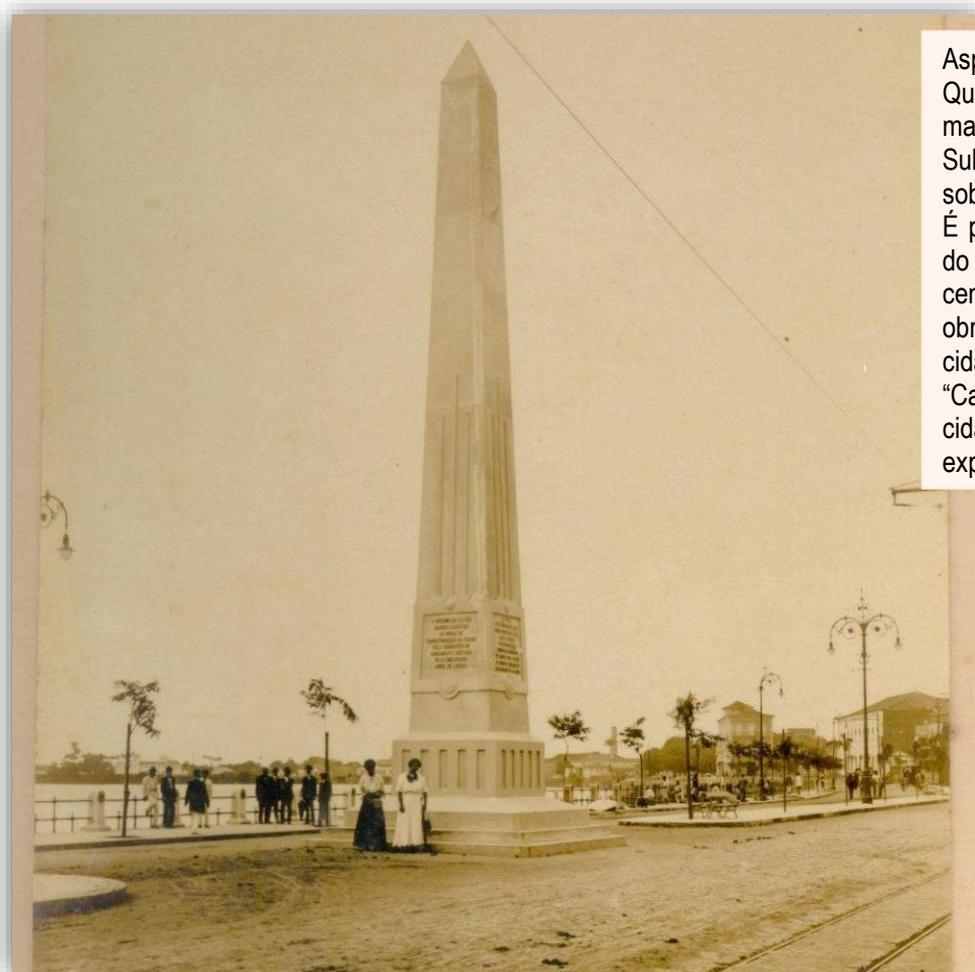
realizadas as obras traçadas pelo distinto engenheiro Dr. Rodrigues de Brito, alargando ruas, construindo parques, demolindo velhos pardieiros, e cortadas as ruas por bonds electricos, a nossa Campos se tornará de facto a “Princesa do Parayba”, e ficará sendo como bem diz o illustre Sr. Dr. Oliveira Botelho, presidente do Estado “a sala de visita digna do faustoso jardim, que é a sua lavoura” (MAX, 1911, p.1).

As obras de saneamento de Campos contaram com o alargamento e calçamento de avenidas, ampliação e melhoramentos das redes de esgotos, com a construção de estações de bombeamento e tratamento, e expansão da rede de água encanada. Também foram criadas novas praças e um grande parque arborizado. Como comenta em sua Mensagem de 1916 o presidente Nilo Peçanha:

A cidade resentia-se da falta de um parque e por isso o Governo fez construir um na praça que se verificou ser a de maior área: a de S. Benedicto, que cobre uma superfície de cento e cinquenta metros por trezentos. Elle ficará dividido transversalmente, pela rua em frente á igreja que deu nome ou logradouro (...). Já foi iniciado na praça central do parque a construcção de um pavilhão de estylo grego, que se destina a uma escola ao ar livre (MENSAGEM, 1916, p. 31).

As obras de saneamento de Campos foram inauguradas num domingo, dia 5 de novembro de 1916, contando com a presença do prefeito Luis Sobral, do governador do Estado, Geraque Collet, Nilo Peçanha, e o presidente da república Wenceslau Brás. O jornal carioca *A Época* fez a cobertura da visita do presidente da república a Campos. Foram visitadas duas usinas, inaugurado o cais à margem do Paraíba do Sul, o obelisco comemorativo, erguido à beira-rio, “o parque Nilo Peçanha, e a primeira escola ao ar livre” (OS melhoramentos de Campos, 1916).

Figura 63 - Obelisco em comemoração às obras de saneamento da cidade de Campos (1916)



Aspecto da avenida Quinze de Novembro, às margens do rio Paraíba do Sul, que fora duplicada sobre parte aterrada do rio. É possível notar os trilhos do bonde elétrico e, ao centro, o monumento às obras de saneamento da cidade, onde se lê: “Campos transforma a cidade com os fructos da exploração do seu solo”.

Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos - Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

A instalação desta escola como parte da reforma higienista do município de Campos, possivelmente se relaciona com a experiência de Nilo Peçanha em sua viagem à Europa no ano de 1911, ao fim de seu mandato na presidência da República. Após a viagem Nilo publicou, em 1913, o livro “Impressões da Europa”, contendo suas observações a respeito dos países visitados. Sobre a Suíça, por exemplo, destacava entre outros fatores, o ensino profissional que, naquele país, aliando “a educação científica á educação manual (...) [possibilitava que] a educação integral de amanhã [pudesse] substituir a educação especializada dos nossos dias” (PEÇANHA, 1913, p. 40). Nilo visitou vários países além da Suíça, como Itália, França, Inglaterra, Alemanha e Portugal, onde provavelmente tenha se deparado com a experiência das escolas ao ar livre, que se implantavam naquele momento.

O decreto de criação da escola, assinado pelo presidente Nilo Peçanha e pelo secretário geral do Estado, José Mattoso Maia Forte, destacava o dever do Estado em cuidar da melhoria

do ensino, considerando a necessidade de se aliar o desenvolvimento intelectual, moral e físico do aluno, “sendo que o physico reclama edificios espaçosos, sãos e alegres, inundados de ar e de luz, dotados de mobiliário conveniente” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919).

Ainda segundo o decreto, a escola se direcionava às “crianças débeis e rachíticas, mas que não [padeciam] de moléstias contagiosas (...) [que muito tinham] a lucrar da freqüência de uma escola em que se [desse] o tratamento hygienico” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919). Por fim, em seu artigo único o decreto definia:

Fica creada na cidade de Campos, uma escola do typo ao “AR LIVRE”, com a organização das escolas urbanas, porém, com um horário especial, que attenda ao ensino e jogos ao ar livre, conversações hygienicas e scientificas e trabalhos manuaes, de accôrdo com as instrucções que o Secretario Geral do Estado expedirá (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 36).

Diferente das experiências paulistana ou amazonense, efetuadas posteriormente, a escola ao ar livre de Campos não seria um jardim de infância, mas sim uma escola primária elementar, seguindo o programa dividido em quatro séries, vigente nas escolas isoladas do perímetro urbano.

As características do parque onde se instalou esta escola ao ar livre vão de encontro às recomendações presentes na tese do Dr. Figueiredo, defendida seis anos depois na Universidade do Porto. Segundo o médico português a escola não precisaria estar situada no meio da floresta, como ocorria em Charlottenbourg, na Alemanha. No entanto a presença de árvores que permitissem as atividades à sombra, protegendo as crianças nas horas mais quentes do dia, era essencial, assim como a existência de água em abundância. O Dr. Figueiredo recomendava ainda que a região escolhida para a instalação destas escolas fosse relativamente próxima aos centros urbanos, de fácil acesso por meio de bondes (FIGUEIREDO, 1922, p. 58).

A reforma do jardim de São Benedito, localizado a cerca de um quilômetro de distância do centro da cidade, implicou no plantio de diversas árvores frondosas, e a criação de jardins. Foram construídos dois lagos artificiais próximos ao pavilhão da escola, com ponte e chafariz. Foi construída ainda uma caixa d'água e um sistema de bombas destinados à irrigação do jardim. O prédio construído em estilo neoclássico, era composto de um único pavilhão cuja fachada ostentava colunas gregas, e uma parede composta por três enormes vitrais. As laterais da construção não possuíam paredes nos vãos entre as suas colunas, possibilitando a iluminação adequada bem como a devida circulação de ar.

Figura 64 – Aspecto geral da praça Nilo Peçanha, tendo no centro o pavilhão da escola ao ar livre Wenceslão Bráz.



Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos - Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

Figura 65 - Aspecto do Parque Nilo Peçanha, com a Escola Wenceslau Braz ao centro - 1916



Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos - Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

O salão era composto por bancos-carteira de madeira, singulares e soltos, o que certamente facilitava o seu transporte para diversos pontos do parque, que possuía dois lagos artificiais com

chafariz e água abundante, localizado num ponto consideravelmente afastado do Centro da cidade, mas não tão distante que impossibilitasse a freqüência dos alunos.

Figura 66 - Interior da Escola ao Ar Livre Wenceslau Braz - 1916



Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos - Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

Nas paredes do fundo ficavam expostos os quadros parietais de história natural produzidos pela empresa francesa Maison Deyrolle, introduzidos no Brasil pelo médico e educador Menezes Vieira, diretor do Pedagogium, e publicados pelo Museu Escolar Brasileiro. Segundo Vidal (2009), estas mesmas pranchas francesas, traduzidas para a língua portuguesa pelo Museu Escolar Brasileiro, eram vendidas para as escolas portuguesas.

Na parte da frente ficava a mesa da professora sobre um estrado, diante de um enorme vitral que tomava toda a dimensão da parede, contribuindo para a iluminação adequada, tendo ao lado o quadro negro. Na parede atrás da professora, ao lado do vitral, eram também afixados diversos quadros parietais.

A escola ao ar livre teve como primeira diretora a professora Cloris Coli Rangel, formada na Escola Normal de Campos em 1902. Em 1905 a professora Cloris fundou junto com sua irmã Osiris, uma escola primária localizada à rua Tenente Coronel Cardoso, oferecendo o curso primário completo. O “Externato Normal” foi uma escola frequentada pelas “distintas famílias” da cidade, funcionando até a nomeação de Cloris para dirigir a escola ao ar livre. A professora Coli permaneceu em seu cargo até o ano de 1923, sendo transferida para Petrópolis, sendo

substituída pela professora Anna Soares de Freitas. Nesse período a escola possuiu três diferentes professoras adjuntas.

Além da professora Cloris Rangel a escola tinha como adjunta a professora Delphina Vasconcellos Cruz, para auxiliar nas diferentes atividades que se realizavam em tempos alternados.

No ano de 1919 houve uma contenda, que se arrastou por dias nos jornais, entre a irmã de um dos alunos da escola Wenceslao Braz e a professora adjunta Delphina V. Cruz, que foi acusada pela primeira de aplicar castigos físicos em seu irmão. Os textos dos jornais fornecem indícios que possibilitaram observar detalhes do cotidiano da escola, como a circulação das crianças pela praça e nas ruas ao seu entorno, a origem social de alguns dos alunos e a forma como se organizavam os tempos das atividades escolares.

Segundo a senhora Alfredina Alves de Borges, esposa de um funcionário do Banco do Brasil, e ex-professora na cidade do Rio de Janeiro, ao escutar uma *algazarra* de crianças na rua, foi sureendida quando viu pela janela o seu irmão, acompanhado de diversos meninos, correndo em direção à sua casa. Em carta enviada ao jornal a professora confirma ter mandado dois ou três alunos buscarem o menino que havia se ausentado da aula sem permissão, o que indica a proximidade entre a escola e a residência do aluno.

Naquele contexto a região ao entorno do jardim São Benedito era ocupada por diversos palacetes luxuosos que se multiplicaram após as obras de saneamento na região, habitados por famílias como a de um funcionário do Banco do Brasil.

Em sua carta a professora Delphina também informava que os colegas que foram por ela enviados ao encontro do aluno que se retirara da aula encontravam-se em recreio, mostrando haver uma certa divisão do tempo escolar permitindo que enquanto os alunos de uma série ou classe desenvolviam

Figura 67 - Alunos da Escola ao Ar Livre Wencesláo Braz (1916)



Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos - Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

atividades no pavilhão escolar, outros praticavam atividades recreativas nas dependências do parque.

As fotografias da escola não apresentam indícios de que seus alunos fossem crianças de saúde debilitada, da mesma forma como ocorria em Manaus, citado anteriormente. No entanto, diferente do caso manauense, não há tampouco indícios de que a escola fosse destinada exclusivamente a crianças pobres da periferia.

Figura 68 - Crianças em atividade ao ar livre na Escola Wencesláo Braz



Nesta fotografia meninas brincam de pular corda na parte externa do pavilhão das aulas. É possível notar a presença do mesmo mobiliário que aparece na figura 66 na parte interna do pavilhão, ao fundo das filas de carteiras.

As carteiras sendo móveis, assim como estas estantes, facilitavam as atividades ao ar livre, podendo ser facilmente transportados.

Fonte: Acervo particular de Antonio Ornellas Berriel.

Em 30 de novembro de 1917 realizaram-se os primeiros exames finais da escola Presidente Wencesláo Braz. Foram avaliados 52 alunos, sendo 20 que tiveram acesso da classe atrasada para a adiantada na primeira série, e 13 que foram aprovados para a segunda série. Na segunda série, 11 alunos tiveram acesso de classe e 6 foram promovidos para a terceira série. Apenas 2 alunas foram promovidas da terceira para a quarta série (EXAMES, 1917, p. 1). Considerando que faltaram 7 alunos da primeira série atrasada e 2 da classe atrasada da segunda série, constata-se que a escola possuía uma frequência superior a 60 alunos.

Ao final dos exames as alunas da terceira série apresentaram trabalhos de agulha, desenho, caligrafia e cartografia, enquanto os alunos da primeira e segunda séries apresentaram trabalhos

de caligrafia. Após os exames eram feitos exercícios de gnástica e cantados hinos patrióticos (Ibidem).

Figura 69 - Interior da Escola Ao Ar Livre Wenceslau Braz - 1916



Fonte: Álbum fotográfico Melhoramentos de Campos. Acervo do Museu de Campos - Biblioteca Municipal Nilo Peçanha.

A escola ao ar livre era um exemplo de modernidade pedagógica que se disseminava naquele momento pelas cidades industriais da Europa e América, e era experimentada pela cidade de Campos. Por isso a professora de pedagogia da Escola Normal de Campos, Antônia de Castro Lopes, costumava levar as normalistas para aulas de aplicação também na escola ao ar livre (BOYNARD, 2006).

Ao longo da década de 1920 o parque Nilo Peçanha, que abrigava a escola, era constantemente utilizado nas festas cívicas do Sete de setembro e do Quinze de novembro, com a participação não só dos alunos da escola ao ar livre como também dos grupos escolares, como noticiam os jornais. A partir de 1927 são recorrentes as queixas, pela imprensa do abandono em que se encontrava o parque, com seus “canteiros quase completamente desfeitos, os arbustos mal aparados e seccos, que lhes afeiavam e entristeciam o aspecto” (PARQUE Nilo Peçanha..., 1927).

Também eram denunciados os abusos de motoristas que atravessavam com seus automóveis “pelo meio do jardim, assustando os bandos alegres de crianças, que saem correndo, aturdidas” (Ibidem), e também atos de vandalismo praticados por jovens e crianças que se utilizavam da praça aos domingos e danificavam o prédio escolar, como mostra o jornal *Folha do Commercio*, relatando o “abuso de certos rapazes que aos domingos cortam a corda de içar a bandeira da Escola Wenceslau Braz, no parque Nilo Peçanha” (UM abuso, 1928).

Com o advento da revolução de 1930, alteraram-se os destinos da escola primária fluminense. A política do governo federal, através da ação dos interventores estaduais, reforçava a criação a expansão dos grupos escolares, bem como a sua uniformização. Nesse contexto, as experiências inovadoras como a da escola ao ar livre de Campos foram extintas. A Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz foi transferida para outro local e transformada no Grupo Escolar José do Patrocínio, assim como a Escola Modelo 6 de Março, instalada no mesmo ano da escola ao ar livre, foi convertida em Grupo Escolar João Pessoa, ambas pelo decreto nº 2.676, publicado em 17 de novembro de 1931, criando ainda o Grupo Escolar Benta Pereira em Guarulhos (BOYNARD, 2006).

Figura 70 - Prédio da Academia Campista de Letras (2013)



Fotografia do antigo pavilhão da escola ao ar livre Wenceslão Braz, tirada em 23/02/2013. O prédio abriga, desde 1948, a Academia Campista de Letras, e o jardim ao seu entorno continua sendo uma das principais áreas de recreação destinada à infância da cidade.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Durante a década de 1930 o pavilhão grego da praça Nilo Peçanha ficou abandonado, até ser ocupado, em 1943, como posto de distribuição de alimentos “às famílias pobres e dos

convocados para a Segunda Guerra Mundial” (CARVALHO, 1991b, p. 231), da Liga Brasileira de Assistência - LBA. Em abril de 1948 a Academia Campista de Letras foi instalada no prédio onde funcionou a escola ao ar livre (Ibidem, p. 352), espaço que ocupa até os dias de hoje.

As escolas ao ar livre foram inovações pedagógicas que surgiram e se espalharam pela Europa e Estados Unidos nas décadas de 1910 e 1920, como instrumento de combate à tuberculose. Diante do exposto, defende-se a hipótese de que a Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, em Campos, constitui a primeira do tipo no estado do Rio de Janeiro e provavelmente uma das primeiras do Brasil. O seu prédio foi o primeiro concebido e construído especificamente para abrigar uma escola primária no município de Campos, após a implantação do regime republicano, num contexto de desenvolvimento econômico e urbano do estado do Rio de Janeiro e funcionando como instrumento de afirmação do grupo político que liderava esse processo no Estado.

5.3. Os Grupos escolares e a década de 1920

A segunda metade da década de 1910 foi um período de progressos na instrução pública fluminense. Os governos de Nilo Peçanha, Geraque Collet e Raul Veiga, entre 1915 e 1922, foram responsáveis pelo retorno dos grupos escolares (além da criação de mais uma escola modelo no Estado, da experiência da *escola ao ar livre* e das escolas profissionais) e pelas obras não somente de adaptação mas de construção de prédios para fins escolares.

Uma deliberação de 28 de junho de 1915, do presidente Nilo Peçanha, definia que a partir daquele momento as “escolas complementares [passariam] a chamar-se – Grupos escolares – conservando a denominação especial que [tinham]” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921a, p. 582). A partir de então o município de Campos passaria a ter três Grupos escolares, ainda que funcionando nos acanhados prédios alugados no Centro da cidade: O *Grupo Escolar Visconde do Rio Branco*, o *Grupo Escolar Quinze de Novembro*, e o *Grupo Escolar João Clapp*.

Pode-se dizer que aqueles anos que antecederiam o início da década de 1920 foram marcados por um ambiente político-social que colocava o tema da educação em destaque, apontando para o que Nagle (2001) chamou de “entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico” (NAGLE, 2001, p. 135). Era um período de desilusão diante das dificuldades provocadas pela oligarquização da república, e amplificadas pelos reflexos da primeira guerra mundial. Reforçavam-se os nacionalismos e as campanhas civilistas, através da atuação de intelectuais como Olavo Bilac, e da mobilização da sociedade civil que se organizava através da criação de

entidades filantrópicas e das diversas Ligas, como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, cuja seção fluminense fora fundada em Niterói no ano de 1916 (NOFUENTES, 2006).

Em maio daquele ano a *Folha do Commercio* trazia a notícia da fundação da Liga Campista Contra o Analfabetismo, por iniciativa do professor e jornalista Thiers Cardoso. Reunindo representantes da imprensa no prédio da Associação Comercial de Campos, a liga buscava “levar avante sua obra com o apoio capital a ser solicitado ao Concelho de Vereadores, pela decretação da lei do ensino obrigatório em todo o Município” (IDÉA Meritória, 1916).

No mês seguinte o mesmo jornal publicava um regulamento contendo 17 artigos, expedido pela prefeitura, criando 32 escolas sob responsabilidade do município. O documento regulamentava a inspeção escolar, a questão dos prédios e mobiliário, os critérios de nomeação e demissão de professores, as normas de acompanhamento estatístico e também as disciplinas a serem lecionadas.

Em 1917 o número de escolas municipais havia subido para 42, e entre 1918 e 1930 eram 48 escolas municipais e 2 privadas subvencionadas pelo município. Esse período foi marcado pela mobilização da imprensa e de intelectuais campistas, animados pelos estímulos do governo estadual que clamava pelo apoio das municipalidades e da iniciativa privada, por meio de doações e criação de caixas escolares.

A primeira caixa escolar a se criar em Campos foi a do Grupo Escolar João Clapp, fundada no dia 7 de julho de 1918 pelas professoras do grupo e demais professoras públicas do 1º distrito da cidade. De acordo com a convocação publicada no jornal “os fins da Caixa Escolar [eram] altruísticos, filantrópicos e dignos de apoio [pois] ao mesmo tempo que [semearia] luzes pelos cérebros da infância, tudo [faria] por que ella não se [afastasse] da instrucção sob qualquer pretexto” (CAIXA Escolar, 1918a). O principal objetivo da caixa escolar era “dar combate positivo ao analfabetismo” (Ibidem).

Além dos próprios professores, participavam destas caixas escolares jornalistas, políticos, e comerciantes. Na composição da direção da Caixa Escolar João Clapp estavam: Como presidente o Dr. Domingos de Azevedo; vice-presidente Maria Isabel Moura; secretária a diretora daquele grupo escolar, Carmen Amancio; tesoureira a professora de escola isolada Claudina Couto Reis; e como zeladora estava a professora adjunta Alzira Quitete.

A seleção dos presidentes honorários era uma homenagem às figuras de destaque no cenário político, certamente em busca do apadrinhamento da causa. Para a caixa João Clapp foram escolhidos o presidente do estado do Rio de Janeiro, Dr. Geraque Collet, os deputados

federais João Guimarães e Raul Veiga, o prefeito de Campos Luiz Sobral, o presidente da câmara de vereadores César Tinoco, e o coronel Mattoso Maia Forte, secretário geral do Estado.

À ata de fundação assinaram 52 pessoas, todos considerados sócios da caixa escolar, que trazia em seu programa os seguintes princípios, entre outros:

Custear a instituição do “Copo de leite” em benefício dos alunos pobres;

Distribuir vestuários e calçados aos alunos pobres;

Promover a colocação dos alunos débeis e enfraquecidos nas colônias de férias, desde que estas existam em virtude da lei;

Promover passeios instructivos nos parques, jardins e museus, etc., fornecendo a respectiva condução aos alumnos;

Promover a criação e educação da legião dos bandeirantes (loy scouts);

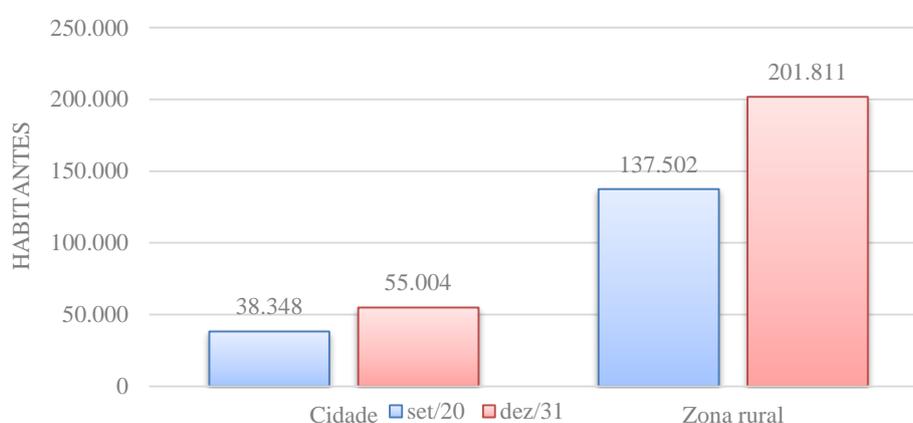
Fornecer prêmios para serem distribuídos aos alunos das escolas que mais se distinguirem pelo seu bom comportamento e aplicação aos estudos.

Promover o culto da bandeira e a celebração das festas cívicas (COMBATE ao analfabetismo e à miséria infantil, 1917, p.1).

Duas semanas depois tomava posse a direção da caixa escolar da Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, tendo os Drs. Godofredo Pinto e Adherbal de Oliveira como presidente e vice-presidente; Raul Castro como tesoureiro; Cloris Coli Rangel, diretora da escola, como secretária; e a professora de escola isolada Hercília Nogueira como zeladora. No mesmo dia era fundada a caixa escolar das escolas do distrito de Guarulhos, assim como mais tarde seriam formadas as caixas das localidades de Travessão e Três Irmãos, na área rural do município.

Combatidos os problemas de saneamento da cidade e estabilizada a situação econômica do Estado, o município de Campos iniciava um processo de crescimento demográfico responsável pelo aumento da população em 3,6 vezes entre 1920 e 1931, como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8 – População de Campos - 1920 e 1931



Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados do Boletim Mensal de Estatística Demógrafo-Sanitária da Cidade e do Município de Campos, 1932, publicados em *O Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 26 de mai. 1932.

Este crescimento demandava mais escolas, tanto no campo quanto na cidade. Ao longo da década de 1920 foi intenso o movimento de criação de escolas municipais nos distritos rurais, e eram constantes os editais de concurso para professores, que nem sempre atendiam às convocações, seja em virtude dos baixos salários, ou da distância e condições destas escolas municipais.

Diante desse contexto foi criado em 1918 mais um grupo escolar em Campos, nos arredores da Usina do Queimado, no 1º distrito municipal. Segundo a nota no jornal a criação do grupo se devia à “matrícula elevada da escola mixta do ‘Queimado’ (...), e ao número de creanças por matricular” (PELA instrução, 1918).

A nova escola foi batizada de Grupo Escolar Balthazar Carneiro, cujo patrono foi um professor de destaque no magistério campista, sendo *mestre de meninos*, professor do G. E. Barão de Tautphœus, da Escola Normal e do Liceu, como apresentado no capítulo anterior. Para a direção do grupo foi designada a professora da extinta escola mista da região, Marianna de Vasconcellos Cruz (Ibidem), formada pela Escola Normal de Campos em 1905.

Em 1919 tinha início o governo estadual de Raul Moraes Veiga, cujo programa, lido no prédio da Câmara Municipal de Campos meses antes pelo próprio candidato, previa a construção e a disseminação de grupos escolares pelo Estado, cuja inauguração faria parte das comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil, em 1922.

Após os primeiros meses de governo o presidente apresentava em sua mensagem ao Legislativo o andamento dos serviços nos diversos municípios fluminenses. Em relação a Campos informava que o governo já havia conseguido “contratar dous dos melhores prédios da cidade, afim de serem para os mesmos mudados os grupos escolares centraes, da zona urbana, onde existe grande população escolar” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1919, p. 26), livrando as escolas dos prédios “acanhados e inadaptados” para os fins escolares.

De fato, até aquele momento os grupos escolares de Campos funcionavam nos mesmos endereços de quando eram ainda escolas complementares, em 1911, porém com uma quantidade de alunos e professores muito superior após quase uma década.

O Grupo Escolar João Clapp localizava-se no palacete que havia sido a residência do Barão de Miracema, na Av. Alberto Torres, às margens do canal Campos-Macaé. Após a abertura da rua Visconde do Rio Branco margeando o mesmo canal, as referências à escola nos jornais ora traziam como endereço a rua Visconde do Rio Branco nº 1, ora Av. Alberto Torres nº 79 (ou rua da Constituição, seu antigo nome), por se tratar de um prédio de esquina.

Antes de ser nele instalada a 3ª escola complementar, dirigida pelo professor Mesquita, o prédio já tinha abrigado, entre 1900 e 1906, uma escola particular chamada Collegio Paraízo, dirigido pela professora Maria Ribeiro Paraizo, cujo anúncio citava o endereço “rua Visconde do Rio Branco, 01, Palacete Barão de Miracema”.

Antes da implantação da Escola Modelo Seis de Março em 1916, anexa à Escola Normal, a prática de ensino das normalistas era realizada na Escola Complementar e depois Grupo Escolar João Clapp, dirigido por Carmen Amancio. De acordo com Boynard (2006), a documentação oficial por vezes se referia a esta escola como “Escola Modelo João Clapp”, o que parecia, por vezes, ocasionar alguns conflitos entre o diretor da Escola Normal — responsável pela prática de ensino das normalistas, considerando-se portanto, autoridade sobre a “escola modelo” —, e a professora Carmen, que não aceitava a interferência externa sobre a sua escola (BOYNARD, 1916, p. 73-74).

Boynard (2006) mostra ainda que as condições higiênicas do prédio eram bastante precárias, como constatou a partir do relatório do diretor da Higiene e Assistência Pública que visitara a escola. Havia a necessidade de caiação das paredes, além da instalação de mais sanitários devidamente separados por sexo, e de talhas com torneiras para evitar a contaminação da água (BOYNARD, op. cit., p. 75)

Para as novas instalações do Grupo Escolar João Clapp o governo contratou, em 1919, um prédio na mesma região, em frente ao palacete Barão de Miracema, para a realização das devidas obras de adaptação aos preceitos higiênicos e pedagógicos que permitissem o bom funcionamento da escola.

Quanto ao Grupo Escolar Quinze de Novembro, este fora instalado como 2ª Escola Complementar, na rua 13 de Maio nº 142. Ao longo dos anos foi o que contraiu o maior número de matrículas, conseqüentemente possuindo o maior corpo docente, o que também tornava difíceis as suas condições de funcionamento.

O prédio adquirido pelo governo para a instalação deste grupo foi o antigo edifício anexo à Igreja São Francisco, construído entre 1872 e 1879 para abrigar o hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, que não chegou a funcionar.

Figura 71 – Prédio da Ordem Terceira de São Francisco (1879)



Fonte: Coleção D. Thereza Christina Maria – Acervo da Biblioteca Nacional – Brasil.

Em 1906 o jornal *Monitor Campista* defendia a utilização do prédio para a instalação dos Correios, porém o mesmo estava ocupado pelo Colégio São Salvador (MAX, 1906a), que fora adquirido pelo professor Candido Mendes e no ano seguinte passava a se chamar Collegio Candido Mendes, funcionando em regime de externato e internato “no vasto palacete S. Francisco, á rua 13 de Maio, 164” (COLLEGIO Candido Mendes, 1907).

Em 1921, de acordo com a mensagem do presidente Veiga, o Grupo Escolar já se encontrava devidamente instalado no novo prédio, totalmente adaptado, “com todo o mobiliário e material novo” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1921b, p. 48).

No ano seguinte, para os festejos do centenário da independência do Brasil, o governo do Rio de Janeiro publicou um álbum fotográfico, destacando as riquezas naturais do Estado, assim como as suas atividades econômicas e seus centros urbanos. Em destaque estavam os Grupos escolares construídos nos governos Nilo Peçanha (1914 – 1917), Geraque Collet (1917 – 1918) e do próprio Raul Veiga (1918 – 1922). Relativo a Campos foram exibidos, além do prédio Liceu de Humanidades, do Asilo da Lapa e da Escola de Aprendizizes Artífices, as obras de construção da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, e os novos grupos escolares Quinze de Novembro e João Clapp.

Figura 72 – Grupo Escolar Quinze de Novembro (1922)



Fonte: Álbum do estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da independência do Brasil (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A mensagem presidencial de 1922 trazia a tabela com os custos das obras efetuadas pelo governo estadual em Campos. De acordo com os números, as despesas com a adaptação dos prédios para os dois grupos escolares foram inferiores ao que custou, por exemplo, o calçamento de um trecho da rua Formosa, sendo a maior parte dos recursos destinada a obras de águas e esgotos.

Tabela 14 - Despesas com as obras realizadas pelo governo estadual em Campos (1922)

Reforma do Grupo Escolar "João Clapp"	17:452\$390
Reforma do Grupo Escolar "15 de Novembro"	25:356\$650
Reconstrução da Escola Profissional Feminina de Campos	273:671\$753
Construção do Edifício do Forum	552:264\$738
Calçamento de um trecho da rua Formosa, em Campos	45:686\$783
Construção do Cães da Avenida "Beira-Rio"	3:000\$000
Construção da Torre de Santa Ephigenia	149:950\$735
Concertos do Lyceu e Escola Normal de Campos	39:819\$925
Aguas e Esgotos da Cidade de Campos:	
- custeio	1.210:340\$087
- obras novas	1.492:311\$467
	4.240:219\$217

Fonte: Mensagem presidencial de 1922 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1922b)

Figura 73 - Grupo Escolar João Clapp (1922)



Av. Alberto Torres, atravessando o canal Campos-Macaé, tendo ao fundo as palmeiras da praça S. Salvador e a torre da Igreja da Boa Morte. Em destaque, às margens do canal, o G. E. João Clapp.

Grupo Escolar «João Clapp» — Campos

Fonte: Álbum do estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da independência do Brasil (VASCONCELOS, 1922) – Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Os grupos escolares Visconde do Rio Branco e o recém-criado Balthazar Carneiro não foram contemplados com as reformas de 1922, permanecendo nos mesmos prédios alugados.

Em 1923 o prédio do G. E. Visconde do Rio Branco encontrava-se em péssimas condições de higiene, necessitando de “urgentes providências” (COM o governo do Estado, 1923), apontadas tanto pelo delegado escolar quanto pela diretoria de hygiene municipal. A escola, que possuía mais de 300 alunos matriculados, carecia de mobília, e as suas 9 classes funcionavam

em cubículos sem luz, todas as paredes forradas a papel e este, por muito velho, desprendendo-se; a instalação sanitária em péssimas condições e alunos e professoras obrigados a respirar um ar sem duvida bastante contaminado pelas desagradáveis exalações vindas dessa defeituosíssima instalação (Ibidem).

O governo Raul Veiga se encerrou no ano de 1922, no mesmo instante em que Nilo Peçanha, candidato de oposição à presidência da república na chamada “reação republicana”, fora derrotado por Artur Bernardes.

A partir de então as forças oposicionistas tomavam o poder no estado do Rio de Janeiro, e muitas políticas e obras iniciadas nas administrações anteriores não foram concluídas, como a

construção do fórum de Campos e do grupo escolar de Nova Friburgo, retomados apenas após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, na década de 1930.

A situação da instrução pública em Campos se tornava cada vez mais difícil, visto que eram crescentes os apelos às autoridades reclamando por melhores condições higiênicas e por mobiliário escolar, que começava a faltar tanto nas escolas isoladas quanto nos grupos escolares.

Neste momento tornava-se mais imperiosa a atuação da filantropia e das caixas escolares, a fim de garantir não só a manutenção das condições higiênicas das escolas, mas também o auxílio às crianças pobres, a fim de conter a evasão e combater o analfabetismo. Pelos jornais eram constantemente convocados os membros das caixas escolares, para reunirem-se no intuito de organizar alguma festa cívica, como a das árvores e das crianças, ou as comemorações da independência e da proclamação da república.

No G. E. Quinze de Novembro foi fundada desde 1922 a “Liga da Bondade”, presidida pela diretora Alzira Collares Quitete Messina⁷⁷, da qual faziam parte as professoras e também alguns alunos. Através da organização de festas e chás dançantes, onde eram cobrados ingressos, e também por meio de doações, a liga conseguia implantar melhoramentos na escola, buscando suprir a ausência do Estado.

Em junho de 1924 foi inaugurado o “copo de leite” no G. E. Quinze de Novembro, cuja cerimônia aconteceu no salão principal, contando com a presença do corpo docente, representantes da imprensa e demais convidados. Ficou estabelecido que diariamente seria oferecido um copo de leite aos alunos pobres. Na mesma solenidade foram distribuídos 59 uniformes para os alunos que ainda não os possuíam⁷⁸.

A intensificação destas campanhas possibilitou a inauguração de um refeitório para os alunos pobres do Grupo Escolar Quinze de Novembro em 1925, onde seria distribuída sopa diariamente aos alunos pobres (GRUPO Escolar 15 de Novembro, 1925). Segundo a diretora, a instalação do refeitório foi possível graças à atuação da Liga da Bondade, que angariou “no commercio desta praça (...) os pratos, copos, guardanapos e talheres que servem no refeitório e do mesmo modo a sopa que é servida ás creanças” (Ibidem).

⁷⁷ Quando foram criadas as escolas complementares em 1911, aquela que recebeu o nome de Quinze de Novembro era dirigida pela professora Córa de Alvarenga, que permaneceu na direção até pelo menos 1916, quando a escola já era o Grupo Escolar Quinze de Novembro. No entanto, não foi possível descobrir, em que momento a professora Córa de Alvarenga se afasta da direção da escola, que é entregue a Alzira Quitete, adjunta do Grupo Escolar João Clapp até 1922.

⁷⁸ É importante ressaltar que esta é a primeira referência ao uniforme ou fardamento na cultura escolar de Campos. Até então, como se pode também observar nas fotografias, não havia a presença de nenhum tipo de uniforme escolar.

O Grupo Escolar Quinze de Novembro era o maior dos quatro existentes na cidade de Campos. Possuía em 1925 a frequência média de 402 alunos para os quais havia 14 professoras adjuntas e mais a diretora. Devido a sua localização e a disponibilidade do seu espaço físico, por diversos anos os exames das escolas isoladas urbanas eram realizados em seu prédio.

Em 1922, por exemplo, reuniram-se os alunos da escola Wenceslao Braz e os das escolas regidas por Maria Isabel de Moura, Hercília Nogueira e Cecília da Conceição Mangueira, para serem avaliados em um dos salões do pavimento superior do prédio, enquanto no térreo seriam examinados os alunos da professora Olivia Doralice Ribeiro, Claudina Alves do Couto Reis, Colina Mendes, Maria Amelia B. Tavares e Olympia Pereira Nunes. Em outra sala do mesmo prédio, seriam examinados os alunos da Escola Modelo Seis de Março (COMMISSÕES examinadoras para exames finais, 1922).

Um aspecto interessante da cultura escolar deste período é a intensa circulação dos professores primários, frequentando as escolas dos colegas ou reunindo-se nos grupos escolares a fim de organizar os programas das festas cívicas, ou nos encontros das caixas escolares e demais entidades escolares filantrópicas, e sobretudo nos exames, quando avaliavam os alunos uns dos outros.

A organização de festas com o objetivo de angariar recursos para manter as escolas foi um exemplo seguido pelos demais grupos escolares. Em 28 de setembro de 1924 realizou-se a festa do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, em homenagem ao seu patrono, organizada pela sua segunda diretora, Adalgisa Rebel Figueiredo. A festa era composta pela encenação de comédias, diálogos, monólogos, apresentações de poesia, fado, canções e hinos, por parte de alunos e professores (FESTA Escolar, 1924).

No ano seguinte a direção do grupo realizava, no mês de maio, sua festa escolar no Teatro Trianon, para a qual contava com a presença de todos aqueles que “com carinho e interesse, vêm acompanhando o movimento escolar em torno dessas festas infantis, [prestando] seu valioso auxílio” (FESTA infantil, 1925).

Em agosto de 1925 era criada no G. E. Visconde do Rio Branco a Instituição Beneficente “Obertal Chaves”, em homenagem ao delegado escolar do município. Naquele ano a escola já não mais ocupava o acanhado prédio da rua 13 de maio⁷⁹, estando instalada à Avenida Quinze

⁷⁹ Através da relação do lançamento do “imposto predial e taxa sanitária” da prefeitura, publicada nos jornais, listando todos os imóveis do centro da cidade, por rua, foi possível encontrar, na Av. 15 de Novembro, próximo à ampla área onde se encontrava a fábrica de tecidos, que ocupava diversos números (do 487 ao 521), o imóvel de nº 533 pertencente a Eliza Tinoco Coelho trazendo na frente de seu nome a inscrição “grupo escolar”. Dois imóveis à

de Novembro, nº 533, entre a fábrica da Companhia Fiação e Tecidos Campista e o prédio da estação de *Força e Luz*⁸⁰.

Em agosto do mesmo ano, acontecia a festa do G. E. João Clapp, organizada por sua caixa escolar, “em benefício dos alunos pobres desta escola” (CAIXA escolar do grupo João Clapp, 1925). O anúncio da festa destacava ainda que aquela caixa escolar, além de distribuir uniforme, calçados, livros e merendas, prestava assistência médica aos alunos pobres, que por seu intermédio, eram atendidos por alguns “clínicos humanitários” como os Drs. Pereira Nunes Filho, Renato Machado e Alcindor Bessa (Ibidem).

Estes exemplos nos permitem perceber o quanto as políticas que se fizeram presentes nos grupos escolares fluminenses das décadas seguintes, como o fornecimento da merenda escolar e a existência dos consultórios médico-dentários, de certa forma foram um resultado das iniciativas dos próprios professores ao longo da década de 1920.

A influência da filantropia na organização das escolas primárias neste período se deve à reforma da instrução pública implementada no governo de Feliciano Sodré com a publicação do decreto nº 2.017, de 05 de abril de 1924, que estimulava a assistência via caixa escolar. Esta reforma também instituiu o ensino preliminar, através dos jardins de infância e das escolas maternais.

Em campos foi criada uma escola maternal, modalidade que, ao contrário dos jardins de infância, era destinada às crianças pobres. Sua criação institucional data de 1925, inclusive constando na mensagem presidencial daquele ano como sendo uma escola já criada, junto com mais uma em Petrópolis e duas em Niterói. No entanto, até o ano de 1927 a sua construção ainda não havia se iniciado, sabendo-se apenas que seria batizada com o nome de Hortência Sodré, em homenagem à esposa do presidente Feliciano Sodré.

Em junho de 1927 a professora de metodologia da Escola Normal, D. Antonia Lopes, organizava uma “festa em benefício das obras da Escola Maternal Hortencia Sodré, a serem iniciadas brevemente (ESCOLA maternal Hortencia Sodré, 1927). *A Folha do Commercio* noticiava que

(...) na Escola Normal, sob o patrocínio da exma. Sra. D. Antonia de Castro Lopes, professora de Pedagogia, realizar-se-á um chá-dansante

frente ficava o prédio nº 539, pertencente à Prefeitura Municipal com a observação “Força e Luz” entre parêntesis (PREFEITURA do município de Campos, 1925).

⁸⁰ Atualmente é o prédio da Receita Federal, na esquina com a rua Marechal Floriano Peixoto.

em benefício da classe maternal, que brevemente será instituída naquele estabelecimento.

Essa festa está sendo organizada pelas alumnas do 4º ano da Escola Normal (UMA festa, 1927).

De acordo com a informação do jornal, além das obras ainda não terem sido iniciadas, não se sabia ao certo a sua localização, uma vez que para a professora Antônia Lopes a escola maternal Hortencia Sodré seria uma classe anexa à Escola Modelo Seis de Março, o que acabou não se concretizando⁸¹. Somente no mês de julho era anunciado que “a escola Hortencia Sodré, cuja construção será feita na velha praça da Republica, vae ser iniciada (...)” (OBRAS publicas, 1927). A escola maternal Hortência Sodré foi instalada somente em 1929 na Praça da República, tendo o seu nome alterado em 1931 pelo governo revolucionário para Escola Maternal Mariana Barreto.

Em 1929 foi criado mais um grupo escolar em Campos, no populoso distrito de Guarulhos. A criação institucional da escola se dera ainda em 1925, no governo Feliciano Sodré, mas a sua instalação tardou devido às dificuldades em se encontrar um espaço adequado. Inicialmente a escola seria instalada no prédio pertencente ao governo federal onde funcionara entre 1911 e 1916 a Escola de Aprendizes Marinheiros⁸². Porém, devido aos custos de sua adaptação, o governo optou por instalá-lo em um prédio “para tal fim construído pelo dr. Pache Faria” (O GRUPO escolar de Guarulhos, 1929), ex-presidente da Câmara e presidente da Associação Comercial.

O prédio, com “mobiliário completamente novo e modernos acessórios pedagógicos” (Ibidem), inaugurou-se no dia 21 de abril de 1929, em solenidade que contou com a participação de diversas autoridades estaduais e do município. Foi escolhido o nome de Grupo Escolar “Benta Pereira”, tendo como primeira diretora a professora Josepha Valliengo, e adjuntas as professoras Carmelita Gomes de Moraes, Nair Soares Young, Maria José Soares, Nancy Rebel de Figueiredo, Zilah da Conceição Tavares, Izabel Martins e Francy Torres Barbosa (PELO ensino, 1929).

Em 1929 o inspetor escolar Jayme Memória foi substituído pelo Dr. Maurício Cunha, que ano seguinte decidiu mudar de endereço o Grupo Escolar Quinze de Novembro, o maior da cidade. A escola, que em 1930 possuía a frequência média de “597 crianças, de ambos os sexos, na sua maioria filhos de paes pobres” (A MUDANÇA do grupo escolar 15 de Novembro, 1930),

⁸¹ Ver Boynard, 2006, p. 108.

⁸² Era a escola de formação da Marinha, que no estado do Rio de Janeiro funcionava em Campos. Atualmente o prédio é a sede administrativa do 56º Batalhão de Infantaria do Exército.

foi transferida para o palacete Saturnino Braga, na Praça da República⁸³, funcionando apenas no turno da tarde (de 12h30min às 16h30min), pois na parte da manhã o prédio era ocupado pela Escola Complementar do Estado⁸⁴.

O Grupo Escolar Quinze de Novembro permaneceu neste prédio por décadas, sendo construído um prédio anexo para a sua expansão. Atualmente a escola ocupa apenas este prédio anexo, permanecendo fechado o solar, onde até recentemente funcionava a Coordenadoria Regional do Ensino Norte Fluminense I.

O Grupo Escolar João Clapp funcionou no mesmo endereço, à “Beira-Valão”, até a década de 1940, quando passou a funcionar no prédio do G. E. Quinze de Novembro como escola noturna.

Quanto ao Visconde do Branco, manteve-se às margens do rio Paraíba do Sul, no bairro da Lapa. No livro de termos de visita encontrado na escola a anotação mais antiga data de 1943, mostrando que o grupo funcionou até 1955 em prédios alugados, em péssimas condições pedagógicas e de higiene, tendo que ser instalada, já no início da década de 1950 no mesmo prédio do Quinze de Novembro.

Somente em 1952 o governo do Estado desapropriou os terrenos no bairro da Lapa para a construção do Grupo Escolar Visconde do Rio Branco e o Jardim de Infância Antônia Lopes, em anexo. As obras se iniciaram em 1953 e a escola foi inaugurada no ano de 1955, no mesmo prédio que ocupa atualmente.

Entre 1930 e 1935, após o processo que levou o presidente Getúlio Vargas ao poder, o estado do Rio de Janeiro foi governado por cinco diferentes interventores federais: Demócrito Barbosa (out/1930), Plínio Casado (out/1930 a mai/1931), João de Deus Mena Barreto (mai/1931 a nov/1931), Pantaleão Pessoa (nov/1931 a dez/1931) e Ari Parreiras (dez/1931 a jul/1935). Neste período foi publicado, em 17 de novembro de 1931, o decreto nº 2.676, que alterou a classificação das escolas primárias fluminenses.

⁸³ Neste prédio havia funcionado, entre 1922 e 1926 o Colégio Bittencourt, que fora vendido para o Colégio Diocesano, mantido neste prédio até 1929, quando foi instalada a Escola Complementar. Em 1930 os irmãos Julio, José e Mario Bittencourt reabriram o Colégio Bittencourt na rua Gil de Góis, nº 299, onde funciona até os dias de hoje.

⁸⁴ Em 1929 o governo Manuel Duarte implementou nova reforma na instrução pública, tornando obrigatório o curso nos grupos escolares para o acesso às escolas profissionais, ao ensino secundário e à escola normal, sendo que para ingressar nesta última era necessário ainda cursar as Escolas Complementares, para as quais havia o exame de admissão. A escola complementar de Campos foi instalada em abril de 1929.

Em Campos, a Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz e a Escola Modelo Seis de Março, inovações pedagógicas implantadas em 1916, foram transformadas em grupos escolares, perdendo as suas especificidades. A primeira passou a se chamar Grupo Escolar José do Patrocínio, e a segunda Grupo Escolar João Pessoa (BOYNARD, 2006). Neste momento se encerrava um ciclo da escolarização primária fluminense, abrindo caminho para o processo que mais tarde tornaria os grupos escolares a modalidade de escola primária predominante na maioria dos estados brasileiros.

O recolhimento destas “migalhas” de informação tornou possível recompor a trajetória da escola primária no estado do Rio de Janeiro, compondo-as sob um foco de análise ajustado para uma escala local que, ao mesmo tempo, permitiu uma visão ampla acerca dos diferentes tipos de ensino presentes na primeira república fluminense, a partir de uma cidade que, apesar de estar localizada no interior do Estado, vivenciou uma diversidade de experiências que nos permitem melhor compreender as relações entre o proposto e o executado, entre o discurso dos documentos oficiais e da legislação e a implementação efetiva das políticas de educação da primeira república.

Considerações finais

Esta pesquisa procurou mostrar que o processo de implantação da escola primária graduada no estado do Rio de Janeiro foi marcado pela descontinuidade e também por diferentes institucionalidades.

Apesar da sua instituição jurídica datar de 1897, os primeiros grupos escolares fluminenses foram criados somente em 1900 e 1901, sendo seis deles extintos em 1902, permanecendo apenas o de Petrópolis, fechado em 1903, iniciando um período de 7 anos sem a existência de nenhum modelo de escola pública graduada no estado do Rio de Janeiro.

Apenas em 1911, com a criação das escolas complementares, o Estado vivenciou uma nova experiência de escola graduada. Dotadas de uma estrutura seriada, com uma professora adjunta para cada classe em que se dividiam as séries, cujos trabalhos seriam orientados por uma professora diretora, estas escolas passaram a adotar nomes homenageando figuras ilustres, que se destacaram no campo político e pedagógico brasileiro, sendo convertidas em 1915 em grupos escolares.

Deste modo, apesar de sua instituição jurídica em 1897, os grupos escolares fluminenses existiram, num primeiro momento (1900-1903), ressurgindo apenas em 1915 oriundos das Escolas Complementares criadas em 1911. Portanto ao observar este percurso, é importante chamar a atenção para o cuidado necessário, evitando a suposição de que a partir de 1897 foram instalados os grupos escolares fluminenses e que a sua existência se manteve ininterrupta ao longo da primeira república, e além.

Neste trabalho também foi possível observar que as políticas de educação, ao privilegiar determinados modelos de escola primária (secundária ou primária; isolada ou graduada; estadual, municipal ou subvencionada; pragmática, profissional ou acadêmica), evidenciam características específicas dos diferentes grupos políticos, do mesmo modo que a criação de escolas era utilizada como instrumento de perpetuação ou esquecimento da memória desses grupos.

Tomando o município de Campos como exemplo, a criação do Liceu de Humanidades era considerada uma vitória, ainda nos tempos do Império, do Partido Liberal de Francisco Portella contra o Partido Conservador do Barão de Miracema, do mesmo modo que a implantação da Escola normal no mesmo edifício do Liceu poderia ser considerada um exercício de afirmação de poder dos republicanos históricos sobre o *portelismo*.

Também a contraditória extinção da escola normal e a sua substituição por um grupo escolar — justamente no momento em que eram necessários professores mais qualificados, habilitados para o ensino das *lições de coisas* e demais disciplinas — pode ser vista como uma ação do governo Alberto Torres — apoiado pelos *miracemistas* de Campos, dentre os quais estava Nilo Peçanha —, visando enfraquecer o PRF e o grupo do ex-presidente Porciúncula, cuja imagem estava associada à Escola Normal de Campos.

Esta hipótese é sustentada a partir do estudo sobre os dois principais jornais em circulação na cidade de Campos naquele período: o *Monitor Campista*, ligado ao *portelismo* e ao PRF; e a *Gazeta do Povo*, jornal *miracemista* que apoiava o governo Torres. Enquanto na *Gazeta* era exaltada a criação do grupo escolar e justificava-se o fechamento da Escola normal com o mesmo argumento utilizado pelo governo — o da redução dos gastos —, o *Monitor* tecia críticas à instalação do G. E., ao seu diretor, e ao fechamento da Escola normal. Se por um lado a Escola normal criada no governo Porciúncula era a bandeira do *Monitor*, por outro, o grupo escolar e as ações do Diretor da Instrução e do governo Alberto Torres eram exaltados pela *Gazeta*. A própria reabertura da Escola Normal de Campos, no ano seguinte, sendo atribuída ao deputado Nilo Peçanha, foi capitalizada politicamente pelos *miracemistas*, da mesma forma que a equiparação do Liceu ao Ginásio Nacional, ocorrida naquele mesmo ano.

Nesta mesma linha se deu a extinção das escolas profissionais fluminenses em 1907 pelo presidente Alfredo Backer, que buscava consolidar seu grupo político independente do domínio *nilista*. Conseqüentemente, ao assumir a presidência da república e retomar o projeto do ensino profissional, Nilo criou a Escola de Aprendizes Artífices na cidade de Campos, enquanto que nos outros Estados estes institutos foram instalados nas respectivas capitais.

Outro exemplo da exploração das políticas educacionais na disputa interoligárquicas foi a retomada dos grupos escolares em 1915, prática ampliada pelo presidente Raul Veiga como instrumento de afirmação do *nilismo*, que enfrentava forte oposição tanto a nível estadual quanto federal. A inauguração dos grupos escolares como símbolo do estado do Rio de Janeiro nas comemorações do centenário da independência do Brasil, em 1922, também funcionavam como instrumento da “Reação Republicana”, campanha oposicionista de Nilo Peçanha à presidência da República. Após a derrota do *nilismo* a política de construção de escolas foi substituída, nos governos de Feliciano Sodré e Manoel Duarte, pela subvenção a escolas particulares e o apelo às ações filantrópicas.

As obras iniciadas pelo governo anterior e ainda incompletas foram abandonadas, e mesmo as que haviam sido inauguradas nos governos *nilistas*, foram reformadas e reinauguradas,

buscando imprimir a essas escolas uma nova identidade, dissociada dos grupos políticos derrotados.

A análise das reformas pelas quais passou o estado do Rio de Janeiro permitem notar as sutis especificidades dos diferentes grupos oligárquicos que as elaboraram. Os governos Torres (1897-1900), Nilo Peçanha (1903-1906; 1915-1917), Oliveira Botelho (1910-1914) — pelo menos até a sua ruptura com o *nilismo* —, Geraque Collet (1917-1919) e Raul Veiga (1919-1922), priorizaram a escolarização primária, criando grupos escolares e escolas profissionais, escola modelo e escola ao ar livre, com a construção de prédios escolares e a contratação de professores públicos. Por outro lado os governos de José Tomás da Porciúncula e Joaquim Maurício de Abreu, entre 1889 e 1897, fase mais grave da crise econômica, e as administrações de Quintino Bocaiúva (1900-1903), Alfredo Backer (1910-1914), Oliveira Botelho (1910-1914) — após o rompimento com Nilo Peçanha —; Feliciano Sodré e Manoel Duarte, entre 1923 e 1930, caracterizaram-se por priorizar escola primária elementar, ou isolada, funcionando em casas alugadas, assim como a subvenção a escolas privadas e, apenas nesses dois últimos governos, a criação de jardins de infância e escolas maternais.

Através da aproximação do foco de análise à escala municipal, a pesquisa também permitiu conhecer os diversos aspectos da cultura escolar presentes no contexto fluminense da primeira república. Os primeiros grupos escolares do estado do Rio de Janeiro, diferente das experiências de outros Estados, possuíam um programa por demais complexo, acusado muitas vezes de “bacharelesco”, e formador de “bacharéis em primeiras letras”. De fato, sua concepção parecia ter sido transplantada do ensino secundário, contendo um professor especialista para cada disciplina.

No Grupo Escolar Barão de Tautphœus, por exemplo, o professor de geografia e história do Brasil era o mesmo que lecionava português e literatura na Escola Normal, onde o professor de pedagogia e metodologia era o mesmo que ensinava física e química no grupo escolar. Estes dois professores – Balthazar Carneiro e Benedicto Hermógenes – antes de assumirem seus cargos no grupo escolar, compunham o corpo docente das duas principais escolas particulares da cidade, atuando no curso secundário. Esta circulação dos professores entre diferentes cursos, níveis e instituições, certamente carregava elementos que compunham uma certa especificidade daquela escola primária em relação as outras naquele contexto.

O caráter inovador do grupo escolar tornava-o objeto de prática de ensino das normalistas da Escola Normal Livre, que ali ministravam as suas aulas em horário específico e em salas destinadas a esse fim. Também chama a atenção o fato de estas aulas práticas também serem

assistidas pelos professores das escolas isoladas, sobretudo aquelas localizadas na zona rural, mostrando que o grupo escolar também era utilizado como instrumento de formação para aqueles que já regiam as escolas públicas do Estado.

Outro aspecto da cultura escolar daquele período foi a ênfase na militarização como meio de disciplinar a infância e reforçar os ideais de civismo, fazendo dos alunos, além de cidadãos, verdadeiros *soldados* à serviço da pátria.

Também como instrumento de disciplinarização, sobretudo das crianças pobres, ocorreu a implantação do ensino profissional, criado em 1906, num contexto marcado por crescimento populacional, insalubridade e epidemias, que perduraram até a metade da década de 1910, demandando a ação de medidas higienistas, que incluíram a experiência da escola ao ar livre.

As questões envolvendo a infância pobre e o combate ao analfabetismo, que constituíam a tônica dos debates educacionais nos anos finais da primeira república, refletiam-se no cotidiano das escolas primárias e sobretudo dos grupos escolares que, retomados no estado do Rio de Janeiro desde 1915, assumiam uma configuração bem distinta daqueles do início do século.

Ao invés de um professor especialista por disciplina, uma professora diretora auxiliada por diversas adjuntas, tantas quantas fossem o número de classes em que poderiam ser divididas as seis séries do curso primário completo, em escolas que contavam, no final dos anos 1920, com a frequência de mais de 500 alunos, muitas vezes desprovidas de condições materiais e higiênicas, dependendo de ações filantrópicas que envolviam a sociedade civil e demandavam bastante esforço por parte dos professores.

Por fim, cabe aqui destacar que o estudo dos segmentos de ensino e dos modelos de escola criados e defendidos pelos diferentes governos, articulando a história da educação e a história política, utilizando a variação entre as escalas micro e macro analíticas e tomando o local como posição de análise, constitui uma importante perspectiva que possibilita a melhor compreensão de um determinado contexto histórico.

Referências

a) Documentos oficiais:

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo. Departamento de Engenharia. Mapa do Município de Campos, 2002. Disponível em: http://www.campos.rj.gov.br/up/mapas.php?id_arquivo=3. Acesso em: 20 de fev. 2014.

BITTENCOURT, Heitor. Processo disciplinar contra professora Antonina Pessoa de Mello, em Campos Elyseos, Rezende, 1897. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa. Coleção de Leis do ano de 1915. Niterói, Est. Graph. Serra Nova, 1922a.

_____. Collecção de leis, lei não sancionada e decretos do governo do estado do Rio de Janeiro, 1893, volume I. Rio de Janeiro, 1894a.

_____. Coleção de Leis, Resolução não sancionada, Decretos e Deliberações e Portarias referentes ao ano de 1911. Niterói, 1913.

_____. Coleção de Leis, resoluções não sancionadas, Decretos e portarias referentes ao ano de 1906. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1912a.

_____. Collecção de Leis, resoluções não sancionadas, decretos, delliberações e portarias do Governo, 1897. Rio de Janeiro, 1898a.

_____. Collecção de Leis, resoluções não sancionadas, decretos, deliberações e portarias do Governo em 1900. Petropolis, Typographia da Papelaria Jeronymo Silva, 1901.

_____. Indicador de Leis, Decretos, Deliberações e mais atos relativos ao período de 1 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1919, vol. 1, Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1921a.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1 de agosto de 1915. Rio de Janeiro, Tipographia do Jornal do Commercio, 1915.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1 de agosto de 1916. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1917. Rio de Janeiro, 1917a.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1919. Rio de Janeiro, 1919.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1920. Rio de Janeiro, 1920.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1921. Rio de Janeiro, 1921b.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro no dia 1º de agosto de 1922. Rio de Janeiro, 1922b.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1904. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1904.

- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1906. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1906.
- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1911. Rio de Janeiro, Tipographia do Jornal do Commercio, 1911.
- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1912. Rio de Janeiro, Tipographia do Jornal do Commercio, 1912b.
- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1913. Rio de Janeiro, Tipographia do Jornal do Commercio, 1913.
- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 1 de agosto de 1914. Rio de Janeiro, Tipographia do Jornal do Commercio, 1914.
- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 10 de agosto de 1903. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1903.
- _____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa em 15 de julho de 1902. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1902.
- _____. Mensagem enviada á Assembléa Legislativa do estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. Joaquim Mauricio de Abreu, na 1ª sessão ordinária da 1ª legislatura em 15 de setembro de 1895. Rio de Janeiro, Typographia e Lithographia de Carlos Gaspar da Silva, 1895.
- _____. Mensagem enviada á Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. Joaquim Mauricio de Abreu na 2ª sessão ordinária da 2ª legislatura, em 15 de setembro de 1896. Petropolis, Papelaria e Typographia Dupin & C., 1896.
- _____. Mensagem enviada à Assembléa Legislativa do estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. José Thomaz da Porciuncula na 3ª e ultima sessão ordinária da 1ª legislatura em 1º de agosto de 1894. Petropolis, Typographia Werneck, 1894b.
- _____. Mensagem enviada á Assembléa Legislativa em 15 de setembro de 1898 pelo presidente do estado Alberto de Seixas Martins Torres. Rio de Janeiro, Papelaria Jeronymo Silva, 1898b.
- _____. Mensagem enviada à Assembléa Legislativa pelo presidente Dr. Joaquim Mauricio de Abreu, na 3ª sessão ordinária da 2ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., 1897.
- _____. Relatório apresentado ao Dr. Martinho Alvares da Silva, secretário dos negócios do interior e justiça pelo director de instrucção publica Luiz Alves Monteiro. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1898c.
- _____. Relatório apresentado ao presidente do estado do Rio de Janeiro, exmo. Dr. Nilo Peçanha, pelo secretário geral José Mattoso Maia Forte – 1915-1916. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1917b.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. In: A Constituição Federal e as Constituições dos Estados da República do Brasil. Pelotas e Porto Alegre, Echenique & Irmão Editores, Livraria Universal, 1895.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. In: A Constituição Federal e as Constituições dos Estados da República do Brazil. Volume II. Pelotas e Porto Alegre, Echenique & Irmão Editores, Livraria Universal, 1896.

FALLA com que o presidente da provincia de Rio de Janeiro, o conselheiro Joaquim José Rodrigues Torres, abriu a 1ª sessão da 1ª legislatura da Assembléa Legislativa da mesma provincia, no dia 1º de fevereiro de 1835. Nictheroy, Typ. de Amaral & Irmão, 1850.

OLIVEIRA, Manoel Francisco de. Relatório apresentado ao Sr. José Bernardino Paranhos da Silva, diretor da Instrução Publica do Estado do Rio de Janeiro, 1900. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

SILVA, José Bernardinho Paranhos da. Inquérito disciplinar: acusação de banca de jogo de bicho em escola de Ponta Negra, Maricá, RJ, 1896a. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

_____. Relatório encaminhado ao diretor da instrução pública, 1896b. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

_____. Relatório encaminhado ao diretor da instrução pública, 1897. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

SILVA, Paulo Fernandes Vianna da Silva. Relatório enviado ao secretário geral do Estado sobre a situação dos prédios públicos estaduais em diversos distritos. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

SILVA, Sebastião Mariano. Parecer da comissão examinadora dos objetos recebidos para os gabinetes de Physica e Chimica das Escolas Normaes de Campos e Nictheroy, 1896. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

TRINDADE, Francisco Nogueira. Relatório enviado ao diretor da instrução pública, 1899. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

VASCONCELOS, Clodomiro. Relatório da Inspectoria Geral da 1ª circumscrição, 1899. Manuscrito disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, sob a notação PE⁷.

_____. Centenário da Independência do Brasil: Álbum do Estado do Rio de Janeiro, 1922.

b) Fontes citadas dos jornais fluminenses e campistas

15 DE NOVEMBRO. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, domingo, 2 de setembro de 1900.

1906. A Aurora: Lettras – Artes – Sciencias. Campos, ano XIV, janeiro de 1906.

A CRIANÇADA. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 15 de agosto de 1900.

A CRIANÇADA. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 8 de agosto de 1903.

A ENCHENTE. Monitor Campista. Campos, terça-feira, 16 de janeiro de 1906.

A EXCURÇÃO do Dr. Nilo Peçanha a Miracema (Estado do Rio). Revista Fon-fon. Rio de Janeiro, sábado, 21 de abril de 1917. Acervo da Biblioteca Nacional.

- A EXCURSÃO do Sr. Dr. Raul Veiga, presidente do estado do Rio. Revista Fon-fon. Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1921.
- A FESTA da Escola. Monitor Campista. Campos, terça-feira, 27 de março de 1906.
- A INSTRUÇÃO no Estado do Rio – Inaugurou-se o Grupo Escolar D. Pedro II, em Petropolis. Revista Fon-fon. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1922. Acervo da Biblioteca Nacional.
- A INSTRUÇÃO pública no Estado do Rio de Janeiro. Careta. Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1922. Acervo da Biblioteca Nacional
- A INSTRUÇÃO. Gazeta do Povo: Diário republicano. Campos, sábado, 3 de junho de 1911.
- A REFORMA. Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos. Campos, domingo, 19 de fevereiro de 1911.
- A VADIAGEM. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, sábado, 11 de fevereiro de 1905.
- AS Escolas... Gazeta do Povo: Diário republicano. Campos, sexta-feira, 28 de julho de 1911.
- AS NOSSAS gravuras. Revista da Semana: Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil. Ano II, nº 61. Domingo, 14 de julho de 1901. Acervo da Biblioteca Nacional.
- ASSIS, Lindolpho de. Grupo Escolar. Monitor Campista. Campos, terça-feira, 15 de julho de 1902.
- BATALHÃO Escolar. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, 28 de agosto de 1900.
- BIETE aberto. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, quinta-feira, 26 de julho de 1900a.
- CAIXA Escolar. Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos. Campos, domingo, 7 de julho de 1918a.
- CAMARA Municipal. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, sábado, 16 de março de 1901.
- CAMPOS infecta. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, sábado, 27 de julho de 1901.
- CAMPOS saneada. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, sábado, 18 de março de 1911.
- CASAS para escolas. *Gazeta do Povo*: Diário Republicano. Campos, sexta-feira, 15 de março de 1901.
- COLLEGIO Baptista Fluminense. Folha do Commercio. Domingo, 1 de agosto de 1915.
- COLLEGIO Candido Mendes. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, quarta-feira, 4 de dezembro de 1907.
- COLLEGIO Cornelio. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, quarta-feira, 3 de
- COLLEGIO Cornelio. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, quarta-feira, 28 de março de 1900b.
- COLLEGIO Cornelio. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, sábado, 12 de maio de 1900c.
- COLLEGIO São Salvador. Monitor Campista. Campos, quarta-feira, 04 de junho de 1902.
- COLLEGIO Victor Hugo. Gazeta do Povo: Diário Republicano. Campos, domingo, 11 de março de 1900a.

- COLLEGIO Viveiros. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 11 de abril de 1900b.
- COLLEGIO Viveiros. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 10 de março de 1900a.
- COM o governo do Estado. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, sábado, 25 de agosto de 1923.
- COMBATE ao analfabetismo e à miséria infantil. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, terça-feira, 9 de julho de 1918.
- COMMISSÕES examinadoras para exames finais. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, sábado, 1 de novembro de 1922.
- CONSELHO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 23 de maio de 1900.
- CRIANÇAS que jogam. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 28 de março de 1908.
- CRIANÇAS vadias. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 8 de agosto de 1903.
- CRIANÇAS vagabundas. Monitor Campista. Campos, sábado, 30 de março de 1901.
- EDUCAÇÃO cívica. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 30 de agosto de 1900.
- EM Nictheroy. A Notícia. Rio de Janeiro, 25-26 de outubro de 1906.
- ENTERRAMENTOS. A Epoca. Rio de Janeiro, terça-feira, 10 de junho de 1913.
- ERA de Prever. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, quinta-feira, 3 de novembro de 1910.
- ESCOLA e Lyceo. Monitor Campista. Campos, domingo, 17 de março de 1901.
- ESCOLA maternal Hortencia Sodré. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, sábado, 11 de junho de 1927.
- ESCOLA Modelo. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, quinta-feira, 8 de março de 1917.
- ESCOLA Normal Livre. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 16 de fevereiro de 1900a.
- ESCOLA Normal Livre. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 17 de fevereiro de 1900b.
- ESCOLA Normal Livre. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, terça-feira, 1 de maio de 1900c.
- ESCOLA Normal. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 7 de abril de 1900a.
- ESCOLA Normal. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 13 de julho de 1900b.
- ESCOLA Normal. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 15 de março de 1901a.

- ESCOLA Normal. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, terça-feira, 12 de dezembro de 1905.
- ESCOLA Profissional. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 8 de março de 1907a.
- ESCOLA Profissional. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 15 de novembro de 1907b.
- ESCOLA Profissional. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 16 de novembro de 1907c.
- ESCOLA Profissional. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 22 de novembro de 1907d.
- ESCOLA Profissional. Monitor Campista, Campos, sexta-feira, 12 de outubro, 1906b
- ESCOLA Profissional. Monitor Campista. Campos, quarta-feira, 17 de outubro de 1906c.
- ESCOLA Profissional. Monitor Campista. Campos, terça-feira, 23 de outubro de 1906d.
- ESCOLA Profissional. Monitor Campista. Campos, terça-feira, 4 de setembro de 1906a.
- ESCOLAS Complementares. Monitor Campista. Campos, sábado, 9 de dezembro de 1911.
- ESCOLAS Profissionaes. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, domingo, 3 de outubro de 1909.
- ESCOLAS Publicas. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 22 de março de 1901.
- ESTÁ aberta até o dia 15 de abril... Monitor Campista. Campos, sexta-feira, 31 de março de 1911.
- ESTADO do Rio. A Noticia, Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1900.
- ESTADO do Rio. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, quinta-feira, 1 de maio de 1913a.
- ESTADO do Rio. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, quarta-feira, 24 de setembro de 1913b.
- ESTADO do Rio. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, quarta-feira, 7 de janeiro de 1914a.
- ESTADO do Rio. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, quinta-feira, 8 de janeiro de 1914b.
- ESTADO do Rio. Gazeta de Notícias, Petrópolis, sexta-feira, 24 de novembro de 1899a.
- ESTADO do Rio. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 11 de abril de 1901b.
- ESTADO do Rio. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 8 de março de 1901a.
- ESTADO do Rio. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de julho de 1899b.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, domingo, 13 de agosto de 1911.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, domingo, 17 de março de 1901c.

- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, domingo, 3 de junho de 1906b.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, quinta-feira, 1 de novembro de 1906d.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, sábado, 28 de setembro de 1912.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, sábado, 8 de setembro de 1906c
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, sexta-feira, 16 de março de 1906a.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, sexta-feira, 22 de março de 1901e.
- ESTADO do Rio. Monitor Campista. Campos, terça-feira, 19 de março de 1901d.
- ESTADO do Rio. O Paiz. Rio de Janeiro, quinta-feira, 15 de outubro de 1896.
janeiro de 1900a.
- EXAMES Escolares. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, terça-feira, 12 de dezembro de 1905.
- EXAMES primários. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sexta-feira, 11 de dezembro de 1903.
- EXAMES. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, sexta-feira, 8 de dezembro de 1911a.
- EXAMES. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, sábado, 9 de dezembro de 1911b.
- EXAMES. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, terça-feira, 17 de dezembro de 1912.
- EXAMES. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, terça-feira, 11 de dezembro de 1917.
- EXAMES. Monitor Campista. Campos, sábado, 16 de dezembro de 1911c.
- EXCURSÃO do Presidente do Estado. Revista Fon-Fon. Ano XIV, nº 13. Rio de Janeiro, março de 1920.
- EXTERNATO Carneiro. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 28 de março de 1900.
- FESTA Escolar. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, terça-feira, 30 de setembro de 1924.
- FURORES de um maluco. Gazeta do povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 29 de janeiro de 1908.
- G. L. Victor Hugo. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, terça-feira, 20 de novembro de 1900.
- GAZETINHA. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 1 de fevereiro de 1900.
- GREMIO Litterario José de Alencar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, 10 de julho de 1900.
- GRUPO Escolar 15 de Novembro. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, domingo, 3 de maio de 1925.

- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 5 de setembro de 1900f
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 20 de março de 1901a.
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 29 de março de 1900a.
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 5 de julho de 1900b.
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 18 de agosto de 1900c.
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 22 de setembro de 1900g.
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, terça-feira, 28 de agosto de 1900e.
- GRUPO Escolar. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 22 de agosto de 1900d.
- GRUPO Escolar. Monitor Campista. Campos, domingo, 30 de Novembro de 1902b.
- GRUPO Escolar. Monitor Campista. Campos, quarta-feira, 4 de junho de 1902a.
- HOSPEDES illustres. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, terça-feira, 25 de setembro de 1900.
- IDÉA Meritória: Uma grande reunião da imprensa campista em prol da educação nacional. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, 14 de maio de 1916.
- INSPECÇÃO escolar. Gazeta de Petropolis. Petrópolis, sábado, 25 de janeiro de 1902.
- INSTRUCÇÃO publica – o inspector Trindade. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quarta-feira, 20 de junho de 1900.
- INSTRUCÇÃO publica. Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos. Campos, terça-feira, 14 de março de 1911a.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta de Petropolis. Petrópolis, sábado, 6 de novembro de 1897a.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta de Petropolis. Petropolis, terça-feira, 6 de março de 1900a.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta de Petropolis. Petrópolis, terça-feira, 9 de novembro de 1897b.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, domingo, 17 de junho de 1900e.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, domingo, 23 de setembro de 1900f.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 25 de janeiro de 1900b.
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, quinta-feira, 5 de junho de 1902b
- INSTRUCÇÃO publica. Gazeta do Povo: Diario Republicano. Campos, sábado, 9 de março de 1901a.

- INSTRUCCÃO publica. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, sexta-feira, 25 de outubro de 1901b.
- INSTRUCCÃO publica. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, terça-feira, 13 de fevereiro de 1900c.
- INSTRUCCÃO publica. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, terça-feira, 8 de maio de 1900d.
- INSTRUCCÃO publica. *Monitor Campista*. Campos, domingo, 26 de março de 1911d.
- INSTRUCCÃO publica. *Monitor Campista*. Campos, quarta-feira, 8 de março de 1911c.
- INSTRUCCÃO publica. *Monitor Campista*. Campos, quarta-feira, 12 de abril de 1911e.
- INSTRUCCÃO publica. *Monitor Campista*. Campos, quinta-feira, 17 de abril de 1902a.
- INSTRUCCÃO publica. *Monitor Campista*. Campos, quinta-feira, 20 de junho de 1901c.
- INSTRUCCÃO publica. *Monitor Campista*. Campos, terça-feira, 7 de março de 1911b.
- INUNDAÇÕES em Campos. *Revista da Semana: Edição semanal ilustrada do Jornal do Brasil*. Ano VII, nº 298. Domingo, 28 de janeiro de 1906. Acervo da Biblioteca Nacional.
- MAX. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, domingo, 10 de março de 1901a.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, domingo, 16 de setembro de 1906c.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, quarta-feira, 13 de agosto de 1902a.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, quarta-feira, 5 de novembro de 1902b.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, quinta-feira, 21 de junho de 1906a.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, sábado, 22 de dezembro de 1906c.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*. Campos, terça-feira, 19 de março de 1901b.
- _____. Pela Rama. *Monitor Campista*, Campos, 1 de setembro de 1906b.
- MELHORAMENTOS no estado do Rio. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, quinta-feira, 14 de abril de 1921.
- MELHORAMENTOS, no estado do Rio. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, sexta-feira, 6 de outubro de 1922.
- MUDANÇA da capital. *Gazeta de Petropolis*, quinta-feira, 4 de setembro de 1902.
- NILO Peçanha. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, terça-feira, 10 de novembro de 1903.
- NOTA do dia. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, sábado, 1 de dezembro de 1900b.
- NOTA do dia. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, terça-feira, 10 de julho de 1900a.
- NOTAS. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, 3 de outubro de 1903.
- NOTÍCIAS diversas. *Correio Mercantil*, sexta-feira, 1º de janeiro de 1864.
- O COLLEGIO Alvarenga... *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, terça-feira, 14 de outubro de 1902.
- O DIRECTOR da instrução publica... *Gazeta de Petropolis*, quinta-feira, 5 de abril de 1900.

- O GOVERNO do Estado do Rio reorganisa o ensino nas escolas complementares. A *Época*. Rio de Janeiro, domingo, 1 de Agosto de 1915.
- O GRUPO escolar de Guarulhos. *Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos*. Campos, domingo, 21 de abril de 1929
- O LYCEU. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, quarta-feira, 30 de janeiro de 1901.
- O SR. Presidente do Estado do Rio inaugura diversos melhoramentos no mesmo Estado. *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de junho de 1921.
- O SR. Presidente do Estado em Miracema. *Folha do Commercio*. Campos, sexta-feira, 20 de abril de 1917.
- OBRAS publicas. *Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos*. Campos, sábado, 2 de julho de 1927.
- OS actos do governo. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, domingo, 31 de janeiro de 1904.
- OS melhoramentos de Campos. *A Época*, segunda-feira, 6 de novembro de 1916.
- OS primeiros decretos. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, domingo, 3 de janeiro de 1904.
- OS professores. *Monitor Campista*, domingo, 6 de outubro de 1901.
- OS progressos no estado do Rio. *Revista Fon-Fon*. Ano XVI, número 52. Rio de Janeiro, dezembro de 1922.
- PALANQUIM. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, quinta-feira, 19 de setembro de 1907.
- PELA Instrucção. *Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos*. Campos, terça-feira, 10 de setembro de 1918.
- PELA Instrucção. *Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos*. Campos, sexta-feira, 17 de abril de 1925.
- PELA Instrucção. *Monitor Campista*. Campos, sábado, 23 de novembro de 1901.
- PELO ensino. *Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos*. Campos, sábado, 3 de maio de 1929.
- PESTE bubônica. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, sábado, 2 de junho de 1900b.
- PESTE bubônica. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, sexta-feira, 1 de junho de 1900a.
- POR acto... *Gazeta de Petropolis*. Petropolis, sábado, 15 de fevereiro de 1896.
- POR portaria... *A Época*. Rio de Janeiro, sábado, 20 de março de 1915.
- PREFEITURA do município de Campos. *Folha do Commercio: Diario da Associação Commercial de Campos*. Campos, sexta-feira, 27 de março de 1925.
- PROEZAS da criançada. *Gazeta do Povo: Diario Republicano*. Campos, sábado, 18 de agosto de 1900.
- REALIZA-SE hoje... *Liberdade*. Rio de Janeiro, quinta-feira, 18 de dezembro de 1896.

- REFORMA da instrução. *Monitor Campista*, Campos, domingo, 17 de março de 1901a.
- REFORMA da instrução. *Monitor Campista*, Campos, domingo, 24 de março de 1901b.
- REUNIÃO das professoras. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, sexta-feira, 3 de janeiro de 1908.
- SANEAMENTO de Campos. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, terça-feira, 7 de fevereiro de 1911.
- UM passo ádeante. *Revista A Aurora – Letras – Artes – Sciencias*. Anno VIII, nº 21. Campos, 23 de setembro de 1900.
- UMA excursão de “Fon-Fon” ao estado do Rio – São Fidelis. *Revista Fon-Fon*, ano XII, nº 28. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1918. Acervo da Biblioteca Nacional, disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br>.
- UMA festa. *Folha do Commercio: Diário da Associação Commercial de Campos*. Campos, sexta-feira, 24 de junho de 1927.
- UMA professora sem lar e sem pão. *Monitor Campista*. Campos, sexta-feira, 24 de outubro de 1902.
- UMA visita ao Lyceu. *Monitor Campista*. Campos, quinta-feira, 18 de julho de 1901.
- VACCINA. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, quinta-feira, 22 de agosto de 1901.
- VASCONCELLOS, Viveiros de. *Declaração necessária*. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, sábado, 5 de maio de 1900.
- VIDA dos Estudantes. *A Época*, Rio de Janeiro, domingo, 21 de dezembro de 1913.

c) Bibliografia

- ALMANAK LAEMMERT. Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro para o ano de 1882. Rio de Janeiro, 39º ano, 1882.
- ALVARENGA, João de (org.). Almanak mercantil, industrial, administrativo e agrícola da cidade e município de Campos. Ano segundo. Campos, Tipographia do Monitor Campista, 1884.
- ALVES, Heloiza de Cacia Manhães. Reformas urbanas e poder político: Os empresários e o projeto de modernização da cidade de Campos dos Goytacazes, 1890/1930. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, curso de história, Universidade Federal Fluminense, 1995.
- AMERICAN SEATING. The history of Seating America. Grand Rapids, MI. Grand Rapids Public Museum, 2011. Disponível em: http://americanseating.com/images/homepage/Seating_Americawv.pdf. Acesso em 08 de dez. 2013.
- APPLE, Michael W. Trabalho Docente e textos: Economia política das relações de classe e de gênero em Educação. Ed. Artes Médicas, 1995.
- ARAÚJO, Gisele Silva. Os sentidos da ordem: Abstração, legitimidade e interesse nos liberais e positivistas da passagem da Monarquia à Primeira República. 2007. 237 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007a;

- _____. Particularismo e Universalismo: Alberto Torres, multiplicidades e patriotismo. In: Grupo de Trabalho Pensamento Social Brasileiro, XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, mai/jun, Recife, UFPE, 2007b.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Republicanismo e escola primária nas mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891 – 1930). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar & SOUZA, Rosa Fátima de (Orgs). Escola Primária na Primeira República (1889-1930): Subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.
- ARMAND-DELILLE, P.; WALPER, P. & MÉRY, H. L'école du plein air et lécole au soleil. Ouvrage publié par le Comité National d'Éducation Physique et d'Hygiène scolaire, avec le concours du Comité Franco-Américain des Enfants rapatriés des régions envahies. Paris, 1919.
- BARRETO, Dalmo. Alberto Tôrres: Sociólogo e jornalista. Niterói, s/e. 1970.
- BASTOS, Maria Helena Camara. O Ensino Mútuo no Brasil (1808-1827). In: BASTOS, Maria Helena Camara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo, Edifup, 1999.
- BENCOSTA, Marcus, Levy. Diálogos sobre a história da arquitetura escolar: entrevista com Anne-Marie Châtelet. In: Linhas: Revista do Programa de Pós Graduação em Educação. Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 210-219, jan/jun 2011.
- BILAC, Olavo. A defesa nacional (discursos). Liga da Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 1917.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da História, ou, O ofício do historiador. Prefácio de Jacques Le Goff. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOEHRER, George C. Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889) Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954
- BOYNARD. Maria Amelia de Almeida Pinto. A Escola Modelo anexa à Escola Normal de Campos: a experiência da “Seis de Março” (1916 – 1932). 2006, 215 p. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal Fluminense, 2006a.
- _____. Teorias e Práticas: o caso da escola modelo "Seis de Março" anexa à Escola Normal de Campos (1916-1932). In: VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, v. 1. p. 3773-3785, 2006b.
- BRANDI, Paulo. O segundo governo de Nilo Peçanha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- BRITO, Francisco Saturnino de. Saneamento de Campos. In: A Aurora: Letras – Artes – Ciências, Ano XI, num. 18. Campos, 6 de maio de 1903.
- CAMPOS, José Carlos Peixoto de. O público e o privado na implantação e expansão de escolas públicas na cidade do rio de janeiro (1870-1930). In: VII Jornada do HISTEDBR “O trabalho didático na história da educação”. Campo Grande, 17 a 19 de setembro de 2007
- CARVALHO, E. V. de. 2011. A presença do discurso médico-pedagógico na legislação da saúde pública de Minas Gerais em 1927. VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa, 2011. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Eliane.pdf>. Acesso em 25 de março de 2013

- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- _____. A formação das almas: o imaginário da república no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- _____. A Utopia de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99, 1991a.
- _____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: Topoi, nº1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.
- _____. Entre a autoridade e a liberdade. In: CARVALHO, José Murilo de (org). Visconde do Uruguai. São Paulo, Ed. 34, 2002.
- _____. Os três povos da República. Revista USP. São Paulo, nº 59, p. 96-115, set/Nov/2003.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a República e outros ensaios. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.
- _____. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, FARIA FILHO & VEIGA (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- CARVALHO, Rosana Areal de; MÁRQUES, Elisângela F. & FARIA, Vinicius Leal. Grupo escolar de Mariana: educação pública em Mariana no início do século XX. In: HISTEDBR, Campinas, n.21, 2006.
- CARVALHO, Waldir Pinto de. Campos depois do centenário, vol. 1. Damadá Artes Gráficas e Editora Ltda., 1991b.
- CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina & PAULA Leandro Silva de. O cotidiano e a política no espaço escolar: o relatório de 1911 do grupo escolar de Mariana. In: Cadernos de História da Educação, n. 7, jan/dez de 2008
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. Arquitetura das escolas públicas do Paraná (1853-1955). Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2010.
- CASTRO, Silvia Pantoja S. & FEIJÓ, Vera Lúcia. A desestabilização do *nilismo*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- CATALOGO participativo. Algunas preguntas que podemos hacerle al pupitre. Blog Del Museo de las Escuelas, 22 de novembro de 2013. Disponível em: <http://museodelasescuelas.blogspot.com.br/2013/11/catalogo-participativo-algunas.html>. Acesso em 08/12/2013.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- CHAMON, Magda Lucia. Relações de gênero e a trajetória de feminização do magistério em Minas Gerais (1830-1930). 1996. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7ª ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

- CUNHA, Marcus Vinicius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2010
- DALBIEN, Andre & DANAILOF, Kátia. Natureza Urbana: Parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930 – 1940). In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.31, n.1, p. 163-177, setembro 2009. Disponível em <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/viewFile/641/398>. Acesso em 24 de março de 2013.
- DUTRA, Vivian Machado. De Nilo Peçanha a Aurelino Leal: Conflitos interoligárquicos em torno da Escola Profissional Feminina de Niterói (primeira república). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- ECAR, Ariadne Lopes. Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”: A formação na Escola Normal de Niterói na Primeira República (1893-1918). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.
- FARIA, Ana Lúcia Goulard de. Parque infantil. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em <http://www.gestrado.org/pdf/309.pdf>, acesso em 24 de março de 2013.
- FARIA, Teresa Peixoto (Org.). 100 anos do Projeto Saneamento de Campos: anais. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Editora Viena, 2005.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. Educ. Rev., n.26, 1997.
- _____. Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.
- _____. História da educação e história regional: experiências, dúvidas e perspectivas. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo; ALVES, Claudia; GONDRA, José Gonçalves; XAVIER, Libânia Nacif; BONATO, Nailda Marinho da Costa. (Orgs.). História da educação: desafios teóricos e empíricos. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.
- _____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- _____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 24, n. 1, Jan. 1998.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. & VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Rev. Bras. Educ., no.14, Ago 2000.
- FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Alberto Torres e o conservadorismo fluminense. Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria. V.10, n.17, jan/jun de 2007.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Conflito regional e crise política: A Reação Republicana no rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província:

- oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- FIGUEIREDO, Camilo Augusto de. Breves considerações sôbre as Escolas ao Ar Livre. Tese. Faculdade de Medicina do Porto. Porto, 1922.
- FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa (trad. Alfredo Veiga-Neto). Rio de Janeiro, DP&A, 1998.
- FREITAS, Marcos Cezar de. Pensamento social, ciência e imagens do Brasil: tradições revisitadas pelos educadores brasileiros. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 15, Dec. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 de outubro de 2012.
- FREITAS, Carlos Roberto Bastos. O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: A sedução persistente de uma instituição pública. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2006.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. Imagens Não Cotidianas: Escola de Aprendizes Artífices de Campos (1910-1942). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.
- GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2010
- GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro & GATTI JÚNIOR, Décio. “Templo do bem”: o grupo escolar de Uberaba na escolarização republicana (1908 – 1918). In: Cadernos de História da Educação, n. 7, janeiro/dezembro de 2008.
- GUTMAN, Marta. Entre moyens de fortune et constructions spécifiques: Les écoles de plein air aux États-unis à l'époque progressiste (1900-1920). In: CHÂTELET, Anne-Marie & LE CŒUR, Marc (Org.). L'architecture scolaire: Essai d'historiographie internationale. Institut national de recherche pédagogique, Lyon, 2004.
- HANSEM, Patricia. Infância como projeto: Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.
- ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. A configuração de um novo modelo escolar em Minas Gerais com a reforma educacional de 1906. In: III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2005, São João del-Rei. III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, 2005.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1996.
- JULIA D. A cultura escolar como Objeto Histórico. Revista Brasileira de História da Educação. SBHE, Campinas: Autores Associados, nº 1, jan/junho, 2001.
- KORNIS, Mônica Almeida. A nova situação fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989b.

- KORNIS, Mônica Almeida. Enfrentamento e acordo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989a.
- LAMARÃO, Sérgio T. N. Crise e renovação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. O homem e o brejo. Setores da evolução fluminense, Vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.
- LE MOS, Renato Luis do Couto Neto e. O republicanismo fluminense. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989a.
- _____. A disputa de poder. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989b.
- _____. A oligarquia no poder. In FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A República na Velha Província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989c.
- LESAGE, Pierre. A pedagogia nas escolas mútuas no século XIX. In: In: BASTOS, Maria Helena Camara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo. Passo Fundo, Edifup, 1999.
- MARTÍNEZ, José Mariano Bernal. De las escuelas al aire libre a las escuelas de la naturaliza. In: Area: Revista de Ciencias Sociales (Monográfico “higienismo y educación - séc. XVIII – XIX”). Nº 20, p. 171-182, 2000. Disponível em: <http://revistas.um.es/areas/article/download/144721/129661>. Acesso em 18/09/2013.
- MARTÍNEZ, S. A. Formando os professores no interior: A criação da Escola Normal de Campos no processo de implantação do sistema de instrução pública e de profissionalização do magistério no estado do Rio de Janeiro. Historia de la Educación. Anuario, v. 10, p. 99-122, 2009b.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia. Saberes Normalistas e sua circulação e apropriação no contexto Portugal-Brasil: o caso do manual Elementos de Pedagogia, de Affreixo e Freire. In: BELLO, Donaldo; MARTÍNEZ, Silvia Alicia (Orgs.). Educação comparada: Rotas de além-mar. São Paulo, Xamã, 2009a.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de A. Pinto. Atrás da Casa-Grande: Memória, gênero e espaço escolar da Escola Normal de Campos (1895-1955). In: III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação escolar em perspectiva histórica. SBHE / PUCPR, 2004.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de A. Pinto. O Ensino Secundário no Império e na Primeira República no Brasil: Entre as Ciências e as Humanidades. O caso do Liceu de Humanidades de Campos-RJ (1880-1930). In: História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 121-153, Maio/Ago 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>.

- MARTINEZ, Silvia Alicia; FAGUNDES, Pedro Ernesto. As memórias liceístas: o arquivo do Liceu de Humanidades de Campos (Rio de Janeiro). *Cadernos de História da Educação* (UFU. Impresso), v. 9, p. 239-249, 2010.
- MARTÍNEZ, Silvia Alicia; GANTOS, Marcelo Carlos; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. *Arquitetura, Escola e Memória: O edifício do Liceu de Humanidades de Campos*. In: *Cadernos de História da Educação*, nº 5, jan/dez, 2006.
- MARTINS JÚNIOR, J. I. Estado do Rio. *Gazeta do Povo: Diário Republicano*. Campos, quinta-feira, 11 de abril de 1901.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- MEDEIROS, Valéria Antonia. Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. 2005. 357 p. Tese (Doutorado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Decifrando o recado do nome: uma escola em busca de sua identidade pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*. Brasília, v. 74, n. 178, p. 619-638, set/dez, 1993.
- _____. Armanda Álvaro Alberto na Comissão de Intercâmbio Brasil-Uruguai (1931). In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 22, p. 43-64, jan/abr, 2010.
- MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. Aspectos da educação infantil no estado do Amazonas: o curso infantil Froebel no Instituto Benjamin Constant e outros jardins de infância (1897 – 1933). Tese (doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade São Francisco, 2014.
- MONNERAT, Tanize do Couto Costa. Discurso e prática abolicionista em Campos dos Goytacazes (1884-1888). *Recôncavo: Revista de História da UNIABEU*, vol. 3, nº 5, julho – dezembro de 2013. Disponível em: <http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article/view/1277>. Acesso em 20/12/2013.
- MOTTA, Diomar das Graças; NUNES, Iran de Maria Leitão; SILVA, Acildo Leite da & AMORIM, Elisângela Santos de. O estado do Maranhão e a institucionalização da escola graduada na Primeira República. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar Nunes & SOUZA, Rosa Fátima de (Orgs). *Escola primária na Primeira República (1889-1930): Subsídios para uma história comparada*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. O historiador e os arquivos. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (Org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro, Access, 1998.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.
- NOFUENTES, Vanessa Carvalho. Um desafio do tamanho da Nação: A campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922). 2008. 162p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2008.
- PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

- PEÇANHA, Nilo. Impressões da Europa: Suíça, Itália e Espanha. N. Chini & C^{le} Éditeurs. Nice, 1913.
- PERES, Tírsia Regazzini. Educação brasileira no Império. In PALMA FILHO, J. C., Pedagogia cidadã: Cadernos de formação – História da educação. São Paulo, PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005
- PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Tempo de cidade, lugar de escola. In: Cadernos de História da Educação, nº 5, jan/dez, 2006.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba. São Paulo, Autores Associados, Universidade São Francisco, 2002
- PINTO, Jorge Renato Pereira. O Ciclo do Açúcar em Campos. Campos dos Goytacazes, [s. n.], 1995.
- POHLMANN, Maria Alice Ribeiro de Oliveira. O discurso higienista na construção da cidade moderna: o papel da revista A Aurora – Letras – Artes – Ciência. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2003.
- REIS, Fabiana de Arruda Resende. O Ensino Profissionalizante (feminino) no Brasil: uma análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos - RJ, 1922-1930). Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013
- RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1996.
- REVEL, Jacques (Org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. A instrução pública primária no interior das Geraes: o grupo escolar de Villa Platina como conquista da re(s)pública. In: Cadernos de História da Educação, nº 2, jan/dez de 2003.
- RIBEIRO, Rafaela Machado. O negro e seu mundo: Vida e trabalho no pós-abolição em Campos dos Goytacazes (1883-1893). Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2012.
- ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. Três panfletários do Segundo Reinado. Col. Afrânio Peixoto, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras 2009.
- RODRIGUES, Hervé Salgado. Campos: Na Taba dos Goytacazes Niterói. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1988.
- SÁ, Elisabeth Figueiredo de. De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927). Cuiabá, EdUFMT, 2007.
- _____. Grupos escolares e escolas reunidas: a implantação e expansão da escola graduada em Mato Grosso. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em história da educação. Sociedade Brasileira de História da Educação; Universidade Federal de Sergipe; Universidade de Tiradentes, 2008.

- SANTOS, Vera Mendes dos. Caderno Escolar: Um dispositivo feito peça por peça para a produção de saberes e subjetividades. In: Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e memória da educação brasileira. Rio Grande do Norte – RJ, 3 a 6 de novembro de 2002.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. “Escolas de verdade” para a República do Brasil: os grupos escolares na capital federal. In: XIII Encontro de História da ANPUH, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. “Grandeza da Pátria e riqueza do Estado”: Expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). Revista de Educação Pública, v. 19, n. 41, Cuiabá, set/dez de 2010.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-55, 2009.
- SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos escolares: criação mais feliz da república?: mapeamento da produção em Santa Catarina. In Linhas: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, v.10, nº1. Florianópolis, jan/jun, 2009.
- SILVA, Christiane Guimarães Pançardes da. Colégio Sagrado Coração de Jesus: Missão pedagógica, social e religiosa em Valença – RJ (década de 1950). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.
- SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da República: os Grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: Diana Gonçalves Vidal. (Org.). Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.
- SODRÉ, A. A. de Azevedo. O Problema da Educação Nacional: Conferência realizada na Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, no dia 1 de julho de 1926. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1926. (Acervo Biblioteca Nacional)
- SOUZA, Horácio. Cyclo Áureo. História do primeiro centenário de Campos (1835-1935). Campos: Damadá, 2ª ed., 1935.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. A escola modelar da República e a escolarização da infância no Brasil: Reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da & SÁ, Elizabeth Figueiredo de (Orgs.). Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil: Investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- _____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. Cadernos Cedes, ano XX, nº 52, novembro, 2000
- _____. As escolas públicas paulistas na Primeira República: Subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; PINTO, Rubia-Mar Nunes & SOUZA, Rosa Fátima de (Orgs.). Escola primária na Primeira República (1889-1930): Subsídios para uma história comparada. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

- _____. Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930) – DVD. Araraquara: CNPQ, 2011.
- _____. História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo, Cortez, 2008a.
- _____. Os Grupos escolares e a história do ensino na primeira república: questões para um debate. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 17, n. 34. Maio – agosto, 2008b.
- TORRES, Alberto. A organização nacional: primeira parte – a Constituição. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1914.
- URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre o direito administrativo. In: CARVALHO, José Murilo de (org). Visconde do Uruguai. São Paulo, Ed. 34, 2002.
- VALDEZ, Diana. A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891). Tese. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2006a.
- _____. *A infância na pedagogia do Dr. Abilio Cesar Borges: O Barão de Macahubas (1856-1891)*. IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006b. ISBN 85-8977-937-8. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Diane%20Valdez%20-%20Texto.pdf>
- VIDAL, Diana Gonçalves . As viagens, os viajantes - tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. In: FLORES, Cláudia; ARRUDA, Joseane Pinto.. (Org.). A Matemática Moderna nas escolas do Brasil e Portugal: contribuição para a história da educação matemática. São Paulo: Annablume, 2010.
- VILLELA, Heloisa de O. S. A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (org). O Passado sempre presente. São Paulo, Cortez, 1992.
- VILLELA, Heloisa de O. S. O meste-escola e a professora. In: LOPES, FARIA FILHO & VEIGA (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Apêndices

Apêndice 1

ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1896 - 1930*

Governos: Modalidades:	Joaquim M. de Abreu		Alberto Torres			Quintino Bocayuva			Nilo Peçanha			Alfredo Backer				Oliveira Botelho				Nilo Peçanha Geraque Collet				Raul de Moraes Veiga				A. Leal	Feliciano Sodré				Manuel Duarte		
	1896i	1897i	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913i	1914	1915	1916ii	1917	1918	1919iii	1920iv	1921iv	1922iv	1923	1924iv	1925v	1926v***	1927v	1928v	1929v	1930v
Graduadas	0	0	0	0	6	8	8	1	0	0	0	0	0	0	26	26	29	31	33	36	38	40	43	50	51	52	53	54	57	59	62	64	64	67	
complementares	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	26	26	28	30	32	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
grupos escolares	—	—	—	—	5	7	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33	35	37	41	49	50	51	53	52	57	59	60	62	62	65	
escolas modelo	—	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	2	2	2	1	1	1	1	—	2	—	—	2	2	2	2	
Isoladas	762	701	740	468	505	488	408	s/inf	389	389	389	389	s/inf	s/inf	390	345	343	342	401	405	400	415	430	441	456	476	480	517	509	604	608	614	650	753	781
1º grau	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	298	302	614	304	400	428
2º grau	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	306	306	—	346	353	353	
escola ao ar livre	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cursos noturnos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	4	4	4	4	5	8	—	—	—	4	4	4	4	4
Profissionais**	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	1	1	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4
maternais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	4	4	4	4	4	4	4
total	762	701	740	468	511	496	416	s/inf	389	389	391	391	s/inf	s/inf	390	371	369	371	432	438	436	454	471	485	507	528	533	570	564	661	667	680	718	817	852

* Dados referentes ao primeiro semestre de cada ano, exceto 1927, atualizados na mensagem de Manuel Duarte em 1928

** As primeiras escolas profissionais foram implantadas no primeiro governo Nilo Peçanha, e logo suprimidas no governo Backer. Mais tarde, foram novamente criadas nos governos *nilistas* de Geraque Collet e Raul Veiga, essas últimas sendo apenas inauguradas no governo Sodré.

*** No entanto, não funcionavam 5 do 1º grau, 12 do 2º grau e 4 do 3º grau, por falta de prédio. Os números oficiais da mensagem eram 302 do 1º grau, 306 do 2º e 59 do 3º, totalizando 667

i. Apenas escolas em funcionamento no momento da publicação da mensagem presidencial. Em 1897, por exemplo, a Mensagem apresenta 775 escolas instaladas, sendo que 48 estavam vagas e 26 suspensas, significando funcionarem efetivamente 701 escolas.

ii. A partir de 1916 o presidente distingue em sua mensagem as escolas complementares dos grupos escolares, referindo-se àquelas como "antigas escolas complementares". Insere também as escolas modelo

iii. Apesar de não aparecer na mensagem referência à Escola ao Ar Livre Wenceslão Braz, através dos jornais é possível comprovar sua existência neste ano.

iv. A partir de 1916 as escolas complementares são convertidas, por deliberação governamental, em Grupos escolares e as elementares são apresentadas como isoladas ou singulares

v. A partir de 1925, com nova reforma, alteraram-se as modalidades de ensino: escolas de 1º e 2º graus e grupos escolares. Na mensagem de 1927 o presidente apresenta em suas estatísticas 610 escolas primárias (certamente o somatório das de 1º e 2º graus) e 59 grupos escolares.

Apêndice 2

REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1893 – 1929)				
Legislação / data	Reforma / governo		Modalidades de escola	
Lei 41, 28/01/1893	Cada distrito uma escola para cada sexo, classificadas em rural e urbana	Porciúncula	Elementar	
Dec. 27 20/03/1893	Regulamento da reforma			
Lei 376, 23/12/1897	Autorizava reforma no ensino, criou a modalidade de Grupo Escolar no Estado	J. M. de Abreu	Elementar / grupos	
Dec. 588, 25/01/1900	Regulamento da reforma: Divisão da escola primária em elementar (rural, 1 hora a menos de aula), médio (urbanas – 3 anos), superior (grupos escolares)	A. Torres	Elementar (rural), Médio (urbana) Superior (grupos)	
Dec. 591, 08/02/1900	Criou os primeiros G. E. do Rio de Janeiro (em Campos, Niterói e Barra Mansa).			
Dec. 676, 15/03/1901	Reformou o ensino primário; criou um Grupo Escolar em Resende e outro em Petrópolis; desvinculou as funções de diretor de G. E. e inspetor do ensino; reorganizou as circunscrições escolares	Q. Bocaiuva		
Dec. 678, 19/03/1901	Alterou o quadro de distribuição de escolas em todo o estado			
Lei 497, 29/11/1901	Considerou efetivos os professores provisórios habilitados em concurso			
Lei 555, 01/11/1902	Extingue todos os Grupos escolares, exceto o de Petrópolis			
Dec. 826, 31/12/1903	Fim da distinção entre escolas rurais e urbanas	Nilo Peçanha		Elementar
Dec. 827, 31/12/1903	Extingue o Grupo Escolar Silva Jardim, de Petrópolis			
Dec. 1.200, 07/02/1911	Criação do Conselho Superior de Instrução; divisão da escola primária em singular e complementar; defesa do ensino agrícola	Oliveira Botelho		Elementar Complementar Subvencionada G.E. Escola Modelo
Dec. 1.213, 15/06/1911	Regulamento da reforma: Elementares (rurais) – 3 séries; Elementares (cidade) – 4 séries; Complementares – 6 séries – 1 diretor, 1 adjunto por turma de 40 alunos; 1 professor por classe, para todas as disciplinas. Subvencionadas – 3 séries. Apresenta currículo por modalidade e por série.			
Lei 1.059, 01/12/1911	Aprova o Decreto 1.200 e acrescenta a obrigatoriedade do ensino de noções de agronomia nas escolas elementares e nas escolas complementares ficaria o governo autorizado a criar estações agrônomicas “para o ensino prático da agricultura e o manejo de instrumentos agrários, assim como pequenos postos zootécnicos”			

REFORMAS NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1893 – 1929)		
Legislação / data	Reforma / governo	Modalidades de escola
Dec. 1.404, 31/01/1915	Trata dos critérios para nomeação e remoção de professores; reorganização dos níveis de ensino: 1º grau: Elementar (zonas rurais) - 3 séries; Médio (zonas urbanas, isoladas ou agrupadas, economizando em aluguéis e professores adjuntos) – 4 séries; Complementar (zonas urbanas em escolas especiais ou em seções anexas às escolas médias) – 2 séries; 2º grau (Escolas Modelo) – 1 série.	Nilo Pecanha
Dec. 1.406, 31/01/1915	Extinção da subvenção a escolas particulares.	
Dec. 1.229, 18/01/1915	Reorganização número de escolas, supressão do ensino subvencionado, exceto onde a “economia aconselhar a sua conservação”; e revisão dos contratos de aluguéis. Fim da inspeção remunerada	
Dec. 1.439, 28/07/1915	Mantém as categorias de ensino do Dec. 1.404, 31/01; regul. nomeação e efetivação de prof, calendário e tempos escolares, vencimentos e atuação dos prof. e dir. de E. C., G. E., e E. M. Criação dos cursos noturnos	
Deliberação. 28/07/1915	“Declara que as actuaes escolas complementares passam a chamar-se – Grupos escolares – conservando a denominação especial que teem”	
Dec. 2.017, 05/04/1924	Obrigatoriedade ensino primário (prevista para vigorar em 1926); assistência via caixa escolar; nomeação de professores via comprovação de mérito pedagógico e intelectual em concurso (sem necessidade de curso normal); exceto em Campos e Niterói, onde ocorreria “nomeação forçada” – ingresso automático. Instituição do escoteirismo nas escolas; criação da educação preliminar.	F. Sodré
Dec. 2.105, 02/03/1925	Restabelecimento da subvenção Divisão da escola primária em 3 graus: 1º grau – elementar: 2 séries 2º grau – médio: 3 séries 3º grau – integral (grupos escolares): 5 séries.	
Deliber. 130, 14/04/1926	Regulamento interno das escolas públicas	
Deliber. 139, 21/02/1927	Programas das escolas primárias “segundo methods modernos e regras da pedagogia”.	
1929	Escola de 1º grau (rural) – 2 séries Escola de 2º grau (vilas e cidades) – 3 séries Grupos escolares – 6 séries De acordo com esta reforma, para se ter acesso à escola profissional, ao ensino secundário ou a escola normal era obrigatório cursar o grupo escolar, sendo que para o ingresso na Escola normal, transformada em superior, tornava-se obrigatório ainda cursar a escola complementar, com a disciplina de “calliphasia”. Tornou os cursos noturnos oficiais; regulamentou o horário escolar atendendo às condições climáticas e às “exigências da vida rural”. Estabeleceu também a obrigatoriedade do curso de férias para os professores.	Manuel Duarte
		1º grau: elementar (isoladas rurais) 2º grau: Médio (isoladas ou agrupadas urbanas) Complementar (exclusivamente as 2 séries complementares) Grupo Escolar (nível médio agrupadas, com mais de 100 alunos) “G. E. completo” (quando reúne médio e complementar) “Escola completa” (reúne isolada nível médio e complementar) Escola Modelo = G. E. completo
		Singular (elementar – rurais e urbanas) Complementar (1 em Niterói) G.E. (incorporando complementares) Escola Modelo Subvencionada Jardim de Infância e Escola Maternal
		Jardim de Infância Escola de 1º grau Escola de 2º grau Grupo Escolar Escola Complementar Cursos Noturnos

Anexos

Anexo 1 – Primeira página dos quadros de inspeção de Francisco Nogueira Trindade, Inspetor Geral da Instrução da 5ª circunscrição em 1899, referente às escolas de Campos, encontrado no APERJ.

Campos

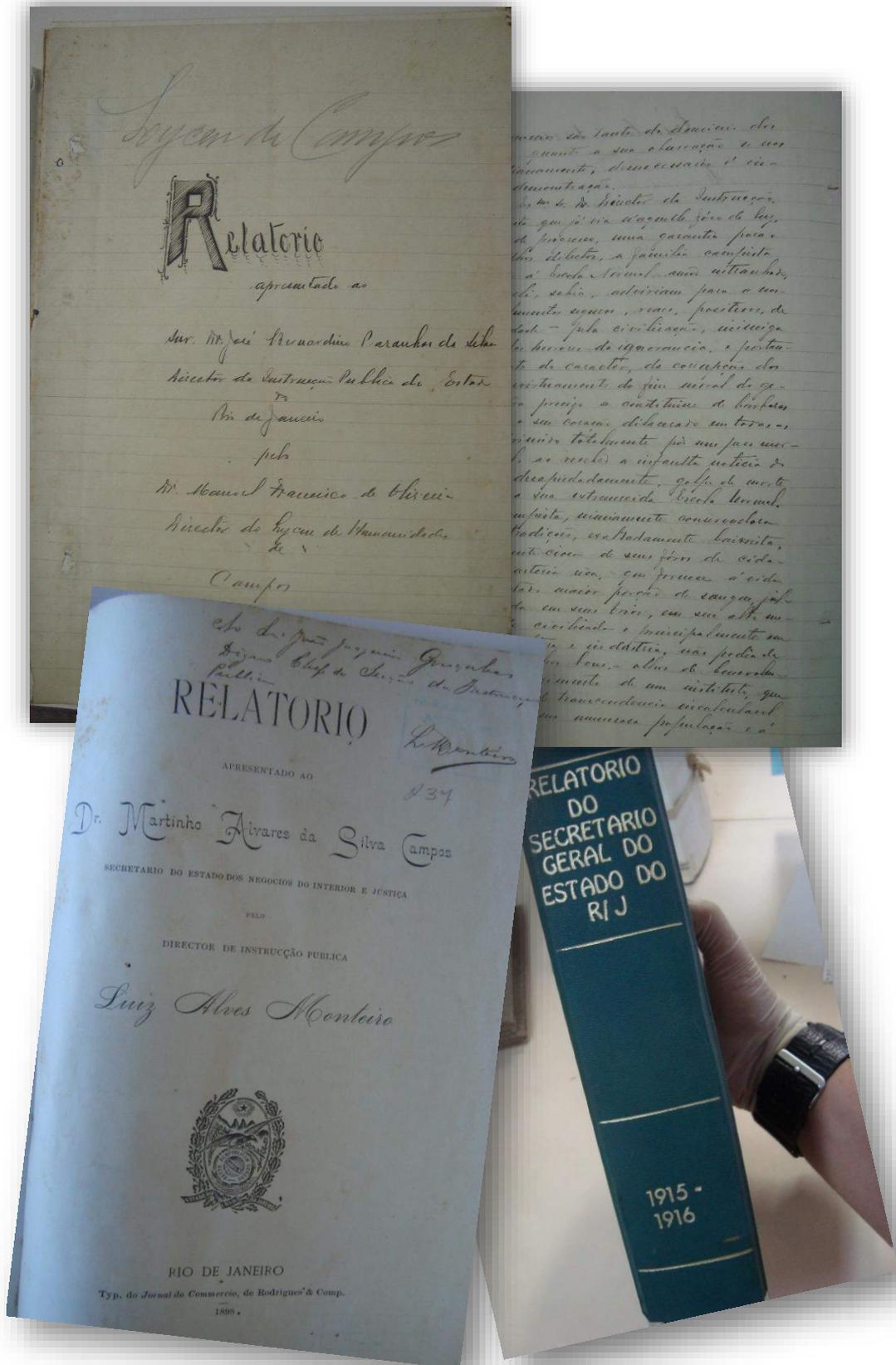
Localidade	Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Total	Observações
	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.	Pres.	Falt.		
7.º Sede	43	11	47	42	26	47	6	Man. escola em Pádua
"	43	7	47	46	26	21	6	Man. escola em Pádua
"	43	7	47	46	28	5	6	Man. escola em Pádua
Coqueiros	47	46	43	32	2	
8.º Sede	50	14	21	18	7	22	6	
"	52	7	30	0	.	.	1	
Pariba	51	16	25	22	12	16	3	
9.º Barra Nova	52	11	13	10	2	
Comunidade	52	7	15	10	2	Instabilidade
Almeida	52	16		Vaga
Carreira	52	16		Por instabilidade
10.º Sede	56	11	.	.	25	0	1	22	3	
Coel. Ribeira	55	7	8	6	3	Vaga
Camalote	61	16	.	.	25	0	5	6	3	
11.º Sede	59	16	.	.	25	0	8	11	3	
"	60	7		Supra
Quilombo	62	16	.	.	25	0	3	11	3	
12.º Sede	63	16	11	20	15	26	1	
"	61	7	22	27	.	.		Vaga
Guany	63	16	20	16	16	20	3	
Maduro	56	21	5	.	.		Vaga
Camalote	56		Supra

Anexo 3 – Estatística escolar anexa à mensagem do presidente do estado do Rio de Janeiro, Oliveira Botelho, encaminhada à ALERJ em 1911.

MUNICÍPIOS	ESTATÍSTICA ESCOLAR 1911																
	População escolar provável	Número de escolas		Matrícula		Frequência		Matrícula em relação a população escolar		Frequência em relação a matrícula		Frequência em relação à população escolar*		Despesa por aluno matriculado		Despesa por aluno frequente	
		1910	1911	1910	1911	1910	1911	1910	1911	1910	1911	1910	1911	1910	1911	1910	1911
Angra dos Reis	2.750	7	7	325	243	201	184	11,8%	8,8%	61,8%	75,7%	7,3%	6,7%	62\$200	67\$900	89\$000	89\$600
Araruama	3.015	3	3	81	111	43	77	2,7%	3,7%	53,1%	69,4%	1,4%	2,6%	49\$000	69\$100	126\$900	99\$700
Barra Mansa	3.515	12	11	566	362	330	326	16,1%	14,9%	58,3%	62,2%	9,4%	9,3%	54\$100	55\$100	91\$600	88\$600
Barra do Pirahy	2.146	13	11	461	440	331	445	21,5%	27,4%	71,8%	75,8%	15,4%	20,7%	88\$500	64\$900	112\$200	85\$600
Barra de São João	1.642	3	5	86	167	26	110	5,2%	10,2%	30,2%	65,9%	1,6%	6,7%	93\$000	71\$700	286\$100	108\$900
Bom Jardim	870	3	3	190	108	138	86	21,8%	12,4%	72,6%	79,6%	15,9%	9,9%	45\$800	74\$400	62\$600	93\$400
Cabo Frio	1.459	3	3	75	151	57	122	5,1%	10,3%	76,0%	80,8%	3,9%	8,4%	124\$300	50\$800	109\$200	62\$900
Campos	12.652	45	34	3.188	2.396	2.138	2.210	25,2%	23,9%	67,1%	73,2%	16,9%	17,5%	35\$900	38\$700	54\$000	52\$900
Cantagallo	3.960	6	7	324	282	212	214	8,2%	7,1%	65,4%	75,9%	5,4%	5,4%	46\$100	57\$300	70\$500	84\$800
Capivary	2.942	4	4	148	169	65	124	5,0%	5,7%	43,9%	73,4%	2,2%	4,2%	62\$500	48\$200	135\$800	65\$800
Carmo	1.506	4	3	125	156	73	122	8,3%	10,4%	58,4%	78,2%	4,8%	8,1%	78\$800	52\$600	116\$800	67\$300
Duas Barras	1.374	4	4	94	113	44	92	6,8%	8,2%	46,8%	81,4%	3,2%	6,7%	122\$400	93\$000	196\$500	114\$300
Iguassú	2.711	11	12	411	492	230	347	15,2%	18,1%	56,0%	70,5%	8,5%	12,8%	69\$800	63\$700	109\$100	90\$400
Itaguahy	2.105	5	5	170	205	125	137	8,1%	9,7%	73,5%	66,8%	5,9%	6,5%	44\$400	60\$700	89\$000	90\$900
Itaborahy	2.849	10	12	518	405	310	267	18,2%	14,2%	59,8%	65,9%	10,9%	9,4%	49\$300	81\$000	79\$500	123\$300
Itaocara	1.634	5	6	285	204	217	145	17,4%	12,5%	76,1%	71,1%	13,3%	8,9%	44\$800	69\$400	54\$300	97\$600
Itaperuna	5.094	9	11	446	583	327	416	8,8%	11,4%	73,3%	71,4%	6,4%	8,2%	56\$000	47\$200	72\$800	66\$100
Macahé	4.207	14	9	486	440	237	441	11,6%	14,6%	48,8%	71,7%	5,6%	10,5%	73\$300	46\$100	132\$800	64\$600
Magé	2.900	8	8	253	260	168	208	8,7%	9,0%	66,4%	80,0%	5,8%	7,2%	77\$700	72\$200	114\$900	95\$700
Mangaratiba	1.300	5	4	81	105	65	79	6,2%	8,1%	80,2%	75,2%	5,0%	6,1%	124\$700	93\$300	212\$000	124\$000
Manicá	2.375	7	6	381	262	212	154	16,0%	11,0%	55,6%	58,8%	8,9%	6,5%	44\$900	52\$600	78\$400	89\$600
Monte Verde	1.600	5	5	196	227	170	155	12,3%	14,2%	86,7%	68,3%	10,6%	9,7%	59\$800	51\$900	69\$000	76\$100
Nictheroy	8.450	42	14	2.092	2.127	1.258	1.997	24,8%	31,2%	60,1%	75,7%	14,9%	23,6%	69\$800	59\$100	115\$300	78\$100
Nova Friburgo	2.506	7	8	312	405	195	321	12,5%	16,2%	62,5%	79,3%	7,8%	12,8%	68\$500	55\$700	116\$900	70\$400
Parahyba do Sul	4.889	10	13	640	441	346	319	13,1%	9,0%	54,1%	72,3%	7,1%	6,5%	40\$800	73\$200	73\$400	101\$300
Paraty	1.697	2	2	90	67	76	41	5,3%	3,9%	84,4%	61,2%	4,5%	2,4%	78\$800	47\$700	76\$300	78\$000
Pirahy	2.068	5	5	101	142	74	110	4,9%	6,9%	73,3%	77,5%	3,6%	5,3%	120\$000	79\$100	148\$600	102\$200
Petropolis	3.903	18	10	399	260	290	456	10,2%	16,9%	72,7%	69,0%	7,4%	11,7%	150\$000	73\$100	200\$700	106\$000
Rezende	4.469	11	11	399	210	231	416	8,9%	13,4%	57,9%	69,6%	5,2%	9,3%	71\$800	53\$300	123\$500	76\$700
Rio Bonito	3.346	7	8	247	320	138	177	7,4%	9,6%	55,9%	55,3%	4,1%	5,3%	71\$100	55\$900	113\$700	101\$100
Rio Claro	1.505	2	2	35	85	20	69	2,3%	5,6%	57,1%	81,2%	1,3%	4,6%	159\$100	60\$400	257\$000	74\$500
Santa Anna Japuyba	2.042	3	4	137	162	91	96	6,7%	7,9%	66,4%	59,3%	4,5%	4,7%	63\$700	61\$200	86\$300	103\$300
S. Antonio de Padua	3.325	7	8	344	340	210	266	10,3%	10,2%	61,0%	78,2%	6,3%	8,0%	48\$700	50\$700	79\$800	64\$800
S. Pedro d'Aldeia	1.100	3	3	192	166	120	99	17,5%	15,1%	62,5%	59,6%	10,9%	9,0%	49\$400	42\$500	63\$500	70\$900
Sapucaia	3.506	4	4	176	192	142	148	5,0%	5,5%	80,7%	77,1%	4,1%	4,2%	58\$400	42\$400	80\$000	55\$100
Saquarema	3.416	5	5	166	170	86	89	4,9%	5,0%	51,8%	52,4%	2,5%	2,6%	86\$000	70\$000	96\$300	133\$900
S. Fidélis	3.100	6	4	326	210	226	237	10,5%	12,3%	69,3%	62,4%	7,3%	7,6%	57\$700	42\$400	64\$700	68\$000
S. Francisco de Paula	2.313	4	5	50	142	30	106	2,2%	6,1%	60,0%	74,6%	1,3%	4,6%	191\$200	69\$000	207\$500	92\$400
S. João da Barra	2.863	6	7	205	365	150	249	7,7%	13,7%	73,2%	68,2%	5,6%	9,4%	80\$300	46\$500	98\$000	68\$200
S. João Marcos																	
Santa Maria Magdalena	2.605	5	5	152	243	95	184	5,8%	9,3%	62,5%	75,7%	3,6%	7,1%	74\$400	51\$700	125\$400	68\$000
S. Gonçalo	5.190	19	26	1.022	1.027	586	701	19,7%	19,8%	57,3%	68,3%	11,3%	13,5%	48\$300	56\$400	85\$500	82\$800
S. Sebastião do Alto	756	3	3	60	90	40	68	7,9%	11,9%	66,7%	75,6%	5,3%	9,0%	163\$800	75\$300	187\$500	99\$700
Sumidouro	884	2	2	75	82	69	68	8,5%	9,3%	92,0%	82,9%	7,8%	7,7%	85\$600	67\$800	80\$600	81\$700
Santa Thereza	1.769	4	4	153	143	83	104	8,6%	8,1%	54,2%	72,7%	4,7%	5,9%	80\$800	78\$700	135\$400	108\$200
Theresopolis	651	4	4	166	163	98	101	25,5%	25,0%	59,0%	62,0%	15,1%	15,5%	66\$200	62\$300	112\$200	100\$500
Valença	4.475	11	9	582	426	310	426	13,0%	12,9%	53,3%	73,7%	6,9%	9,5%	54\$800	52\$700	98\$700	71\$600
Vassouras	5.506	14	18	380	145	241	700	6,9%	16,7%	63,4%	76,3%	4,4%	12,7%	101\$000	52\$500	129\$800	68\$800
TOTAL	140.740	390	383	17.391	19.506	10.924	14.009	12,4%	13,9%	62,8%	71,8%	7,8%	10,0%	3.647.\$500	2.861.\$400	5.419.\$600	4.058.\$300

* A coluna que analisa a relação entre a frequência e a população escolar foi inserida pelo autor da pesquisa, pois não consta na tabela original.

Anexo 4 – Amostra dos documentos consultados no APERJ.



Anexo 5 – Capa do álbum “Melhoramentos de Campos”, pertencente ao acervo do Museu de Campos.



Anexo 6 – Amostra dos jornais pesquisados – Acervo do Arquivo Público de Campos “Waldir Pinto de Carvalho”.

